

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Tese de doutorado

**DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

Eva Maria Campos Pereira

Campina Grande  
2018

**EVA MARIA CAMPOS PEREIRA**

**DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dr. Ramonildes Alves Gomes

Campina Grande

2018

P436d

Pereira, Eva Maria Campos.

Da invisibilidade ao protagonismo da agricultura familiar : uma análise a partir do Semiárido Nordeste / Eva Maria Campos Pereira. - Campina Grande, 2018.

306 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".

Referências.

1. Agricultura Familiar. 2. Políticas Públicas. 3. Estrutura Fundiária. 4. Semiárido. 5. Mauriti-CE. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 338.43(043)

TERMO DE APROVAÇÃO

EVA MARIA CAMPOS PEREIRA

**DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
UMA ANÁLISE A PARTIR DO SEMIÁRIDO NORDESTINO**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, pela seguinte banca examinadora:

---

Ramonildes Alves Gomes  
Universidade Federal de Campina Grande  
Orientadora

---

Luis Henrique Cunha  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Kaliane de Freitas Maia  
Universidade Federal de Campina Grande

---

Patrícia Alves Ramiro  
Universidade Federal da Paraíba

---

Francisca Laudeci Martins Souza  
Universidade Regional do Cariri

Dedico este trabalho aos três homens de minha vida: Marcos, Marcos Paulo e Davi.  
Vocês são meu porto seguro.

## AGRADECIMENTOS

Pouco se faz sem a colaboração de outrem. Talvez bastasse agradecer a Deus por me permitir essa conquista do doutorado, por possibilitar e disponibilizar pessoas especiais que foram surgindo na minha vida e que contribuíram com resultado desse trabalho. Não o foi.

Agradeço a minha orientadora, Professora Ramonildes Alves Gomes, principalmente pela paciência no meu amadurecimento acadêmico e sobre as ideias do mundo rural.

Agradeço à professora Kaliane Freitas Maia. Acompanhou toda a jornada da pesquisa, nas suas diversas fases e me auxiliou sempre que precisei.

Agradeço a todos os professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e que despertaram meu interesse para a realização de um trabalho de qualidade.

Agradeço aos colegas de aula que enriqueceram, com sua sabedoria, os debates intermináveis na busca do conhecimento coletivo, principalmente à Cibele Silva e Ceres Beck. Sem contar o apoio emocional nos momentos de distância familiar.

Agradeço especialmente a Jorge Henrique, pesquisador nato, colaborador extraordinário, meu compadre, pelo trabalho na fase da pesquisa empírica.

Agradeço a Roneide Martins, minha querida aluna, companheira de viagens e aperreios. Tenho certeza que você será uma grande engenheira e uma pesquisadora incrível.

Agradeço ao senhor Anselmo Maranhão. Há anos conheci seu empenho em ajudar as pessoas a crescerem pessoal e profissionalmente. No doutorado ele foi de crucial importância para que eu pudesse conhecer mais sobre Mauriti, suas histórias e suas estradas.

Agradeço a todos os agricultores familiares mauritienses, pela valorosa cessão de tempo, em que os tirei de suas labutas diárias e que gentilmente cederam a principal parte desse trabalho: as informações.

Agradeço a pessoa do professor Nicácio Lopes, reitor do Instituto Federal da Paraíba. Em um dos momentos mais difíceis nessa jornada de quatro anos de estudos no doutorado, ele teve atenção por mim e pelas necessidades que lhe apresentei. É importante saber que há servidores públicos que sabem respeitar e acolher.

Agradeço aos meus amigos pela paciência com minha ausência. Agora posso estar firme novamente nas tantas irmandades que construímos nessa vida. Em especial a Evanildo Simão. Comecei essa jornada lhe considerando ex-prefeito. Tantas foram as minhas insistências e pedidos de informação, e tantas foram as vezes que gentilmente me concedeste suas memórias de vida pessoal e profissional, que o transformei em amigo.

Agradeço a meu avô, Quinco Bastião. Antes de você partir dessa vida, na cozinha de sua casa, ao nos despedirmos, você me chamou novamente. Quis certificar-se que se eu estava “estudando pra ser doutora”. Assenti e você disse que tinha muito orgulho de mim. Não há sofrimento ou dores maiores ou menores. Não nos cabe mensurar. Mas às vezes tudo o que a gente espera é que alguém se importe com nossas batalhas. E você disse isso pra mim, vô. Quando eu queria desistir, quando o cansaço era maior que minhas forças, eu me lembrava dessa nossa conversa e me reorganizava para seguir firme. Eu consegui, vô! Queria muito lhe dizer isso pessoalmente, não foi possível. Mas rezo que possam existir anjos que lhe levem a boa notícia: eu consegui!

Agradeço a meus filhos, Marcos Paulo e Davi, desculpando-me mais uma vez pelas ausências. Vocês foram minha motivação todas as manhãs, quando os desafios se apresentavam cedinho, me chamando a vencer na vida. Espero sempre ser exemplo para vocês.

E o maior de todos os agradecimentos a Marcos, esposo em forma de anjo que Deus colocou em minha vida. Quando fiz as escolhas do doutorado, inclusive em mudar minha área de estudos, fui adjetivada de louca por muitas pessoas. Mal sabem elas que não escrevi uma tese. São na verdade, secretamente, 300 páginas de uma declaração de amor. Amo-te. Como diz Marcos Paulo, fiz de ti meu amor e objeto de estudos. Agora que haverá tempo, hei de escrever o romance: a professora e o vaqueiro.

Minha condição humana me fascina. Conheço o limite de minha existência e ignoro por que estou nesta terra, mas às vezes o pressinto. Pela experiência cotidiana, concreta e intuitiva, eu me descubro vivo para alguns homens, porque o sorriso e a felicidade deles me condicionam inteiramente, mas ainda para outros que, por acaso, descobri terem emoções semelhantes às minhas. E cada dia, milhares de vezes, sinto minha vida — corpo e alma — integralmente tributária do trabalho dos vivos e dos mortos. Gostaria de dar tanto quanto recebo e não paro de receber. ... Vejo os homens se diferenciarem pelas classes sociais e sei que nada as justifica a não ser pela violência. Sonho ser acessível e desejável para todos uma vida simples e natural, de corpo e de espírito...

Aprendo a tolerar aquilo que me faz sofrer. Suporto então melhor meu sentimento de responsabilidade. Ele já não me esmaga e deixo de me levar, a mim ou aos outros, a sério demais. Vejo então o mundo com bom humor. Não posso me preocupar com o sentido ou a finalidade de minha existência, nem da dos outros, porque, do ponto de vista estritamente objetivo, é absurdo. E, no entanto, como homem, algumas ideais dirigem minhas ações e orientam meus juízos. Porque jamais considerei o prazer e a felicidade como um fim em si e deixo este tipo de satisfação aos indivíduos reduzidos a instintos de grupo...Em compensação, foram ideais que suscitaram meus esforços e me permitiram viver.

**Albert Einstein**

## RESUMO

No Brasil, historicamente a organização da produção agropecuária resguarda perspectivas políticas, econômicas e sociais contraditórias, com padrões estabelecidos nas esferas políticas e acadêmicas que abrigam uma dicotomia entre dois modelos tecnológicos: a agricultura patronal e a agricultura familiar camponesa, utilizando mão-de-obra familiar, em pequenas áreas de terra, cultivos diversificados e às vezes suficientes para a subsistência, obtendo algum excedente destinado ao comércio no mercado interno. Todavia, no semiárido do Nordeste brasileiro, ao sul do Ceará, no município de Mauriti, encontrou-se uma situação exemplar de agriculturas familiares como uma experiência valorosa e de positividade. O objetivo da tese foi desvelar e compreender as condições constitutivas dessa agricultura familiar. Através do estudo aprofundado de um caso, reconhecer as especificidades deste fenômeno, onde a agricultura familiar é diversa e produtiva, averiguando as relações entre a mudança na estrutura fundiária, a partir do censo agrícola de 1940, o acesso às políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, os atores e suas intervenções políticas, econômicas e sociais que constituíram uma conjuntura de fatores e produziram uma diversidade, um mosaico de agriculturas familiares, sustentadas pela ação sinérgica terra+capital+trabalho= produção+empoderamento. A metodologia utilizada para atender aos objetivos foi tipo quanti-qualitativa, composta por levantamentos documentais, pela análise e recriação de dados secundários das principais políticas públicas para a agricultura familiar, indicadores sociais e dados secundários (Censos, PRONAF, PAA, PNAE, Garantia SAFRA), pelas narrativas de representantes dos diversos tipos de organização da agricultura familiar do município. Os resultados apontam para a desestruturação da grande propriedade desde 1940 e uma tendência a minifundização. O ingresso do Partido dos Trabalhadores na gestão municipal aproximou os agricultores familiares das políticas públicas, resultando na diferenciação produtiva do município em relação aos demais municípios da microrregião. Por conseguinte, o conjunto articulado de certas ações contribuiu para o protagonismo da agricultura familiar. Concluiu-se que a desconcentração da estrutura fundiária, o reconhecimento institucional, o acesso ao crédito via políticas públicas e opções estratégicas de gestão dos sistemas produtivos e comércio da produção, alinhavados pela gestão pública municipal, formam um campo de possibilidades favoráveis ao empoderamento e protagonismo da agricultura familiar, mesmo no semiárido nordestino.

Palavras-chave: agricultura familiar, políticas públicas, estrutura fundiária, semiárido, Mauriti.

## ABSTRACT

Historically, In Brazil, the organization of agricultural production has had contradictory political, economic and social perspectives, with established patterns in political and academic spaces that have an opposition between two technological models: employer agriculture and family agriculture, using family labor, in small areas of land, diversified crops and sometimes sufficient for subsistence, obtaining some surplus destined to the internal market. However, in the Brazilian Semi-arid region, south of Ceará, in the municipality of Mauriti, an example of family farming was found as a valuable and positive experience. The objective of the thesis was to discover and understand the conditions of constitution of this familiar agriculture. Through the in-depth study of a case, recognize the specificities of this phenomenon, where family farming is diverse and productive, ascertaining the relations between the change in land structure, from the agricultural census of 1940, access to public policies for the development of agriculture family, actors and their political, economic and social interventions that constituted a set of factors and produced a diversity, a mosaic of family farms, supported by the synergistic equation: land ownership, capital, labour = production + empowerment. The methodology used to meet the objectives was quanti-qualitative, documentary surveys, analysis and re-creation of secondary data of the main public policies for family agriculture, social indicators and secondary data (Census, PRONAF, PAA, PNAE, Garantia SAFRA), through narratives of representatives of the various types of family agriculture organization of the municipality. The results point to the fragmentation of large property since 1940 and a trend towards minifundization. The participation of the Partido dos Trabalhadores in municipal management brought family farmers closer to the public policies, resulting in the productive differentiation of the municipality in relation to the other municipalities of the micro-region. Consequently, the articulated set of certain actions contributed to the protagonism of family agriculture. It was concluded that the deconcentration of the land structure, institutional recognition, access to credit through public policies and strategic options for the management of productive systems and trade in production, aligned with municipal public management, form a field of possibilities favorable to empowerment and protagonism of family agriculture, even in the Northeastern Semi-arid region.

Key words: family agriculture, public policies, land structure, semi-arid, Mauriti.

## RESUMÉ

Historiquement, au Brésil, l'organisation de la production agricole a eu des perspectives politiques, économiques et sociales contradictoires, avec des modèles établis dans des espaces politiques et académiques opposant deux modèles technologiques: l'agriculture patronale et l'agriculture familiale, utilisant la main-d'œuvre familiale dans de petits domaines, des terres, des cultures diversifiées et parfois suffisantes pour la subsistance, en obtenant un excédent destiné au marché intérieur. Cependant, dans la région semi-aride du Brésil, au sud de Ceará, dans la municipalité de Mauriti, un exemple d'agriculture familiale a été considéré comme une expérience utile et positive. L'objectif de la thèse était de découvrir et comprendre les conditions de constitution de cette agriculture familiale. À travers l'étude approfondie d'un cas, reconnaître les spécificités de ce phénomène, où l'agriculture familiale est diversifiée et productive, en vérifiant les relations entre l'évolution de la structure foncière, depuis le recensement agricole de 1940, l'accès aux politiques publiques pour le développement de la famille agricole, les acteurs et leurs interventions politiques, économiques et sociales qui constituaient un ensemble de facteurs et produisaient une diversité, une mosaïque d'exploitations familiales, appuyés par l'équation synergique: propriété foncière, capital, travail = production + autonomisation. La méthodologie utilisée pour atteindre les objectifs était des enquêtes documentaires, qualitatives et quantitatives, des analyses et la recréation de données secondaires des principales politiques publiques pour l'agriculture familiale, les indicateurs sociaux et les données secondaires (recensement, PRONAF, PAA, PNAE, Garantia SAFRA). à travers des récits de représentants des différents types d'organisation de l'agriculture familiale de la municipalité. Les résultats montrent la fragmentation des grandes propriétés depuis 1940 et une tendance à la minifundisation. La participation du Partido dos Trabalhadores à la gestion municipale a rapproché les agriculteurs familiaux des politiques publiques, entraînant une différenciation productive de la municipalité par rapport aux autres municipalités de la micro-région. Par conséquent, l'ensemble articulé de certaines actions a contribué au protagonisme de l'agriculture familiale. Il a été conclu que la déconcentration de la structure foncière, la reconnaissance institutionnelle, l'accès au crédit à travers les politiques publiques et les options stratégiques de gestion des systèmes productifs et du commerce de production, alignées sur la gestion publique municipale, constituent un champ de de l'agriculture familiale, même dans la région semi-aride du nord-est.

Mots clés: agriculture familiale, politiques publiques, la structure foncière, semi-aride, Mauriti.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1:	Microrregiões administrativas do Ceará: 31-Barro e 33-Brejo Santo.....	28
Mapa 2:	Localização geográfica de Mauriti no estado do Ceará e sua divisão em distritos e sede municipal .....	36
Mapa 3	Municípios do Vale do Cariri.....	54
Mapa 4	Composição dos pedaços de terra do inventário do Dona Joaquina Maria da Conceição .....	74
Mapa 5	Mauriti, distritos administrativos e a localização dos assentamentos rurais e condomínios produtivos .....	192
Figura 1:	Fotografia de uma das expedições para demarcação das Minas do Coxá, em aurora, liderada por Floro Bartolomeu (deitado na rede à direita) e o engenheiro Adolfo van Den Brüle (deitado na rede à esquerda) .....	59
Figura 2:	Trecho do inventário de Dona Joaquina Maria Da Conceição, casada com Sebastião Pereira do Nascimento .....	69
Figura 3:	Registro oficial da existência de nove herdeiros de Dona Joaquina Maria da Conceição .....	71
Figura 4:	Trecho do censo agrícola de 1920 onde são listados, referente aos proprietários de terra em Milagres, Joaquim Pereira do Nascimento e João Pereira do Nascimento como donos do sítio Cajuhy .....	72
Figura 5:	Registro no livro de índices de documentos de escrituras de compra e venda de terras, tendo como comprador José Joaquim Do Nascimento, um dos filhos do casal Sebastião Pereira e Joaquina Maria.....	72
Figura 6	Árvore genealógica simplificada da família de Sebastião Pereira e Joaquina Maria da Conceição.....	74
Figura:7	Trecho do livro de índice para consulta e busca de livros de registros compra e venda de imóveis rurais no município de Milagres, no Arquivo Público do Ceará .....	77
Figura 8:	Produtos agroindustrializados pela ONG Amigos do Bem, utilizando o trabalho dos agricultores familiares residentes à Agrovila, Coité.....	202
Figura 9:	Pivô de irrigação de grande porte no Condomínio Produtivo Tanquinho...	205

Figura 10:	Registro fotográfico das residências domiciliares no acampamento INCRA .....	219
Figura 11:	Registro fotográfico de uma capela católica na vila de residências do acampamento INCRA .....	220
Figura 12	Localização georreferenciada da Vila Rural do Descanso, latitude 7°28'24.99"S, longitude 38°44'41.77"O.....	222
Figura:13	Fotografia do local de acesso ao assentamento Catingueira II.....	236

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de escrituras públicas de compra e venda de terras em milagres por período ou ano, de acordo com o índice de documentos existentes em poder do Arquivo Público cearense.....	76
Gráfico 2	Número de produtores rurais, conforme o tipo de ocupação: proprietário, arrendatário/parceiro e ocupante em Mauriti nos censos agrícolas 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006 .....	81
Gráfico 3	Evolução da composição da estrutura fundiária brasileira dividida por quartis, segundo os censos agropecuários de 1975, 1985, 1995 e 2006.	83
Gráfico 4	Evolução da composição da estrutura fundiária de Mauriti dividida por quartis, segundo os censos agropecuários de 1975, 1985, 1995 e 2006.	83
Gráfico 5	Percentual de área de grupos de imóveis rurais recenseados menores que 10ha .....	86
Gráfico 6	Percentual de área de grupos de imóveis rurais recenseados entre 10 e 100ha .....	86
Gráfico 7	Percentual de área de grupos de imóveis rurais recenseados entre 100 e 1000ha .....	86
Gráfico 8	Percentual de área de grupos de imóveis rurais recenseados maiores que 1000ha .....	86
Gráfico 9	Número de arados de tração animal e mecânica nos estabelecimentos recenseados de Mauriti, segundo os censos 1970, 1975, 1980 e 1985.....	109
Gráfico 10	Valores contratados no Pronaf custeio, modalidades agrícola e pecuária, no município de Mauriti de 1996 a 2016.....	129
Gráfico 11	Valores contratados no Pronaf investimento, modalidades agrícola e pecuária, no município de Mauriti de 1996 a 2016.....	129
Gráfico 12	Comparativo entre a precipitação pluviométrica anual, o efetivo rebanho bovino e o montante anual de valores de Pronaf liberados em Mauriti (1996-2016) .....	131
Gráfico 13	Comparativo entre a precipitação pluviométrica anual, o efetivo rebanho suíno e o montante anual de valores de Pronaf liberados em Mauriti (1996-2016) .....	133
Gráfico 14	Comparativo entre a precipitação pluviométrica anual, o efetivo rebanho galináceo e o montante anual de valores de PRONAF liberados em Mauriti (1996-2016) .....	136
Gráfico 15	Comparativo entre a produção de feijão, a precipitação pluviométrica anual e o montante de Pronaf liberado em Mauriti (1996-2016) .....	138
Gráfico 16	Comparativo entre a produção de milho, a precipitação pluviométrica anual e o montante de Pronaf liberado em Mauriti (1996-2016) .....	140
Gráfico 17	Comparativo entre a produção de mandioca, a precipitação pluviométrica anual e o montante de Pronaf liberado em Mauriti (1996-2016) .....	142
Gráfico 18	Dados dos recursos do PNAE para compra de merenda escolar de Mauriti, oriundos da agricultura familiar, de 2000 a 2016.....	145
Gráfico 19	Total de recursos do PAA destinados à compra da AF e quantidade de agricultores fornecedores do PAA, de 2011 a 2014 .....	147
Gráfico 20	Número de agricultores beneficiados pelo Garantia Safra no município de Mauriti e o comparativo com o acumulado anual de precipitação pluviométrica (ml), de 2006-2016.....	149
Gráfico 21	Número de aposentadorias rurais concedidas por ano, por idade e por invalidez, no município de Mauriti, de 1996 a 2016.....	151

Gráfico 22	Número de famílias beneficiárias do bolsa família e valor anual total repassado nos municípios das microrregiões 31 e 33 – previsão para 2017 .....	153
Gráfico 23	Número de famílias beneficiárias do bolsa família e valor anual total repassado no município de Mauriti de 2004 a 2016.....	154
Gráfico 24	Número de agricultores com declarações de aptidão ao Pronaf – DAPS, ativas e inativas, nos municípios das microrregiões 31 e 33 .....	155
Gráfico 25	Média de precipitação pluviométrica (mm) no município de Mauriti de 1977 a 2016 .....	159
Gráfico 26	Média de precipitação pluviométrica (mm) no estado do Ceará de 1977 a 2016 .....	160
Gráfico 27	Produção de grãos no Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia, de 1990 - 2012	160
Gráfico 28	Produção agrícola dos estados do Maranhã, Piauí, Ceará e Bahia (mil reais) de 2013-2015 .....	161
Gráfico 29	Subtotais de valores destinados a projetos de abastecimento de água, eletrificação rural e mecanização agrícola no município de Mauriti em toda a fase do projeto São José II .....	172
Gráfico 30	Valores contratados pelo Pronaf, em Mauriti, na categoria investimento, destinados à irrigação, modalidade agrícola e pecuária, no período de 1996 a 2016 .....	173

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	População urbana e rural em Mauriti (em números absolutos e percentuais) segundo os censos de 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010	27
Quadro 2	Quantitativo de famílias atendidas pelos assentamentos PNCF, acampamento INCRA e condomínios produtivos em Mauriti .....	29
Quadro 3	Número de estabelecimentos e área dos imóveis rurais familiares e não familiares dos municípios das microrregiões 31 e 33 do Ceará .....	30
Quadro 4	Categorias de imóveis rurais em Mauriti, segundo metodologia INCRA .	46
Quadro 5	Valor médio do hectare de terra e valor investido em maquinários e equipamentos em Crato, Milagres e Aurora em 1920 .....	62
Quadro 6	Valor médio do hectare nos municípios emancipados politicamente no Vale do Cariri no censo de 1940 .....	63
Quadro 7	Valor médio do hectare nos municípios emancipados politicamente no vale do cariri no censo de 1950 .....	63
Quadro 8	Evolução no número de estabelecimentos em municípios do vale do cariri e uma comparação com Mauriti, de 1920 a 1940.....	64
Quadro 9	Valor médio do hectare nos municípios emancipados politicamente no vale do cariri no censo de 1960 .....	64
Quadro 10	Número de estabelecimentos agropecuários com produtor proprietário por forma de obtenção das terras pelos e agricultura familiar em Mauriti, no censo agropecuário de 2006 .....	65
Quadro 11	Levantamento das partes de terras registradas no inventário de d. Joaquina Maria da Conceição	70
Quadro 12	Tamanho médio dos estabelecimentos rurais recenseadas em Mauriti nos censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.....	84
Quadro 13	Percentual de área dos estabelecimentos rurais de grupos concentrados em nível Brasil, Ceará e Mauriti nos censos agrícolas e agropecuários ....	85
Quadro 14	Classificação dos imóveis rurais em Mauriti em 2010 e 2014 e percentual do total de imóveis e área de cada grupo .....	87
Quadro 15	Comparação dos dados e percentuais dos grupos de área total entre as metodologias do IBGE (2006) E INCRA (2014).....	87
Quadro 16	Índice de Gini de concentração de terras do Ceará e de Mauriti segundo dados dos censos 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.....	88
Quadro 17	Índice de Gini de concentração de terras em Mauriti segundo dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006.....	88
Quadro 18	Índice De Gini E Grau de Concentração da Terra Conforme Dados do INCRA.....	88
Quadro 19	Quantitativo de arados de tração animal e mecânica nos estabelecimentos rurais de Mauriti .....	110
Quadro 20	Propostas metodológicas e resultados obtidos para delimitação do universo da agricultura de base familiar no Brasil .....	114
Quadro 21	Número de contratos, valor total e valor médio do Pronaf liberado em Mauriti de 1996 a 2016.....	127
Quadro 22	População rural de Mauriti acima de 55 anos, segundo os censos populacionais de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 .....	152
Quadro 23	População urbana e rural em Mauriti (em números absolutos e percentuais) segundo os censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	158

Quadro 24	População urbana e rural no Ceará (em números absolutos e percentuais) segundo os censos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 .....	158
Quadro 25	Estrutura fundiária do estado do Ceará em 1980, em grupos de quartis ...	161
Quadro 26	IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano municipal do Brasil, Ceará e de Mauriti em 1991, 2000 e 2010 .....	163
Quadro 27	Componentes do IDHM de Mauriti nos anos 1991, 2000 e 2010 .....	164
Quadro 28	Longevidade, mortalidade, fecundidade em Mauriti nos anos 1991, 2000 e 2010 .....	165
Quadro 29	Renda, pobreza e desigualdade no município de Mauriti em 1991, 2000 e 2010	165
Quadro 30	Valores liberados pelo Projeto São José para abastecimento de água e infraestrutura nos municípios das microrregiões 31 e 33 do Ceará.....	170
Quadro 31	Ações do Projeto São José II, quantidade de famílias beneficiadas, valores financiados dos projetos, de 2002 a 2009, executadas em Mauriti .....	171
Quadro 32	Qtd. de projetos e valor das ações do Projeto São José II no Ceará, por tipo de ação, de 2002 a 2009 .....	172
Quadro 33	Estrutura organizacional da rede de atuação do agente rural prevista no programa.....	176
Quadro 34	Quantidade, valores contratados e valor médio no PRONAF em Mauriti, relacionados à atividade de prestação de assessoria técnica e empresarial; consultoria e elaboração de projetos e treinamentos .....	179
Quadro 35	Timeline de eventos nas esferas federal, estadual e municipal de 1979 a 2016 .....	182
Quadro 36	Quantitativo de agricultores familiares nas bases de dados secundárias	189
Quadro 37	Síntese das entrevistas realizadas nos assentamentos, condomínios produtivos e outros agricultores.....	190
Quadro 38	Mosaico de agriculturas familiares em Mauriti.....	273

## LISTA DE SIGLAS

ADAGRI	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará
AF	Agricultura familiar
APRECE	Associação dos Municípios do Estado do Ceará
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGECE	Companhia de Águas e Esgotos do Ceará
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMPATER	Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO	<i>Food and Agriculture Organizations of the United Nations</i>
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará
FGS	Fundo Garantia Safra
FUMAC	Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUMAC-P	Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico
GERA	Grupo Executivo da Reforma Agrária
GS	Garantia Safra
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Nacional de Desenvolvimento
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MF	Módulo Fiscal
MIN	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Apoio Comunitário
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PAR	Programa Agente Rural
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PROINE	Programa de Irrigação do Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROVAPE	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSJ	Projeto São José
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAAES	Sistema de Abastecimento de água
SDLR	Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional
SEAGRI	Secretaria da Agricultura e Pecuária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>21</b>	
<b>1</b>	<b>CAPÍTULO 1 – DESCORTINANDO A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	<b>52</b>
1.1	A GRANDE PROPRIEDADE RURAL EM MAURITI: ORIGEM, EVOLUÇÃO E DECLÍNIO .....	52
1.1.1.	Aspectos históricos da ocupação territorial de Mauriti.....	52
1.1.2.	Evolução e organização do espaço agrário mauritiense .....	83
1.2	INVISIBILIDADE HISTÓRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	90
1.2.1.	Gênese, reconhecimento, institucionalização da agricultura familiar no Brasil.....	90
1.2.2.	Metodologias, tipologias, o desvelar da agricultura de base familiar no Brasil.....	107
1.3	CONCLUSÕES PARA O CAPÍTULO 1 .....	115
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 2 - JANELAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E INICIATIVAS</b>	<b>118</b>
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS EM NÍVEL FEDERAL.....	118
2.1.1.	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF .....	119
2.1.2.	O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE .....	144
2.1.3.	O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	146
2.1.4.	Garantia Safra.....	148
2.1.5.	Outras políticas sociais correlatas para o desenvolvimento da agricultura familiar .....	150
2.1.5.1.	Aposentadoria rural.....	150
2.1.5.2.	Bolsa família .....	152
2.2	PROGRAMAS ESTADUAIS VOLTADOS À AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO CEARÁ.....	155
2.2.1.	O Projeto São José .....	166
2.3	INICIATIVAS MUNICIPAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.....	173
2.4	CONCLUSÕES PARA O CAPÍTULO 2 .....	183
<b>3.</b>	<b>CAPÍTULO 3 – O MOSAICO DE AGRICULTURAS EM MAURITI: HETEROGENEIDADE E MÚLTIPLOS PROJETOS</b>	<b>187</b>
3.1.	INICIANDO PELA DESCRIÇÃO DO CAMPO.....	191
3.1.1.	Os assentamentos de crédito fundiário.....	194
3.1.2.	Os Condomínios Produtivos .....	202
3.1.3.	Bacia Leiteira de Mauriti.....	213
3.1.4.	Acampamento INCRA – a luta por terra continua.....	215
3.1.5.	Projetos Implantados pelo interesse do Governo – O Perímetro Irrigado do DNOCS e a Vila produtiva Rural do Descanso .....	221
3.2.	TERRA .....	223
3.3.	CAPITAL .....	239
3.3.1.	A COMERCIALIZAÇÃO NO EMPREENDIMENTO FAMILIAR .....	244

3.4.	TRABALHO .....	249
3.5.	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA O EMPODERAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MAURITI .....	257
3.6.	UM MOSAICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES – TIPOS E HETEROGENEIDADE..	269
3.7.	CONCLUSÕES PARA O CAPÍTULO 3 .....	274
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	278
	REFERÊNCIAS	284

## INTRODUÇÃO

A questão de se saber se a grande ou a pequena propriedade territorial é mais vantajosa preocupa os economistas há mais de um século, e ainda não se vislumbra o fim do debate. Isso não tem impedido, contudo, que, enquanto os teóricos discutem o assunto, a agricultura realize uma poderosa evolução, evolução que se pode acompanhar com olhar atento. Mas, para enxergá-la, não se deve fixar a retina exclusivamente sobre a luta da grande e da pequena exploração, não se deve considerar a agricultura em si mesma, independentemente do mecanismo completo da produção social (KAUTSKY, 1980, p. 27).

No Brasil, historicamente, a produção agropecuária resguarda em si um fenômeno constituído de discordâncias e conflitos políticos, econômicos e sociais. No mundo rural, os padrões estabelecidos nas esferas políticas e acadêmicas abrigam, desde a colonização, uma dicotomia entre dois modelos tecnológicos diferentes e que servem de referência para considerar a produção agropecuária brasileira: 1) a agricultura patronal e o *agribusiness*, centrados historicamente na produção de monocultura agroexportadora e considerados como o único caminho viável de modernização para a agricultura brasileira (SACHS, 2001); e 2) a agricultura familiar camponesa, utilizando mão-de-obra familiar, em pequenas áreas de terra, de posse ou não dos seus usuários, cultivos diversificados e voltados majoritariamente para a subsistência, com provável excedente destinado ao mercado interno (WANDERLEY, 2009).

Razões políticas e econômicas diversas, relacionadas ou não às oligarquias rurais, com intuito de manutenção de sua condição de soberania, levaram, ao longo de anos, ao abandono ou trato marginal do segmento da agricultura de base familiar no Brasil. Tal condição resultou, entre outras questões, na alta concentração de recursos fundiários. Guanziroli et al (2009) atentam que uma das justificativas para a manutenção desse posicionamento era o argumento do limitado potencial da agricultura de base familiar e a real capacidade desta para estimular o crescimento econômico nacional. A necessidade do setor agrícola de se adaptar às novas exigências da sociedade moderna, urbano-industrial, levou o ambiente político a ter que decidir quais atores sociais poderiam assumir o projeto de modernização da agricultura e qual projeto seria adotado.

Entretanto, registradas as marchas de enfrentamento desigual, o presente trabalho de tese se apresenta com a hipótese central do entendimento de uma agricultura familiar proficiente e vigorosa, no semiárido do Nordeste brasileiro, cuja apuração foi aprofundada em um estudo de caso. Defender cientificamente o protagonismo da agricultura familiar é, de certa forma, reverberar o que os movimentos sociais, políticos e econômicos há séculos sustentam nas disputas ideológicas e práticas sobre a relevância dessa categoria *versus* a agricultura patronal,

latifundiária. Por esta ótica, Fernandes (2015, p. 387) argumenta que o processo conflituoso, guarnecido de adversidades entre os dois modelos, deve ser amparado pelo “debate paradigmático”, o qual deve ser utilizado como ferramenta para a construção de um modelo de desenvolvimento que não descarte ou marginalize a luta histórica de sobrevivência da agricultura familiar no Brasil; contenda esta, cujo princípio deva ser a “intencionalidade”, manifesta também pela ação cognitiva de construção e debate do conhecimento, no presente trabalho investigativo, especialmente tratando nas hipóteses de uma agricultura familiar virtuosa.

Partindo, então, da defesa que a ação cognitiva é capaz de produzir territórios imateriais, a presente tese adota o raciocínio da linha de intencionalidade de Fernandes (2015, p. 387), quando nos legitima na construção de um conhecimento que ateste o protagonismo da agricultura familiar, pois “o que nos conduz ao debate é tanto o propósito de defender nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, nossos referenciais teóricos, nossos paradigmas, nossas posições políticas”, posicionamento de produção de conhecimento que deve ser complementado pelo ato de “conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas”.

Ratificados então nas nossas intenções de pesquisa, colocamos que a presente investigação persistiu pelo objetivo de compreender a *constituição da agricultura familiar em Mauriti*, localizado no semiárido do Nordeste, ao sul do estado do Ceará. Através do estudo aprofundado de um caso, reconhecer as especificidades deste fenômeno, cenário esse onde a agricultura familiar aparenta ser diversa e produtiva, *averiguando as relações entre a mudança na estrutura fundiária*, a partir dos dados secundários do censo agrícola de 1940, dois anos após sua emancipação político-administrativa, o acesso às políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, os atores e suas intervenções políticas, econômicas e sociais que constituíram uma conjuntura de fatores que resultaram no cenário de uma diversidade, *um mosaico de agriculturas familiares* no município.

Segundo o pensamento prevalecente durante o Governo Militar no Brasil (1964-1985), até o início da década de 1990, o pretense retardo da agricultura de base familiar e a suposta impossibilidade como fonte de crescimento econômico só conseguiriam ser enfrentados pela modernização do latifúndio, opção que poderia aumentar o uso e a eficiência das tecnologias modernas. A condição de modernização do latifúndio, intermediada pela tecnificação, seria a alternativa para assegurar o dinamismo da agricultura e do campo no Brasil.

Fernandes (2008) considera que, em casos como o Brasil, país onde não exista uma tradição democrática, a modernização da economia agrária, além de não garantir uma modificação estrutural ou diminuição das diferenças sociais, econômicas, culturais e políticas, contribui para aumentar a desigualdade entre as classes. É possível que a modernização da agricultura também tenha conseguido ampliar a esfera de controles sociais por setores privilegiados do mundo rural. Neste caso, a modernização se presta a garantir aumento da produtividade do latifúndio, sem alterar a concentração social da renda e do poder.

O próprio segmento de produtores rurais, subsistindo dentro e nas franjas do latifúndio, foi duramente atingido pelas políticas de modernização de viés industrial e pela ausência e/ou insuficiência de políticas voltadas para apoiar, consolidar e expandir a produção familiar, em particular programas de reforma agrária, crédito, pesquisa e assistência técnica (GUANZIROLI et al, 2009, p. 15).

A modernização do latifúndio e a percepção limitada da inserção da agricultura familiar na economia terminaram por desprezar os efeitos sociais negativos de um crescimento econômico baseado na grande propriedade. Entre as consequências estavam (e prevaleceram) concentração de terras e o alto índice de áreas devolutas do território brasileiro. A força política de apoio à grande propriedade, impulsionando a modernização, criou um cenário em que a pequena produção se manteve, porém, em um processo célere de pauperização e extrema exploração (SANTOS, 2001).

Frente a essa trajetória de depreciação histórica da relevância da produção de base familiar, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF inaugura, em meados da década de 1990, um processo de reconhecimento da agricultura familiar - AF e a constituição de instituições de apoio. Para Wanderley (2013), a definição operacional adotada pelo programa propunha, em sua capacidade de atendimento, uma tipologia de beneficiários e que parte da Academia adotou como valor conceitual à categoria AF. Piccolotto (2011, p. 14) alerta, entretanto, que

o reconhecimento, neste caso, não deve ser entendido como um mero reconhecimento jurídico da categoria, pautado em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2006 demarcaram, de forma inédita, nos estudos e metodologias adotadas pelo IBGE, dois espaços categóricos no seu mapeamento: os estabelecimentos **familiares** e **não familiares**. Considerando esta metodologia de delimitação, o censo agropecuário de 2006 apresentou confirmações alarmantes no que tange ao quesito concentração de terras. No

referido relatório, a área geográfica de terras caracterizadas como **não familiares**, apenas 15,6% de estabelecimentos ocupam um total de 75,7% do total da área de terras recenseadas, o que pode demonstrar que, na média em nível Brasil, as terras, em sua maioria, continuam concentradas em poder de apenas um sexto (1/6) do total de proprietários de estabelecimentos mapeados.

A despeito de um quadro tão desfavorável ao grupo definido como familiar em relação à desproporcional concentração de terras favorecendo o grupo não familiar, o mesmo relatório também revelou números importantes oriundos dos sistemas produtivos do primeiro agrupamento. Ocupando apenas 24,3%, ou seja, 80,25 milhões de hectares da área agrícola nacional, esta atividade é responsável por 87% da produção de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% de milho; 38% de café; 34% da de arroz; 58% de leite; 59% do plantel de suínos; 50% da de aves e 30% do rebanho de bovinos (IBGE, 2006).

A relevância social e econômica atestada pelos números do IBGE (2006), sobre a agricultura familiar, mesmo em condições desfavoráveis no quesito de acesso à terra, concentrada esta no grupo que aparenta numericamente não ter a mesma resposta em termos de produção e abastecimento do mercado de alimentos nacional, os não familiares apresentam indícios de que é necessário ter um olhar sobre políticas públicas, modelos de gestão, desenvolvimento de pesquisas e outros meios que possam atestar e apoiar o protagonismo da agricultura familiar brasileira, dada sua potencialidade nas esferas social, econômica e política. Caminhando nesta perspectiva, a presente tese abraçou inquietações acerca de um estudo de caso no semiárido nordestino.

## **CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA**

Mesmo em um quadro tão sombrio de desigualdades no mundo rural, no semiárido nordestino do Brasil, ao sul do estado do Ceará, encontramos um caso que parece destoar de quadros empíricos que registram o enfrentamento das forças discordes entre a agricultura patronal e a agricultura de base familiar, os quais destacam a sobrepujança e hegemonia da grande propriedade: como situação exemplar, analisaremos o protagonismo da agricultura familiar (AF) no município de Mauriti, localizado no Cariri Sul cearense.

A origem de Mauriti, semelhante a muitas localidades brasileiras, inicia-se pela concessão das sesmarias<sup>1</sup> pela Coroa Portuguesa. Constituído originalmente como um distrito<sup>2</sup> do município de Milagres, emancipou-se e regrediu politicamente duas vezes – nos anos de 1890 e 1924. O retrocesso foi justificado em razão de o município que lhe dera origem necessitava estrategicamente da influência da sua votação eleitoral em nível estadual - contabilizada como distrito - e dos dividendos econômicos que Mauriti lhe propiciava (LACERDA, 2004).

No Censo Agrícola de 1920, realizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Mauriti ainda constava como um distrito do município de Milagres e possuía, segundo o relatório, 50 sítios ou estabelecimentos (p. 150). O censo agrícola de 1930 não foi realizado. A emancipação política mauritiense definitiva aconteceu em 1938. Em 1940, o IBGE publica o resultado de um novo levantamento. Neste relatório, esta localidade apresentava 69.019 hectares mapeados em 902 estabelecimentos<sup>3</sup>. Se considerarmos a mesma área geográfica em 1920 (com Mauriti ainda distrito de Milagres) e em 1940 (Mauriti após dois anos de emancipação política), a média de tamanho dos estabelecimentos cai de 1380,38ha em 1920 para 76,52ha em 1940, uma redução em dezoito vezes o tamanho médio dos estabelecimentos rurais recenseados entre os dois períodos.

A vertiginosa fragmentação corrida na estrutura fundiária do município de Mauriti não foi um fenômeno devidamente esclarecido. As lacunas documentais e problemas que serão apresentados sobre as falhas metodológicas nos censos governamentais atestam a dificuldade de esclarecimentos de quando e por quais fatores acontece a divisão de terras mauritienses. Tais condições encaminharam à decisão metodológica de adotar o censo de 1940 como marco temporal para as análises de dados secundários, pós-emancipação administrativa/política municipal. Todavia, coloca-se como hipótese de que o mercado de terras surgiu desde o final

---

<sup>1</sup> Trata-se um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola. A Lei portuguesa das Sesmarias foi efetivada em 1375. Quando a conquista do território brasileiro pelos portugueses se efetivou a partir de 1530, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar. O sistema perdurou no Brasil até 1822, quando José Bonifácio de Andrade e Silva pôs termo a este regime de apropriação de terras. In: COVOLAN, Fernanda Cristina. Sistema sesmarial no Brasil. 2010.

<sup>2</sup> Divisão territorial e administrativa de um município em que certa autoridade administrativa, judicial ou fiscal exerce sua jurisdição naquela localidade assim caracterizada. In: IBGE. Divisão político-administrativa e regional do Brasil, 2017.

<sup>3</sup> Em relação às propriedades rurais, adotaremos a nomenclatura de **estabelecimentos** quando se tratar de dados secundários oriundos do IBGE e **imóveis** quando se tratar de dados secundários obtidos das bases de dados do INCRA.

do século XIX e que já havia, além da divisão de terras por inventariamento de herança das grandes propriedades, transações de compra e venda de terras e outras opções de posse.

No censo agropecuário de 2006, foram mapeados 3.379 estabelecimentos rurais recenseados em Mauriti, em um total de 40.065ha, resultando em tamanho médio de 11,86ha. O percentual acumulado de grupos cujo tamanho vai até 200ha é de 77,09%. Somando a área de todos os estabelecimentos menores que 500 hectares, o percentual acumulado é de 92,49% do total de área recenseada, o que nos aparenta uma tendência à crescente de fragmentação da grande propriedade.

O tamanho médio dos estabelecimentos rurais recenseados em Mauriti, ao longo dos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006, foi decrescendo. O cálculo do total da área recenseada, dividido pelo número de imóveis, tomando por base inicial o censo de 1940<sup>4</sup>, quando o município já havia sido emancipado politicamente, mostra que a média de tamanho dos estabelecimentos decresce progressivamente, de acordo com os registros oficiais, o que aparenta indícios de uma melhor distribuição de terras ao longo de 66 anos. Embora a média possa não ser um indicador favorável para incluir em uma mesma dimensão os grupos familiares e não familiares, todavia apresenta indícios de uma dinâmica de melhor distribuição do recurso terra ao longo dos anos.

Mauriti, até a década de 1980, era uma localidade de pouca expressão no sul do Cariri cearense. A sede municipal, distante cerca de 20km da principal via de acesso, a BR 116, já se constituía como um fator que dificultava a entrada naquela região. Na história de constituição do Estado do Ceará, pouco influenciavam os índices e estatísticas socioeconômicas do estado. Sua participação nos resultados econômicos estaduais era inexpressiva. No boletim Geográfico informativo do IBGE (1969), Mauriti é marcado em mapas de síntese de indicadores econômicos como sendo um “*Centro de 5ª Categoria*”<sup>5</sup>. Ouvi muitas vezes, durante minha

---

<sup>4</sup> Na etapa da qualificação, a banca de avaliadores julgou procedente e orientou considerar os dados secundários a partir de 1940, quando o município estava emancipado politicamente em definitivo. Desde o primeiro registro documental da fundação de Mauriti, em 1706, na concessão da sesmaria, até o ano de primeiro censo agrícola que participa, em 1940, nos deparamos com 234 anos de lacunas documentais que nos permitissem analisar o período que antecedeu a emancipação política municipal.

<sup>5</sup> No Boletim Geográfico do Ceará, publicado em 1969, na 3ª seção – Organização Urbana Regional -, o estudo analisava, dentro do contexto econômico da época, a interligação entre os núcleos populacionais. No texto do referido relatório: “através da superposição dos resultados obtidos na análise a que procedemos, chegamos, finalmente, a uma visão global dessas interligações, expressa graficamente em um mapa das categorias de centros e suas respectivas áreas de influência” (p.38). O município de Mauriti, no citado mapa, estava circunscrito em uma área especificada como sendo de “5ª categoria” (p.39).

infância e adolescência, nas conversas corriqueiras, que só ia ao Mauriti “quem tinha por lá algum negócio”.

Segundo dados do censo populacional do IBGE de 2010, Mauriti possuía uma população de 44.240 habitantes, sendo 52,63% residentes na zona urbana e 42,46% na zona rural, com um total de 11.635 e 6.345 domicílios urbanos e rurais, respectivamente. O IBGE estima que a população de Mauriti em 2016 seja de 46.335 habitantes, acompanhando um crescimento populacional de 4,73% em relação a 2010. O quantitativo da população mauritiense (urbana e rural) teve uma transformação, conforme Quadro 1 abaixo. É possível observar que houve um aumento substancial da população urbana, mas não houve um demasiado decréscimo da população rural:

QUADRO 1: POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM MAURITI (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) SEGUNDO OS CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 E 2010

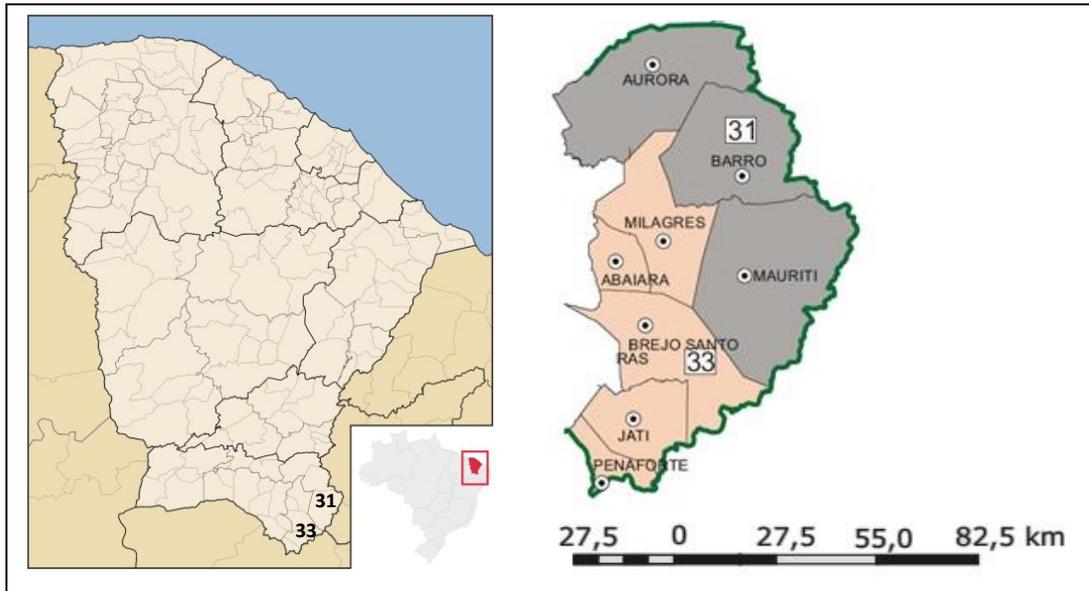
Ano do censo	População urbana	% de aumento ou decréscimo em relação ao ano ant.	% do total	População rural	% de aumento ou decréscimo em relação ao ano ant.	% do total	TOTAL
1970	5.843	-	19%	25.665	-	81%	31.508
1980	7.621	30,43%	21%	28.126	9,59%	79%	35.747
1991	14.270	87,25%	38%	22.883	-18,64%	62%	37.153
1996	15.896	11,39%	42%	22.266	-2,70%	58%	38.162
2000	18.079	13,73%	43%	24.320	9,22%	57%	42.399
2010	23.285	28,80%	53%	20.955	-13,84%	47%	44.240

FONTE: Elaborado pela autora com dados extraídos do sistema DataSus e IBGE de 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 E 2010

A população rural de Mauriti, ao longo dos últimos seis censos populacionais, apresentou variações de crescimento e decréscimo, tendo uma média de redução na ordem de 18,35% em 40 anos, sinalizando relativa manutenção, frente a outros casos de considerável volume de movimentos de êxodo rural ou movimento de urbanização. No mesmo período a população urbana do município cresceu 298,51%. O seu crescimento não foi resultante do deslocamento da população rural.

O estado do Ceará é dividido administrativamente em sete mesorregiões, conforme o Mapa 01, sendo fracionado ainda em 33 microrregiões. Mauriti está localizado na Macrorregião de planejamento Cariri Centro-Sul, Mesorregião Sul Cearense e microrregião do Barro. Na utilização dessa estratégia metodológica, serão destacadas informações dos municípios das microrregiões 31-Barro e 33-Brejo Santo, compostas pelos municípios de Aurora, Abaiara, Barro, Brejo Santo, Jati, Milagres, Penaforte e Porteiras.

MAPA 1: MESORREGIÕES ADMINISTRATIVAS DO CEARÁ: 31-BARRO E 33-BREJO SANTO



FONTE: Elaborado pela autora, adaptado de Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará – IPECE (2016)

Documentos históricos, jornais da primeira metade do século XX registram estes municípios como fazendo parte da mesorregião com o topônimo de Cariri ou Vale do Cariri. Milagres, município do qual Mauriti já foi distrito, foi fundado administrativamente em 1890, sendo antes subordinado ao município de Crato, no Vale do Cariri. Milagres está localizado geograficamente na microrregião 33 e, além de Mauriti, já teve os municípios de Brejo Santo, Abaiara e Barro como seus distritos.

O uso comparado dos dados coletados das microrregiões 31 e 33 se justifica para que se tenha como parâmetro a comparação com Milagres, município que origina Barro, Mauriti (*locus* da pesquisa), Brejo Santo e Abaiara. Acredita-se também que essas comparações poderão apresentar indícios se o ressalto na produção agrícola se deu apenas em Mauriti, ou se isso foi um comportamento que se propagou para os demais municípios das duas microrregiões hereditárias de Milagres.

No censo agropecuário de 2006, juntamente com outros indicadores mais atualizados, como os relatórios de vacinação de bovinos da ADAGRI - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará, é possível evidenciar que Mauriti tem apresentado resultados diferenciados e superiores em relação aos municípios circunvizinhos e que compõem as microrregiões 31 e 33. Os dados apontam que Mauriti produziu mais de 40 mil toneladas de milho e quase 10 mil toneladas de feijão. Esta produtividade o colocou como o 5º maior produtor de grãos do Estado do Ceará (IBGE, 2006).

Na macrorregião do Cariri, dentre os 26 municípios, Mauriti desponta por outro importante indicador, segundo relatório do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Território Cidadania do Cariri (AGROPOLOS, 2010), e as entrevistas realizadas na fase exploratória da pesquisa: o número de assentamentos e condomínios produtivos<sup>6</sup>. Oficialmente o município acomoda dez assentamentos do PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário, um acampamento do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e quatro condomínios produtivos, os quais atendem cerca de 426 famílias, conforme apresenta o Quadro 2.

QUADRO 2: QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELOS ASSENTAMENTOS PNCF, ACAMPAMENTO INCRA E CONDOMÍNIOS PRODUTIVOS EM MAURITI.

PROJETO	Ano do projeto	Nome do Projeto	Qtd. benefic.	Área aquis. (ha)	Valor contr. (R\$)	Valor médio ha
Assentamentos PNCF Acampamento INCRA	2004	Bananeira/Catingueira	10	415,50	137.200,00	330,20
	2004	Açude de Pedra	13	325,00	232.900,00	716,62
	2004	Cajueiro do Coité	12	177,61	192.000,00	1.081,02
	2005	Coité Comprido	25	317,43	100.700,00	317,24
	2005	Pau Branco	12	274,97	168.000,00	610,98
	2005	Riacho do Mel	10	167,24	170.800,00	1.021,29
	2007	Catingueira II	8	123,70	116.400,00	940,99
	2008	Oitis	6	72,27	171.200,00	2.368,89
	2009	Olho d'Água da Mutamba	10	254,35	Não inform.	-
	2010	Edson Tavares	4	22,84	125.440,00	5.492,12
	2010	INCRA	28	630,00	1.300.000,00	2.063,49
Condomínios Produtivos	2000	Tasso Jereissati	14	70,00		
	2000	Waldemar Alcântara	23	100,00		
	2002	Condomínio da mulher	10	9,00		
	2002	Tanquinho	14	112,00		

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pelo sistema E-sic<sup>7</sup>(2018)

Mauriti destaca-se em relação aos demais municípios do Cariri Leste no que tange às relações de cooperação entre a agricultura de base familiar. São 169 associações sem fins lucrativos formalmente constituídas (em ordem decrescente estão Brejo Santo – 81 e Porteiras – 45) (SIDRA, 2017)<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> Os condomínios produtivos são estruturas comunitárias destinadas à produção agropecuária da agricultura familiar. Estão explicados detalhadamente no capítulo 3 da tese.

<sup>7</sup> Esse quadro foi elaborado inicialmente com dados do Relatório do Ministério do Desenvolvimento Agrário do AGROPOLOS (2010, p. 243), o qual só apresentava seis assentamentos de crédito fundiário: Paus Brancos, Bananeira/Catingueira, Açude de Pedra, Riacho do Mel, Coité e Cajueiro do Coité. Buscamos também informações coletadas na entrevista com a Secretária de Agricultura do Município (2017). Posteriormente o Serviço de Informação ao Cidadão forneceu dados atualizados, apresentando dez assentamentos e informações como o valor das terras negociadas nos projetos PNCF.

<sup>8</sup> No capítulo 3 da tese, a revisão bibliográfica sobre Reforma Agrária Assistida pelo Mercado mostra que as associações foram entidades estrategicamente utilizadas para viabilizar a liberação de crédito do Projeto São José, uma iniciativa estadual que fez parte do Programa de Combate à Pobreza, os quais serão melhor detalhados adiante.

Tomando por base o relatório sobre a Agricultura Familiar do Censo de 2006, o Quadro 3 mostra os dados dos municípios das microrregiões 31 e 33 em relação ao quantitativo e área dos estabelecimentos classificados como familiares e não familiares. Mauriti está à frente nos quesitos números de imóveis familiares e o percentual de área desses imóveis em relação à área total recenseada no município.

QUADRO 3: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS IMÓVEIS RURAIS FAMILIARES E NÃO FAMILIARES DOS MUNICÍPIOS DAS MICRORREGIÕES 31 E 33 DO CEARÁ

Município	Estab. Familiar	ÁREA	% em relação à área total	Estab. não Familiar	ÁREA	% em relação à área total	ÁREA TOTAL
<b>MAURITI</b>	<b>3.114</b>	<b>26.165</b>	<b>63,72%</b>	<b>288</b>	<b>14.900</b>	<b>36,28%</b>	<b>41.065</b>
AURORA	2.984	31.754	52,50%	260	28.727	47,50%	60.481
MILAGRES	2.554	14.556	52,12%	257	13.374	47,88%	27.930
BARRO	2.069	22.843	57,64%	161	16.788	42,36%	39.631
BREJO SANTO	1.598	13.640	49,90%	230	13.695	50,10%	27.335
PORTEIRAS	1.387	7.565	46,86%	190	8.578	53,14%	16.143
ABAIARA	755	4.651	56,15%	52	3.632	43,85%	8283
PENAFORTE	491	5.576	58,18%	76	4.008	41,82%	9.584
JATI	480	8.833	36,85%	44	15.134	63,15%	23.967

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2006) sobre estabelecimentos familiares e não familiares (2017)

O mesmo censo agropecuário de 2006 mostra que **77,09%** dos estabelecimentos rurais recenseados em Mauriti ocupavam menos de 200ha de tamanho. Um total de 3.351 imóveis, ocupando 30.886ha, com uma média de 11,86ha por estabelecimento rural. Especificamente no relatório publicado pelo IBGE sobre os dados da AF, pelo critério de divisão de grupos **familiares e não familiares**, são apresentados em Mauriti 3.113 estabelecimentos, em um somatório de 26.165ha de área, classificados como estabelecimentos familiares – **63,72%** dos estabelecimentos rurais recenseados, com uma média de 8,40ha por unidade (IBGE, 2006, grifo nosso).

Se considerarmos os critérios institucionais de enquadramento da categoria agricultura familiar estipulados pela Lei 11.326 (BRASIL, 2006), tomando a condição do tamanho do estabelecimento (menor igual a quatro módulos fiscais<sup>9</sup>), se o município de Mauriti apresenta destaque na produção agropecuária e desde 1940 vem aumentando o percentual de estabelecimentos rurais com área menor que quatro módulos fiscais, é possível relacionar positivamente a origem dessa produção como sendo oriunda da AF. Os dados também

<sup>9</sup> Presumindo que o tamanho de imóveis rurais que se encontram enquadrados no conceito de agricultura familiar dado pela Lei 11.326/2006, são menores que 4 módulos fiscais e tomando por base o tamanho do módulo fiscal em Mauriti (45ha). Lembramos que o tamanho do módulo fiscal varia de município para município.

suscitaram o questionamento se o quadro conjuntural propicia o dinamismo dessa agricultura familiar e como ela pode dar certo.

Até chegar ao ponto da construção da categoria analítica da agricultura familiar e associar os prósperos índices de produção agrícola mauritiense a esta, necessitou-se, inicialmente, uma busca sobre o processo de luta pela terra e como esta chegara às mãos dos agricultores familiares do município. Correlacionar positivamente os índices destacados de produção agropecuária, pressupondo que estes sejam oriundos da agricultura de base familiar, nos levou inicialmente ao esforço empírico de compreender como as terras chegaram a pertencer a esses agricultores, quais os campos de disputa e os agentes que possibilitaram a constituição social e política dessa categoria.

Como assinala Santos (2001, p. 46),

a redistribuição da propriedade fundiária, pela qual a terra adquire significado de um patrimônio familiar, que possibilita aos agricultores familiares a reprodução social do grupo, [...] a segurança de um espaço próprio de vida e trabalho [...] a apropriação de terra aparece como condição de possibilidade da liberdade, questionando a estrutura de dominação fundiária na concentração da propriedade da terra, da renda e do poder, e no limite como uma das condições de construção, já tardia, dos direitos sociais que fazem parte da contemporaneidade do mundo.

## QUESTÕES DE PESQUISA

Partindo dessas inquietações e considerando o município de Mauriti um caso onde reputamos com positividade a agricultura de base familiar, interessa-nos saber: *Quais transformações ocorreram na estrutura fundiária de Mauriti e que propiciaram a base do fortalecimento da agricultura familiar local? Quais aspectos têm contribuído para as mudanças da estrutura fundiária desse município, enquanto um espaço produtivo e onde a agricultura familiar é aparentemente próspera? Quais agências e atores têm sustentado os processos políticos, econômicos e sociais dos projetos de agricultura de base familiar constituída no mundo rural mauritiense? Quais grupos de agricultores familiares têm se mostrado protagonistas nesse novo cenário do município? Ao abordar as dinâmicas econômicas, políticas e sociais, diretamente vinculadas à produção agropecuária mauritiense, estaríamos tratando de múltiplos projetos da agricultura familiar?* Estes são os questionamentos que subjazem nesta investigação.

As primeiras evidências sinalizam para uma confluência de interesses e movimentos que levaram, de um lado, ao município de Mauriti a incluir a agricultura familiar na pauta das

ações para o desenvolvimento local e, de outro lado, tem-se uma conjuntura nacional – governos do Partido dos Trabalhadores (2002 a 2016), que favoreceu a criação de um campo de possibilidades para a agricultura familiar, através da ampliação de políticas públicas já existentes para esta categoria e concomitante, no período de 2005 a 2016, três gestões do Partido dos Trabalhadores. O prefeito municipal de Mauriti, no período de 2013 a 2016, é filho de agricultor, cuja família foi proprietária de lote em assentamento.

Tudo isso possibilita que a tese, ora proposta, afirmar que a *agricultura de base familiar, no semiárido, para se tornar viável, necessita de uma articulação de ações econômicas, políticas e sociais, a saber: transformações na concentração da estrutura fundiária, políticas públicas e ações em nível nacional, regional e local, condições que viabilizam a equação produtiva terra+capital+trabalho=produção+empoderamento*. Tal conjuntura, no município de Mauriti, parece ter revelado o potencial de espaços de uma agricultura de base familiar, a qual aparenta estar alicerçada em uma correlação de forças voltadas para o desenvolvimento de estratégias produtivas, estímulo ao protagonismo e a reprodução social de grupos heterogêneos de agricultores de familiares.

Os capítulos da tese, subsidiados pela relação terra+capital+trabalho<sup>10</sup>, sistematizam discursos conceituais e coletas de dados empíricos, primários e secundários, que ampliam o espectro das questões propostas na presente investigação, apontando como Mauriti, *locus* da pesquisa, irrompeu o obstáculo da concentração de terras, sai de uma posição econômica irrelevante na região do Cariri cearense e alcança o destaque na produção agropecuária regional – apoiado, sobretudo, na dinâmica de uma agricultura de base familiar. Complementando o argumento produtivista com a análise da evolução de indicadores sociais, objetamos, então, o que vislumbramos como prosperidade da agricultura familiar nessa localidade e que justifica o mundo rural mauritiense como um estudo de caso de ascensão dessa categoria social.

---

<sup>10</sup> Para organização do trabalho teórico e a operacionalização de parte das análises empíricas, elegemos, a partir da concepção apresentada por Marx (1985), em O Capital, a perspectiva analítica sobre a tríade terra+capital+trabalho. Por **terra**, adotamos a definição de propriedade fundiária, limitada pelo estabelecido no texto da Lei 11.326/2006, que especifica o tamanho do estabelecimento rural em quatro módulos fiscais ou 180ha (de acordo com o tamanho do módulo fiscal em Mauriti). Para igualmente compreender as relações de produção e circulação de renda oriundas da aplicação do **capital** na terra (agricultura), adotamos empiricamente a análise das políticas públicas e programas em nível federal e estadual – PRONAF e Projeto São José, e de que forma e quais atividades ou bens financiaram, propiciando condições do protagonismo da agricultura familiar mauritiense. Quanto ao **trabalho**, consideramos o conjunto dos meios e objetos que intercalam o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da terra, o que inclui instalações prediais, infraestrutura, incluindo abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, transporte, máquinas e ferramentas.

A presente tese reflete sobre o modo operacional como as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural precisam ser executadas em microcapilaridade para alcançarem seu intuito. O estudo das minúcias pode (e deve) auxiliar o aprimoramento de projetos e ações, que, de modo coordenado, consigam alcançar a diversidade que constitui a essência das muitas e possíveis agriculturas no semiárido nordestino.

Torna-se necessário, portanto, elucidar os mecanismos de funcionamento, as lógicas de produção, interação com os mercados, as estratégias de reprodução social e o universo de representações constituídas por essa agricultura de base familiar aparentemente tão diversificada em Mauriti. Portanto, é necessário levar em conta as diferentes racionalidades e escolha dos agricultores, investigando as estratégias que possibilitaram o acesso à terra, reprodução do grupo familiar e os valores de representação que sustentam.

Para compreender a viabilidade da agricultura familiar no semiárido brasileiro, é necessário concernir primeiramente as transformações processuais que possam amparar a mudança territorial e social. Para isso foi realizada a comparação da estrutura fundiária do censo agrícola de 1940 do IBGE com a configuração atual no município de Mauriti, a fim de confirmar a tendência para desconcentração da estrutura fundiária. Também houve empenho em identificar as agências e atores que constituíram os processos sociais e políticos que possibilitaram a criação dos dez assentamentos de crédito fundiário, o acampamento do INCRA, dois assentamentos por interesses do Governo Federal<sup>11</sup>, os quatro condomínios produtivos de Mauriti<sup>12</sup> e outros espaços de atuação dessa agricultura familiar, necessitando reconhecer e elencar quem são os sujeitos e entidades que fazem parte da construção destes projetos. Este cenário permite destacar que os tipos da agricultura de base familiar constituídos em Mauriti são diversificados, constituindo um **mosaico de agriculturas**.

A heterogeneidade do universo de tipos diversos, dentro da agricultura familiar em Mauriti, conduziu o trabalho investigativo a elencar e sistematizar grupos de agricultores familiares em momentos e condições diferentes de técnicas de trabalho, resultados de produção agropecuária, acesso às políticas públicas e diálogo com os diferentes níveis de governo. Tais características, reunidas em pontos comuns que apresentaram dentro do universo, propiciaram

---

<sup>11</sup> O assentamento da DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - foi implantado por interesse do Governo Militar, em 1972; e o assentamento da Vila Rural do Descanso, implantado pelo Governo Federal em 2016, em razão da necessidade de desapropriação de agricultores cujas terras estavam localizadas no local de parte da estrutura de transposição do rio São Francisco.

<sup>12</sup> As informações sobre os assentamentos e condomínios produtivos foram atualizadas nas visitas de campo e entrevistas com os sujeitos da pesquisa.

o desenho de um mosaico, cuja intenção é demonstrar a complexidade de distinções existentes, as quais necessitam ser incluídas nas revisões de políticas públicas governamentais e ações públicas que possam atender de forma mais equitativa os diversos tipos dentro de um mesmo conjunto categórico.

O trabalho investigativo foi conduzido de modo a levantar o conjunto de políticas públicas e programas em nível federal, estadual e municipal que possam ter auxiliado para alavancar a agricultura de base familiar de Mauriti. Uma vez ordenadas, a pesquisa direcionou-se aos agricultores familiares, com o intuito de perceber quais políticas contribuíram para viabilizar, ou não, sua permanência no campo, quais fatores podem ter influenciado nas escolhas de suas estratégias produtivas. Como proposto, procurou-se refletir sobre a confluência dessas ações de políticas públicas, da política local e de como esta conjuntura contribuiu para a constituição do mosaico da agricultura familiar mauritiense.

Mais que uma reconstituição histórica, pretendeu-se averiguar que fatores parecem ter constituído uma conjuntura onde é possível averiguar a viabilidade da agricultura familiar. As ligações entre fatos, datas, atores, estão fortemente presas às associações, impressões coletadas nas vozes que se pautam nos registros da memória de alguns destes personagens do que propriamente em uma referência lógica de causas. E é obviamente plausível cogitar que a pesquisadora poderia ter trilhado pelas falas em um raciocínio sobre prosperidade.

O conjunto de temas que a tese pretende abraçar, tem início em uma reconstituição processual-histórica<sup>13</sup> da emancipação política, que dá início ao município, até a configuração atual, quando se registra a forte presença da agricultura familiar, encaminhando a necessidade de compreender o histórico do processo de modernização da agricultura no Brasil e a invisibilidade da agricultura familiar, elucidando a luta pelo reconhecimento deste segmento, as políticas públicas, e a diversidade de atores, espaços e formas de organização produtiva. Por fim, foram apresentados os limites do conceito e o mosaico que compõem a agricultura de base familiar em Mauriti. Como alerta Picolotto (2011, p. 15), é possível persistirmos pela:

busca de explicações sobre os processos sociopolíticos que possibilitaram a emergência dos agricultores familiares como personagens políticos na atualidade e o reconhecimento que alcançam requer a problematização sobre a formação e as

---

<sup>13</sup> O exame dos fatores que contribuem para explicar os processos sociais e a articulação destes entre si apoia-se em Elias (2008, p. 196). A concepção temporal é marcada pelo caráter histórico-processual e os múltiplos territórios marcados pelas relações de poder. São essas relações que originam configurações concretas, de acordo com diversas épocas históricas. Na visão de Elias, o processo de mudança, mesmo contínuo, não se desenvolve de forma linear e simples. As configurações da realidade carecem de começos. “Trata-se de explicar as transformações nas configurações a partir de outras transformações em outras configurações, os movimentos a partir dos movimentos e não a partir de uma coisa primeira, entendida como princípio imóvel”.

mudanças por que passaram os grupos sociais que o precederam. Ou, melhor seria dizer, uma releitura da história dos grupos sociais que deram origem a este novo personagem político. Uma releitura que permita evidenciar a presença de grupos de agricultores de base familiar que foram, muitas vezes, condenados à invisibilidade pela história oficial por terem sido considerados de menor importância frente às grandes explorações agropecuárias e suas formas de trabalho predominantes (escravo, assalariado, dentre outras). A releitura desta história requer mostrar a presença onde era apontada a ausência, fazendo um rompimento com interpretações correntes.

A hipótese que guia os argumentos dessa tese reitera que apenas o acesso à terra não é condição suficiente para o agricultor familiar sobreviver. É necessária uma conjuntura articulada de forças econômicas, políticas, técnicas e sociais que possam constituir uma correlação para a sobrevivência desses atores, retomando que a base de sustentabilidade da agricultura familiar se conjuga pela terra+capital+trabalho, estruturando a trajetória histórica de Mauriti, a qual parece ter conseguido protagonizar a construção de um espaço da agricultura familiar. Afastando-nos da pretensão de criar modelos, problematizar fatos que tem viabilizado o empoderamento dos agricultores familiares, da agricultura familiar e sua reprodução no semiárido nordestino, tomando o caso em Mauriti como um exemplo dessa situação.

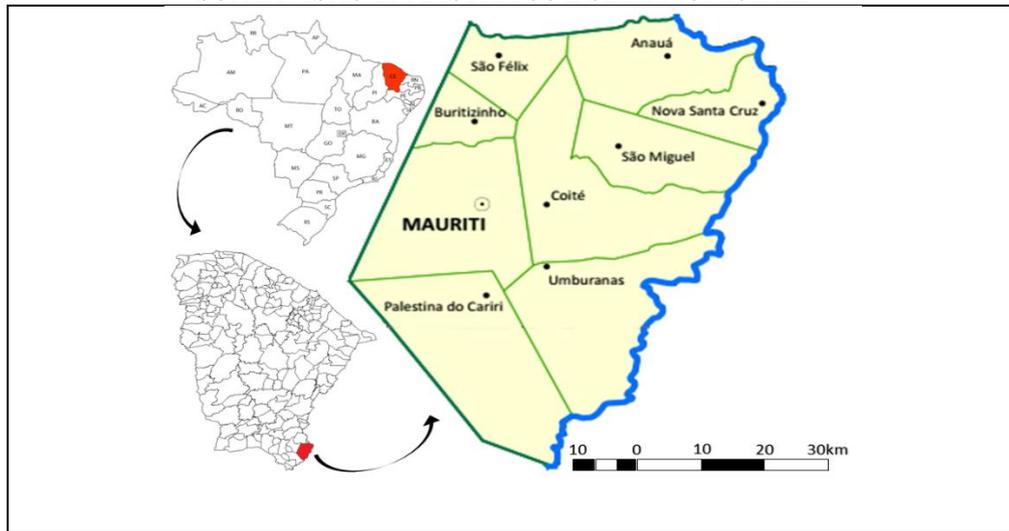
Embora os dados secundários sobre o comportamento do número e área de estabelecimentos nos dados dos censos de 1940 a 2006 apontem para a mudança na estrutura fundiária de Mauriti, ainda foi necessário persistir sobre informações para compreender as causas para este fenômeno, quanto aos agentes, lutas ou razões que auxiliassem a explicar a desestruturação fundiária. A algidez dos números encaminhou a investigação para estratégias subjetivistas que pudessem compor o fazer praxiológico na presente investigação, optando pelo estudo qualitativo, com o uso de um conjunto de técnicas que ampliaram as possibilidades de compreensão das questões pertinentes ao estudo de caso proposto.

Houve, como conjectura, o pressuposto de que a ação do governo municipal, preenchendo as microcapilaridades das possibilidades de Políticas Públicas e projetos em nível Federal e Estadual, se constitui como um dos elementos relevantes para alavancar o protagonismo dessa agricultura de base familiar, no tocante ao esforço que pode empenhar para promover a aproximação dos atores/agricultores familiares dos direitos sociais, acesso às oportunidades econômicas e a possibilidade de empoderamento político. É como um cimento, produzindo liga e a força que sustenta uma parede de tijolos. Essa é uma questão eivada de inspiração para a realização do estudo que se pretendeu aprofundar.

O campo empírico da presente pesquisa, o município de Mauriti, está localizado ao sul do estado do Ceará. Sua área geográfica compreende um total de 1.045km<sup>2</sup>. Quanto ao clima, o município está incluído na área de abrangência do semiárido brasileiro, definição determinada

pelo Ministério da Integração Nacional (2005). Segundo Censo do IBGE (2010), a população do município é de 44.240 habitantes. A estimativa populacional publicada pelo IBGE em 2016 aponta para um contingente de 46.335 habitantes, totalizando um crescimento da ordem de 4,74%. Enquanto para o município de Milagres, seu vizinho territorial e município do qual Mauriti se origina apresenta uma estimativa de decréscimo é de -0,08%. O Mapa 2 apresenta a localização municipal no estado do Ceará e sua atual subdivisão em oito distritos e a sede.

MAPA 2: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MAURITI NO ESTADO DO CEARÁ E SUA DIVISÃO EM DISTRITOS E SEDE MUNICIPAL



FONTE: Elaborado pela autora com base em mapas do IPECE (2015)

A construção do presente objeto de estudos, especificamente no município de Mauriti, se fortaleceu em 2005. O então Prefeito municipal, Isaac Júnior (PT – Partido dos Trabalhadores), providenciara junto aos servidores da secretaria de desenvolvimento econômico uma capacitação com pessoas ligadas ao governo estadual para orientar os agricultores familiares sobre como participar do edital da merenda escolar<sup>14</sup>. Tal atitude me impressionara. Principalmente partindo de um gestor Municipal. O senhor Isaac Júnior comentou, na abertura de uma dessas formações, que ele reprovava veementemente que na merenda escolar de Mauriti fosse consumido uma sardinha comprada em Mato Grosso e a carne de bode, o ovo e a goma do Agricultor mauritiense não fosse consumida pelos alunos.

Aquela ação chamou nossa atenção pela postura do gestor Municipal em querer fortalecer o agricultor, permitindo que o excedente de produção pudesse ter condições de

<sup>14</sup> Recordando que a Lei nº 11.947, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, conhecida como a Lei da Merenda Escolar, só fora promulgada em 16 de junho de 2009, a qual preconizava que do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deveriam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

adentrar no ciclo econômico de Mauriti, disponibilizando a esses uma via de comércio para o que produzissem, além da venda na Feira Livre Municipal ou a entrega dos produtos aos atravessadores<sup>15</sup>. A atitude do gestor municipal nos parecia bem diferente do que normalmente se conhece de um perfil da estrutura política municipal de localidades de médio e pequeno porte, em que as compensações políticas são realizadas pela contratação para trocas de favores eleitorais, o que comumente inclui o benefício de grupos econômicos dominantes. A ênfase política voltada ao grupo de agricultores familiares nos pareceu uma novidade.

Relembro também que outra importante ação do governo Municipal, à mesma época, foi aproximar os agricultores locais do escritório da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento<sup>16</sup>. Nesse período um atravessador comprava um saco de farinha de 60 Kg ao agricultor ao preço de R\$ 16,00. Com a instalação do escritório da Conab em Mauriti e o acesso do agricultor a este, o mesmo saco de farinha era comprado por até R\$ 39,00. Uma valorização da ordem de 144% no preço do produto. Entretanto minha percepção registrada que havia outros ganhos além do preço de venda.

Alguns indícios também pareciam apontar que os agricultores do município possuíam excedentes de suas produções a serem comercializados e que algo na sede do município estava servindo de atrativo para aquelas pessoas. Mauriti teve, no passado, feiras locais - na sede municipal e na zona rural - de expressivo movimento comercial. Mas agora esta modalidade de venda parecia concentrar-se na sede do município e não mais nos distritos.

Nesse mesmo ano eu conheci o Sr. Antônio Cartaxo, então secretário de desenvolvimento do município, o qual realizava uma proposta investigativa para melhoria das principais categorias de trabalhadores informais do município: os feirantes, os mototaxistas e motoristas de transportes alternativos que fazem as linhas<sup>17</sup> da sede de Mauriti para os sítios e para outras localidades. Fizemos um trabalho de coleta de dados para traçar o perfil

---

<sup>15</sup> Comerciantes livres, que atuam na função de intermediários comerciais. Na agricultura é uma ocorrência comum. Os atravessadores fazem a compra da produção do agricultor, geralmente adquirindo a preços bem abaixo do mercado e revendendo-os para outros compradores. Algumas vezes essa prática decorre em função de que o agricultor não dispõe de veículo para comercialização de seus produtos em mercados, feiras ou locais para este fim.

<sup>16</sup> A Companhia Nacional de Abastecimento é um órgão federal, cujas operações são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O órgão é executor de políticas públicas para o abastecimento alimentar no país, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), no qual o governo compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários, também tem presença efetiva da Conab na sua execução, em parceria com outros órgãos governamentais.

<sup>17</sup> Linha é como denominam o percurso de trânsito de transportes alternativos (vans e micro-ônibus) entre municípios ou da sede do município para os distritos rurais.

socioeconômico daqueles trabalhadores e apresentar ao prefeito do município algumas propostas de melhorias (na época, Isaac Júnior, do Partido dos Trabalhadores - PT).

Daquele levantamento resultou a construção do mercado municipal e o projeto que possibilitara meu ingresso no mestrado em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual do Ceará. A construção do mercado foi realizada em local estrategicamente sugerido como sendo muito próximo das principais ruas onde já funcionava a feira-livre. Todavia, em condições mínimas de abrigo seguro para os feirantes; livres de chuva e protegidos do sol; condições básicas de higiene e descarte do lixo; lugares apropriados para o armazenamento das mercadorias; disponibilidade de banheiros e barracas melhor distribuídas para o devido uso dos feirantes.

Reunindo nossas antigas impressões e os dados secundários sobre a mudança na estrutura fundiária e a produção agropecuária municipal, parecia ali se constituir um cenário aparentemente favorável à agricultura familiar. Nosso primeiro pressuposto esteve centrado no fato de que uma conjuntura de forças políticas e econômicas, um somatório de resultados de políticas públicas e iniciativas de projetos municipais, a qual estruturava a coincidência do governo petista em nível federal e municipal a partir do ano de 2003, desde o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se constituía uma alavanca capaz de impulsionar a capacidade produtiva dos agricultores familiares locais.

## **COMPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **TÉCNICAS DE PESQUISA**

Durante o percurso da presente pesquisa utilizou-se uma composição de estratégias e técnicas metodológicas, que pudessem dar conta do estudo em profundidade, justificando o estudo de caso. O estudo de caso é uma modalidade investigativa, cuja escolha depende do tipo de questão proposta. Especialmente quando o pesquisador não tem possibilidade de controlar os eventos examinados. O foco dessa estratégia é um fenômeno contemporâneo da vida real. Os procedimentos metodológicos envolveram múltiplas fontes de dados que auxiliaram no aprofundamento das informações para composição do fenômeno. Por tal razão é que o estudo de caso acomoda várias fontes de evidência e proposições teóricas para orientar a coleta e análise dos diversos tipos de dados (YIN, 1994).

Ao escolher Mauriti como um estudo de caso, segundo Alves-Mazzoti (2006), é possível favorecer ou contestar generalizações assumidas, sendo crucial, ao adotar esta modalidade de pesquisa, não objetivar universalizações para além do estudo, mas otimizar a compreensão do caso. Stake (1995) recomenda que o resultado do estudo de caso tenha originalidade em decorrência da sua natureza, histórico, contexto ou exemplo reconhecido.

Compondo as análises aprofundadas do estudo de caso, o uso **dos dados secundários** possibilitou subsidiar o processo de coleta e análise do protagonismo da agricultura familiar em Mauriti. Apesar de não explicar em toda sua complexidade o fenômeno social, todavia foram os relatórios divulgados sobre a estrutura agrária municipal e os índices de produção agropecuária, divulgados pelo Instituto Brasileiro de geografia e estatística e outros órgãos que conduziram, inclusive, a elaboração de parte dos pressupostos da investigação.

A tese utilizou-se fartamente de **dados secundários**, devidamente organizados e, em apresentação visual comparativa entre evidências, as quais pudessem complementar análises visuais dos fatores que pudessem ter influenciado positiva ou negativamente a conjuntura da agricultura familiar, foram fontes recorrentes de orientações para avaliar os desdobramentos, acesso e resultados de políticas públicas. Organizadas em gráficos ou quadros, a fim de tornar acessível o entendimento cronológico e, conforme os pressupostos construídos, possibilitar a observação, via recurso visual estruturado, os marcos políticos e como se comportaram as condições sociais e econômicas atreladas à agricultura familiar do município em estudo.

Para confrontar as diversas bases de dados secundários que operacionalizaram a categoria AF, utilizou-se diversas fontes, principalmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS, o Banco Central do Brasil – BACEN, o qual detém informações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estes dados foram explicitados de forma sintetizada e didaticamente organizados durante os capítulos 1 e 2 da tese. Dados sobre a implementação das principais Políticas Públicas para o fortalecimento da AF.

A *pesquisa documental* foi a base das respostas às questões organizadas no Capítulo 1. Foram estudados e decifrados inventários e escrituras de terras do Século XX no município de Milagres/Mauriti, documentos que pudessem dar conta da historicidade das transformações fundiárias presentes nas relações de compra e venda de terras, no processo de herança e na perspectiva encontrada dos casamentos consanguíneos e a estruturação genealógica de algumas famílias proprietárias de terras. A análise textual e histórica de Leis, decretos e documentos

regulamentários foram fontes documentais organizadas de forma processual, que pudessem auxiliar a reconstituir historicamente a institucionalização e o reconhecimento oficial do mundo rural, seus atores e especificidades, bem como a agricultura familiar como categoria social.

Os **dados qualitativos primários**, coletados em entrevistas com os diversos atores e agentes que fazem parte da composição do cenário da agricultura familiar em Mauriti, foram evidências que auxiliaram a preencher as interpretações conjuntas com os dados secundários. As falas propiciaram o preenchimento de lacunas importantes e o entendimento de aspectos culturais e sociais para elucidar os fatores que se constituíram como fortalecedores da agricultura familiar municipal.

No empenho em compreender o processo de geração das práticas adotadas pela agricultura familiar, optou-se metodologicamente por apreender histórias individuais e coletivas. Daí a justificativa para o uso da narratologia<sup>18</sup> e da análise narrativa (BARTHES, 1971). Havia uma intenção em assimilar como os agricultores haviam interiorizado a exterioridade da posse de terras, constituindo-se uma categoria social que lograra protagonizar ao longo do tempo.

Ao contar suas histórias, os sujeitos organizam suas experiências de vida e constroem sentido sobre si mesmos e o contexto ao qual pertencem. A depender da habilidade de condução da narrativa, adequação acontece nas dimensões de tempo e espaço. Ao analisar tais histórias, é possível atingir e aprofundar a compreensão inteligível sobre as ocorrências da vida social desses atores.

É importante ressaltar que, quando o pesquisador estrutura o roteiro de uma entrevista, mesmo que apenas elabore pinceladas de direcionamentos de uma semiestrutura, para construção da narrativa, aciona suas próprias lentes para enxergar o seu universo de pesquisa. Contudo, a despeito de relativismos, o mundo social se constrói a partir do momento que é discutido, fazendo com que os significados sociais sejam frutos não de uma descoberta, mas de uma idealização ativa e contínua. Bourdieu (1999, p. 693) tutela esse percurso metodológico, pois não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua

---

<sup>18</sup> A narratologia é a Teoria das narrativas, artefato cultural que conta histórias. Como teoria, ajuda a compreender, analisar e avaliar as narrativas. In: BAL, Mieke. *Narratology: introduction to the theory of narrative*. – Canadá, University of Toronto Press Incorporated, 1997. O estudo e adoção da narrativa como técnica investigativa é uma opção de valorização da experiência humana. A técnica funciona como uma estrutura aberta e mutável, permitindo ao pesquisador conceber a realidade em permanente transformação e reconstrução. A narrativa “relaciona o desconhecido ao desconhecido...é utilizada para explicar (ou interpretar) um conjunto de fenômenos...As formas narrativas são altamente dependentes do contexto cultural”. In: BROCKMEIER, Jens. *Narrativas: problemas e promessas de um paradigma alternativo*. Psicologia: reflexão e crítica. 16 (3), 2003. P 525-535.

generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga.

Ao reverberar a compreensão do discurso narrativo, as análises revelam esses enunciados como práticas sociais construtivas da realidade, afastando a probabilidade de, na pesquisa, utilizar o desenho de identidades carregadas de estereótipos ou modelos pré-concebidos, possibilitando uma atenção diferenciada de como os atores sociais (agricultores diversos do mosaico mauritiense) se constituíram ao longo do tempo, bem como a maneira pela qual instituíram e asseguraram seu espaço.

Ainda nas primeiras incursões à campo, com vistas à construção da tese, o olhar sociológico sobre a agricultura familiar encaminhou esforços para um posicionamento diferenciado de experiências de pesquisas anteriores, cujas lentes de observação tinham o filtro das Ciências Administrativas. Para iniciar o exercício empírico, acostou-se ao conhecimento prévio que se tinha sobre o município, mas com o filtro inicial da variável tempo. Afinal, buscava-se alcançar as razões históricas que levaram ao esfacelamento das terras mauritienses. As primeiras diligências foram por pessoas idosas, cujas vivências pudessem subsidiar as investigações.

Esta decisão encaminhou estratégias na busca por antigos moradores, os quais pudessem emprestar histórias, fatos e eventos guardados em suas memórias de sessenta, setenta anos atrás e que pudessem auxiliar nas explicações sobre as relações familiares e detalhes sobre como e porque ocorrera a desestruturação da grande propriedade que, conseqüentemente daria origem à agricultura de base familiar naquela localidade.

As primeiras investidas para coleta de dados no campo foram feitas ainda nos anos de 2014 e 2015. Tomando por base o pressuposto de uma suposta correlação de forças políticas que teria criado as condições para o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar no Mauriti, buscou-se também as falas institucionais. O acesso era feito diretamente na sede do município, procurando os órgãos ou secretarias do governo municipal e seus representantes, nos seus locais de trabalho, em horário comercial. À essa época, o prefeito municipal, Evanildo Simão, do Partido do Trabalhadores<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Evanildo Simão, prefeito de Mauriti de 2013 a 2016, é filho de agricultor. Seu pai é assentado desde a fundação, em 1972, do Perímetro irrigado da Quixabinha, em Palestina, distrito municipal. Trabalhou de 1994 a 2004 no sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mauriti. Sua primeira eleição foi em 2000, reeleito em 2004. Formou-se em História na Universidade Regional do Cariri, sendo eleito prefeito municipal em 2012

No escopo das estratégias metodológicas, foram empregadas diligências para conseguir contatos com pessoas conhecidas e que poderiam nos conduzir aos informantes no campo. Buscou-se, também, coletar falas e impressões institucionais do governo municipal sobre o desenvolvimento da agricultura familiar. Foram inicialmente realizadas seis entrevistas entre os meses de fevereiro e março de 2015, tendo como informantes: o prefeito, a secretária de agricultura do município, um técnico agropecuário efetivo, o gerente da ONG Amigos do Bem, localizada há dez anos em um dos condomínios produtivos, um técnico em agropecuária e consultor autônomo, mas que atuou 10 anos em Mauriti com atividade de assessoria técnica e a atual gerente da Ematerce - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, órgão em nível estadual responsável pelo acompanhamento de políticas de assistência técnica e extensão rural.

A ausência ou dificuldade de documentos que pudessem nos ajudar a elucidar a razão da desestruturação da grande propriedade, encaminhou a investigação a encontrar outras fontes de informações. O acesso ao cartório de registro de imóveis municipal não logrou êxito por duas razões. Uma delas em função da data de registro dos primeiros documentos de datação de terras, realizado em Mauriti apenas a partir do ano de 1934. O outro foi a dificuldade de acesso. Sempre a pesquisadora era atendida por funcionários do cartório, os quais nos faziam promessas de contato com os proprietários para verificar a possibilidade do acesso ao acervo de escrituras. Tentativas malogradas essas.

Como alternativa metodológica, optou-se por obter, na fala de moradores antigos e descendentes das famílias fundadoras, subsídios que pudessem conduzir o esforço empírico ao alcance dos objetivos traçados, especialmente no que se refere à coleta de informações que auxiliassem a entender a razão da configuração da estrutura fundiária municipal. Foram realizadas mais quatro entrevistas em 2016. Nessa ocasião, adentrou-se no campo por acessos mais convenientes para se chegar até informantes que pudessem ter o privilégio de memórias sobre o tempo antigo.

Em todos os momentos de entrevistas para reconhecimento do campo, a estratégia que se mostrou mais eficiente foi procurar pessoas que fossem conhecidas ou que algum parente ou amigo pudesse indicar. Explicada a razão do trabalho, agendava-se um dia e local específico para que esses contatos intermediassem o acesso ao entrevistado. Apesar de trabalhosa essa logística de coleta de informações, foi a alternativa possível, dada a especificidade da idade avançada dos informantes e os cuidados especiais que envolvem o contato prolongado para a construção de uma narrativa com um entrevistado idoso.

As entrevistas dessa etapa foram feitas nas residências dos informantes. O primeiro contato sempre era estabelecido entre o intermediário e um parente do idoso. Geralmente um filho ou neto. Nos quatro casos, os parentes que recepcionavam a pesquisadora tinham a impressão que se alcançaria êxito, em função de sua intuição de que o entrevistado não lembraria de fatos ou eventos passados. Um dos casos, os filhos nos informaram que seu pai havia “perdido a memória” por um problema de saúde. Contudo, como chegar até aquele momento nos custara muito esforço, e por respeito ao entrevistado a importância deste à construção do conhecimento por nós proposto, insistimos em realizar uma tentativa assim mesmo.

As entrevistas, realizadas nos ambientes domésticos, as quais sempre ficavam, obviamente, próximas a seus ambientes de trabalho. Todo o processo de coleta, o qual incluía entrevista e registros fotográficos de parte da área de trabalho levava, entre deslocamento e realização, cerca de quatro horas para cada uma das intervenções. Todas foram realizadas com facilidade e com postura colaborativa dos participantes.

Nos anos de 2016 e 2017 houve um empenho em conseguir os dados secundários que subsidiaram as análises da tese e o amadurecimento teórico do trabalho. Nos meses de setembro a dezembro de 2017 realizamos com agricultores representantes dos assentamentos e dos condomínios produtivos e de agricultores independentes, que haviam adquirido suas terras através de compra. No mês de fevereiro, após o amadurecimento necessário para a finalização da pesquisa, ainda persistindo sobre a questão de quando e como havia acontecido a falência e desestruturação do latifúndio, foram realizadas mais duas entrevistas. Dessa vez buscou-se a fala de representantes de famílias identificados como grandes latifundiários, no passado, em Mauriti e uma entrevista com o presidente da associação do assentamento Tanquinho, para deixar o mínimo de lacunas empíricas.

Em ambas as fases das entrevistas foram utilizados gravador de voz e câmera fotográfica. O gravador foi um recurso importante na construção narrativa. Principalmente nas entrevistas com os idosos. Mesmo com pontos para auxílio da condução da conversa, alguns fatos pessoais, recapitulados pela memória do entrevistado, precisavam de uma atenção especial da pesquisadora. Um fato, data ou até mesmo uma expressão facial ou corporal era o gancho para uma pergunta que não fora previamente estabelecida, mas que poderia ser mais eficaz para captar a memória tão ansiada por nós.

Segundo Pollak (1992), a memória, que a princípio aparenta ter um caráter individual, também pode ser compreendida como um fenômeno coletivo e social. Desta feita, entendida como uma construção coletiva, está constantemente submetida a transformações e mudanças. A memória é composta por personagens, ganha contornos de acontecimentos e arrola lugares para sua constituição. Os ganchos de datas e fatos históricos para auxiliar a retomada das memórias do narrador/entrevistado, são elementos que ajudam a construir o sentimento de pertencimento aos fatos pretéritos<sup>20</sup>.

A pesquisa não se propôs a usar a memória como um dado para a demarcação de identidade individual ou o resgate mecânico de elementos históricos e seus pormenores de reconstrução cronológica. Obviamente são detalhes importantes e enriquecedores da reconstrução processual de constituição e protagonismo da agricultura familiar em Mauriti. Todavia, compreendendo a memória como resultado da interação social, optou-se por utilizá-la como um recurso para aproximar a narrativa dos entrevistados como um meio de relacioná-los aos grupos e instituições aos quais estão inclusos ou com os quais tem algum sentimento de pertença. Como pistas em uma teia hermenêutica (MENEZES et al, 2003).

## LÓCUS DA PESQUISA

Mauriti é um lugar que mora nas minhas gavetas com a etiqueta do fascínio. Desde o mestrado, concluído no ano de 2008, a análise recorrente de dados estatísticos sobre sua localidade nos inquietava. O espaço mauritiense havia nascido do desmembramento geográfico e político do vizinho município de Milagres, mas em diversos aspectos, especialmente àqueles relacionados à produção agropecuária, superava sua terra mãe em aparente prosperidade, bem como outros locais da mesma microrregião geográfica em questão.

Recordo-me que em 2004, antes de ingressar no mestrado, tive a oportunidade de visitar Mauriti em virtude da divulgação de um projeto educacional, de uma instituição de ensino superior que se instalara na região. Fiquei impressionada ao visitar a feira-livre. A praça

---

<sup>20</sup> A estratégia de acesso às memórias dos entrevistados que mais nos pareceu funcionar, no sentido de conduzirmos a conversa até o ponto do entrevistado conseguir acessar sua lembrança nos fatos históricos que nos responderiam aos objetivos específicos da investigação era uma tarefa que sempre iniciava com a recapitulação de eventos pessoais. Datas de casamento, nascimento dos filhos e, em seguida, eventos políticos como eleições municipais, estaduais e federais, até chegarmos às explicações sobre como a agricultura familiar havia conseguido acessar a terra. Recordar a compra da terra da família ou quando a mesma havia sido partida em herança nunca era a primeira questão a ser abordada. Esse caminho que roteirizava as narrativas acontecia como o mais apropriado para acessar as falas que comporiam as respostas à nossa investigação.

da igreja matriz e suas ruas circunvizinhas pareciam um mar cheio de jangadas, metaforicamente comparando com as barracas dos feirantes. Era difícil a locomoção e o trânsito de veículos na parte central da sede do Município, mais precisamente no entorno da igreja matriz. Aquelas inquietações foram transformadas em esforço investigativo na ocasião do doutorado.

Como estratégia para localização no vasto espaço campo geográfico, foram utilizados mapas estaduais e municipais, certidões civis, escrituras de terras, ou seja, dados que auxiliassem na recomposição de datas e mapeamentos sobre Mauriti. Realizou-se, para responder ao objetivo específico do desenho da agricultura familiar municipal, 16 entrevistas estruturadas, seguindo o roteiro de perguntas que viabilizasse conhecer sobre as variáveis terra, capital e trabalho, bem como informações sobre o acesso à terra, constituição do assentamento ou condomínio produtivo. As entrevistas contemplaram representantes dos assentamentos Pau Branco, Cajueiro do Coité, Edson Tavares, Bananeira/Catingueira, Catingueira 2, INCRA<sup>21</sup>, Riacho do Mel, Vila Produtiva Rural do Descanso, Quixabinha/Palestina e Tanquinho; dos condomínios<sup>22</sup> Tasso Jereissati, Waldemar Alcântara e Condomínio da Mulher; e duas entrevistas com agricultores que não fizeram parte dos consórcios para compra de terras: Senhor Dozinho Fernandes, no São Félix e na chamada Bacia Leiteira de Mauriti.

Os agricultores mauritienses, localizados nos oito distritos rurais municipais (Mapa 2), nos dez assentamentos PNCF, no acampamento INCRA, nos quatro condomínios produtivos e outros sitiantes estão distribuídos conforme o Quadro 4. Dados mais atualizados do INCRA, porém utilizando uma metodologia diferente do IBGE, apresentam 35,90% de área de minifúndios e 42,28% de pequenas propriedades (tamanhos compatíveis com a definição da Lei 11.326/2006 da Agricultura Familiar), somando um total de 78,18% de propriedades caracterizadas dentro do limite de tamanho de área como sendo estabelecimentos de agricultura familiar em Mauriti.

---

<sup>21</sup> No dia 3 de novembro de 2017, no acampamento INCRA foram realizadas duas entrevistas. No dia em que nos dirigimos até o local, conversamos inicialmente com um grupo de moradores, em que uma das pessoas se destacou na conversa e no final da tarde como senhor Francisco Alderir, considerado pelo grupo como uma das lideranças do assentamento.

<sup>22</sup> Descobrimos, com a principal mobilizadora dos assentamentos de crédito fundiário, Dona Mazé (Maria José Lucena), que os condomínios são assim denominados porque o acesso à terra se deu através de negociação com o proprietário onde, no caso do Tasso Jereissati e Waldemar Alcântara, o proprietário da área total negociada, permaneceu no projeto de produção agropecuária como um dos proprietários de lotes.

QUADRO 4: CATEGORIAS DE IMÓVEIS RURAIS EM MAURITI, SEGUNDO METODOLOGIA INCRA

Categoria do imóvel rural	Total de imóveis	Total de área (ha)	Percentual em relação à área total
Minifúndios	3.538	32.186,45	35,90%
Pequenas propriedades	461	37.901,23	42,28%
Médias propriedades	65	19.557,63	21,82%
Grandes propriedades	-	-	0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.064</b>	<b>89.644,31</b>	<b>100%</b>

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados fornecidos pelo INCRA (2014)

## INTERLOCUTORES

O acesso aos dados primários, esforço que se constituiu na realização das entrevistas que subsidiaram a investigação, é uma tarefa cuidadosa, visto tanto o aspecto da extensão territorial de Mauriti e o distanciamento dos projetos comunitários de agricultura familiar ou outras iniciativas. As residências no mundo rural são espaçadas e levam considerável esforço e recursos financeiros para o acesso aos espaços onde trabalho e moradia são divididos.

Há de se considerar também o aspecto de se tratar de uma pesquisadora adentrando em um mundo, que embora resguarde o espaço das vivências familiares, mas em relação ao trabalho ainda é majoritariamente masculino. Então tornou-se crucial a escolha dos nossos interlocutores, os quais faziam o primeiro acesso ao campo, o contato com os respondentes, em se tratando dos representantes dos projetos de agricultura familiar, individuais ou coletivos que foram pesquisados.

Os interlocutores que auxiliaram na pesquisa eram escolhidos por terem conhecimento do campo, tanto para o acesso nas estradas vicinais para os projetos, mas especialmente que tivessem a vivência e conhecimento das atividades da agricultura. Sempre eram os interlocutores que iniciavam a conversa com os agricultores familiares entrevistados. Assuntos sobre trabalho, condições do clima eram os temas que iniciavam as conversas e na sequência o roteiro semiestruturado era colocado na interlocução para a coleta das impressões ou informações dadas pelos respondentes.

Os indícios e dados secundários apontavam para a existência de projetos coletivos de agricultura familiar no campo empírico. Como um dos critérios ou formas de organização desses espaços tinham em seu princípio a constituição de uma associação comunitária, o presidente ou representante dessa entidade era a pessoa a ser procurada para responder sobre a historicidade de composição do projeto, políticas públicas ou governos que pudessem ter influenciado. Por se tratar, de certa forma, de uma posição de liderança, conjecturava-se que

existisse uma memória dos fatores que dificultaram ou facilitaram a formação do projeto e a atual condição dos agricultores familiares participantes. Outro membro da associação, qual fosse escolhido aleatoriamente, poderia ter seu ingresso no projeto mais recente do que sua formação, situação na qual a pesquisa perderia um detalhamento importante para responder a parte dos objetivos específicos propostos de constituição dessa agricultura familiar.

Acessar memórias de pessoas idosas é uma tarefa metodológica que exige uma sensibilidade extra. O pesquisador adentra no que há de mais íntimo no informante. É necessário, então, como estratégia de pesquisa, meio de estabelecer um elo de confiança com o entrevistado, o qual geralmente só é possível acessar no seu ambiente doméstico. E mesmo assim é importante não interferir na rotina pessoal. O mais importante é construir um ambiente confortável para a conversa que resultará na coleta de dados.

Geralmente as perguntas iniciais remontam a fatos pessoais. Este posicionamento auxilia o entrevistado a recapitular períodos e acontecimentos narrados da própria vida e que facilitem a associação com eventos políticos, sociais e religiosos, momento em que é possível angariar as explicações necessárias ao alcance dos objetivos de pesquisa propostos. Na fase inicial da pesquisa, houve um momento singular para o trabalho investigativo. Em uma entrevista concedida por uma moradora do distrito do Coité (antigo Olhos d'água do Coité, ver Mapa 2), Dona Rosa Maranhão, recontando histórias sobre a constituição das famílias daquela localidade, distrito mais antigo de Mauriti

Para conseguir conversar com Dona Rosa Maranhão, foi necessária uma visita até a residência de sua mãe, Dona Estela Maranhão, filha do berço fundador daquela terra, o casal Domingos Dias da Costa e Inês Correia Palatenha. Fui na companhia de Anselmo Maranhão<sup>23</sup>, liderança local do Coité, seu primo e conhecido da pesquisadora. Dona Rosa, na ocasião, estava visitando sua mãe e foi uma coincidência encontrá-la. Nossa chegada não foi previamente agendada nem avisada. A íntima relação daquela família com o senhor Anselmo tornou natural

---

<sup>23</sup> Anselmo foi um interlocutor que intermediou toda a pesquisa do doutorado. Nos permitiu acesso aos moradores mais idosos, até o final, nas entrevistas para identificar e classificar o mosaico de agriculturas. Nos conhecemos no ano de 2012, quando fui efetivada como servidora pública no Instituto Federal de Sousa. Ele, Anselmo, foi um agente de grande importância para a mobilização de filhos de agricultores irem realizar a formação técnica em agropecuária no IFPB, campus Sousa. Na condição de professora, eu auxiliava a fazer as matrículas dos alunos, organizando documentos. Recordo-me que Anselmo trazia sacolas com muitos documentos para conseguir matricular e gerar os dados dos alunos para o Controle Acadêmico do IFPB. A mobilização conjunta dos agricultores e seus filhos dava-se desde a fase de realização dos testes seletivos e a matrícula, quando todos os envolvidos já vinham até Sousa em transportes cedidos pela prefeitura municipal. Em 2012 foi o último ano de duas gestões seguidas de Isaac Júnior, prefeito eleito pela sigla do Partido do Trabalhadores – PT.

e sem alardes a aproximação. Dona Rosa começou a narrar fatos sobre a composição familiar dos Maranhão, Figueiredo, Lacerda e Furtado Leite, as famílias fundadoras do lugar.

Já me encontrava no momento da nossa despedida, quando resolvi fazer uma última pergunta. E sem maiores pretensões, compartilhei com Dona Rosa de que uma das questões de minha tese era tentar compreender a desestruturação das grandes propriedades no Mauriti, apesar do município ter surgido de latifúndios. Dona Rosa, já bem à vontade, me disse: “a explicação é muito simples: foram os casamentos consanguíneos. Desde a chegada dos marinheiros, o casamento entre parentes era quase como uma lei, uma obrigação” (Dona Rosa Maranhão, moradora do distrito do Coité).

Dona Rosa, que naquele momento foi incluída como uma entrevistada, exemplificou com um caso de sua própria família. Seu avô possuía doze mil tarefas de terras. Casando-se com uma prima e não tendo aumentado o patrimônio, pois sua esposa recebera herança da mesma linhagem familiar, na divisão hereditária com os seis filhos do casal, o pai de Dona Rosa ficara com duas mil tarefas<sup>24</sup> de terra. Sequencialmente e, repetindo o mesmo costume da união consanguínea, os irmãos de Dona Rosa, incluindo ela própria, ficaram cada um com menos de duzentas tarefas de terra no que lhes coube como legado.

Segundo Erzurumluoglu (2014), historicamente há certas evidências de que as uniões consanguíneas ou casamentos foram amplamente perpetrados nas sociedades antigas. Tais práticas existiam especialmente entre uma elite dominante e grupos detentores de poder econômico. A exemplo de faraós egípcios, imperadores romanos e membros da dinastia espanhola dos Habsburgo usavam os casamentos dentro das próprias famílias como uma forma de manter a riqueza, o sangue real e a estrutura dentro da família.

As razões mais comuns para a prática de casamentos consanguíneos, segundo Bittles (2001), advêm de: uma forte tradição familiar de uniões consanguíneas; a manutenção da estrutura da família e da propriedade, o fortalecimento dos laços familiares; vantagens financeiras relativas ao pagamento do dote ou outras formas de ressarcimento da noiva à família de origem; a facilidade de arranjos conjugais e uma relação mais estreita entre a mulher e seus sogros; e maior estabilidade do casamento e durabilidade. O grau de compatibilidade social e

---

<sup>24</sup> Medida de designação de parte ou extensão de terra usada no estado do Ceará, particularmente no município de Mauriti. Uma tarefa equivale a 0,36 hectare. In: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Tabelas de Medidas agrárias não decimais. Disponível em: [http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA\\_MEDIDA\\_AGRARIA\\_NAO\\_DECIMAL.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf)

com a estreita participação de toda a família em uniões consanguíneas pode explicar uma maior estabilidade presente e reivindicada para uniões consanguíneas.

Aquele depoimento e as informações sobre os casamentos consanguíneos e o efeito inverso que tem sobre assegurar e aumentar as terras das famílias mauritienses acrescentara um elemento importante ao conjunto de informações sobre nosso estudo de caso. Os casamentos consanguíneos, regra estabelecida entre as famílias fundadoras e Mauriti, poderia ser uma evidência que ajudasse a explicar o processo de desestruturação da grande propriedade pela divisão natural e sucessória dos fundadores do espaço Milagres/Mauriti.

Posto como desafio para essa tese problematizar e descortinar as transformações decorridas da estrutura fundiária de Mauriti, a partir de 1940, que levaram a emergência de minifúndios e /ou estabelecimentos de base familiar, paralelamente encaixando a trajetória dos processos e agentes que viabilizaram a configuração da agricultura familiar, em um espaço onde ela se apresenta como uma atividade valorosa e produtiva.

## **PROBLEMAS PARA REALIZAR A PESQUISA**

Apesar de relativa facilidade de acesso aos respondentes representantes dos agricultores familiares e suas posturas colaborativas, a pesquisa teve alguns aspectos que a dificultavam ou implicaram a um limite no esforço empírico. O primeiro dele é o próprio alto custo financeiro da pesquisa que ocorreu, em toda sua extensão, sem nenhum financiamento governamental ou qualquer entidade de fomento. O pesquisador depende da demanda de utilização de um veículo para percorrer longas distâncias, tecnologia de qualidade razoável para gravar as entrevistas e registrar fotografias com resolução que se prestem a publicações futuras.

Outra dificuldade a ser relatada e um quesito a ser considerado no planejamento da fase empírica é a disponibilidade dos interlocutores. É necessário administrar seus dias e horários disponíveis para aproveitar sua importante participação no acesso aos respondentes. Foi necessário perceber que qualquer empreitada realizada apenas pela pesquisadora não teria o mesmo rendimento, no sentido de entrevistar um agricultor familiar que estivesse à vontade para ceder informações à pesquisa. Então o trabalho de coletas primárias foi sempre administrado considerando inicialmente os momentos de concessão de tempo para o acompanhamento da entrevista por parte do interlocutor intermediário.

O ano de 2016 foi o marco escolhido para as análises de dados primários e secundários por algumas razões. O contexto do golpe político, impetrado desde o impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) em agosto de 2016 disseminou uma onda de consequências aos municípios com redução de orçamento e desestruturação política, especialmente em gestões municipais do Partido dos Trabalhadores, que reverberaram o estresse político de tal ocorrência.

2016 também foi um ano de eleições municipais, em que um partido de direita retorna ao poder após três gestões de esquerda em Mauriti. O acaloramento partidário poderia ser um fator de comparações eivadas de impressões que poderiam não auxiliar nos esclarecimentos sobre a importância da força da gestão municipal no desenvolvimento de categorias como a agricultura familiar. O censo agropecuário também não havia sido finalizado, igualmente em consequência das mudanças políticas em nível federal. O compromisso com os dois anos seguintes seria uma estratégia arriscada para finalizar e defender a pesquisa. Razões pelas quais o ano de 2016 foi decidido como marco temporal para o encerramento de uso de dados na investigação.

## **ESTRUTURA DA TESE**

Postas as inquietações, a partir das questões centrais da pesquisa, decidiu-se estruturar o trabalho investigativo em dois eixos dicotômicos: a invisibilidade e o protagonismo. Estes, por sua vez, estão sustentados pelo tripé: a terra, o capital e o trabalho. A análise comparativa de ambas condições, considerando uma linha histórico-processual de percepção.

A tese está alinhavada por uma introdução, a qual contempla as questões medulares da pesquisa, os objetivos, as hipóteses, a descrição sumária do campo empírico, as bases teóricas e metodológicas da investigação. Para desenvolver os argumentos, foram estruturados três capítulos, os quais foram construídos intercalando dados, análises e das considerações finais: 1) a leitura do que tratou-se como invisibilidade; as evidências sobre a falência do latifúndio, origem do mercado de terras em Mauriti e a possibilidade de acesso a esta pelo agricultor de base familiar; 2) os meios (Políticas Públicas, Programas e outras iniciativas) pelos quais enxergamos o desvencilhar de um protagonismo da agricultura de base familiar em Mauriti; 3) a perspectiva, pela ótica dos protagonistas, sobre o processo de empoderamento e os encaminhamento necessários para a manutenção das condições econômicas e sociais da agricultura familiar municipal.

Os capítulos um e três foram divididos por subseções que apontem as condições, nas duas perspectivas, em relação à terra, ao capital e ao trabalho na agricultura familiar, fazendo um panorama em nível federal, estadual e municipal.

No capítulo três da tese ainda foi apresentado e problematizado o cenário da agricultura familiar em Mauriti nos últimos 76 anos (1940-2016), partindo da ideia da existência de múltiplos projetos, os elementos que compuseram historicamente a construção e manutenção deste espaço da agricultura familiar e as características que tanto diferem como unificam o mosaico de agriculturas em Mauriti. Esta apresentação enalçou a tríade conceitual terra+capital+trabalho, assim como os fatos políticos, econômicos e sociais que contribuíram para a edificação do espaço, em um universo composto pelos agricultores dos assentamentos de crédito fundiário, do acampamento do INCRA, dos Condomínios Produtivos e outros em pequenos sítios. Em seguida, faremos a composição de análises das narrativas dos entrevistados, promovendo a ruptura das informações objetivistas contidas nos capítulos um e dois. Finalizamos, então, com as considerações finais e referências utilizadas na investigação.

Postos os pontos centrais do trabalho investigativo na presente introdução, será dissertado o referencial teórico da tese, o qual acompanhará a trajetória das hipóteses que presumem o caminho entre a invisibilidade até o protagonismo da agricultura familiar em Mauriti. Entre os dois *status*, esforçou-se em detectar quais os expedientes e atores responsáveis pela transformação da atividade agropecuária no município, com destaque para elementos que contribuíram para o que estamos chamou-se de “de múltiplos territórios da agricultura familiar”.

## 1 CAPÍTULO 1 – DESCORTINANDO A AGRICULTURA FAMILIAR

Exorbitamos de nossa qualidade de simples estudiosos da realidade rural brasileira para aventar medidas em prol da população de sítiantes, em virtude do total desconhecimento que dessa categoria mostram os projetos de revisão ou de reforma agrária até hoje preconizados. Não figurando nas estatísticas e recenseamentos, são ignorados pelos que idealizam transformações da estrutura rural do país, e a literatura sociológica e antropológica existente sobre eles não atingiu ainda nem os políticos nem a massa de intelectuais, muito embora se trate da parcela mais importante de nossa população economicamente autônoma (QUEIROZ, 2009, p.68).

### 1.1 A GRANDE PROPRIEDADE RURAL EM MAURITI: ORIGEM, EVOLUÇÃO E DECLÍNIO

O texto da presente subseção trata do período entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX, intervalo que antecede a emancipação política definitiva de Mauriti. Boa parte do texto faz referência à Milagres, município que origina o *lócus* da pesquisa. Os documentos consultados para na construção dos argumentos da tese mencionam outros municípios da macrorregião onde o campo empírico está localizado, bem como os sítios mais antigos de Mauriti como local de ambiência de alguns dos fatos narrados.

Para analisarmos o impacto desses episódios, os quais conjugam uma equação que reúne, para Mauriti, um espaço amealhado de conflitos armados, interesses econômicos e políticos priorizando a cidade de Juazeiro do Norte e Crato (localizados também na região ao sul do Cariri cearense), deixando Milagres (e Mauriti enquanto seu distrito municipal) em segundo plano, sendo usado meramente como apoio político aos interesses do poder dos políticos que protagonizaram ao sul do estado do Ceará, mergulharemos brevemente no contexto histórico da região do Cariri cearense.

#### 1.1.1. Aspectos históricos da ocupação territorial de Mauriti

Persistindo em nossas intenções investigativas, constituímos, na presente subseção, a estratégia de elencar alguns fatos e atuação de personagens em espaço geográfico mais abrangente, que vão delinear o cenário entre o final do Século XIX até o ano de 1940, os quais compõem uma linha histórica que testemunha alguns fatores que influenciaram a reorganização do espaço fundiário mauritiense.

O texto discorre sobre fatos e acontecimentos históricos da macrorregião que envolve o município de Mauriti. Uma vez estabelecido o ano de 1940 como marco temporal para uso dos dados secundários do IBGE nas nossas investigações, consideramos relevante conhecer

episódios em nível regional, os quais acontecem desde o ano da primeira tentativa de emancipação política – 1890, até o ano de 1940, data de publicação do primeiro censo agropecuário, realizado após a emancipação do município de Mauriti.

Consideramos relevante sistematizar alguns antecedentes históricos, visto que revelam importantes evidências do cenário que antecedeu a emancipação política definitiva de Mauriti em 1938 e o quanto estas condições históricas influenciaram as mudanças na estrutura fundiária municipal, uma das questões centrais da investigação, especialmente aquelas relacionadas aos aspectos políticos, econômicos e sociais, que contribuíram para formação de Mauriti.

Os antecedentes históricos também podem nos auxiliar a encontrar explicações para uma lacuna de informações, que é o período entre os censos agrícolas de 1920 e 1940. Nesse intervalo, procede-se uma importante mudança na estrutura fundiária de Mauriti, saindo de “50 estabelecimentos rurais (sítios mapeados enquanto distrito de Milagres) para 902 estabelecimentos” recenseados como município emancipado definitivamente, um crescimento de 1704% (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMMERCCIO, 1920, p. 50; IBGE, 1940).

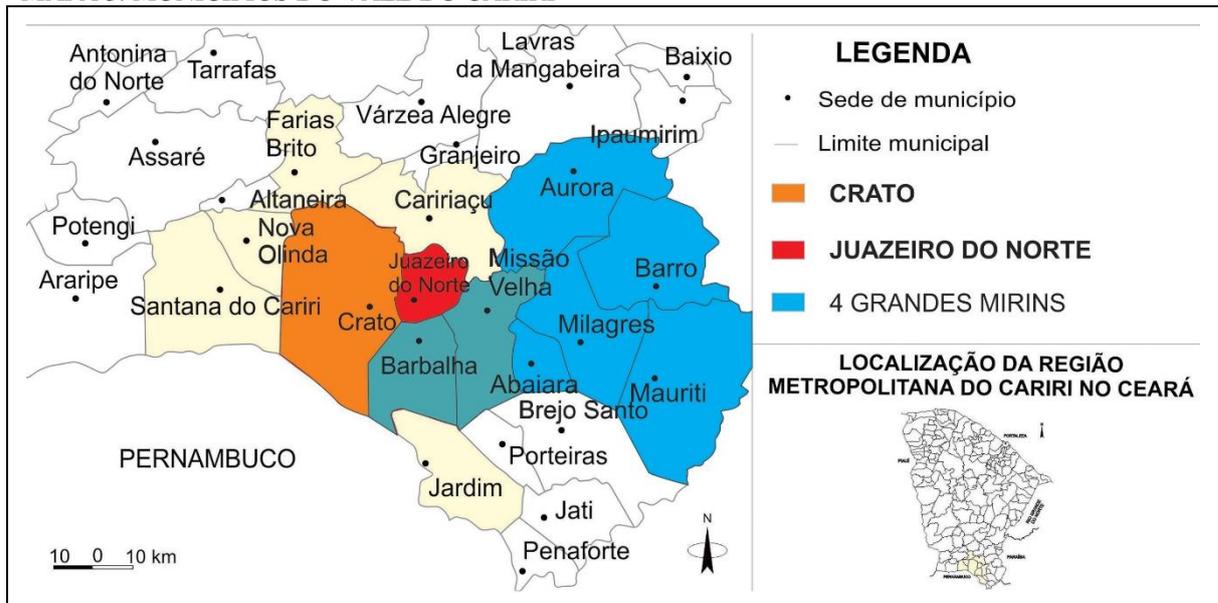
Como já o dissemos, alguns episódios aqui narrados seguem pistas para entender o surgimento das pequenas propriedades. Antes, faz-se necessário esclarecer algumas questões relacionadas aos eventos e personagens que serão apresentados. Os fatos remontam a uma área geográfica mais abrangente que o espaço empírico delimitado para as comparações metodológicas das microrregiões 31 e 33, em razão dos dois municípios que antecedem a constituição política dessas localidades: Juazeiro do Norte e Crato. Documentos, textos extraídos de livros, artigos e jornais referenciam a região do Cariri, descrevendo fatos e apresentando estudos econômicos sobre a região como um todo. Como até meados do Século XX os eventos políticos, econômicos, religiosos e sociais, principalmente, envolvem conflitos e confluência dos municípios formadores dessa região, é comum encontrar nas pesquisas documentais e bibliográficas a expressão Vale do Cariri<sup>25</sup> – como abrangente das causas gerais dessa localidade.

---

<sup>25</sup> O antigo Vale do Cariri corresponde atualmente à Região Metropolitana do Cariri – RMC, composta de nove cidades: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Missão Velha e Jardim. Esta reestruturação político-espacial foi instituída e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 78, aprovada em 29 de junho de 2009. In: CEARÁ. Lei Complementar Estadual nº 78. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana do Cariri, cria o Conselho de Desenvolvimento e Integração e o Fundo de Desenvolvimento e Integração da Região Metropolitana do Cariri – FDMC, altera a composição de microrregiões do estado do Ceará e dá outras providências. Aprovada em 29 de junho de 2009.

Interessa-nos organizar uma linha de raciocínio que permita o entendimento sequencial dos fatos sobre o povoamento do Cariri, que esclarecem sua realização tardia e baseada em violentos conflitos, a influência infausta do governo oligárquico Antônio Pinto Nogueira Acioly no Ceará, a influência religiosa e política da figura eclesiástica do Padre Cícero em Juazeiro do Norte e na discórdia com o município do Crato, alguns acontecimentos que ocorreram sob o envolvimento de municípios do Vale do Cariri na disputa política do Crato para manutenção de poderes políticos na época do coronelismo, como a formação dos Quatro Grandes Mirins, as consequências do movimento do cangaço para o Cariri, mais especificamente sobre o valor das terras em Milagres e Mauriti. O Mapa 3 oferece uma melhor visão geográfica da região do Vale:

MAPA 3: MUNICÍPIOS DO VALE DO CARIRI



FONTE: elaborado pela autora (2017) com base em Queiroz (2014, p. 100)

Todos esses fatos vão compor um violento e conflituoso cenário que pode ter contribuído para um processo de desvalorização das terras mauritienses, conforme os dados apresentados nos Quadros 9, 10 e 11 adiante.

### **POVOAMENTO DO VALE DO CARIRI: INFLUÊNCIAS EM MILAGRES/MAURITI**

Um dos aspectos negativos observados por Alves (1945, p. 122) e que foi responsável pelo atraso econômico e empecilho ao desenvolvimento no povoamento do Cariri, segundo suas percepções foram as lutas armadas regionais. Em virtude das dificuldades de acesso às estradas que levavam a Mauriti, o município terminou desenvolvendo um ambiente favorável aos abusos de “autoridades fortes, os proprietários de latifúndios e apoiadores da milícia do cangaço”.

Nota-se ainda, que os cangaceiros do município e dos Estados vizinhos, que para aqui tem afluído em crescente número, por via de regra criminosa, deixaram, independentemente de pedido, suas armas, assim como agregados de governistas, suas inseparáveis pistolas e facas de ponta... sobretudo nessa comarca de Milagres, valhacouto de criminosos e de bandidos, d'onde têm saído para as contendidas do Crato, da Missão Velha, do Brejo dos Santos e de Lavras, neste Estado, e do Catolé do Rocha, de Misericórdia e de Nazareth, no da Parayba (MISSÕES, 1904, p.3).

Esses conflitos trouxeram sérias consequências:

Em parte alguma foi a violência mais intensa e mais frequente do que no Vale do Cariri. A política do oligarca, assim como crescimento econômico acelerado dessa região, tornaram o governo municipal mais apetitoso do que nunca. Entre 1901 e 1910, os chefes políticos de oito municípios do Vale do Cariri foram violentamente derrubados por rivais e vários outros foram ameaçados de deposição. Nenhuma facção hesitou em armar seus trabalhadores (capangas ou cabras bons) ou em recrutar mercenários (jaguços ou cangaceiros) no sertão de Pernambuco e Paraíba, com o intuito de apoderar-se do poder, ou retê-lo em suas mãos. Data desse período a metamorfose do Cariri em refúgio de cangaceiros protegidos pelos coronéis locais. Cada facção, de forma bastante curiosa, dizia-se leal ao partido acciolino, denominação pela qual era popularmente conhecido o PRC-C, no interior. Accioly, por seu lado, não intervinha em polêmicas locais, a não ser para aclamar o vitorioso (DELLA CAVA, 1976, p. 127).

O Vale do Cariri, mesmo sofrendo sob forte pressão dos movimentos políticos de manutenção das oligarquias no governo do estado<sup>26</sup>, situação política agravada pelo flagelo das secas, do final do século XIX até meados do século XX, essa mesorregião manteve considerável crescimento econômico. Dentro do sistema de produção agrícola e da organização social da propriedade, sobre a economia do Vale do Cariri, Alves (1945, p. 129) destaca três personagens importantes para a produção agrícola: Os coronéis, os moradores e meeiros.

Aos velhos moradores, o proprietário permite que plantem nas suas terras secas, mandioca, milho e feijão. Em alguns casos consentem que cultivem pequenos pedaços de brejo, ½ tarefa, no máximo 1, com a obrigação de fazer a moagem no seu engenho, como meeiro, isto é, o agricultor entrega a cana ao engenho e o proprietário faz a moagem com direito a 50% do rendimento bruto, todo o trabalho do plantio, limpeza, corte e trabalhadores do engenho por conta dos 50% do lavrador. O mesmo acontece com a mandioca que deve ser transformada em farinha no avivamento do patrão, sob as mesmas condições.... Na situação de vida econômica do Cariri, o morador continua sendo o elemento fundamental de trabalho agrícola.

E nesse sistema de produção agrícola, continua Alves (1945), os proprietários ou comerciantes que conseguiam acumular dinheiro, empregavam suas economias na aquisição de novas partes de sítios de cana. Era preciso apresentar indícios de uma dinâmica diferenciada no Cariri. Pinheiro (1950, p. 12, 122, 123) esclarece mais algumas características importantes das relações, sistema de produção e práticas rurais no Vale do Cariri:

Em referência aos agregados, chamados moradores, vivem em habitações feitas totalmente de folhas de babaçu, ou, então, de paredes de taipa e tetos de palha.[...] Alguns moradores dos sítios caririenses são também seus rendeiros. Plantam um trato qualquer de terreno, limpam a cana, entregam-na no corte ao dono do engenho, que a

<sup>26</sup> A dominação monolítica de Antônio Pinto Nogueira Accioly, por exemplo, perdurou de 1896 a 1912.

transporta para o pé deste e a moi por sua conta, recebendo a meação das rapaduras feitas.[...] Relativamente ao milho e à mandioca, paga-se por tarefa (25 braças quadradas) uma carga de espigas daquele e uma quarta de farinha (80 litros) desta. Custeiam os rendeiros a despesa da desmancha (p. 121).

[...]

Como se vê, no Cariri, também nos sertões, entre os proprietários agrícolas e seus arrendatários, transaciona-se, geralmente, em espécie. [...] Por termos falado em moradores ou agregados, registremos que no nosso sertanejo sempre dominaram certas tendências de cooperação (auxílios de vizinhos nas limpas das roças, nas colheitas, bastando que o dono do trabalho lhes dê o bocado (comida) (p. 122).

[...]

Dada a considerável divisão do solo, nunca um só indivíduo acumulou grandes haveres, mas, em compensação, sempre dominou até hoje uma certa abastança generalizada, que se desconhece em outras regiões do Estado (p. 123).

O sistema de pagamento das rendas nas atividades agropecuárias e a relação no trabalho rural entre latifundiários e esses trabalhadores rendeiros desempenhará um papel relevante de uma das modalidades de acesso à terra para o agricultor de base familiar no campo empírico estudado. As tensões econômicas e outras ocorrências, como a crise do algodão, farão com que a “parceria” de trabalho entre latifundiário e rendeiro propicie a venda de pequenos pedaços de terras entre eles, provavelmente a gênese da transmutação, em Mauriti, do que Martins (1980) vai denominar de terra de negócio em terra de trabalho.

Gomes (2009, p. 57), embora não tenha pesquisado diretamente sobre a questão agrária brasileira, mas em sua investigação sobre o enfrentamento de movimentos sociais de trabalhadores rurais contra os latifundiários, nos alerta sobre a importância de desvencilhar a realidade sobre o surgimento dos atores desses movimentos sociais, consequentemente do mercado de terras e a ideia da não existência ou menor relevância das pequenas propriedades, as quais, ainda que invisibilizadas pela sua exclusão nos levantamentos censitários, precisam ser esclarecidas:

A história desses movimentos foi contada geralmente a partir da perspectiva dos vencedores, das elites dominantes. Tais narrativas tendem a privilegiar aspectos sociológicos importantes para a cultura destas e a relegar para o segundo plano aqueles aspectos relevantes para a compreensão do fato social total. Essa forma de abordagem tem levado, invariavelmente, ao esquecimento e por vezes obnubila a importância desses fenômenos para a compreensão da história das minorias, ou, dizendo de outro modo, joga no obscurantismo a história dos vencidos.

No caso de Mauriti, imputamos em nossas hipóteses uma conjuntura de fatores que, mesmo sobre a égide de disputas entre forças desequilibradas de latifundiários e trabalhadores rurais, processualmente consentiu protagonizar uma agricultura de base familiar que se tornou vencedora, próspera.

## **OLIGARQUIA, CORONELISMO E CANGAÇO NO CARIRI**

Para nossas análises sobre o cenário que antecede o marco temporal de 1940, assinalamos o período compreendido entre 1896 e 1912, no qual ocupa o poder, em nível estadual, a oligarquia da família Accioly (STUDART, 1912). Antônio Pinto Nogueira Accioly governou o Estado do Ceará de forma semelhante à maneira que o Governo federal dirigia os estados a essa época: propiciando aos coronéis e chefes políticos locais plenos poderes sobre o governo municipal, a fim de que executassem controle fiscal e tivessem privilégios quando à distribuição de favores e direito à ocupação de cargos públicos. A retribuição seria respondida através do apoio eleitoral e da solidariedade partidária ao governador. “Tal sistema, conhecido pelo nome de coronelismo, preconizava que o poder político no interior era uma prerrogativa tradicional dos grandes proprietários rurais” (DELLA CAVA, 1976, p. 127).

Conforme cita Pinheiro (1950, p. 188),

os chefes das comunas caririenses eram, em verdade, umas espécies de senhores feudais que prestavam homenagem política, em Fortaleza, ao chefe do partido que pertenciam. Em compensação dessa solidariedade, este os encarregava de cuidar dos negócios administrativos e dos interesses partidários das suas respectivas circunscrições... Nos municípios sul-cearense os negociantes, os donos de sítio, os fazendeiros, excetuados poucos, auxiliavam, incondicionalmente, com os seus parentes e amigos os mandões locais não só nas eleições, mas também nas lutas armadas.

Concomitante ao período do coronelismo<sup>27</sup> e ao governo acciolino, no Vale do Cariri, destaca-se a importante figura do Padre Cícero Romão Batista, o qual integrou o sistema político cearense até o ano de 1934, ocasião de sua morte. O líder religioso foi protagonista de diversos eventos que influenciaram direta e indiretamente a edificação do município de Mauriti.

Ordenado em 1870, Padre Cícero mudou-se para a província de Juazeiro do Norte em 1872, liderando o movimento de emancipação política de Juazeiro do Norte, vindo a se tornar o mais importante município da mesorregião do Cariri. Em razão do seu envolvimento com questões místicas e religiosas, bem como sua forte atuação na política, o sacerdote foi excomungado da igreja católica em 1898. Os acontecimentos que sucedem sua expulsão da igreja estarão vinculados ao propósito de sua reconciliação, mas subsidiados ao forte apelo político (DELLA CAVA, 1976).

---

<sup>27</sup> Sistema político datado historicamente na estrutura e na maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município, imbricado de uma complexa rede de relações. O coronelismo, mais abrangente, incorpora traços de mandonismo (fenômeno da política local), fazendo parte de uma trama, estruturada na figura do coronel (mandão), governadores, até o presidente da República, em um jogo de coerção e cooptação exercido de forma recíproca. IN: LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. – São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2012.

Padre Cícero, no seu papel de liderança política e religiosa, protagonizou situações conflituosas com as figuras políticas e as representações religiosas do Crato. Em parte, pela ameaça que apresentava pela sua influência mística e que atraía milhares de fiéis e retirantes para o Juazeiro do Norte. Em parte, pela sua força e influência política. Della Cava (1976, p. 128, grifo do autor) atenta que o Padre Cícero, amigo e apoiador do governador Accioly, para mediar o ambiente conflituoso, optou por uma “política de neutralidade”. Suas ações e investidas visavam a reconciliação com a igreja católica. Para isso o Padre precisava da solidariedade dos chefes do Cariri.

Padre Cícero esteve à frente de algumas questões que ajudam a montar o ambiente que antecede a fundação definitiva de Mauriti: envolvimento com o cangaço, o específico episódio de busca pela posse das minas do Coxá, no município de Aurora (ver Mapa 3), mas que envolvia diretamente as lideranças políticas de Milagres, a emancipação política de Juazeiro do Norte, a perseverante tentativa de reconciliação com a Igreja e o resgate dos votos sacerdotais e a edificação e declínio hediondo do assentamento do Caldeirão<sup>28</sup>, no Crato.

O cangaço esteve presente, de forma contundente, no cenário do Cariri do início até meados do Século XX. O movimento foi uma resposta à violência do coronelismo e contra o monopólio de terras e exploração do trabalhador rural pelos latifundiários (MACEDO, 1990). Apesar de versões controversas sobre o cangaço, não objetivamos na tese tecer conclusões sobre as razões da ação dos cangaceiros, especialmente aqueles que se personificaram na história do Cariri cearense na primeira metade do Século XX. Nosso interesse foi de ambientar a constituição econômica, social e política do município, *locus* da pesquisa, o qual foi rota frequente do cangaço, ponto de fuga e esconderijo desses personagens. Nosso objetivo nesse ponto é promover uma reflexão do cenário de violência e insegurança em meio a esse movimento que envolvia e afetava os coronéis, os cangaceiros e as populações locais.

No período marcado pela influência política do Padre Cícero e do movimento do cangaço na região, o conflito pela posse das minas do Coxá registrou um momento sangrento

---

<sup>28</sup> O surto messiânico-milenarista foi um movimento social que eclodiu no Brasil, em meados do século XIX e primeira metade do século XX. Em Juazeiro do Norte teve sua importante representação pelo caso do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, comunidade formada por flagelados da seca, que no auge da sua existência abrigou cerca de cinco mil pessoas, vindas de muitos lugares do Nordeste, em busca de refúgio. A irmandade do Caldeirão existiu entre 1894 e 1937, cuja manutenção se dava em sistema de mutirão de trabalho, tendo a influência direta e apoio do Padre Cícero e a liderança do beato José Lourenço, o qual protagonizou um sistema de convivência comunitária, sustentado por uma produção agropecuária autossuficiente. A autonomia da comunidade do Caldeirão afrontou latifundiários, grandes fazendeiros e coronéis da época. In: GOMES, Antônio Máspoli de Araújo. A destruição da terra sem males: o conflito religioso do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Revista USP, São Paulo, n.82, p. 54-67, junho/agosto 2009.

no Cariri. Este episódio, especificamente, envolve a possibilidade de o Padre Cícero conseguir sua reconciliação com a Igreja, através da edificação da diocese do Cariri com o dinheiro da exploração da mina, com considerável influência do município de Milagres e Mauriti, ainda distrito, para que o padre conseguisse êxito.

Em 1904 o conde Adolpho Van den Brule, engenheiro francês, encontra cobre nas minas do referido município. A exploração dessa mina era de interesse do Padre Cícero, proprietário daquelas terras, a fim de financiar a construção da nova Diocese do Cariri, em Juazeiro, uma forma de alcançar triunfo em dois propósitos: a reconciliação com a Igreja Católica e a emancipação política de Juazeiro do Norte. Lideranças do Crato tinham interesse em questionar a posse das terras da mina. Obviamente as lideranças do Crato, que tinham pretensões de transformar o município em um polo industrial, não tinham interesse de testemunhar passivamente o desenlace bem-sucedido dos projetos de Padre Cícero.

FIGURA 1: UMA DAS EXPEDIÇÕES PARA DEMARCAÇÃO DAS MINAS DO COXÁ, AURORA, LIDERADA POR FLORO BARTOLOMEU (DEITADO NA REDE À DIREITA) E O ENGENHEIRO ADOLFO VAN DEN BRÛLE (DEITADO NA REDE À ESQUERDA)



Fonte: acervo pessoal do historiador Sousa Neto, do Barro, disponível no blog do historiador José Cícero, de Aurora (2014)<sup>29</sup>

O chefe político de Milagres, no início do século XX, coronel Domingos Furtado, esteve envolvido diretamente nos episódios que sustentariam o direito de posse e exploração das minas do Coxá pelo Padre Cícero. Este episódio reforça o ambiente de extrema violência, com trânsito de homens armados, emboscadas e conflitos (PINHEIRO, 1950), situação confirmada por Pinheiro (1938, p. 64), quando assegura que “frequente lutas políticas armadas perturbaram a vida sul cearense durante a primeira década do século atual<sup>30</sup>”.

<sup>29</sup> Endereço eletrônico do blog que disponibilizou a fotografia:

<http://blogdaaurorajc.blogspot.com.br/2014/06/aurora-padre-cicero-e-as-minas-do-coxa.html>. A foto original foi tirada no ano de 1908

<sup>30</sup> Referindo-se ao Século XX.

Em Milagres, o coronel Domingos Leite Furtado, chefe político, nutria feroz animosidade contra o coronel Antônio Luiz Pequeno, chefe político do Crato. Para se ter uma ideia da violência experimentada, em 1904 Milagres sofre sangrenta derrota em um conflito, em resposta a um plano elaborado pelo coronel Domingos Leite Furtado para invadir o Crato e derrubar Antônio Luiz com cerca de 800 homens armados (PINHEIRO, 1950; DELLA CAVA, 1976).

A essa época, Mauriti, ainda distrito de Milagres, é rota do trânsito belicoso entre cangaceiros e autoridades locais. Até anteceder a emancipação política definitiva de Mauriti, em 1938, o ambiente era palco de embates, eventos que aterrorizavam a população e frequentemente eram assunto de matérias de noticiários, como registra o jornal *A Ordem* (1917, p.1), narrando um dos episódios, em que Luiz Lacerda, no povoado do Coité, integrante das famílias locais, assassinou barbaramente um desconhecido. As autoridades de Mauriti já haviam solicitado ao Governo estadual que tomasse providências para repressão dos crimes, pois:

um bando de desordeiros [...] invadiram aquella villa, armados, passeiando ostensivamente pelas ruas, na maior balburdia, afrontando as autoridades locais [...] A villa, desguarnecida de soldados, está cheia de grupos armados, que afrontam as autoridades. Os ânimos estão exaltadíssimos.

A disputa pela posse das minas do Coxá alcança um momento extremo de conflitos em dezembro de 1908. O procurador do Padre Cícero, o médico Flor Bartolomeu, juntamente com um bando de 50 capangas armados, transita em combate o trecho Milagres-Aurora, atestando o clima de hostilidade e violência na região do Cariri. Floro Bartolomeu escreve, em doze edições do jornal *O Rebate*, uma série de matérias em que defendia o Padre Cícero e atestava sua posse legítima sobre as pretendidas e disputadas minas (COSTA, 1909).

Outro episódio destacado na literatura sobre o cangaço em Mauriti evento chamado “Fogo do Coité<sup>31</sup>”, um ataque de 70 cangaceiros no distrito mauritiense, o qual foi combatido pelo Padre José Lacerda, proprietário de terras e representante das famílias fundadoras do referido distrito municipal. Esse combate é tido como um dos mais ferrenhos da história do cangaço no sul do Ceará (NETO, 2011). O Padre Lacerda, juntamente com oito moradores do povoado, lutou contra o bando de cangaceiros, liderados por Sinhô Pereira, o cangaceiro que recruta Lampião para o cangaço. O conflito dura aproximadamente seis horas, os cangaceiros

---

<sup>31</sup> A localidade denominada Coité, situada em Mauriti, foi a sua primeira comunidade, sendo mais antiga do que a sede municipal. Ver Mapa 2.

desistem do embate e vão ocupar a fazenda Araticum, também no então distrito Mauriti, de propriedade de André Cartaxo (LACERDA, 2004).

No dia seguinte ao embate, dia de devoção a São Sebastião, o “padre Lacerda celebrou uma missa em ação de graças, mas a igreja estava completamente vazia. Apenas poucos familiares e capangas assistiam à celebração”, assim destacou Sousa Neto (2011, p. 124), relatando também que um dos cangaceiros enfrentantes do combate conhecia muito bem o povoado. Se o conhecia, é uma evidência de que os cangaceiros andavam com frequência nesta região.

Acrescentamos ao ambiente atroz, o fato de não haver acesso via estradas a Mauriti<sup>32</sup>. Com isso, “meios populosos mais afastados das sedes administrativas, se encontrara em uma situação, oriunda das circunstâncias do momento, que propiciou um ambiente favorável aos abusos de autoridade fortes, os proprietários de latifúndios e apoiadores da milícia do cangaço” (ALVES, 1945, p. 121). Este cenário trouxe sérias consequências:

A evolução dos processos de luta alargou o campo de atuação dos homens, assim como empobreceu as famílias, destruiu fortunas sólidas e tradicionais, terminando com a destruição dos últimos valores morais, quando os senhores, faltos de recursos, deixaram aos seus homens, vindos da plebe rural, a realização dos seus negócios armados (ALVES, 1945, p. 122).

Os interesses pecuaristas do Vale do Cariri estavam sob forte ameaça pela emancipação econômica do Crato. O milagrense, Coronel Domingos Furtado, assistia ao declínio de sua fortuna e a crescente riqueza, força e expansão competitiva dos comerciantes do Crato. Era cada vez mais acirrada a disputa pelo poder político entre Antônio Luiz e Domingos Furtado. A aliança Milagres-Juazeiro era uma ameaça constante aos coronéis do Crato (GOUVEIA, 1910).

Não há uma só narrativa acerca do cangaço no sul do Ceará que mencione qualquer aliança desse movimento com os sertanejos pobres. O cangaço, nos eventos que se registram no Vale do Cariri, foi um movimento que se prestou aos interesses das oligarquias e ao fortalecimento dos coronéis. Os “cabras” ou “jagunços” (MELLO, 2004, p. 73), algumas das denominações utilizadas para caracterizar os envolvidos, mantinham alianças com os políticos e poderosos a fim de manter os favores recíprocos do coronelismo. O cangaço serviu, inclusive,

---

<sup>32</sup> A resposta da solicitação ao Serviço de Atendimento ao cidadão, a ouvidoria estadual, o Departamento de Estradas e Rodagens informou que a rodovia estadual CE-394, estrada que liga a BR 116 e a sede municipal de Mauriti, foi iniciada em sua construção em 1975. A continuidade da sede até a divisa do Ceará com a Paraíba, construída no ano de 2003. A rodovia CE-152, ligando Mauriti ao distrito da Palestina, construída no ano de 2003 e o trecho de Mauriti ao distrito de Buritizinho, no ano de 2008. De Buritizinho até o distrito de Olho d'água no ano de 2016. A rodovia estadual Ce-397, ligando Mauriti ao distrito do Coité foi construída no ano de 2009 e o trecho Coité – distrito de São Miguel em 2012.

à manutenção do legado econômico e político do Padre Cícero, haja vista todo o período em que se mantêm as lutas armadas e emboscadas para manutenção assegurada da posse de Aurora e das minas do Coxá por parte do religioso.

Na tentativa de combater o crescimento político e econômico do Crato, os prefeitos dos municípios de Barbalha, Missão Velha, Milagres e Aurora reúnem-se, coligando-se em busca de vingança política contra o coronel Antônio Luiz. Com isto, procede-se a formação dos “Quatro Grandes Mirins” (MAPA 3), constituindo-se como uma ameaça, sem a necessidade de conflitos armados. “O Cariri unido representava um terço do eleitorado estadual” (DELLA CAVA, 1976, p. 160). Nesse contexto, não interessava aos governantes milagrenses a emancipação política do distrito de Mauriti.

A violenta conjuntura política do Vale do Cariri faria surtir efeitos diversos na região. Em relação aos interesses oligárquicos, houve pontos positivos, aos que conseguiram manter poder e influências. Houve pontos negativos que aglutinaram problemas para os coronéis e a manutenção dos latifúndios. A desvalorização das terras do município de Milagres (posteriormente desmembrada nos municípios hereditários) haveria de principiar uma série de mudanças não somente na estrutura fundiária do município, bem como na condição do fortalecimento de outras categorias sociais nos anos subsequentes. O agricultor de base familiar foi uma delas.

Utilizando dados do Censo Agrícola de 1920, mesmo cerca de 15 anos após o violento episódio da disputa pelas minas do Coxá e a formação dos Quatro Grandes Mirins, é possível verificar que a valorização das terras no Crato, bem superior às terras em Milagres e Aurora, municípios já emancipados à época. O valor investido em maquinários e instrumentos de trabalho na produção agrícola no Crato é 3,5 vezes maior que em Milagres, conforme exposto no Quadro 5:

QUADRO 5: VALOR MÉDIO DO HECTARE DE TERRA E VALOR INVESTIDO EM MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS EM CRATO, MILAGRES E AURORA EM 1920

	Estab. Recenseados	Área (ha)	Valor das terras (Cr\$ 1000)	Maquinários Instrumentos	Média por ha	média instrum
Crato	269	42.452	3.377.606	297.515	79.562,94	1.106,00
Milagres	313	55.723	1.256.578	91.840	<b>22.550,44</b>	293,42
Aurora	49	8.680	243.230	7.500	28.021,89	153,06

FONTE: elaborado pela autora com base no Censo Agrícola de 1920

A desvalorização das terras do município de Mauriti pode ter ocorrido em decorrência dos fatos narrados, especialmente das disputas políticas e econômicas entre Juazeiro do Norte

e o Crato. Utilizando dados dos censos agrícolas de 1940, 1950 e 1960 (Quadros 5, 6 e 7), os quais compreendem o período posterior à emancipação política de Mauriti e antes do golpe militar, calculamos o valor médio por hectare dos estabelecimentos rurais recenseados nos municípios das microrregiões 31 e 33 que já haviam se emancipado, comparando os valores com o município do Crato, considerado como o mais desenvolvido economicamente e sobre o qual havia a expectativa de transformar em um polo industrial (DELLA CAVA, 1976).

QUADRO 6: VALOR MÉDIO DO HECTARE NOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS POLITICAMENTE NO VALE DO CARIRI NO CENSO DE 1940

	Estab. Recenseados	Área (ha)	Valor (Cr\$ 1000)	Valor médio do ha
Aurora	1.545	77.278	6.337	82,00
Brejo Santo	1.429	54.758	5.852	106,87
Mauriti	902	83.721	3.852	<b>46,01</b>
Milagres	740	84.436	7.275	86,16
Crato	778	47.407	10.209	215,35

FONTE: elaborado pela autora com base no censo agrícola do IBGE de 1940<sup>33</sup>

QUADRO 7: VALOR MÉDIO DO HECTARE NOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS POLITICAMENTE NO VALE DO CARIRI NO CENSO DE 1950

	Estab. Recenseados	Área (ha)	Valor (Cr\$ 1000)	Valor médio do ha
Aurora	1434	78229	33672	430,43
Brejo Santo	1350	55764	38198	684,99
Mauriti	1862	92704	26033	<b>280,82</b>
Milagres	504	85073	32467	381,64
Crato	875	49782	45405	912,08

FONTE: elaborado pela autora com base no censo agrícola do IBGE de 1950

Silva (2010, p. 58), em pesquisa sobre a formação histórica da estrutura fundiária no Vale do Cariri, levantou dados sobre o número de estabelecimentos em alguns municípios do Vale. O Quadro 8 mostra a diferença entre o número de estabelecimentos nos censos de 1920 e 1940, comparando a evolução do aumento percentual dos municípios de estudo de Silva (2010) com a mudança na estrutura fundiária mauritiense.

<sup>33</sup> Apenas em 1942 entra em circulação a nova moeda nacional, o cruzeiro, em substituição ao "réis". In: [www.moedasdobrasil.com.br/republicanova](http://www.moedasdobrasil.com.br/republicanova)

QUADRO 8: EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS EM MUNICÍPIOS DO VALE DO CARIRI E UMA COMPARAÇÃO COM MAURITI, DE 1920 A 1940

	1920	1940	% de aumento	Nº de estabelec. se acompanhasse o cresc. de Mauriti
Crato	269	785	191,82%	4.853
Missão Velha	165	997	504,24%	2.977
Barbalha	150	495	230,00%	2.706
Juazeiro do Norte	140	547	290,71%	2.526
Jardim	271	994	266,79%	4.889
Mauriti	50	902	<b>1704,00%</b>	902

FONTE: elaborado pela autora, adaptado de Silva (2010), dados dos censos agrícola IBGE de 1920 e 1940

Se os municípios do Vale do Cariri acompanhassem a mesma ordem de crescimento de Mauriti em 20 anos (1920-1940), o número de estabelecimentos seria efetivamente bem maior do que o quantitativo existente em 1940. Este é mais um indício de que Mauriti seguiu uma mudança de forma diferenciada na sua estrutura fundiária em relação às localidades da vizinhança geográfica.

QUADRO 9: VALOR MÉDIO DO HECTARE NOS MUNICÍPIOS EMANCIPADOS POLITICAMENTE NO VALE DO CARIRI NO CENSO DE 1960

	Estab. Recenseados	Área (ha)	Valor (Cr\$ 1000)	Valor médio do ha
Abaiara	185	8.531	49.146	5.760,87
Aurora	1508	70.846	475.875	6.717,03
Barro	449	43.230	198.760	4.597,73
Brejo Santo	842	53.179	305.180	5.738,73
Jati	418	18.981	68.395	<b>3.603,34</b>
Mauriti	1764	84.869	331.655	<b>3.907,85</b>
Milagres	736	43.971	185.810	4.225,74
Penaforte	539	16.163	44.295	<b>2.740,52</b>
Porteiras	334	4.983	43.195	8.668,47
Crato	1.128	120.931	634.595	5.247,58

FONTE: elaborado pela autora com base no censo agrícola do IBGE de 1960

Apenas Jati e Penaforte tem, no censo de 1960, um valor médio das terras menor que Mauriti. Nos momentos de seca ou crise política ou econômica, o mercado de terras em Mauriti pode ter ficado atrativo para compra. No censo de 2006, há um extrato que pode ser retirado dos dados que, além da classificação de estabelecimentos familiares e não familiares, também categoriza os dados pela forma de obtenção dos estabelecimentos dos produtores proprietários (excluindo da síntese os arrendatários, parceiros e ocupantes), conforme explicitado no Quadro 10 abaixo:

QUADRO 10: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM PRODUTOR PROPRIETÁRIO POR FORMA DE OBTENÇÃO DAS TERRAS PELOS E AGRICULTURA FAMILIAR EM MAURITI, NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006

Forma de obtenção das terras	Compra de particular	Compra via crédito fundiário (cédula da terra, Banco da terra, etc.)	Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação	Herança	Doação particular	Usucapião	Outra forma	Não sabe	Total
Não familiar	123	4	1	96	3	1	6	-	<b>234</b>
% em relação ao total de estb. não familiares	52,56%	1,71%	0,43%	41,03%	1,28%	0,43%	2,56%		<b>100,00%</b>
Agricultura familiar	842	15	21	1054	52	4	36	4	<b>2028</b>
% em relação ao total de estb. familiares	41,52%	0,74%	1,04%	51,97%	2,56%	0,20%	1,78%	0,20%	<b>100,00%</b>
<b>Total</b>	<b>965</b>	<b>19</b>	<b>22</b>	<b>1150</b>	<b>55</b>	<b>5</b>	<b>42</b>	<b>4</b>	<b>2262</b>

FONTE: elaborado pela autora com dados extraídos do sistema SIDRA IBGE (2006)

O Quadro 10 apresenta informações sobre a forma de obtenção das terras em Mauriti. Se somarmos os percentuais de terras do grupo de agricultores familiares proprietários, cuja origem de obtenção, seja **Compra particular** (41,52% - hipótese ventilada de tendência a compras por rendeiros e outros casos) e **Herança** (51,97% - histórias relatadas nas entrevistas sobre casamentos consanguíneos), o que totaliza 93,49% dos estabelecimentos familiares, temos evidências que ajudam a reforçar parte de nossas hipóteses. As respostas dadas em ambas formas de obtenção refletem uma situação pretérita à ocasião da realização do censo, informação que atesta uma condição anterior dessa agricultura familiar. Sobre esta condição, Queiróz (1963, 2009, p.61) já alertava sobre a presença de localidades onde “sempre existiu a agricultura de subsistência”. E a autora cita, a exemplo, grandes fazendas de gado no Nordeste, em que paralelamente vingam “as roças dos sitiantes”, onde, inclusive, o “roceiro” é dono da terra onde produz seu sustento:

Seja por aquisição, seja, mais frequentemente, por herança. As propriedades vão se fragmentando nas mãos de uma quantidade de herdeiros que, disseminados pelas antigas sesmarias, ocupam seus sítios respectivos e são donos em comum; nem sempre o latifúndio em questão.

Pinheiro (1950, p. 123) transcreve matéria do Jornal *O Araripe*, publicada em 1858, em sua primeira edição, autenticando que esta tendência de fragmentação da grande propriedade não é recente na região do Cariri Cearense. O texto da matéria pleiteava ao governo estadual uma providência que

vedasse a subdivisão da propriedade territorial na região, pois esta se transformava em centenas de sitiocas, multiplicando as questões em torno das aguadas: nos inventários, os bens imóveis deveriam ser adjudicados a um só herdeiro, ou vendidos

a um só comprador, que pagasse a cada herdeiro, em dinheiro de contado, o que lhe coubesse (O ARARIPE, 1858, p.1).

A composição dos fatos históricos elencados confronta uma conjuntura que conduz à reflexão de que no Vale do Cariri, eventos políticos, econômicos e culturais produziram o cenário favorável, em Mauriti, à desestruturação da grande propriedade. E, apesar dos números apontarem oficialmente apenas o ano de 1995 como marco temporal para o desaparecimento desta nos registros institucionais, a tendência de esfacelamento dessa grande propriedade, declarada ou invisibilizada, parece ser bem mais antiga.

É possível que o cenário de conflitos armados, disputas políticas e tenha culminado com a desvalorização das terras, provocando a decisão dos latifundiários em vender partes de suas terras com o intuito de se capitalizarem, bem como manter a força de trabalho dos roceiros e sitiantes em suas fazendas. Relembrando que no censo agrícola de 1940, dos 902 estabelecimentos recenseados, 103 eram menores que 5ha, com uma área demarcada de apenas 0,40% da área total recenseada.

Queiroz (2009) instiga uma reflexão sobre as lacunas nos registros que estimam sobre a existência de trabalhadores rurais nos censos, atentando sobre as consequências decorrentes da “não contabilização” (intencionais ou não) desses agricultores. Uma das fontes dessas lacunas pode ser explicada pela vasta extensão de terras que acomodava a instalação dos trabalhadores sem recursos em partes de terras mais distantes das vilas ou aglomerado de residências e estabelecimentos dos distritos ou sede municipal, o que Queiroz (2009, p. 60, grifo da autora), chama de “bairros”, os quais são

Comunidades de habitação dispersa, centralizados por pequeno núcleo de meia dúzia de casas em torno da igrejinha ou capela<sup>34</sup>; para atingir todas as casas são necessárias caminhadas longas por picadas, e os recenseadores desdenham fazê-las – limitam-se a perguntar no núcleo quantos habitantes maios ou menos há por ali. Os questionários de recenseamento só se referem a **estabelecimentos agropecuários** compreendidos como agricolamente organizados e normalmente produtivos em nível comercial; quedam desprezadas as humildes roças que passam a **não existir** oficialmente.

Os problemas metodológicos dos censos agrícolas reúnem questionamentos que vão desde o acesso aos respondentes, bem como as decisões metodológicas de definição sobre os proprietários ou responsáveis pela área de terra contabilizada. Exemplificando, os censos de 1940 e 1950 usavam como referência o imóvel rural. A partir de 1960 passou a se chamar estabelecimento. “É basicamente uma unidade administrativa onde se processa uma exploração

---

<sup>34</sup> A Secretaria Paroquial da Igreja Católica em Mauriti informou que há, no total, 96 capelas, matrizes e santuários entre a sede municipal e os oito distritos administrativos.

agropecuária. Distinta da unidade de pesquisa do INCRA, que é uma unidade de propriedade” (SILVA JR et al, 1982, p. 7).

No manual do recenseador de 1940, ficava estabelecido que

qualquer extensão de terra, arrendada de terceiro e incorporada a uma fazenda, deverá ser somada à fazenda, como se a ela realmente pertencesse. Por outro lado, a parte de uma fazenda, arrendada a terceiro, deverá ser descontada da fazenda, seja na área, seja na produção, e essa parte arrendada, se não for anexada a outra fazenda, como no exemplo precedente, será considerada uma propriedade distinta e, por isso, terá um questionário próprio (IBGE, 1940, p.6).

A determinação metodológica do que deve ser reconhecido para o mapeamento como um estabelecimento rural revela problemas interpretativos quanto à real existência de áreas de cultivo para rendeiros, posseiros e moradores do latifúndio. Então, no caso mauritiense, os 902 estabelecimentos mapeados (QUADRO 11) podem revelar um número muito aquém do que realmente existia já na primeira metade do século XX e a existência de um quantitativo representativo de agricultores de base familiar nesse quadro.

Outra questão sobre os censos trata do fato que a categoria produtor somente foi considerada metodologicamente no censo de 1970. Em 1940, o manual do recenseador considera o “responsável pela exploração”, não distinguindo quem realmente explorava (moradores, rendeiros ou proprietários). Os considerados responsáveis são os proprietários ou os arrendatários, quando dirijam efetivamente o trabalho rural e, por isso, se veem obrigados, na maioria das vezes, a residir no próprio imóvel.

Queiroz (1973, p. 7), em trabalho que levantou diversas pesquisas que apontavam para o que existia nas lacunas do que deveriam retratar o mundo rural brasileiro, do ponto de vista das categorias sociais existentes, alerta que todos esses trabalhos mostraram que,

ao contrário do que antigamente se pensava, havia pelo menos mais uma camada social rural, além dos fazendeiros e da mão-de-obra sem terra – camada intermediária formada pelos sitiantes. Essa camada existiu sempre, desde o início da colonização do país, e seria interessante rebuscar nos relatos de viajantes e memorialistas, em todos os documentos enfim, dados que revelem como vivia, quais os seus caracteres. Por outro lado, não se trata de gente isolada, mas, pelo contrário, de gente que se movimenta em sua vida cotidiana, conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua.

Moreira (1995) argumenta que, quando a Lei de Terras, em 1850, reconheceu as sesmarias existentes como propriedade privada e ao instituir a compra como única forma de acesso às terras devolutas do Estado, tal momento pode ser caracterizado como a origem do mercado de terras no Brasil. Desta forma, as oligarquias, além de já serem proprietárias de escravos, poderiam garantir a propriedade da terra como domínio particular e privado. Quanto aos não proprietários, o acesso à terra (privada ou devoluta) vai lhes exigir uma acumulação

prévia em dinheiro. Este requisito passa a ser um dos elementos básicos do processo de sujeição do trabalho agrícola às atividades produtivas da grande propriedade.

Mas, quando iniciou a constituição de um mercado de terras em Mauriti? Quando e por quais razões esse agricultor familiar, em suas mais diversas modalidades de relações de trabalho com o latifundiário, teve acesso a um pedaço de terra? Para que possamos compreender alguns fatos e que auxiliem no entendimento das lacunas de como e a partir de quando, é possível datar a existência de uma agricultura de base familiar mauritiense?

Moreira (2009), em artigo que reflete sobre o reconhecimento social e político da agricultura familiar, bem como os seus possíveis papéis, delimita metodologicamente cinco importantes marcos para a dimensão histórica dessa categoria: 1) O início ou gênese, na figura do trabalhador livre de moradia de favor, no Brasil Colônia e do Império; 2) Após a Lei de Terras e fim da escravidão, a mutação do trabalho escravo para o trabalho livre, o agricultor familiar residente-parceiro; 3) No pós-segunda guerra, a constituição do assalariamento generalizado, com as instituições do Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra; 4) No pós-golpe e ruptura política do Militarismo, ocasião da modernização conservadora, representado também pelas lutas sindicais, a transformação das fazendas em empresas rurais e a hegemonia do assalariamento temporário; e 5) o aumento da demanda por reforma agrária e a conjuntura do neoliberalismo a partir da década de 1990.

Para compreender essa mudança de estratégia de compra e venda de pedaços de terra pelo latifundiário, emprestaremos os conceitos antagônicos: Terra de negócio e terra de trabalho (MARTINS, 1980). Os dois conceitos contrastantes caracterizam as discrepâncias fundamentais da questão agrária no processo de luta pela terra. Para Martins (1980), a terra de negócio é a terra que o capital se apropria para gerar lucros novos e graduais. A terra de trabalho é a propriedade adquirida pelos agricultores, obtida através do trabalho.

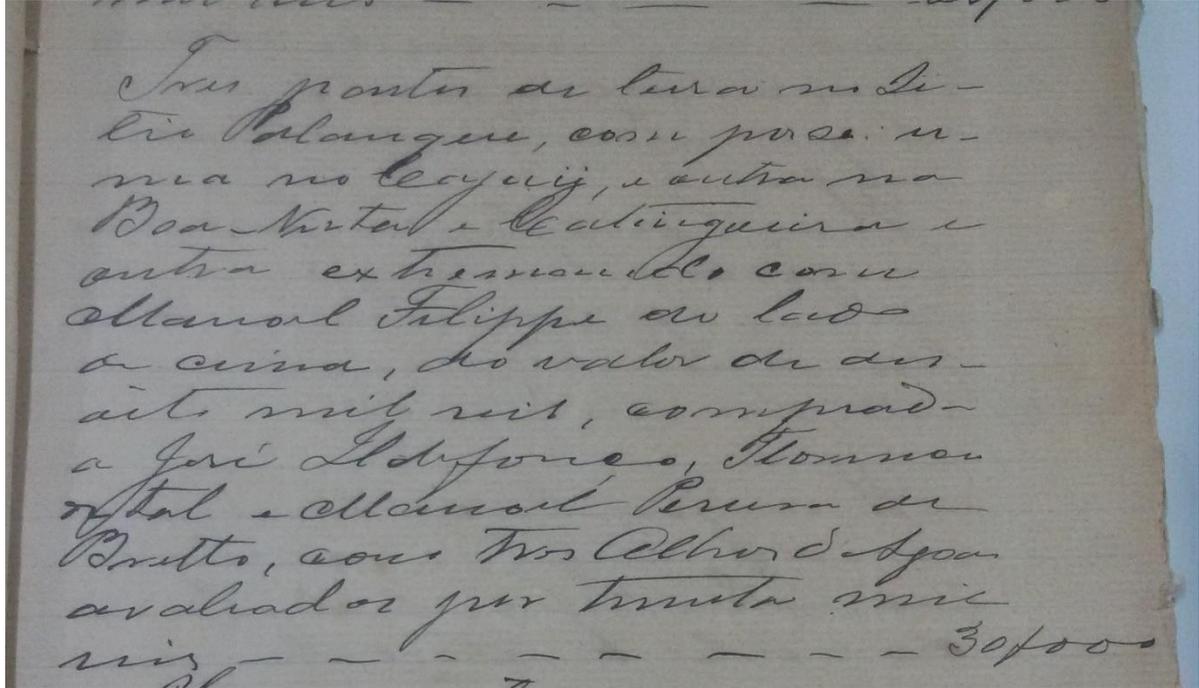
Ilustraremos o processo de transmutação de terras de negócio para terras de trabalho em Mauriti, partindo não da desestruturação de um latifúndio oriundo de sesmaria, mas de um caso em que o proprietário adquiriu pedaços de terras, constituindo uma grande área de sua propriedade: o senhor Sebastião Pereira do Nascimento<sup>35</sup>, milagrense, influente político e proprietário de terras. Na ocasião do falecimento de sua esposa, dona Joaquina Maria da

---

<sup>35</sup> Descobrimos em pesquisas documentais no Arquivo Público do Ceará que o senhor Sebastião Pereira foi vereador em Milagres pelo menos entre os anos de 1900 a 1908 e recebeu a patente de Major. O Mapa 4 apresenta uma ideia da extensão de terras que foi adquirida por este senhor e sua esposa.

Conceição, e realização do inventário (FIGURA 2) é possível contabilizar o levantamento de 40 partes de terras adquiridas por compra.

FIGURA 2: TRECHO DO INVENTÁRIO DE DONA JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO, CASADA COM SEBASTIÃO PEREIRA DO NASCIMENTO<sup>36</sup>



Fonte: extraído do acervo do Arquivo Público do estado do Ceará. Pacote 12, Processo 27, pagina 9 de 78, ano 1905

Realizamos então o estudo detalhado do inventário de Dona Joaquina Maria da Conceição, a fim de compreender a composição da extensão das terras da família, conforme organizado no Quadro 11:

<sup>36</sup> Transcrição do trecho do inventário: Três partes de terra no Sítio Palanque, com posse: uma no Cajuy, outra na Boa Vista e Catingueira e outra extremado com Manoel Filippe do lado de cima, do valor de dezoito mil reis, comprada a José Idelfonso, Florimar de tal e Manoel Pereira de Britto, com três olhos d'água avaliadas por trinta mil reis.

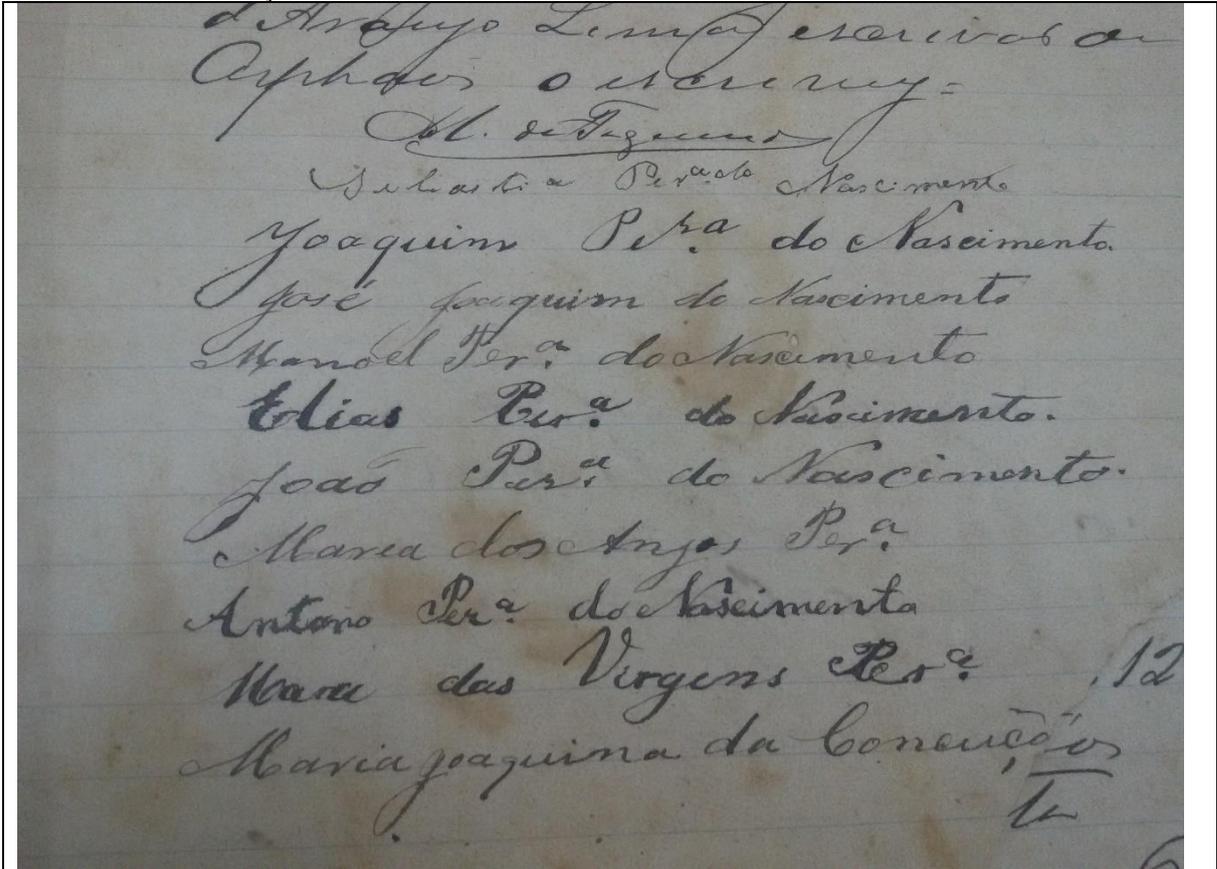
QUADRO 11: LEVANTAMENTO DAS PARTES DE TERRAS REGISTRADAS NO INVENTÁRIO DE D. JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO

RAIZ	LOCAL	Detalhe ou característica	COMPRADA A	VALOR (reis)
Uma parte de terra	Bacupari	com vazante e olho d'água	João Martins de Moraes	200.000
Uma parte de terra	Barro	vazante	Manoel Furtado do Nascimento	500.000
Uma parte de terra	Boa Vista e Catingueira		Florimar de tal	10.000
Uma fazenda	Boi Velho	dois açudes e uma cacimba	Tenente José Furtado Maranhão	800.000
Uma parte de terra	Brejinho	posse no lugar Xavier	Antônio Moreira	50.000
Uma parte de terra	Brejinho	uma nascente com água corrente	José Machado de Moraes	50.000
Uma parte de terra	Cajuí	vazante e olho d'água	Bernardino Martins de Moraes	100.000
Uma parte de terra	Cajuí	extremada	João Martins de Moraes	100.000
Uma parte de terra	Cajuí		José Idelfonso	10.000
Uma parte de terra	Carnaubinha		Dona Maria Camila	10.000
Uma parte de terra	Carnaubinha		João José de Lima	10.000
Uma parte de terra	Carnaubinha		José Pereira de Maria	50.000
Uma parte de terra	Cipó	uma vazante e vão de casa	Antônio da Cruz Neves	300.000
Uma parte de terra	Cipó	parte de uma vazante	Dona Antônia B_____	228.000
Uma parte de terra	Cipó		Dona Maria Antônia de Jesus	50.000
Uma parte de terra	Cipó		Dona Maria Antônia de Jesus	50.000
Uma parte de terra	Cipó	uma vazante de 16 braças	Frutuoso Gomes	40.000
Uma parte de terra	Cipó		Joaquim Bezerra Monteiro	30.000
Uma parte de terra	Cipó	uma nascente de 7,5 braças	Joaquim Teles	30.000
Uma parte de terra	Cipó		Laurindo Pereira Grangeiro	20.000
Uma parte de terra	Cipó	posse no lugar Moreira	Rosa Maria de Jesus	20.000
Uma parte de terra	Cipó		Vicente Luccas	50.000
Uma parte de terra	Cipó	com uma vazante		30.000
Uma parte de terra	Cajuí	"extrema com Manuel Fillipe"	Manoel Pereira de Brito	10.000
Um Sítio	Girao	com um açude e casinha de taipa		520.000
Uma parte de terra	Palanque		José Damiano do Nascimento	50.000
Uma parte de terra	Palanque	Um olho d'água (do velho João)		10.000
Um Sítio	São Félix	cinco nascentes	Aggeu Expedito Assunção	1.680.000
Uma parte de terra	São Félix	uma casinha	Antônia Maria da Conceição	30.000
Uma parte de terra	São Félix		Antônio Natal e José Natal	10.000
Uma parte de terra	São Félix		Joaquim José de Sousa	25.000
Uma parte de terra	São Félix	uma casa de taipa	Manoel José Severino	50.000
Uma parte de terra	São Félix	com nascente		100.000
Uma parte de terra	São Félix			10.000
Um Sítio	Sobrado		Coronel Domingos Furtado	200.000
Uma parte de terra	Sobrado		Francisco Manoel do Nascimento	30.000
Uma parte de terra	Sobrado	casa de taipa e telhas	Manoel Antônio	25.000
Uma parte de terra	Sobrado e Bacupari	vazante no riacho	Laurinio de Tal	20.000
Uma parte de terra	Taboquinha	nascente com três olhos d'água	João Martins de Moraes	400.000
Uma parte de terra	Trapiá	um açude	Manoel José Severino	20.000

Fonte: elaborado pela autora, com base na leitura do inventário de Joaquina Maria da Conceição, extraído do acervo do Arquivo Público do estado do Ceará. Pacote 12, Processo 27, página 9 de 78, ano 1905.

No inventário de Dona Joaquina Maria da Conceição há, na folha 15, a listagem oficial de nove herdeiros, conforme assinaturas na Figura 3:

FIGURA 3: REGISTRO OFICIAL DA EXISTÊNCIA DE NOVE<sup>37</sup> HERDEIROS DE DONA JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO



Fonte: extraído do acervo do Arquivo Público do estado do Ceará. Pacote 12, Processo 27, pagina 15 de 78, ano 1905

Apesar do registro no documento inventarial de nove filhos como herdeiros de Dona Joaquina Maria da Conceição, na relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no Brasil, documento do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no tocante ao município de Milagres e os 313 proprietários elencados em 1920, buscando os dados da família de Sebastião Pereira do Nascimento, somente dois dos seus nove filhos aparecem como proprietários na referida listagem.

<sup>37</sup> Transcrição do trecho do inventário com os nomes dos herdeiros: Sebastião Pereira do Nascimento (esposo e viúvo) e os filhos – Joaquim Pereira do Nascimento, José Joaquim do Nascimento, Manoel Pereira do Nascimento, Elias Pereira do Nascimento, João Pereira do Nascimento, Maria dos Anjos Pereira, Antônio Pereira do Nascimento, Maria as Virgens Pereira e Maria Joaquina da Conceição.

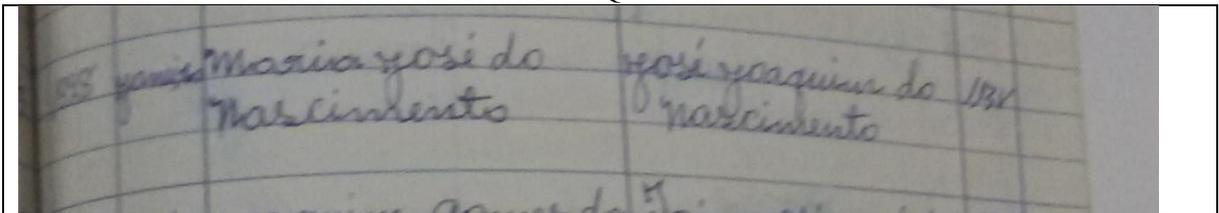
FIGURA 4: TRECHO DO CENSO AGRÍCOLA DE 1920 ONDE SÃO LISTADOS, REFERENTE AOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA EM MILAGRES, JOAQUIM PEREIRA DO NASCIMENTO E JOÃO PEREIRA DO NASCIMENTO COMO DONOS DO SÍTIO CAJUHY

25	Antonio Daniel de Souza .	Carnaúba
26	<u>Joaquim Pereira Nascimento .</u>	Cajuhy ←
27	José Patricio Barbosa ..	Unha de Gato
28	Cerelino F de Moraes .	Tabocas
29	José Machado Moraes .	»
30	Praxedes Furtado de Lacerda .	»
31	Camilla de Moraes e outros .. ... .	Olho d'Agua
32	José Tiburtino de Moraes .	» »
33	<u>João Pereira Nascimento</u>	Cajuhy ←
34	José Francisco de Moraes	Malhada

Fonte: extraído do Recenseamento dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados (1920)

Com isso, é possível deduzir que os demais herdeiros poderiam ter falecido. Mas em 1929 há, nos documentos de registros de imóveis, no acervo do Arquivo Público do Ceará, a escritura de compra e venda entre Maria José do Nascimento e José Joaquim do Nascimento, este segundo e comprador, outro filho do casal Sebastião Pereira e Maria Joaquina. Além de ter recebido partes de terra em igual proporção aos irmãos que aparecem no censo de 1920, adquire pelo menos mais uma parte de terras através de compra.

FIGURA5: REGISTRO NO LIVRO DE ÍNDICES DE DOCUMENTOS DE ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA DE TERRAS, TENDO COMO COMPRADOR JOSÉ JOAQUIM DO NASCIMENTO, UM DOS FILHOS DO CASAL SEBASTIÃO PEREIRA E JOAQUINA MARIA



Fonte: extraído do acervo do Arquivo Público do estado do Ceará. Livro de índice de documentos catalogados do registros de imóveis de Milagres, Bloco 1927 a 1930, página 9, Processo 115V, ano 1928

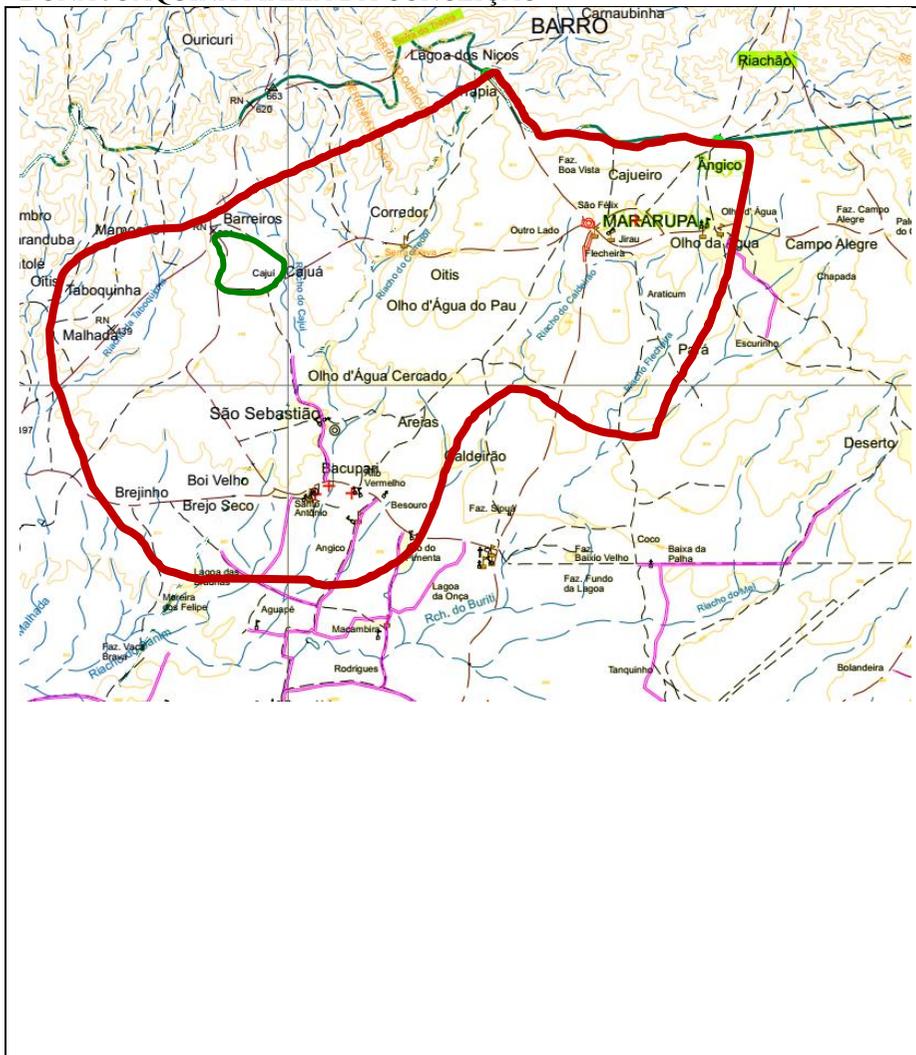
A escolha do estudo da família e das terras do senhor Sebastião Pereira do Nascimento se deu em relação ao acesso aos documentos dos membros da família (certidões de casamento e inventários) no Arquivo Público do Ceará. A escassez do tempo e dos recursos financeiros nos exigiram agilidade e a conveniência metodológica de acessar os documentos que estivessem, inclusive, em melhores situações de consulta<sup>38</sup>.

A análise dos inventários de Sebastião Pereira do Nascimento (1910), Maria Joaquina da Conceição (1905), as certidões de casamento dos seus filhos José Joaquim do Nascimento

<sup>38</sup> Na viagem que foi feita a Fortaleza para o propósito de obter os documentos para estudo, em três dias conseguimos fotografar 1.490 páginas de documentos para análise posterior. A grafia dos registros cartoriais dos manuscritos exige acurada dedicação para suas análises e decifragem dos códigos de escrita.

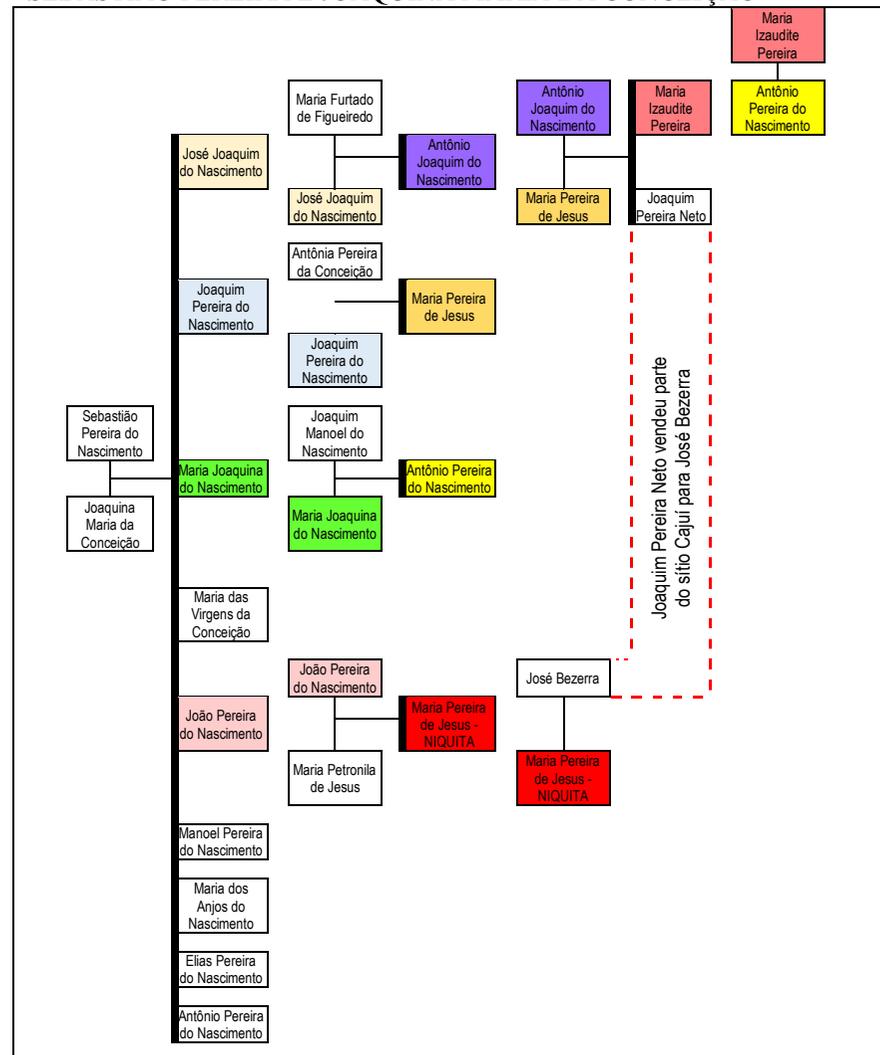
(1898), João Pereira do Nascimento (1906), Elias Pereira do Nascimento (1908) e Maria Joaquina da Conceição (1910) foram elementos que auxiliaram a buscar na comunidade do distrito administrativos do São Félix (ver Mapa 2) as informações que ajudassem a desenhar uma árvore genealógica mais simplificada da família, mas que desse condições de compreender a divisão sucessiva de terras nos inventários e os casamentos consanguíneos desta família. O Mapa 2, apesar de não ser georreferenciado, mas apresenta uma noção, pelos nomes dos sítios atuais e o que os moradores da comunidade São Félix denominaram de linha divisória das águas, em alusão ao percurso dos riachos que eram adotados como marco limítrofe das terras.

MAPA 4: COMPOSIÇÃO DOS PEDAÇOS DE TERRA DO INVENTÁRIO DE DONA JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO



Fonte: elaborado pela autora (2018)

FIGURA 6 ÁRVORE GENEALÓGICA SIMPLIFICADA DA FAMÍLIA DE SEBASTIÃO PEREIRA E JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO



Fonte: elaborado pela autora (2018)

O traço em vermelho no Mapa 4 representa a área de composição das terras de Sebastião Pereira do Nascimento e sua mulher, Dona Maria Joaquina da Conceição. Através da diagramação da divisão de heranças entre os filhos, netos e bisnetos do casal, encontramos uma linha de entendimento que nos fez chegar ao casal Antônio Joaquim do Nascimento e Maria Pereira de Jesus. Um dos seus filhos, Joaquim Pereira Neto, vende o que lhe coube como herança de um senhor chamado José Bezerra, o qual se casou com Maria Pereira de Jesus (Dona Niquita), a qual também recebe uma parta da herança como neta de Sebastião Pereira do Nascimento. As duas partes de terra do casal José Bezerra e Dona Niquita tornou-se o sítio Cajuí, cuja delimitação aproximada no Mapa 4 está traçada na cor verde. Tanto o Mapa 4, como a Figura 6 apresentam melhor visualização das relações de posses de terras e heranças relatadas.

Os registros preservados no Acervo Público do Ceará<sup>39</sup> também oportunizaram o acesso ao índice de documentos de Milagres que estão de posse dessa instituição. Como a consulta a cada um dos documentos leva um tempo considerável entre encontrar no índice de documentos disponíveis e preencher em formulário da instituição os dados para que os arquivistas possam encontrar os livros de registros de imóveis, tomamos a decisão de fotografar todas as páginas do referido livro de índice. Os livros de registros de imóveis existentes no Arquivo Público são disponibilizados em caixas e era preciso demasiado zelo em consultar os compêndios. Para agilizar a consulta, era feitas fotografias das páginas para posterior elucidação do seu conteúdo no computador, agora com o manejo das fotografias e não mais dos documentos.

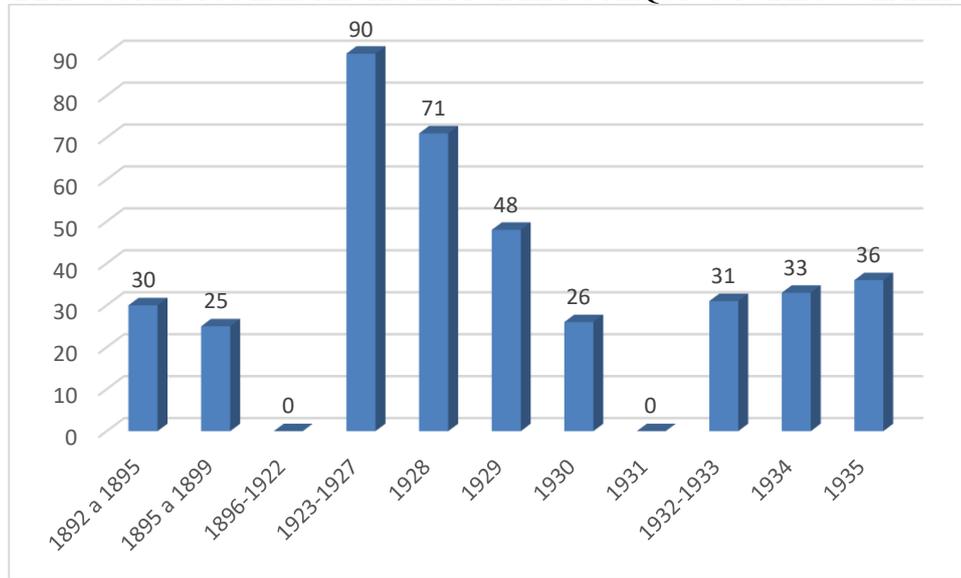
Como o tempo disponível para realizar a pesquisa empírica era escasso, resolvemos fotografar e estudar o índice de documentos de registros de imóveis (escrituras de compra e venda, inventários, arrolamentos, partilhas amigáveis, declaração e demarcação de terras)

---

<sup>39</sup> A consulta ao acervo do Arquivo Público em Fortaleza foi uma busca laboriosa. Até encontramos evidências de que documentos relacionados ao registro de imóveis da região pesquisada estava guardada naquela instituição, a tarefa investigativa nos levou considerável tempo e recursos financeiros. Conforme o que havia sido orientado na banca de qualificação, procedíamos inicialmente com o protocolo de um requerimento de acesso ao acervo cartorial no fórum. Tal tarefa sempre era realizada com uma conversa com o juiz, explicando, às vezes de forma apelativa, no sentido de colocar nossas necessidades de conseguir acessar os documentos. Quando nossas intenções eram compreendidas pelo magistrado, recebíamos um ofício e nos dirigíamos até o cartório para efetuar as consultas necessárias. Nessa empreitada e na busca incessante a encontrar os documentos dos registros de imóveis de Mauriti do final do século XIX, até meados do século XX, percorremos os cartórios de Jardim, Crato, Missão Velha, Mauriti e Milagres. Tanto em Mauriti quanto em Milagres, os documentos mais antigos datavam de 1939. Para nossa surpresa foram as duas localidades em que tivemos maiores dificuldades para acessar o acervo. A incompreensão aconteceu tanto por parte dos juízes quanto dos tabeliões. Malogradas nossas tentativas nos cinco cartórios, por ocasião do Ministério Público ter exigido do cartório de Milagres o registro de fundação da comarca cartorial municipal, fui informada de que talvez os documentos estivessem no Arquivo Público do Ceará, na capital, Fortaleza.

existentes em poder do Arquivo Público cearense. A análise das escrituras de compra e venda de imóveis rurais, embora consciente pela revisão teórica da falta de registros oficiais da real situação de proprietários em uso das terras, nos levou à seguinte síntese de dados, no Gráfico 1:

GRÁFICO 1: NÚMERO DE ESCRITURAS PÚBLICAS DE COMPRA E VENDA DE TERRAS EM MILAGRES POR PERÍODO OU ANO, DE ACORDO COM O ÍNDICE DE DOCUMENTOS EXISTENTES EM PODER DO ARQUIVO PÚBLICO CEARENSE



Fonte: elaborado pela autora de acordo com o índice com os registros dos documentos do Arquivo Público do Ceará (2018)

Relembramos que todo o período com o acervo existente de escrituras públicas representava ainda o município de Milagres sem a divisão administrativa que emancipara Mauriti, contabilizamos de 1892 a 1935, em 43 anos, o registro oficializado de 390 vendas de “partes de terra”, como eram denominados os imóveis nos documentos<sup>40</sup>. O Gráfico 2 apresenta, ora períodos, ora anos preciso. No índice de documentos, os quadros que listam as escrituras enumeram a separação destes por períodos ou por anos. Para saber de qual ano estritamente se trata, seria necessário consultar cada um dos documentos enumerados dentro das tabelas intituladas pelo período, conforme apresenta o a Figura 7. Todavia, tempo não era uma variável que tínhamos como contar para o levantamento mais preciso dos 390 documentos.

<sup>40</sup> Não havia, nos documentos consultados, tanto de inventários, como de escrituras de compra e venda, o tamanho dessas “partes de terra”. Nos documentos que foram passíveis de consulta, em poucos registros tem-se apenas algumas referências de extremas de terras, no caso, os limites entre duas ou três partes distintas, quando não se tratava do mesmo dono.

FIGURA 7 TRECHO DO LIVRO DE ÍNDICE PARA CONSULTA E BUSCA DE LIVROS DE REGISTROS COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS RURAIS NO MUNICÍPIO DE MILAGRES, NO ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ

The image shows a handwritten index book with the following text:

Índice de Notas  
Índice nº 3 - Ano: 1895 a 1899  
Milagres  
Escritura de compra e venda

<u>Ordem</u>	<u>Comprador</u>	<u>Comprados</u>	<u>Fol.</u>
5	Ricardo Mont. Francisco Ro. deques monteiro	Ignacio Ferreira de Souza	1
6	Os meus busca Raimundo de F. quando built e outros	Sen. Cel. Antonio Raimundo de Figueiredo	3v
8	Baris Figue	Antonio Gomes de Lacerda	7
	Padre Joaquim Manoel		

Fonte: registrado em fotografia pela autora (2018)

Detectadas evidências sobre o movimento comercial de compra e venda de terras em Mauriti do final do Século XIX até meados do século XX, segundo os documentos coletados e analisados, fomos então ouvir representantes dos antigos latifundiários de Mauriti. Buscamos a pessoa do senhor Aldemir Martins, descendente da família Martins de Moraes, a qual havia recebido concessão de sesmarias em Milagres e no Pernambuco. Senhor Aldemir também é primo legítimo do ex-prefeito Márcio Martins (1997-2004). Nossa intenção era encontrar mais evidências que nos ajudassem a compreender onde e por quais razões a instituição do latifúndio em Mauriti havia falido, abrindo espaço para um mercado de terras que oportunizou o acesso do agricultor de base familiar não apenas como um trabalhador rural, mas como proprietário legítimo.

A riqueza do latifúndio era muito difícil de ter sustentabilidade. Sabe por quê? Eu ter riqueza econômica é uma coisa. E ter riqueza financeira é outra totalmente diferente. É o que acontece, geralmente, com os grandes latifúndios... Eu não sei no Sul, mas por cá geralmente ele não tem sustentabilidade. Quando a gente tem muita terra, uma grande parte dela é pouco produtiva... No ano de mil novecentos e antigamente tinha aquelas pessoas que gostavam de trabalhar demais. Ai plantava 50, 100 tarefas de terras... O patrão começava a se aperrear e ele comprava uma gleba de terras ao patrão. Isso ai realmente não é novo. Por exemplo, eu era o coronel e você o rendeiro. Você plantava uma gleba de terra muito grande, 50, 100 tarefas de terra. Você conseguia uma grande produtividade. O patrão recebia, mas ele tinha muito mais a que gastar do que o rendeiro. Então o rendeiro conseguia acumular. Financeiramente. Ai o patrão se aperreava e eu, (puf), comprava uma gleba de terra a ele. Para poder ele, o patrão, ficar com o dinheiro. Mesmo que fosse uma terra péssima, mas já era do rendeiro. Você pode procurar em Mauriti. Tem muita gente que trabalhava e conseguiu comprar terra nesse sistema. Do pessoal que trabalhava com esses parentes meus, tem uns que sobressaíram e conseguiram as coisas.

Havia famílias que colocavam tanta roça, porque tinha muitos filhos, que não conseguia nem limpar a roça. Limpava só o pé do algodão, o pé do milho e o resto deixava, pois não tinha condição de limpar tudo. A roça que ele colocava era muito grande. Você vai encontrar uma pessoa na Cana Brava chamada de Paulo Honório...Esse é um dos que conseguiu adquirir terra com a força do trabalho. Antigamente o agricultor tinha o paiol. Para o exército era reserva de pólvora. Mas para o agricultor ele separava as melhores sementes e guardava. Era o rendeiro que arrendava a terra. O sistema de renda já era 4 por 1, ele só ficava com 25%. 20%.

Teve um advento muito interessante. Antigamente, você sabia que o único animal, que morrendo de fome se reproduz, é a mulher? Sabia disso? E mesmo com a dificuldade de alimentação desbalanceada, as famílias eram numerosas. Era de 15, 20, era de 12 filhos. E tinha família que se destacava em força de trabalho. Aí esses era que antigamente você fazia filho não era pra estudar, era pra trabalhar<sup>41</sup>. Era força de trabalho. Ai o rendeiro tinha mais força de trabalho e conseguia se destacar.

Mesmo o latifúndio ficando com 75, 80% da produção ainda não dava conta de pagar as custas do patrimônio dele<sup>42</sup>. Olhe, você quando tem um latifúndio. A quantidade que Márcio Martins<sup>43</sup> gasta só com cerca. E havia um tempo que as terras não eram cercadas. Então para não invadirem, o latifúndio teve que cercar tudo. Só com cerca. São milhares de metros de arame e estaca. E outra coisa. Tem um ditado que diz assim: pais ricos, filhos nobres e netos pobres. Talvez você tenha encontrado isso na sua pesquisa. Eu era o grande coronel. Mas meu filho ia para a capital, ia estudar, entre outras coisas. Vamos gastar dinheiro. E o cara para manter meu filho. Meu filho ia ser agrônomo, meu filho ia ser advogado, tinha que ser juiz, comprava logo um imóvel. Ai comprava logo um imóvel em Fortaleza e chegava num ponto ele não ter mais condição de manter a família e a estrutura do latifúndio. Mesmo com o sistema de quatro por um, ainda não era suficiente para manter e não é ainda. Eu vou lhe dizer uma coisa. Pode ser que eu esteja redondamente enganado. Podia ser o maior latifundiário de Mauriti, se ele fosse começar a vida hoje e estudando em Unifor<sup>44</sup>, ele não manteria com o rendimento que ele tem. Se fosse para começar hoje ele não conseguia manter.

Porque o fazendeiro e os filhos, eles mesmos não produziam nada. Era em cima de um cavalo, fiscalizando. Onde é que ele ganhava um pouco? Início de, final dos anos 70, 80, aqui tinha muito algodão mocó, algodão arbóreo. Ai nesse tempo era um fator *sine qua*, da vida do rendeiro que tinha 10, 12, 20 filhos em casa. Todo mundo ia catar algodão, até as meninas. Era a época que todo mundo tinha dinheiro. Todo mundo tinha dinheiro.

O filho do latifundiário não trabalhava. Andava a cavalo, com revólver desse tamanho na cintura, às vezes um rifle em cima do corpo, só para fiscalizar. Saber se o trabalhador não estava roubando o algodão. O rendeiro tinha que catar o algodão, pois ele só recebia pela força de trabalho dele. Então sempre houve um alto custo para manter o latifúndio.

---

<sup>41</sup> Os homens, ... a população mais capaz do ponto de vista agrícola (QUEIROZ, 2009, p. 65).

<sup>42</sup> Sousa e Jorge (1995, p. 6) declaram que estudos apontam a correlação positiva entre tamanho do estabelecimento rural e a sonegação do imposto territorial. Em função desta realidade, mas, sobretudo porque o INCRA estava suscetível às pressões políticas do setor latifundiário, em 1990, o Imposto Territorial Rural – ITR passa a ser responsabilidade da Secretaria da Receita Federal - SRF, na perspectiva de ocorrer uma posição mais austera do governo federal em relação ao tributo e, sobretudo, com a esperança de elaborar um novo cadastro pela Receita Federal, permitindo o cruzamento das informações com as declarações do imposto de renda. Na terceira tentativa de votação, o Congresso Nacional aprovou a nova legislação sobre o Imposto Territorial Rural - ITR. Então, em 28 de janeiro de 1994, a Lei nº8.847 é sancionada e é considerada uma derrota dos setores ruralistas do Congresso Nacional. Na década de 1990 esse pode ter sido o fator que contribuiu definitivamente para a desestruturação completa do latifúndio na estrutura fundiária de Mauriti. Em 1995 o censo publica dados onde o latifúndio não aparece mais.

<sup>43</sup> Referência feita a seu primo e ex-prefeito de Mauriti.

<sup>44</sup> Referindo-se à maior instituição de ensino superior do Ceará, fundada em 1973, cuja possibilidade de estudos foi e ainda é símbolo de *status* econômico.

Porque na realidade, o que é que acontece, eu tenho 8, 10 filhos, boto o mais velho para ir para a capital. Ai o outro que ir para a capital, ai pra manter esse pessoal na capital, a sua produção não dá para manter esse pessoal na capital. Ai o que acontece? O latifundiário tem que começar a vender gado. A queda do algodão foi o tiro de misericórdia nos latifundiários<sup>45</sup>. Foi o tiro de misericórdia. Porque se você olhar tudo isso aqui, essas serras tudim, tudo era plantação de algodão. Todas elas. Aqui tinha usina, aqui tinha usina de algodão. Três usinas. Tinha a de Zé Abraão, a de Alexandre e de João Augusto. Funcionava as três.

Quando você trabalhava no algodão mocó, ai era só roço. Eles mantinham uma grande quantidade de gado. Ai você colhia o algodão e jogava o gado dentro. Ai eles podiam aumentar o plantel deles. Ai eles tinham essa quantidade melhor financeiramente. Ai depois do algodão o latifúndio não teve mais uma grande produção. Mauriti hoje é o maior produtor de grãos do Ceará. O algodão vigorou até 1982<sup>46</sup> (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, fevereiro de 2018).

Tendo Almir Martins indicado em sua fala a pessoa do senhor Paulo Honório como sido rezeiro e adquirido suas terras na condição de comprar de pedaços do latifúndio, uma forma de capitalizar o grande proprietário, fomos em busca do senhor Paulo Honório. Conseguimos o acesso através de uma pessoa moradora no distrito da Palestina e conhecia o sítio Cana Brava, onde o senhor Paulo Honório mora. Nossa intenção foi saber dele como acontecera o processo de compra de sua terra.

Minha família é dos Macêdo. Somos três irmãos da primeira e três da segunda família. Eu nasci e me criei aqui no Mauriti. A viagem mais longa que fiz foi dali, do Açude de Pedra pra cá. O primeiro terreno que eu comprei foi a Tonho Vasques. Conheceu os Vasques? Eu fui trabalhar de vaqueiro, ai compadre Chico me deu o gado sorteando, de quatro por um. Ai eu fui juntando um pouquinho. Nesse tempo havia inverno. Nos seis meses de inverno a gente foi juntando de pouquinho e deu pra comprar uma terrinha. Ai eu juntei um gado sorteando de quatro por um, ai peguei trinta cabecinha de gado de Joaquim, juntei, vendi e comprei um taquinho de terra.

Eu comprei a terra a Luiz e Gabriel<sup>47</sup>. Eu comprei uma légua, não sei dizer quantas tarefas dava, porque era uma légua de distância com 70 braças de frente e terminava com 10 braças de fundo. Eu comprei, não lembro bem o ano, trabalhei numa base de uns 11 anos de vaqueiro mais o compadre Chico. Ai eu comprei, já era casado, já era pai de filho. Já foi quase, de 1970 a 1980. Eu ainda trabalhei nas roças de algodão, limpando mato de mão. O povo ainda plantava algodão preto e algodão branco. Ninguém plantava algodão em terra baixa não porque o inverno não deixava. Só plantava mais em terra de alto, nas baixas não dava. Porque era seis meses de inverno e embrejava tudo.

Compadre Chico, ele chegou a comprar um terreno ali no Cariri<sup>48</sup>, num sabe? Ainda hoje os meninos deles tem ainda um pedacinho de terra lá, os filhos dele. E às vezes que ele adoecia, dava esse problema que ele tinha. Era avexado, sabia? Tinha uns problemas de saúde. Os filhos não chegaram a trabalhar nas terras do pai não. Foram embora para o Cariri, ai trabalharam lá. Mas já morreram quase todos. Compadre

<sup>45</sup> Na pesquisa de doutoramento de Maia (2013, p 75), realizada no sertão da Paraíba, a autora observou que o momento de ascensão e crise do antigo sistema de produção algodão/pecuária e as novas estratégias produtivas, a partir da década de 1990, marcaram a opção por um novo projeto pecuário, enfatizando a bovinocultura como melhor alternativa a ser desenvolvida nas médias e grandes propriedades da microrregião

<sup>46</sup> Trecho da entrevista com o senhor Aldemir Martins, realizada no dia 12 de fevereiro de 2018.

<sup>47</sup> Luiz e Gabriel são filhos de Tonho Vasques, que o senhor Paulo Honório cita na entrevista como seu antigo “patrão”.

<sup>48</sup> Senhor Paulo Honório se refere ao Cariri para representar Juazeiro do Norte, onde o senhor Chico Vasques comprou terras.

Chico me deu essa chance<sup>49</sup>. Naquela época até os trabalhadores eles partiam. Ai partiram os moradores e eu fiquei trabalhando com Chico Vasques, que era meu compadre.

Quando eu comprei a minha terra, eu mesmo plantava milho, feijão, algodão, fava. Quando deu a crise do algodão, ai foi a derrota, acabou com tudo. Ai nós ficamos mais só com os bichinhos. Os bichos aqui não deram problema não. Deu a raiva, mas as vacinas resolveram (Entrevista com Paulo Honório, Cana Brava, Mauriti, realizada em fevereiro de 2018).

Moreira (2009) nos recorda que dentre as relações hegemônicas, em vigor no final do século XIX até a primeira metade do século XX, existiu o contexto do progresso e ascensão social por meio do trabalho. Ao se acreditar nessa ideia, considerando uma sociedade pseudo-escravista mercantil, é possível compreender o surgimento do que o autor chama de sitiante tradicional. Personagens acumular algum recurso e conseguem comprar pequenos lotes de terras ou conseguem o reconhecimento de suas posses anteriores.

Naquele contexto, destaca-se a particular capacidade da agricultura familiar para agir deliberada e explicitamente a fim de modificar a sua lei, isto é, a sua forma, a sua regulação social e psíquica, como sujeito efetivo de seu agir, capaz de liberar-se da ascendência do fazendeiro... O direito à terra de trabalho não era favor, nem esteve fortemente associada à dívida contraída com os senhores das terras...era resultado...como sujeito efetivo do seu agir (MOREIRA, 2009, p. 64-65).

Quando o trabalhador se apossa da terra, para Martins (1980, p. 60), ela se transforma em terra de trabalho. Quando o capital se apropria da terra, ele o faz no intuito do lucro, direto ou indireto. A terra serve para ser vendida por alto preço e quem dela precisa para trabalhar e não tem. Em razão disso, nem sempre a associação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura.

Quando o latifundiário vende a terra para o rendeiro, nos coloca Martins (2003, p. 152) que “não se tratava, pois, apenas propriamente da emergência política das elites num cenário de crise social, política e econômica. Enfraquecidas nessa diversificação, buscavam aliados nos trabalhadores”.

A dispersão dos herdeiros não é a única responsável por essa fragmentação em roças; meeiros e rendeiros também se confundem com os herdeiros dos latifúndios indivisos e, como estes, não podendo pagar empregados, são os próprios cultivadores do trato de terras que lhes coube (MONTEIRO, 1926, p. 58).

Analisando a dinâmica das formas de acesso à terra da condição dos produtores rurais, temos o Gráfico 3 mostrando que no período de 1940 a 2006 houve uma expansão desse acesso, alterações na estrutura fundiária em Mauriti, com destaque, considerando a disposição

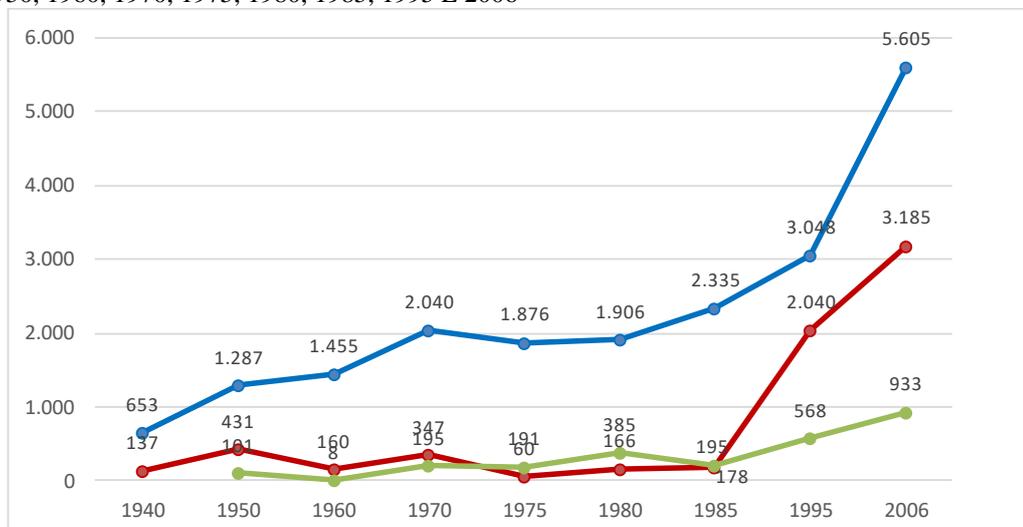
---

<sup>49</sup> Quando o senhor Paulo Honório se refere ao antigo patrão e associa o fato da compra da terra a uma chance dada, Moreira (2009, p. 66) recorda que a cultura de subsistência, derivada das relações de favor, associada ao anseio de antigos moradores, aponta esperança no futuro, alimentada pela paciência, sujeição e perspectiva de novos e melhores favores das elites.

apresentada no Gráfico 2, para o crescimento no número de proprietários, saindo de um quantitativo de 653 em 1940 para 5.605 em 2006, um crescimento na ordem de 758,35%. Destacamos ainda um aumento percentual de 1689,33% no número de arrendatários e parceiros de 1985 a 2006, onde a curva no gráfico é mais acentuada.

Por mais que as condições de acesso a terra aparentem ter melhorado significativamente entre o período que compreende o censo de 1940 e o de 2006, entretanto os números indicam ainda apontam que em um universo de 9.723 (somando proprietários, arrendatários e ocupantes) agricultores no mundo rural mauritiense em 2006, 42,35% desse contingente ainda não são proprietários de fato (arrendatários e ocupantes). Trabalham em sistema de arrendamento, parceria ou ocupam terras, mas sem a posse institucionalizada da área onde trabalham<sup>50</sup>.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE PRODUTORES RURAIS, CONFORME O TIPO DE OCUPAÇÃO: PROPRIETÁRIO, ARRENDATÁRIO/PARCEIRO E OCUPANTE EM MAURITI NOS CENSOS AGRÍCOLAS 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006



FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006

LEGENDA: —●— PROPRIETÁRIO —●— ARRENDATÁRIO/PARCEIRO —●— OCUPANTE

O acesso à terra pelos trabalhadores rurais em Mauriti, através da compra ou doação em todas as suas formas de relação de trabalho com o latifundiário, bem como os herdeiros beneficiários de partilha de terras foram se configurando e desenhando a nova estrutura fundiária municipal. No início da década de 1970, o Governo Militar realiza a primeira ação institucional de implantação de um assentamento de irrigantes, projeto comunitário. Segundo

<sup>50</sup> Segundo notas metodológicas do censo agropecuário do IBGE de 1995, a condição do agricultor com relação às terras era apresentada pelas categorias de Proprietário, Arrendatário, Parceiro (meeiro, terceiro, quartista, etc.) e Ocupante. No Censo de 2006, a classificação da condição do produtor em relação às terras teve algumas alterações. Foram incluídas as modalidades Produtor Sem Área e Assentado Sem Titulação Definitiva.

informações no Site do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca<sup>51</sup>, a implantação do perímetro da Quixabinha, localizado no distrito municipal da Palestina (ver mapa 2), foi iniciada no ano de 1971 e a sua conclusão ocorreu em 1973. Os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram início em 1972.

Bursztyn (1986) e Pontes et al (2012), ao analisarem os resultados da política de irrigação projetada pela SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e executada pelo DNOCS, apontam para a alarmante constatação de que estes perímetros públicos, em alguns casos, cooperaram para uma dupla desterritorialização dos camponeses. 1) os proprietários desalojados de suas áreas para implantação do perímetro irrigado, expulsos sem indenização ou com ressarcimento demasiadamente demorado; 2) os agricultores familiares, excluídos de sua condição pela imposição do modelo de produção baseado no paradigma da revolução verde, fazendo uso de insumos mecânicos e químicos, emprego de agrotóxicos, implantação da irrigação e pela imposição de culturas agrícolas selecionadas de acordo com a rentabilidade e demanda do mercado, desconsiderando os saberes historicamente construídos dos camponeses.

Impulsionados pela ação dos movimentos políticos, sociais e econômicos nacionais, Mauriti entrará na agenda da chamada Reforma Agrária Assistida pelo Mercado – RAAM (AGR, 1995), definida como uma política pública na década de 1990. Os reflexos dessas ações governamentais serão descritos no Capítulo 3 da tese. Na seção subsequente analisaremos os detalhes da evolução e organização da estrutura fundiária municipal, tendo como fonte dados secundários que possibilitaram reflexões sobre as mudanças que concorreram para a desestruturação da grande propriedade em Mauriti.

---

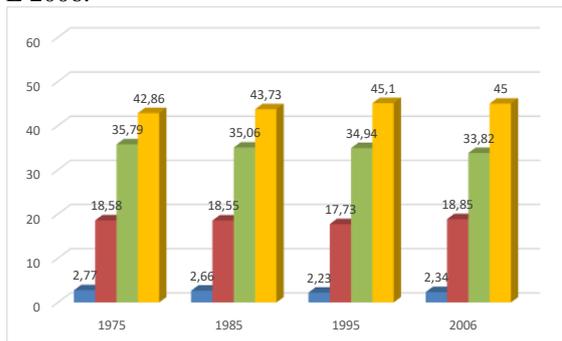
<sup>51</sup> Segundo informações no site do DNOCS, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste. Quando foi criado, sua denominação era Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, legalizado através do Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, editado pelo então Presidente Nilo Peçanha. Ainda segundo o site, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semi-árido. Em 1919, através do Decreto nº 13.687, recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, antes de assumir sua denominação atual, que foi conferida pelo Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945, transformando-se em autarquia federal através da Lei nº 4229, de 01/06/1963.

### 1.1.2. Evolução e organização do espaço agrário mauritiense

Considerando a diversidade que define o Brasil, cada região enfrentou diferentes processos e modos de garantir o acesso a terra. Contudo, a forma dominante de controle da terra no mundo rural brasileiro ainda tem sido a grande propriedade fundiária (WANDERLEY, 2000). De acordo com o censo agropecuário de 2006, o grau de desigualdade na estrutura fundiária brasileira mantém-se elevado e praticamente não teve alterações em relação à sua concentração no ano de 1940, marco temporal metodológico adotado para a presente tese. “Brasil é um país cuja distribuição de terras está altamente concentrada e altos níveis de desigualdade ainda perduram” (ALCÂNTARA FILHO e FONTES, 2009, p. 83).

Dados do censo agropecuário de 2006 sobre a estrutura fundiária do município de Mauriti parecem indicar uma situação que destoa do quadro de desigualdades em nível Brasil e os índices que demonstram a concentração de terras na média nacional. No município de Mauriti, o censo agropecuário de 1995 marca o fracionamento total de propriedades maiores que 1000ha. Os Gráficos 3 e 4, apresentando dados da estrutura fundiária em *quartis*<sup>52</sup>, mostram situações com diferentes estruturas fundiárias em nível Brasil e em Mauriti.

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL DIVIDIDA POR *QUARTIS*, SEGUNDO OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1975, 1985, 1995 E 2006.



FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários do IBGE de 1975, 1985, 1995 E 2006

#### LEGENDA

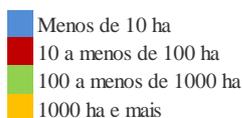
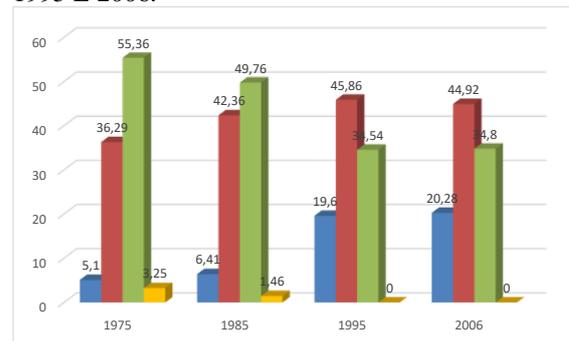


GRÁFICO 4: EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE MAURITI DIVIDIDA POR *QUARTIS*, SEGUNDO OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1975, 1985, 1995 E 2006.



FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários do IBGE de 1975, 1985, 1995 E 2006

<sup>52</sup> Um quartil, nas demonstrações de estatística descritiva, é qualquer um dos valores que divide o conjunto ordenado de dados em quatro partes iguais. Cada parte representa 1/4 da amostra, população ou conjunto geral de dados.

No estado do Ceará, em média, a situação sobre a concentração fundiária não difere do cenário nacional. Medeiros (2016, p. 21), em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, analisando o período de 1970 a 2006, constatou que “a estrutura fundiária do Ceará, a exemplo do que aconteceu na região Nordeste como um todo, manteve-se nos últimos 36 anos altamente concentrada e rígida, não apresentando alterações significativas”. Considerando, na presente tese, que a pequena propriedade em Mauriti tem presença expressiva e crescente, os dados secundários organizados no Quadro 12 mostram que a média geral dos estabelecimentos rurais, do censo agrícola de 1940 para o censo agropecuário de 2006, em Mauriti, cai de 76,52 hectares para 11,86.

QUADRO 12: TAMANHO MÉDIO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS EM MAURITI NOS CENSOS DE 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos (nº)	902	1.862	1.764	2.582	2.127	2.457	2.708	4.804	3.401
Área (ha)	69.019	92.704	84.869	99.607	89.473	74.670	63.203	63.203	41.065
Área média	76,52	49,79	48,11	38,58	42,07	30,39	23,34	13,16	12,07

FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários do IBGE de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006

A organização agregada de dados sobre a estrutura fundiária de Mauriti, juntamente com informações sobre a formação histórica do município no contexto de expansão e ocupação das terras, considerando um espaço mais amplo e as influências econômicas, políticas e sociais, podem auxiliar a explicar o porquê do cenário contemporâneo da estrutura fundiária. O Quadro 13 apresenta, de forma agregada em quartis, o comparativo de percentual dos grupos de menos de 10 hectares, de 10 a 100ha, de 100 a 1000ha e acima de 1000ha em nível Brasil, Ceará e Mauriti. Os dados agrupados também permitem a visualização e comparação facilitadas de alterações ocorridas ao longo do período de estudos adotado na presente pesquisa.

QUADRO 13: PERCENTUAL DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE GRUPOS CONCENTRADOS EM NÍVEL BRASIL, CEARÁ E MAURITI NOS CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

Grupos de área total	Ano								
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Menos de 10 ha	Percentuais de área								
BRASIL	1,01	1,3	2,24	3,09	2,77	2,47	2,66	2,23	2,34
CEARÁ	0,91	1,25	1,45	3,89	4,7	3,93	6,17	7,07	6,72
MAURITI	1,34	3,77	4,04	4,87	5,1	7,47	6,41	19,6	20,28
10 a menos de 100 ha	Percentuais de área								
BRASIL	16,75	15,31	19,04	20,42	18,58	17,68	18,55	17,73	18,85
CEARÁ	18,01	21,81	22,41	27,48	29,15	29,03	28,41	27,69	28,5
MAURITI	22,6	30,01	37,05	42,52	36,29	29,13	42,36	45,86	44,92
100 a menos de 1000 ha	Percentuais de área								
BRASIL	33,47	32,52	34,43	36,97	35,79	34,75	35,06	34,94	33,82
CEARÁ	48,04	51,51	48,12	44,35	46,29	46,5	45,41	45,98	46,07
MAURITI	47,19	54,37	54,55	49,42	55,36	58,62	49,76	34,54	34,8
1000 ha e mais	Percentuais de área								
BRASIL	48,32	50,86	44,15	39,52	42,86	45,1	43,73	45,1	45
CEARÁ	33,04	25,43	28,03	24,28	19,86	20,53	20,01	19,26	18,71
MAURITI	28,87	11,85	4,36	3,19	3,25	4,78	1,46	0	0

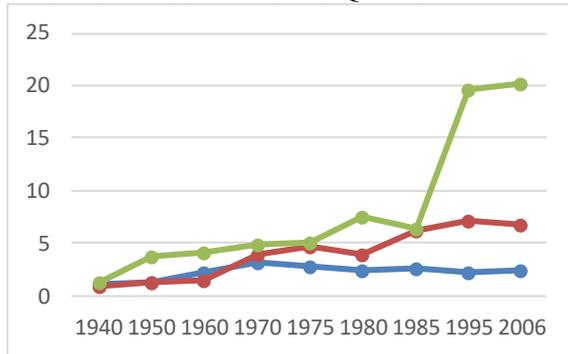
FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006

O comportamento das séries percentuais das áreas dos grupos agregados, apresentado nos gráficos 5, 6, 7 e 8 mostram, de forma visualmente mais compreensível, que em nível municipal as propriedades menores de 10ha (os minifúndios) cresceram, entre os censos de 1940 e 2006, 15,13 vezes. Em nível estadual o aumento foi de 7,38 vezes e em nível nacional, 2,31.

No grupo que agrega propriedades de tamanho entre 10 e 100ha, em nível municipal a área dos estabelecimentos praticamente dobra de tamanho em 66 anos, decresce em 26,26% no grupo que agrega propriedades entre 100 e 1000ha e, a partir do censo de 1995, não possui mais propriedades acima de 1000ha.

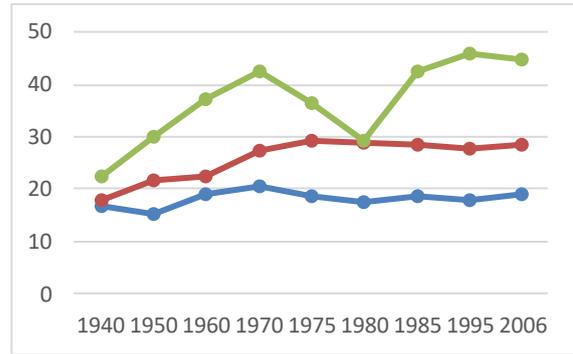
Em nível estadual o percentual de área agregada entre 10 e 100ha aumentou 58,24%. No grupo de propriedades entre 100 e 1000ha decresceu apenas 4,10% e no grupo de propriedades decresceu 43,37%. Os piores índices encontram-se em nível nacional. A área dos grupos entre 100 e 1000ha crescem 1,04% e no grupo que agrega propriedades acima de 1000ha há um decréscimo de apenas 6,87%.

GRÁFICO 5: PERCENTUAL DE ÁREA DE GRUPOS DE IMÓVEIS RURAIS RECENSEADOS MENORES QUE 10HA



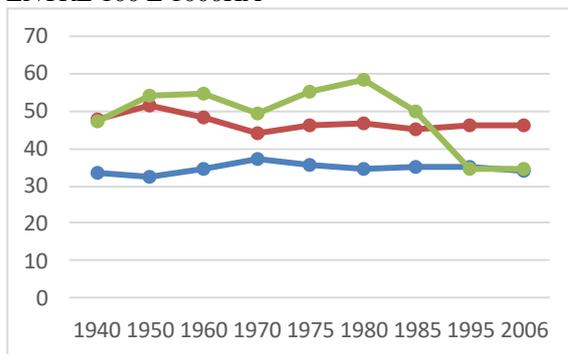
FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006

GRÁFICO 6: PERCENTUAL DE ÁREA DE GRUPOS DE IMÓVEIS RURAIS RECENSEADOS ENTRE 10 E 100HA



FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006

GRÁFICO 7: PERCENTUAL DE ÁREA DE GRUPOS DE IMÓVEIS RURAIS RECENSEADOS ENTRE 100 E 1000HA

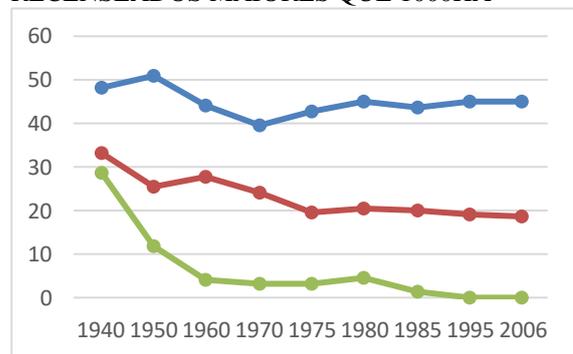


FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006

LEGENDA:

—●— BRASIL —●— CEARÁ —●— MAURITI

GRÁFICO 8: PERCENTUAL DE ÁREA DE GRUPOS DE IMÓVEIS RURAIS RECENSEADOS MAIORES QUE 1000HA



FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006

Com dados mais atualizados, mas utilizando metodologia diferente do IBGE, temos um comparativo entre os anos de 2010 e 2014 com informações da estrutura fundiária de Mauriti segundo metodologia adotada pelo INCRA. O Quadro 14 também sintetiza os acumulados percentuais do quantitativo e das áreas dos imóveis rurais em Mauriti nos anos de 2010 e 2014:

QUADRO 14: CLASSIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS RURAIS EM MAURITI EM 2010 E 2014 E PERCENTUAL DO TOTAL DE IMÓVEIS E ÁREA DE CADA GRUPO

	2010		2014	
	Nº estab.	Área	Nº estab.	Área
MINIFÚNDIOS	3.339	29.583,7	3.538	32186,5
%	87,48%	36,31%	87,06%	35,90%
PEQUENAS PROPRIEDADES	417	34.311,5	461	37901,2
%	10,92%	42,12%	11,34%	42,28%
MÉDIAS PROPRIEDADES	61	17.575,5	65	19556,6
%	1,60%	21,57%	1,60%	21,82%
GRANDES PROPRIEDADES	0	0,0	0	0,0
%	0%	0%	0%	0%
TOTAL	3.817	81.470,8	4.064	89.644,3
%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados do INCRA de 2010 e 2014

Somando os percentuais de minifúndios e pequenas propriedades, áreas consideradas dentro do conceito de agricultura familiar (BRASIL, 2006), temos, em 2010, 98,40% dos imóveis ocupando 78,43% da área. Em 2014 estes percentuais são, respectivamente, 98,40% e 78,18%. Os dados do INCRA ajudam a confirmar que a estrutura fundiária de Mauriti concentra majoritariamente número e área de imóveis rurais de pequenas propriedades ou minifúndios.

Mesmo acatando as diferenças, em termos da quantidade de hectares nos seus grupos, entre a classificação do INCRA e os grupos da metodologia adotada pelo IBGE que somam estabelecimentos equivalentes a minifúndios, pequenas propriedades, médias e grandes, ultrapassando os valores entre os dois, os percentuais apresentados pelos dados do INCRA em muito se aproximam dos somatórios apresentados pelos do IBGE no censo agropecuários de 2006, conforme apresentado no Quadro 15:

QUADRO 15: COMPARAÇÃO DOS DADOS E PERCENTUAIS DOS GRUPOS DE ÁREA TOTAL ENTRE AS METODOLOGIAS DO IBGE (2006) E INCRA (2014)

METODOLOGIA IBGE 2006	% ACUM.	METODOLOGIA INCRA 2014	%
< 50 hectares	35,90%	Minifúndios	32,18%
50 a < 200 hectares	42,28%	Pequenas propriedades	43,92%
200 a < 1000 hectares	21,28%	Médias propriedades	23,89%
Acima de 1000 hectares	0%	Grandes propriedades	0%

FONTE: Elaborado pela autora com base nos dados do INCRA (2014) e IBGE (2006)

Para sabermos se, na dinâmica da estrutura fundiária mauritiense, houve desconcentração de terras, utilizamos o Índice de Gini de concentração fundiária. Esse indicador é uma ferramenta utilizada na mensuração do grau de concentração de qualquer distribuição estatística. Pode ser utilizado para mensurar a concentração de renda, ou, no esforço do presente objetivo específico, mensurar se houve mudança na estrutura fundiária e concentração de terras. Em termos de distribuição de terras, o índice é construído e calculado

relacionando-se as faixas de propriedades. Das menores às maiores, com sua participação percentual na área total (NEY e HOFFMANN, 2009).

Para o cálculo dos indicadores apresentados nos Quadros 20 e 21, foi utilizada a seguinte fórmula:  $IG = 1 - (Y_{i+1} + Y_i) (X_{i+1} - X_i)$ , onde:

X = % do número de estabelecimentos;

Y = % da área dos estabelecimentos;

X<sub>i</sub> = % acumulado do número de estabelecimentos;

Y<sub>i</sub> = % acumulado da área dos estabelecimentos.

Quanto mais os valores do coeficiente de Gini se afastarem de 0, maior será a desigualdade (HOFFMANN, 2000). Os Quadros 16 e 17 mostram a evolução do índice de Gini referente ao estado do Ceará e ao município de Mauriti:

QUADRO 16: ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS DO CEARÁ E DE MAURITI SEGUNDO DADOS DOS CENSOS IBGE 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
ÍNDICE GINI CEARÁ	0,784	0,777	0,772	0,811	0,841	0,857
ÍNDICE DE GINI MAURITI	0,602	0,626	0,667	0,601	0,650	0,657

FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006

QUADRO 17: ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE TERRAS EM MAURITI SEGUNDO DADOS DOS CENSOS IBGE 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006

1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
0,6372	0,6650	0,5823	0,6017	0,6261	0,6670	0,6007	0,6504	0,6572

FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agrícolas e agropecuários 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 E 2006

Para compreender os valores encontrados para o índice de Gini, utilizaremos a classificação de Câmara (1949, p. 517):

QUADRO 18: ÍNDICE DE GINI E GRAU DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA CONFORME DADOS DO INCRA

ÍNDICE DE GINI	CONCENTRAÇÃO
De 0,000 a 0,100	Nula
De 0,101 a 0,250	Nula à fraca
De 0,251 a 0,500	Fraca à média
De 0,501 a 0,700	Média à forte
De 0,701 a 0,900	Forte a muito forte
De 0,901 a 1,000	Muito forte à absoluta

FONTE: Elaborado pela autora com base em Câmara (1949, p. 517)

Em nível municipal, o índice de Gini, utilizado para avaliar a concentração fundiária, manteve oscilações, variando de 0,667 em 1980, o ponto mais elevado, tendo alcançado o nível

em 0,5823 em 1960. Comparando com o estado do Ceará, é possível perceber que, em Mauriti, a estrutura fundiária está melhor distribuída. Todavia, ainda está classificada como **distante de ser equitativa** (grifo nosso).

A estabilidade da desigualdade fundiária medida pelo índice de Gini calculado e a queda na área média dos estabelecimentos agrícolas em Mauriti, no período de 1940/2006, podem indicar que a invariabilidade pode ter acontecido essencialmente devido ao crescimento do número de minifúndios ou propriedades menores que 10 hectares. Isto é, o índice de Gini se mantém estável, em torno de 0,6320, mas há um aumento de 1.183,73% no número de estabelecimentos de agricultores familiares com menos de 10 ha (crescimento do minifúndio) no mesmo período de 1940 e 2006, enquanto ocorre uma clara diminuição do número de agricultores com área acima de 100 hectares. A partir de 1995, não há mais propriedades em Mauriti maiores que 1000ha. Neste caso, ao partimos do pressuposto de que a análise do Índice de Gini precisa ser compreendida com a apreciação conjunta do número de proprietários (denominação IBGE, Gráfico 3) e de estabelecimentos, pois no geral houve um aumento de todos. Se pensamos os estabelecimentos rurais em quartis (tamanhos de <10ha, 10-100ha, 100-1000ha e >1000ha), a concentração saiu do grupo com maiores estabelecimentos e se deslocou para o grupo com estabelecimentos menores.

Utilizando os dados do INCRA e realizando os cálculos do índice de Gini, o valor diminuiu para 0,5097 em 2010 e 0,5093 em 2014, indicando que a distribuição da estrutura fundiária municipal continua melhorando. Em síntese, analisando as mudanças na estrutura fundiária de Mauriti e, dos dados secundários, percebemos que houve aumento no quantitativo de estabelecimentos cujo tamanho se enquadra no que preconiza a Lei 11.326/2006 da agricultura familiar.

Mauriti aparenta apresentar hoje um mosaico de formas, a partir das quais a agricultura familiar pode ser identificada. São nove distritos com uma vocação econômica marcadamente agrícola e pecuária dos seus sítios, quatro condomínios produtivos, dez assentamentos PNCF e um acampamento do INCRA. Ainda que contrapondo as forças impeditivas do reconhecimento e valorização da agricultura de base familiar, Mauriti foi-se caracterizando como um município minifundista, cuja maior parte das suas terras foi apropriada pela agricultura familiar, com uma produção agropecuária exitosa comparada a outros municípios da região.

## 1.2 INVISIBILIDADE HISTÓRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

### 1.2.1. Gênese, reconhecimento, institucionalização da agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar é uma das modalidades de organização produtiva mais antigas da história da humanidade. Todavia, durante um longo período não foi considerada expressiva para o desenvolvimento rural (MOTA et al, 2007). Baiardi (2014, p. 124) pondera que, no esforço de compreender sua gênese, é necessário analisar as transições e transformações históricas e observar as diferenças geográficas dos sistemas agrários. Analisando uma trajetória do que demarca como primeira revolução agrícola, no período neolítico, até as transformações técnicas, organizacionais e sociais contemporâneas, constata que “malgrado marchas e contra-marchas, no sentido da concentração da área produtiva e da produção, a agricultura familiar sempre esteve presente na história da agricultura”.

Graziano da Silva et al (1978) notam que, em uma sociedade baseada na relação entre senhores e escravos, como foi o caso do Brasil, dentre as poucas e precárias opções para a população livre da colônia seria a associação com os poderosos donos da colônia, prestando-lhes serviços em suas propriedades ou a ocupação em pequenas faixas de terras para prover o seu sustento. Esses indivíduos percorreram o tempo e o espaço, estendendo suas raízes até a época atual.

Esses tipos, que foram a gênese dos pequenos agricultores no Brasil, sempre foram tidos como vadios, ociosos, e qualificações semelhantes. Sempre foram considerados como marginais pelas autoridades da colônia e pela ideologia dominante na época...são os reflexos criados pelo próprio sistema latifundiário implantado no Brasil.

Sempre estiveram à margem das atividades consideradas maiores do sistema, ou seja, das culturas de exportação. Mesmo se chegaram a produzir algo nesse sentido, o faziam basicamente de forma bastante diferente: sem escravos, e, na grande maioria das vezes, sem a posse legal de terras, que trabalhavam com suas próprias mãos e com precários instrumentos de trabalho. Na maioria das vezes, limitaram-se a produzir gêneros para sua própria subsistência, vendendo os excedentes no mercado interno (GRAZIANO DA SILVA et al, 1978, p. 20).

Essa mesma condição, na região do Vale do Cariri, foi registrada por Pinheiro (1950, p. 122), quando relata que “entre os donos de terra e seus moradores, convencionava-se, no Cariri, que estes têm a obrigação de trabalhar nas roças daqueles durante determinados dias da semana, três ou quatro, por exemplo. Assim era, mais ou menos, na época da escravidão”.

A gênese do camponês, marcada pelo seu desenraizamento, o fez se recobrir de um comportamento migrante. E, como bem lembra Wanderley (1999), a pouca possibilidade de

posse e vínculo com a terra, com a comunidade familiar, suas raízes, transformam-se na força motriz para a edificação do patrimônio do camponês e no desejo de encontrar o seu espaço, mesmo que distante de suas origens. É justamente dessa mobilidade, dos deslocamentos para constituir um espaço de vida e trabalho, espaço para a família, que a luta pela posse da terra e pela reforma agrária constituíram uma pauta histórica na agenda do mundo rural, conforme será visto adiante.

No final do século XVII e início do século XVIII, a Colônia Portuguesa, inicialmente dividida em capitanias hereditárias e sesmarias, foi desenhada com concentrações de grandes extensões territoriais, o que acabou se constituindo como as raízes do problema agrário brasileiro. No modelo de desenvolvimento adotado pelos colonizadores, via concessão de uso da terra com direito a herança, o principal critério adotado para conseguir a doação de terras era a disponibilidade de capital, na contrapartida de produzir mercadorias para serem exportadas para o mercado europeu.

Juridicamente, a Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi uma primeira iniciativa para organizar a propriedade privada no Brasil. Como uma espécie de certidão de nascimento, foi um dos pilares do latifúndio, uma vez que equiparava a terra a uma mercadoria. Só poderia ser comprada por quem tivesse condições de adquiri-la. Desta forma, praticamente excluiu da possibilidade de posse os negros, ex-escravos, e imigrantes pobres chegados ao Brasil, com uma clara intenção de impedir a apropriação de terras. Todavia, segundo Wanderley (2014, p. 27), “o sistema de posse não se extingue com a Lei de Terras”.

A Lei das Terras, ao torná-las um produto que poderia ser adquirido sem limites de quantidade, fez com que o latifúndio viesse a ocupar a maior área produtiva do Brasil. É fácil perceber que no jogo injusto de forças econômicas e sociais, ex-escravos, recém-libertos, não possuíam dinheiro para adquirir propriedades. Desta forma, restar-lhes-ia a alternativa de continuar nas fazendas, trabalhando nas mesmas condições de escravos ou, como alternativa, obrigados a ocupar terras que não estavam à venda por não haver interesse de compra por quem tivesse dinheiro. Bastiani (2014, p. 34) assinala que após a Lei de Terras (1850) até a Ditadura civil-militar (1964) a luta pela Terra no Brasil é subdividida em duas fases:

- 1) de 1850 a 1940, compreende as lutas “messiânicas” e o Banditismo, onde destacamos a luta liderada por Lampião no nordeste brasileiro; 2) de 1940 a 1955, chamada de “lutas radicais localizadas” e caracterizada por serem revoltas populares que ocorreram em diversos Estados brasileiros tendo os posseiros, de um lado, e fazendeiros e empresas, de outro.

Após este período, Delgado (2005) enfatiza ainda três importantes momentos que marcam a abordagem da questão agrária no cenário nacional, são eles: 1) o período pós-segunda guerra, 2) o início e término do governo militar até 3) o ciclo neoliberal e o modelo da modernização conservadora do setor agrícola.

Medeiros (1995) assinala, de maneira mais contundente, que, a partir da década de 1930, começou-se a estruturar os primeiros espaços no debate político sobre as formas de organização e as condições de sindicalização de trabalhadores no campo. Ainda sob o movimento do coronelismo, não havia interesse em definir social ou politicamente o operário agrícola. As relações de produção estabelecidas no meio rural a essa época e, de acordo com os interesses agrários e suas representações já existentes, as atividades de produção rural deveriam ser representadas por associações de produtores. Esse posicionamento tentava descaracterizar as relações de assalariamento entre proprietários de terras e seus subordinados, mas sim estabelecer uma aparente relação de sociedade entre proprietários de terras e os chamados produtores rurais. Nessa época a condição de produtor rural englobava grandes e pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, moradores e colonos. A heterogeneidade não privilegiou a distinção entre grandes e pequenos no momento da construção política (MEDEIROS, 1995).

Antecedendo a constituição de 1934, o movimento tenentista, liderado por oficiais do Exército brasileiro e engajados sobre os destinos nacionais, que debatiam e polemizavam sobre a democratização dos processos eleitorais. Percebia-se claramente o controle político de eleitores pelos grandes proprietários de terras. A saída foi tentar garantir condições para a viabilidade de uma reforma agrária na constituição de 1934.

Instaura-se uma crise política e institucional no país, afetando as elites abastadas, as classes dominantes amplamente hegemônicas – já que a maioria da população vivia em condições de escravidão e uma outra parte estava isolada nos confins dos sertões – que eram as únicas que tinham presença político-institucional. Em 1930, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, fazem uma “revolução” política por cima, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico para o país. Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, [...] conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes (STÉDILE, 2011, p. 27).

Medeiros (1997) lembra ainda que, em meados da década de 1940, o Partido Comunista do Brasil inaugura um processo de identificação e organização do campesinato, direcionando o que seria prioridade para o mundo rural. Buscando constituir uma unidade entre segmentos distintos e demandas diversas dos atores do mundo rural, acrescida a ameaça de uma divisão de categoria, uma representação própria para os pequenos produtores, havia uma atemorização de rompimento no cerne do sindicalismo rural.

Apenas na década de 1940 os trabalhadores rurais principiaram deferência formal com as primeiras leis de cunho social que abrangessem mais especificamente a categoria. Uma dívida social se comparados aos trabalhadores da indústria e do comércio, os quais, logo após o desfecho da Revolução de 1930, passaram a ser objeto de considerável legislação trabalhista e previdenciária. Em 1941, no governo do presidente Getúlio Vargas, foi promulgado o **Estatuto da Lavoura Canavieira**. O documento, dentre outros pontos, cogitava afiançar moradia e assistência médica aos trabalhadores nas grandes usinas canavieiras e assegurar um apoio legal mínimo aos trabalhadores diante dos usineiros. Lamarão e Medeiros (1998) advertem que, novamente, na prática, as medidas sociais previstas no estatuto não foram levadas a efeito. Veiga Filho (1998) destaca que o Estatuto foi implantado, em caráter experimental, apenas em 1978, no Estado de Alagoas, sendo expandido aos outros estados da Federação pelo Ato nº 32/89, do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, a partir de 1989.

Na trajetória de reconhecimento da categoria de trabalhadores rurais, Martins (1981, p. 10) destaca que, na década de 1950, diversos camponeses, de várias localidades do país, manifestaram com ênfase desejos políticos próprios, no enfrentamento dos seus históricos opressores, organizando-se em ligas e sindicatos, pleiteando uma política de reforma agrária ao Estado. “O que marcou e definiu as lutas camponesas dessa época foi a disputa entre as Ligas Camponesas<sup>53</sup>, o PCB<sup>54</sup> e a Igreja, pela hegemonia na organização dos camponeses e trabalhadores rurais... lutas que irromperam em vários pontos do país”.

A questão da terra sempre esteve na centralidade de debates, conflitos, opções políticas e direcionamentos econômicos no Brasil. Contudo,

foi somente no final dos anos de 1940 e início dos anos 50 que as diferentes formas de conflito existentes no meio rural brasileiro começaram a se unificar em uma linguagem comum, através da mediação do Partido Comunista Brasileiro, consolidando demandas por transformações na estrutura fundiária e por direitos trabalhistas. No final dos anos 50 também ganharam projeção as Ligas Camponesas do Nordeste, cuja ênfase era a luta por reforma agrária (LUZZI, 2007, p. 63).

---

<sup>53</sup> As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, concebidas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil. As Ligas exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda do presidente da república, João Goulart, em 1964. Os propósitos das ligas eram prioritariamente assistenciais, especialmente nas questões jurídicas e médicas, e, ainda, de autodefesa, no caso de ameaça aos seus membros. In: Memorial das Ligas Camponesas. História das Ligas Camponesas, 2017. Disponível em: [www.ligascamponesas.org.br](http://www.ligascamponesas.org.br)

<sup>54</sup> Partido político fundado em 25 de março de 1922, cujo objetivo principal foi promover no Brasil uma revolução proletária que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista, assinalando o esforço de criar no país uma cultura socialista e um modo proletário de fazer política. In: Breve Histórico do PCB – Partido Comunista Brasileiro, 2017. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta1/docs/historia.pdf>

O movimento sindical rural ganhou relevância com as Ligas Camponesas. Estas tinham como propósito central de suas ações as lutas contra a exploração do trabalhador rural, a dominação política e econômica e a defesa de reforma agrária. A CLT - Consolidação das Leis do Trabalho – fora promulgada em 1943. Todavia, até a década de 1960, havia uma dificuldade de formação de sindicatos rurais, pois segundo o quadro de atividades e profissões no artigo 577 da CLT (BRASIL, 1943) estava ausente a categoria de trabalhador rural. Nessa mesma época, há um intenso processo de mobilização dos agricultores e uma grande disseminação de sindicatos informais em todo o território nacional. A regulamentação da sindicalização rural, de fato, ocorre apenas em 1963.

Com o retorno de Getúlio Vargas à presidência da República, em 1951 a questão da extensão das leis sociais ao homem do campo e as discussões sobre a necessidade de reforma agrária ganharam mais espaço nas discussões nacionais. O artigo 147 da Constituição de 1946, o qual apresenta que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (BRASIL, 1946), ventilou a possibilidade de desapropriação de terras por interesse social.

Ainda no governo de Getúlio Vargas, em abril de 1954, o Executivo enviou um projeto ao Congresso recomendando os pontos: garantia de estabilidade ao trabalhador rural, limitação da jornada de trabalho, proteção à mulher e ao menor; e filiação do trabalhador ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários - IAPI. O Congresso, majoritariamente conservador, barrou as iniciativas da presidência. Nesse período, a maior bancada política era do PSD - Partido Social Democrático. Suas bases eleitorais eram o patronato rural, as associações de empregadores, com representantes como a Confederação Rural Brasileira e a Sociedade Rural Brasileira. Até mesmo boa parte da imprensa se posicionava contrariamente às diretivas reformistas e nacionalistas do governo (LAMARÃO e MEDEIROS, 1998).

Os senadores Lúcio Bittencourt e Fernando Ferrari elaboraram e revisaram a proposta do presidente Getúlio Vargas, transformando-a no programa do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, em ocasião das eleições de 1955. O programa era composto por 30 pontos, “27 dos quais dedicados a objetivos socioeconômicos”. Dentre as propostas acrescidas ao texto estavam a extinção do latifúndio improdutivo, apoio creditício aos pequenos proprietários e a aplicação da legislação trabalhista e previdenciária no campo (D´ARAÚJO, 1996, p. 28).

A mobilização crescente de atores do campo, tais como meeiros, arrendatários, pequenos proprietários e assalariados, propiciava uma mudança importante no mundo rural. Concomitante, as áreas do Executivo e Legislativo debatiam a reforma agrária e as leis sociais. Essas reestruturações favoreceram a institucionalização de duas entidades. Uma delas foi a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, estruturada em 1954 em São Paulo, e as Ligas Camponesas, em 1955. Ambos movimentos que desempenharam papel crucial no processo de sindicalização. A culminância do movimento acontece na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (MEDEIROS, 2002).

Na década de 1950, com a evidência dos movimentos das Ligas Camponesas, as questões referentes ao tema reforma agrária alcançava uma polarização, repercutindo no cenário nacional e ganhando mobilização política. “Colocando em segundo plano o que começava a se configurar como demandas relacionadas à produção e que tinham como eixos questões referentes à cooperativização, assistência técnica, preços e previdência social” (MEDEIROS, 1997, p. 67). A construção identitária do camponês solidificou-se nesse período sob o pilar da luta pela terra e, conseqüentemente, o enfrentamento do latifúndio. Contudo, apesar do forte direcionamento das lutas para a questão da reforma agrária, alguns pontos referentes à produção, como preço, comercialização e crédito também tiveram seu espaço no debate, conforme nos lembra Medeiros (1995).

Na visão de Martins (1981, p. 22-23), é necessário observar além de uma mera denominação categórica:

Essas novas palavras - camponês e latifundiário - são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação da cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e no governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), os projetos relacionados à introdução da legislação trabalhista e previdenciária no campo não evoluíram de modo significativo. No período do governo de João Goulart (1961-1964), o Executivo deu prosseguimento à tarefa de promover a transformação social no campo brasileiro. O presidente João Goulart buscou o apoio dos sindicatos e das camadas populares. Sua principal alegação era um profuso programa de reformas estruturais,

as reformas de base, dentre as quais se ressaltava a reforma agrária. Nesse mesmo ínterim, as pressões dos trabalhadores rurais ampliaram-se. As principais exigências tratavam da revisão da estrutura fundiária do país e a urgência na promulgação de leis que pudessem promover uma melhoria efetiva nas condições de vida do homem do campo. Nas eleições para o legislativo de 1962 houve um considerável aumento da bancada do PTB. Decorre, então, uma diminuição da oposição às reformas. Com este novo cenário, o presidente encaminhou à Câmara um projeto de lei de autoria de Fernando Ferrari. Este projeto, após receber algumas emendas, transformou-se na Lei nº 4.214: o Estatuto do Trabalhador Rural (LAMARÃO e MEDEIROS, 1998).

Deposto o presidente João Goulart e instaurado o regime militar no Brasil, tem-se o início de 25 anos de conturbado cenário político, econômico e social. Na década de 1970 inicia-se um pujante movimento de retomada de lutas e mobilizações sociais, dinâmica intitulada de novo sindicalismo (ZANETTI, 1993; ANTUNES, 1995; FAVARETO, 2006), cuja força precisou recrudescer em pleno contexto da ditadura, onde destacamos o peso da vertente rural nesse novo sindicalismo. Essa influência foi defendida nos trabalhos de Medeiros (2002) e Novaes (1991).

Tanto Stédile (2005) quanto Delgado (2005) concordam que, na década de 1960, antes do golpe militar, há quatro protagonistas dentro da discussão sobre a necessidade premente da reforma agrária: 1) o Partido Comunista Brasileiro; 2) setores reformistas da Igreja Católica; 3) a vertente representada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), organismo das Nações Unidas para a América Latina que contava com intelectuais proeminentes como Celso Furtado e Ignacio Rangel; e, com posição em destaque dos demais, 4) um grupo de economistas conservadores da Universidade de São Paulo, liderados por Antônio Delfim Neto, polemizando contra as teses de reforma agrária, culminando este pensamento com o golpe de 1964.

O Estado também estimulou incentivos ao consumo, via política de crédito subsidiado, e a difusão de pacotes tecnológicos. A propriedade fundiária passou por um intenso processo de valorização, constituindo-se num bem com reserva de valor, acentuando ainda mais a concentração fundiária. Considerando que estes fatos levaram a um aumento do valor da terra, a pequena produção (usando ainda uma expressão do período) ficou fragilizada frente às pressões do capital e, desta forma, muitos agricultores foram obrigados a abdicar de suas terras, buscando a migração para centros urbanos como alternativa, em certos casos, passando a trabalhar como assalariados permanentes ou temporários nas indústrias. Silva (1999, p. 163) argumenta que “este modelo acentuou drasticamente a desertificação do espaço rural”.

O Brasil assistiu, a partir dos anos 1960, à evidência de transformações profundas no setor agrícola e no mundo rural. A modernização da agricultura está no âmago dessas mudanças, tomando duas vias: 1) “a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro”, trazendo para os processos produtivos a adoção de maquinário, equipamentos e insumos e 2) “a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão” (WANDERLEY, 2014, p. 28). Parte das pequenas propriedades familiares penetrou no circuito da agroindústria via capitalização, integrando suas propriedades aos complexos agroindustriais e perdendo, definitivamente, sua autonomia e independência.

Com a instauração do regime militar, a década de 1960 constituiu um ponto de mudança na história da agricultura brasileira, delineando um quadro de referências

inescapável para a atuação de movimentos sociais rurais, com a emergência da chamada modernização conservadora e sua expressão regulativa, o padrão corporativista...tal padrão se apoiou em uma tríade: 1) a mudança na base técnica e produtiva da agricultura brasileira; 2) a arquitetura das classes sociais, com maior e intensa integração entre capital agrário, industrial e financeiro; e 3) uma mudança relativa ao papel do Estado e das políticas públicas... deram-se os parâmetros para as novas formas de acumulação na agricultura brasileira... o Estado tornava-se, assim... repressor de conflitos e indutor e regulador do processo de modernização (FAVARETO, 2006, p. 30).

Palmeira (1985, p. 50) lembra que, após o golpe militar, em 1965, o Ministério do Trabalho instituiu apenas duas categorias de sindicato rural. Uma delas constituída pelos sindicatos dos trabalhadores rurais, o qual envolvia os assalariados, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários. A outra englobava o setor patronal. No meio dessa encruzilhada, a disputa pelo enquadramento sindical da categoria dos **pequenos produtores**. O Estado então determinou a construção de uma identidade e reivindicações para viabilizar a representação do sindicalismo rural. Para produzir a “cristalização da unidade de classe” foi necessário constituir um termo genérico que tivesse condições de representar todos os que vivem do trabalho na terra, posseiro ou pequeno proprietário, assalariado permanente ou temporário, arrendatário ou parceiro.

A estratégia econômica no período do Governo Militar no Brasil, a modernização agrícola, foi subsidiada pela formulação e implementação de uma política econômica que levou à efetivação dos complexos agroindustriais (MARTINE, 1991, p. 8). Este período constituiu-se em uma fase de consolidação da modernização da agricultura e sua subordinação definitiva à indústria. Tal episódio efetivou-se de forma rápida e intensa, através de políticas

governamentais que incentivaram a criação de indústrias de maquinarias e insumos básicos, em um duplo fenômeno - mecanização e quimificação.

Sorj (1980) acrescenta às discussões a reflexão de que a penetração crescente do capital nos processos produtivos do campo provocou modificações nos latifúndios, que se transformaram em empresas capitalistas modernas, diferentes dos latifúndios tradicionais, sem a base de exploração da renda dos pequenos produtores. Os pequenos produtores, também modificados pelo contexto, foram direcionados à uma integração com a agroindústria, um grupo de produtores capitalizados.

A inspiração de Wanderley (1985) é que a presença do trabalhador rural vislumbrada como efeito da supressão de uma forma típica de produção camponesa, engendrando um trabalhador para o capital. Desta forma, o capital cria um espaço que é ocupado pelo camponês, promovendo uma transformação qualitativa, redefinindo o conceito e a realidade da propriedade das condições de trabalho. Esse trabalhador, na ideia de novo camponês para Wanderley (1985), Graziano da Silva (1980) denominará de trabalhador para o capital, na perspectiva de que estes contribuem para acumulação daquele.

Em levantamento realizado por Peixoto (2008), destaca-se que o Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, extinguiu o INDA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o IBRA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e o GERA – Grupo Executivo da Reforma Agrária. Foi criado, então, o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que absorveu os direitos, competências, atribuições e responsabilidades dos antigos órgãos. Entretanto, na visão de Olinger (1996), mesmo o INCRA munido de responsabilidade legal para coordenar a extensão rural no País, não conseguia realizá-lo de forma minimamente satisfatória.

A Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER), no Ministério da Agricultura, foi criada através do Decreto nº 74.154, de 06 de junho de 1974 e extinta pelo Decreto nº 86.323, de 31 de agosto de 1981. Sua principal finalidade era promover e garantir a inter-relação entre as ações da Ater - Assistência Técnica e Extensão Rural - e de pesquisa agropecuária. Com a sua dissolução, as atribuições foram transferidas para Secretaria Nacional de Produção Agropecuária do Ministério.

A pesquisa financiada pela Contag, em 1976, para ter conhecimento aprofundado sobre a relação entre a categoria pequeno produtor e a reivindicação sobre as instruções do INCRA sobre o tamanho do módulo fiscal, cujos resultados foram publicados por Graziano da Silva et

al (1978). O objetivo principal foi dimensionar a real relevância da agricultura de subsistência, a qual corria o risco de extinção em razão do acelerado ritmo de modernização da agricultura.

No censo agropecuário de 1975, época do auge da modernização agrícola do Governo Militar no Brasil, Mauriti apresenta números instigantes sobre o potencial e uso de inovações neste setor. Dos 2.127 estabelecimentos rurais recenseados, apenas seis deles utilizavam algum tipo de irrigação. Cinco estabelecimentos usavam fertilizantes nas lavouras. Apenas sete usavam tratores. Onze estabelecimentos usavam arado de tração mecânica e 1.269 utilizavam arado de tração animal. A produção agropecuária, em pleno processo de modernização, não apresenta incremento de tecnologias mais sofisticadas, nas práticas produtivas em terras mauritienses (IBGE, 1975).

Kageyama e Bergamasco (1989) realizaram criteriosa ordenação dos dados do censo agropecuário de 1980. Os números, devidamente sistematizados, exibiam a variedade de estabelecimentos agropecuários no Brasil. As autoras, a partir da variável “composição da força de trabalho”, juntamente com a “área total” dos estabelecimentos e “utilização de tratores”, apresentaram detalhamento e proposição de oito categorias de unidades produtivas no mundo rural: 1) estabelecimentos de menos de 10ha que utilizam apenas força de trabalho familiar, 2) estabelecimentos que usam força de trabalho familiar, de mais de 10ha, 3) estabelecimentos familiares que também usam força de trabalho assalariada temporária, 4) empresas familiares extensivas, 5) empresas familiares intensivas, 6) empresas capitalistas extensivas, 7) estabelecimentos de menos de 2ha sem força de trabalho familiar; e 8) empresas capitalistas intensivas (p. 69).

Bittencourt (2000, p. 101) e Luzzi (2007, p. 81) destacam que em 1983 foi criada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, em razão dos desdobramentos e intensidade dos movimentos sociais e do processo de retomada da organização dos trabalhadores. Entretanto, estavam todas as categorias estruturadas sobre uma mesma base, trabalhadores urbanos e rurais, embora tivessem diferentes contestações. Os trabalhadores rurais, denominados os “rurais da CUT”, tiveram importante relevância no movimento, estando, inclusive, à frente da criação e estabelecimento da CUT em vários estados brasileiros.

Em razão da realização do IV Congresso da Contag, em 1985, uma das reivindicações em pauta tenta assegurar que “todo agricultor que trabalhe em regime de economia familiar seja enquadrado como trabalhador rural; empregador rural deve ser aquele que tenha empregados” (CONTAG, 1985, p. 50).

Ao mesmo tempo, fiel à sua histórica concepção de defesa de um modelo de agricultura com base na produção familiar, a Contag fazia um esforço no sentido de provar a importância desse segmento, sempre reiterando a sua importância econômica, como produtora de alimentos e mesmo de artigos voltados para exportação, utilizando-se para isso de resultados de pesquisas com base em dados oficiais (MEDEIROS, 1997, p. 68).

Até o final da ditadura, a análise dos indicadores técnicos da modernização apontava para o aumento e diversificação da produção, assim como para uma mudança significativa dos padrões técnicos. Contudo, este processo preservou e aprofundou as desigualdades e heterogeneidades no campo. No cerne da questão não alterou a estrutura fundiária e conservou o poder das forças dominantes do campo. Este ponto, especificamente, foi veementemente combatido pelo grupo de economistas da USP, alegando que não havia necessidade de reforma agrária. Apenas algumas ações regionalizadas e pontuais, como os projetos de colonização implementados na região Norte do Brasil (SOUZA, 2011).

Após o fim do governo militar, a redemocratização possibilitou o surgimento de propostas de novos modelos de agricultura, sendo importante frisar que “as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola”, contrapondo a argumentação econômica do governo militar da grande propriedade como a única capaz de modernizar o setor agrícola (WANDELREY, 2014, p. 30, grifo nosso).

A modernização da agricultura, em sua ênfase, fez o setor agrícola absorver crédito, incorporar insumos modernos ao processo produtivo, tecnificando e modernizando a produção, bem como fazendo a agricultura se integrar aos mercados externos. Como consequência, herdou-se o que Palmeira (1989, p. 87) caracterizou como efeito “perverso”: a inalterabilidade da estrutura agrária, o aumento da concentração de terras, a ampliação da disparidade de renda no setor rural.

No período que vai de meados de 1960 até o final dos governos militares em 1985, o êxodo rural acentuou-se, amplificando a exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, piorando a qualidade de vida da população trabalhadora no campo. Como coloca Silva (1999, p. 163), “o processo seletivo de modernização provocou fluxos migratórios espetaculares, agravando o êxodo campo-cidade concomitantemente ao afluxo para as novas fronteiras agrícolas”.

Mota et al (2007) recordam que, após o período do governo militar no Brasil, a conjuntura crescente de organização dos atores na cidade e, principalmente no campo, conduziu ao reconhecimento da importância da agricultura familiar e a viabilização de políticas públicas. Em 1996, então, foi criado o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Esta

conquista teve especial influência do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – CONTAG.

Na primeira metade da década de 1990, a Agricultura familiar adentrou o cenário político brasileiro como expressão da agenda nacional. Até aquela data, os diversos estabelecimentos de menor escala eram mencionados sob diferentes expressões. Segundo Wanderley (2014, p. 30, grifo da autora),

a busca de uma expressão politicamente mais neutra levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como *pequenos produtores*, agricultores de subsistência, produtores de baixa renda que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

O uso dessa expressão – pequeno produtor - foi interpretada como uma terminologia que usurpava o mérito da luta histórica dos trabalhadores rurais e camponeses no Brasil, associando um significado pouco relevante e menos politizado, servindo, de forma simplista, para o enquadramento operacional de uma categoria reduzida à associação feita pela adjetivação (OLALDE e PORTUGAL, 2004).

No “processo político de construção da categoria socioprofissional agricultor familiar”, houve a necessidade de edificar quadros institucionais, cujas ações norteavam modos de intervenção social, “sob a modalidade assistência técnica e creditícia”. Para alcançar os objetivos projetados, foram recrutados agentes que se encarregaram de executar programas públicos, disponibilizar crédito de custeio e investimento econômico para os agricultores, ofertar cursos de capacitação profissional, redistribuir recursos financeiros entre os governos municipais, afim de que fosse possível produzir significados sociais sob estas modalidades de ação (NEVES, 2007, p. 212).

Todavia, apesar das mudanças e transformações, segundo Wanderley (1999), na prática não há uma ruptura completa entre os agricultores familiares com os modos de produção e reprodução social das antigas categorias que lhes foram imputadas nas décadas anteriores, em especial o que tange a tradição camponesa.

Dentre os aspectos de análise, destacam-se a diversificação dos tipos de cultivares, as práticas coletivas de trabalho na propriedade agrícola e concepção desta como sendo um patrimônio cultural e econômico da família, a busca pela maximização de recursos locais. Sendo assim, seguindo a linha de pensamento de Wanderley (1999), a agricultura familiar foi desenvolvida como um conceito genérico que congrega uma diversidade de situações. O que a

diferencia de outras categorias correlatas é a sua inserção mais contundente nos circuitos econômicos e na operacionalização das políticas públicas.

Desde a década de 1990, o debate e produção acadêmicos, os textos de formulação de políticas públicas e as entidades representativas dos trabalhadores no campo foram generalizando e usando com frequência a expressão **agricultura familiar**. A definição genérica de Lamarche (1993, p. 15) como “unidade de produção agrícola, onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” é um texto que abrange muitas situações e pode ser utilizado por um leque de significados no mundo rural. E embora a produção de base familiar apareça historicamente de diversas formas, não teve seu devido reconhecimento político e econômico.

Segundo Wanderley (2013), é possível fazer duas leituras dessemelhantes, porém conexas, do campesinato. A primeira delas refere-se a uma categoria historicamente constituída, compreendida como uma cultura, não necessariamente em situação de isolamento social e exclusão de mercado; a outra divisa o campesinato como uma forma social *sui generis* de organização da produção, cujas práticas sociais vinculam patrimônio, consumo e trabalho no núcleo familiar.

Lamarche (1993, p.67-68; p. 306) especificou quatro modelos teóricos de funcionamento das unidades de produção da agricultura a partir de uma interação entre dois critérios: os vínculos familiares e o grau de dependência da unidade produtiva em relação ao exterior, definidos nos seguintes grupos: Empresa; Empresa Familiar; Agricultura Familiar Moderna e Agricultura Camponesa ou de Subsistência. A fim de melhor especificar as particularidades de cada modelo, os dois parâmetros acima referidos foram desdobrados em oito:

- forma de relação com a terra;
- importância do trabalho familiar em relação ao trabalho assalariado, permanente ou temporário;
- forma da estrutura familiar e o papel que os produtores lhe atribuem;
- relação com a representação familiar do estabelecimento;
- grau de intensificação do sistema de produção;
- aspectos financeiros;
- grau de integração ao mercado;
- grau de dependência alimentar.

Na trajetória de luta pelo reconhecimento social, político e econômico da agricultura familiar, é possível perceber disputas que levaram a um processo de construção e reconstrução do sindicalismo rural, houve confrontos de reformulação das críticas e reivindicações, bem como a urgência dos agentes em integrar proativamente a concepção de políticas, participando, inclusive, de ocupações em instâncias do Estado, exercendo o papel de mediadores de exigências clássicas, mas também propondo projetos inovadores e capazes de contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Destaca-se que, no exercício do papel de agentes, que há pressões bilaterais por demandas sociais e também para o atendimento das proposituras do Estado. Então, os agentes, mesmo no exercício mediador entre os interesses divergentes, precisaram promover rupturas estruturais, desenvolver proposições técnicas qualificadas e exequíveis, ou, como caracteriza Favareto (2006, p. 29), “plausíveis no horizonte de tempo imediato”.

Medeiros (1997) e Picolotto (2009) analisaram as relações entre o sindicalismo rural, a adoção e institucionalização do termo agricultura familiar, questionando quais novas inquietações foram propostas no debate relacionado à estrutura e representação do sindicalismo no campo.

No ano de 1994, a CONTAG realiza um Congresso Extraordinário e executa um levantamento, o qual aponta que quase 60% dos delegados sindicais eram favoráveis à filiação da CONTAG à CUT. No ano seguinte é realizado, então, o 6º Congresso da CONTAG, cujo lema central era “Nem fome, nem miséria, o campo é a solução. Reforma agrária, agricultura familiar e salário digno” (DNRT/CUT, 1995, p.3). As disputas entre as duas entidades foram renunciadas e priorizada a construção de uma estratégia conjunta de luta (BITTENCOURT, 2000).

Na visão de Favareto (2001), a filiação da CONTAG à CUT ocasionou um novo dinamismo para o sindicalismo rural, dando condições de potencializar a força dos dois projetos. A CONTAG era detentora de uma robusta estrutura capilarizada, associada a uma via aberta de interlocução com o Estado. Complementando essas condições, o novo sindicalismo resguardava uma vasta habilidade de mobilização, bem como manifestava questões e práticas renovadoras.

Na reflexão sobre esta estratégia, Luzzi (2007) lembra que essa unidade com a CUT, aliada à sua ativa participação nos Gritos da Terra Brasil, assegurou para a CONTAG um redirecionamento do seu discurso e a condição da sua capacidade de diálogo com vários atores sociais. Registra-se que a CONTAG passou a empregar a terminologia agricultura familiar em

substituição ao pequeno produtor. Toda esta conjuntura também possibilitou a criação de secretarias específicas para tratar os temas prioritários –agricultura familiar, assalariados, reforma agrária –, anuindo e legitimando a diversidade de situações e interesses emergentes no sindicalismo rural. Novos temas tiveram condições de se infundir ao sindicalismo, das quais Luzzi (2007) destaca as questões de gênero e geração.

No 6º Congresso da CONTAG, dentre as propostas de Política agrícola diferenciada, o termo agricultura familiar refere-se ao

produtor em regime de economia familiar no campo...os produtores que exploram parcela de terra na condição de: proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro e comodatário, que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, sem concurso do emprego permanente, sendo permitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola exigir; que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; que no mínimo 80% da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativista; que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo (CONTAG, 1995, p. 53).

Na visão de Medeiros (1997). A definição dada pelo texto resultante das deliberações do 6º congresso da CONTAG engloba uma gama de situações de produção, de maneira tão abrangente para incorporar quesitos como: o uso de tecnologias e a relação com os mercados. O Estado adotou a categoria agricultura familiar e a empregou mais claramente quando institucionalizou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Com isso, segundo Wanderley (2014, p. 30),

diluía-se o conteúdo histórico-político que a palavra “camponês” inspirava, ao mesmo tempo em que se afirmava, pela primeira vez, o reconhecimento da condição de produtor agrícola e uma valoração positiva de suas particularidades. Atualmente, ela é consagrada, não só pelas instituições do Estado, mas também pelos próprios atores sociais, seus beneficiários.

Em 2006, ano de publicação do último censo agropecuário, em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o IBGE elaborou conjunto de variáveis, as quais possibilitaram introduzir a categoria de estabelecimentos familiares em seus levantamentos (IBGE, 2006). A operacionalização analítica levou em consideração os critérios adotados Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326/2006, Art. 3º), cujo texto registra a exigência de que o produtor:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com estes critérios metodológicos estabelecidos, o censo de 2006 assinalou que um total de 4.367.902 estabelecimentos, os quais correspondiam a um percentual de 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários. Essas unidades de produção familiares mapeadas ocupavam 80,25 milhões de hectares, o que equivale a 24,3% da área total.

## **DIVERSIDADE DE IDENTIDADES**

Medeiros (1997, grifo nosso) esclarece que, politicamente, a produção de base familiar foi historicamente tratada de três formas: na compreensão do **campesinato**, a tratativa dos **trabalhadores rurais**, no esforço sindical de reconhecer e englobar os atores denominados **pequenos produtores** e a incorporação da categoria **agricultura familiar** e as decorrentes propostas políticas de estruturação e organização.

Para Guanziroli et al (2012, p. 352, grifo dos autores), até o início dos anos 2000, o “pequeno produtor” foi majoritariamente reconhecido como responsável por uma unidade de subsistência, cujos prováveis excedentes de produção são vendidos nos mercados locais. Em algumas interpretações, a unidade familiar e o trabalho da “pequena produção” decorrente destas, poderiam funcionar como “depósito de reserva de mão de obra”, a qual acessaria temporariamente o mercado de trabalho rural, sempre que necessitar.

As controvérsias sobre a agricultura familiar, segundo Mota et al (2007), incorporam também o fato dessa categoria abranger uma diversidade de situações particulares e específicas, como igualmente reconhece Wanderley (1997), tais como: diversidade de culturas, tamanho da propriedade, formas de organização da produção, nível de capitalização, nível do uso de tecnologias e inserção no mercado consumidor.

Martins (1981) defende que o escamoteamento conceitual da agricultura familiar no Brasil advém da exclusão social, política e econômica relegada historicamente ao camponês. Cinco categorias fazem a composição da gênese da posição secundária de produtores de alimentos na história brasileira. A grande propriedade, cujo sistema de produção era voltado para a monocultura exportadora, recebia estímulos e garantias do Governo, enquanto um mosaico de formas de produção camponesa era colocado às margens das políticas públicas. São eles: os ameríndios agricultores que forneciam alimentos para os colonizadores portugueses; os escravos africanos, cultivadores de alguns lotes de terras em dias livres; os mestiços, geralmente filhos bastardos dos senhores de engenho, sem direito à herança; os brancos não herdeiros sob o regime do morgadio; e os imigrantes europeus.

Defende Wanderley (2013, p. 43, grifo da autora) que, principalmente a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, houve uma maior propagação da categoria agricultura familiar no Brasil. Esta, segundo a autora, possui uma dificuldade de outorgar um valor conceitual teórico, dividindo posicionamentos que variam desde o entendimento dessa categoria através da definição operacional do próprio PRONAF, bem como a associação com um grupo de agricultores instruídos para se adequarem às exigências do mercado, contrários aos “pequenos produtores”, inaptos a integrar as novas demandas.

A diversidade de denominações dos trabalhadores rurais em cada região brasileira inibiu a concepção de uma identidade política em nível nacional até meados do Século XX (PICOLOTTO, 2009). Exemplificando as denominações utilizadas em trabalhos investigativos sobre o mundo rural: caipira (CÂNDIDO, 1975), caiçara (ADAMS, 2000;2002), tabaréu (ALTAFIN, 2007, MOREIRA, 2013), caboclo (MARTINS, 2005; POLI, 2014), colono (ANJOS, 1994; GAZOLLA, 2004), lavrador (RIBEIRO, 2004; DE ALMEIDA, 2007). Santos (2001, p. 40) alude tal heterogeneidade de maneira que

a diversidade social, e regional, das relações no campo aponta para uma sociedade complexa, plena de contradições e conflitos, os quais não conseguem mais se inserir nas explicações simplistas e tendenciais dos processos sociais

Wanderley (1997) aponta quatro eixos ordenadores da produção acadêmica brasileira sobre a agricultura familiar: as formas tradicionais de produção e reprodução do campesinato e o seu lugar na sociedade colonial e no escravismo; a modernização da sociedade e da agricultura e as perspectivas de produção familiar e a fluidez entre o conceito de pequena produção e a noção mais apropriada de agricultura familiar; as concepções malogradas de reforma agrária e a deformação dos projetos de colonização; e os movimentos sociais agrários e novos enunciados da reforma agrária.

Martins (1981) pondera que dentre as dificuldades de reconhecimento da categoria dos camponeses estão os impasses práticos, teóricos e doutrinários de integrar e acompanhar as reivindicações sociais e as tensões sociais existentes em suas lutas. Para o devido reconhecimento, é necessário conciliar uma unidade dentro da sua diversidade, munidos de organização e estrutura partidária. Com este esforço, é possível defronta-se com as classes dominantes e o Estado.

Há pelo menos dois pontos de reflexão sobre esta tentativa de denominação categórica. A generalização pode implicar em dificuldades de implementação de políticas para o campo e ações mais assertivas do Governo. Todavia, por outro lado, esta padronização é uma forma, ainda que limitada, dos produtores acessarem os fundos públicos, como uma forma de diminuir a marginalização deste grupo frente aos empresários do agronegócio (GUANZIROLI, 1999).

Numa visão positiva, Grisa e Schneider (2014, p. 126) afirma que, nestas batalhas e conquistas, ainda que limitadas,

novas relações entre Estado e sociedade civil foram estabelecidas, espaços de participação social foram criados, novos atores políticos emergiram e foram reconhecidos como sujeitos de direito, criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural.

O próprio texto da Lei 11.326/2006 institucionaliza a expressão empreendimentos rurais familiares. As teorias empreendedorísticas, atreladas incondicionalmente ao conceito de inovação, são respostas às oportunidades ou surgimento de demandas mercadológicas e, pela introdução de uma inovação, fazem girar os ciclos econômicos da sociedade (SCHUMPETER, 1983).

### 1.2.2. Metodologias, tipologias, o desvelar da agricultura de base familiar no Brasil

As mobilizações dos sindicatos e outras entidades instigadas a participar das lutas em defesa dos trabalhadores rurais tiveram forte influência sobre a academia para incluir pesquisas que poderiam contribuir efetivamente para o dimensionamento mais correto, conseqüentemente mais justo, do universo da produção de base familiar no Brasil.

Delgado (2005) lembra que após a segunda guerra mundial, emergem as reivindicações de reforma agrária, cuja resposta foi a modernização técnica da agropecuária, proposta mantida após o golpe militar em 1964. Com o fim do governo militar, o debate sobre a reforma agrária é recobrado no Primeiro plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Segue-se o ciclo econômico neoliberal privatista, na década de 1990, posicionamento que susta a obrigação do Estado em cumprir os direitos sociais agrários garantidos na Constituição de 1988, a qual legisla sobre a função social da propriedade fundiária. O artigo 5º, incisos XXII e XXIII, na escrita formal de garantia do direito de propriedade da terra, vinculado ao atendimento da sua função social, constitui-se como elemento central do Marco Legal da reforma agrária no Brasil.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Dai resulta a possibilidade de desapropriação, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais que não cumpram essa exigência e sejam considerados improdutivos. Todavia, entre o ideal e o real, no Brasil encontramos grande distância entre estes pontos.

Nessa caminhada de definição categórica da agricultura de base familiar, ainda na década de 1970, Silva (1978) adotou a estimativa de que a produção camponesa deveria estar concentrada nas faixas de área até 50 hectares. Esta determinação mais objetiva estava disponível no Censo Agropecuário de 1970. Partindo então dessa delimitação analítica, foi possível apurar a relevância das formas da pequena produção dentro do conjunto da produção agropecuária. Tal condescendência revelou-se em função dos importantes resultados sobre o número de pessoas envolvidas no trabalho, pelo número de ocorrências dessas áreas geográficas de forma generalizada em todas as regiões brasileiras que foram estudadas e o montante da colaboração da produção oriunda dessa categoria assim demarcada.

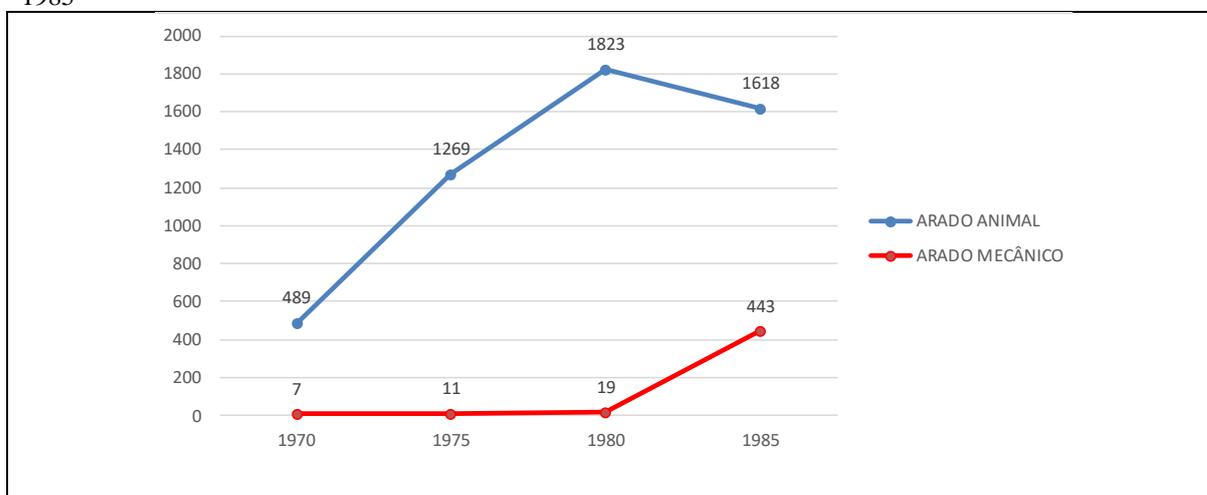
O trabalho preambular nessa nova perspectiva, na apreciação do censo agropecuário de 1980, possibilitou que Kageyama e Bergamasco (1989, p. 57) analisassem os dados a fim de constituir uma tipologia dos agricultores familiares. Tomando como base o pressuposto de que esta categoria era constituída por aqueles que utilizavam mão de obra familiar em sua atividade produtiva, 71,6% era o quantitativo percentual do total dos estabelecimentos familiares, diferenciando-se na sua estrutura interna entre empresas familiares que contratam trabalhadores permanentemente, estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários e os familiares puros, sem trabalhador externo à família. O critério adotado diferencia os grupos “segundo o peso relativo do trabalho contratado no conjunto da força de trabalho necessária à exploração do estabelecimento”.

Em 1980, Kageyama e Bergamasco sugerem uma metodologia que possibilite uma leitura mais acurada do universo da agricultura de base familiar, procedimento cujos resultados e análises incorreram na elaboração de tipologias para a explicação de uma categoria tão complexa. Porém, o esforço de ordenar metodologicamente objetiva também o esclarecimento para elaboração de políticas públicas mais efetivas, bem como auxiliar na avaliação de políticas ou programas já existentes, sua eficácia e impactos.

As análises de Guanziroli et al (2012) sobre os números relacionados à agricultura familiar são mais pessimistas. Comparando os resultados dos censos agropecuários de 1995/96 e 2006, alertam que nesse intervalo de tempo a participação dos agricultores familiares nos resultados chegou a diminuir ou manteve-se inalterada. As análises procedidas também apontaram que as limitações tecnológicas e fundiárias exercem grande influência sobre o parcimonioso resultado. Entretanto, houve relativa melhora no número de estabelecimentos com energia elétrica e o uso de tração animal e mecânica nos trabalhos familiares.

Situação exemplar pode ser vista no próprio município de Mauriti, no qual a condição técnica do trabalho na agricultura pelo uso de tração animal e mecânica, de acordo com os censos, são realizados no período do governo militar, os registros dos dados, conforme o Gráfico 9:

GRÁFICO 9: NÚMERO DE ARADOS DE TRAÇÃO ANIMAL E MECÂNICA NOS ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS DE MAURITI, SEGUNDO OS CENSOS 1970, 1975, 1980 E 1985



FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos 1970, 1975, 1980 E 1985

Considerando o crescimento percentual entre os censos, o uso de arado de tração animal em Mauriti cresceu, respectivamente 159,51%, 43,66% e decresceu 11,25% entre 1980 e 1985. Percentualmente o uso de arado mecânico teve um crescimento menor entre os censos de 1970, 1975 e 1980 (crescimento de 57,14% e 72,73%) e um aumento 2.231,58% entre 1980 e 1985 (QADRO 19).

QUADRO 19: QUANTITATIVO DE ARADOS DE TRAÇÃO ANIMAL E MECÂNICA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DE MAURITI

	CENSOS			
	1970	1975	1980	1985
Nº ESTABELECIMENTOS	2.582	2.127	2.457	2.708
ÁREA RECENSEADA	99.607	89.473	74.670	63.203
Nº ARADOS TRAÇÃO ANIMAL	489	1269	1823	<b>1618</b>
% MÉDIO (Nº ESTAB)	18,94%	59,66%	74,20%	59,75%
PERCENTUAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR		159,51%	43,66%	-11,25%
Nº ARADOS TRAÇÃO MECÂNICA	7	11	19	<b>443</b>
% MÉDIO (Nº ESTAB)	0,27%	0,52%	0,77%	16,36%
PERCENTUAL DE AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR		57,14%	72,73%	2231,58%

FONTE: Elaborado pela autora com base nos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985

Analisando o cálculo do percentual médio de arados de tração animal e mecânica, há um comportamento crescente de arados de tração animal até 1980. Lembrando ainda que é prática comum na agricultura familiar o empréstimo de ferramentas entre vizinhos ou conhecidos. Então o número de agricultores familiares, baseados no quantitativo de arados, pode ser maior ainda. Lembrando também que a primeira rodovia estadual que dá acesso à sede de Mauriti teve o início de sua construção em 1975 (ver nota de rodapé nº 21) e no censo agropecuário de 1985, 219 era o número de estabelecimentos rurais recenseados com tamanho maior que 100ha. Do censo agropecuário de 1980 para o de 1985 é que há um aumento no número de tratores na ordem de 2231, 57%, um total de 443 máquinas, o que pode significar que a diferença entre 443 tratores e 219 estabelecimentos é o quantitativo de máquinas já utilizadas por agricultores familiares em 1985.

Até o ano de 1993, recorda Belik (2000, p. 1), não havia recursos destinados para o agricultor familiar no Brasil. Considerado como “mini produtor”, essa a forma do seu enquadramento no Manual de Crédito Rural. Esta condição levava o agricultor familiar a enfrentar as mesmas exigências para obter empréstimos que eram requeridas aos grandes produtores.

As políticas públicas no período da modernização eram ineficazes para a maioria dos agricultores familiares. Mas, apesar das condições creditícias e modelo tecnológico inviáveis, havia recursos e competências para atender à categoria de produção familiar no Brasil. O país dispunha de equipes de educação rural com renomados nomes como Paulo Freire, de excelente nível de qualidade de extensão rural e experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local que salientavam a agricultura familiar, a partir do trabalho de sindicatos de trabalhadores rurais,

ONGs e gestões municipais, iniciativas estas que contavam com o apoio da Igreja ou cooperações internacionais (SABOURIN, 2017).

Guanziroli et al (2012, p. 369) assinalam que a expectativa com o lançamento do Pronaf, no primeiro momento, teve um efeito contrário, piorando a situação dos agricultores familiares.

Aconteceu, em suma, exatamente o contrário do que se esperava quando se lançou o Pronaf, que trabalhava com a expectativa de tirar da miséria o grupo dos periféricos, evitando que os grupos em transição piorassem. No entanto, foram os grupos em transição que engrossaram o grupo dos periféricos. Para esse grupo não serão as políticas de crédito de custeio, por mais subsídio que se aplique, as que resolverão o problema de sua pobreza. Tratar-se-ia de implementar políticas específicas, focalizadas para esse grupo, mas com políticas agrárias e sociais do que com políticas agrícolas.

Na outra mão, a Academia começava a realizar importantes trabalhos de pesquisa que foram, paulatinamente, apresentando resultados que atestavam o real significado e relevância da agricultura de base familiar no campo econômico e social brasileiro.

O censo 2006, segundo Kageyama et al (2008, p. 17), possibilitou

novas propostas metodológicas e estimativas dos estabelecimentos familiares na agricultura graças a importantes modificações no questionário de coleta, das quais destacamos cinco: a) a possibilidade de separar os estabelecimentos originários de assentamentos familiares; b) o maior detalhamento das receitas no que se refere às atividades não-agrícolas e oriundas de transferências sociais de vários tipos (aposentadoria, doações, programas sociais do governo); c) o número de diárias pagas aos empregados temporários (eliminando a necessidade de fazer estimativas a partir das despesas, a não ser no caso das empreitadas); d) as atividades remuneradas fora do estabelecimento, permitindo avaliações sobre a pluriatividade; e) o número de dias trabalhados no ano pelas pessoas da família e pelos empregados de todos os tipos no estabelecimento.

Guanziroli et al (2012), na conjuntura de estudos sobre o mundo rural, alertam para o sério problema de distribuição de renda entre os agricultores familiares. As variações mais expressivas na participação da agricultura familiar foram registradas na região Nordeste, em que o percentual foi de 42,98% em 1996 para 47,38% em 2006, o que os autores atribuem ao efeito das políticas públicas.

O amadurecimento dos estudos sobre a real relevância e participação da agricultura familiar sobre os pilares políticos, sociais e econômicos. Com o avanço do capitalismo no cenário econômico brasileiro, a institucionalização da agricultura familiar terminou por se tornar uma demanda do próprio sistema, pois, como bem recorda Abramovay (1998, p. 35), “campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis históricas do capitalismo”. Esse pensamento subscreve a concepção de Kautsky (1980, p. 76), quando afirma que:

Para que a agricultura possa progredir, como progrediu a partir da época feudal, e para que possa participar dos melhoramentos contínuos realizados no domínio técnico e econômico, precisa de dinheiro – muito dinheiro... A exploração agrícola moderna é impossível sem capital.

Em função das diferenças metodológicas adotadas e as distintas bases de dados secundários utilizadas, não é possível tecer comparações diretas entre os resultados das pesquisas. Todavia, divergindo as questões metodológicas, todas as investigações mostram relevantes percentuais de unidades produtivas e a ocupação agrícola no Brasil no período investigado. “Fica claro que não é tarefa fácil delimitar a agricultura familiar, tanto devido à falta de consenso sobre o que seja uma unidade agrícola familiar, como às deficiências dos dados disponíveis” (KAGEYAMA et al, 2008, p. 20).

As análises publicadas no trabalho intitulado - Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto -, de Guanzioli e Cardim (2000), sugeriu a lei 11.326/2006. A caracterização do universo familiar era atendida conjuntamente pelas questões relacionadas à direção dos trabalhos do estabelecimento – conduzida pelo agricultor e a força do trabalho familiar superior ao trabalho contratado – e o tamanho máximo do estabelecimento em 15 módulos fiscais, maior do que o estabelecido pela lei 11.326, em 4 módulos fiscais.

A justificativa para o estabelecimento desse critério foi evitar eventuais disformidades que permitissem a inserção de grandes latifúndios no grupo de unidades familiares e a determinação do tamanho do estabelecimento fosse estabelecido pelo que realmente a família pode utilizar, com base na exploração do trabalho familiar ou consorciado com tecnologias (GUANZIROLI et al, 2012).

Da mesma forma que foi difícil se chegar a uma definição de agricultura familiar que agradasse à Academia, aos movimentos sociais e também em termo operacionais, ainda hoje há problemas quanto à aceção adequada. Em função de uso de metodologias de pesquisa diferentes, as quais constroem um filtro para encontrar o “agricultor familiar” que lhes interessa, há dificuldades de precisar e fazer comparações entre as diversas pesquisas que versam sobre o universo da agricultura de base familiar.

Com variações, de acordo com os procedimentos metodológicos adotados, o certo é que os trabalhos de Kageyama e Bergamasco (1989), Bergamasco (1993), Abramovay (1995), Bergamasco (1995), FAO/INCRA (1996), Veiga (1995), Guanzioli (2009)<sup>55</sup> e Kageyama et al (2013) atestam a relevância destacada do número de unidades familiares e a mão-de-obra

---

<sup>55</sup> A edição consultada para o referencial teórico foi publicada pela Garamond, em 2009, sendo Copyright© dos autores, 2001.

recrutada por esta categoria. Mas, em contrapartida, ocupando ainda baixos percentuais de área de terras, conforme mostra o Quadro 20. Os percentuais apresentados mostram o quanto esse grupo tem relevância em termos de pessoal ocupado e o número de estabelecimentos, em nível Brasil, mas ainda amarga o baixo percentual de posse de terras.

Quadro 24: PROPOSTAS METODOLÓGICAS E RESULTADOS OBTIDOS PARA DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR NO BRASIL

Autor / Dados	Origem dos dados	Variável- chave que delimita o universo familiar	Variáveis que definem os subtipos	Número de unidades familiares (% do total)	Área (% do total)	Pessoal ocupado (%)
Kageyama e Bergamasco (1989)	Censo Agropecuário de 1980-Brasil	Direção do produtor e uso de pessoas ocupadas da família	Presença ou não de trabalho assalariado permanente e temporário	<b>71,6%</b> dos estabelecimentos	<b>42,2%</b> da área	74,0% de pessoas ocupadas
Bergamasco (1993)	Censos Agropecuários de 1980-1985 São Paulo	Direção do produtor e uso de pessoas ocupadas da família	Presença ou não de trabalho assalariado permanente e temporário	<b>54,5%</b> dos estabelecimentos	<b>28,8%</b> da área	48,5% de pessoas ocupadas
Abramovay (1995)	Levantamento do IEA, 1991, São Paulo	Tempo de trabalho da família e externo	Proporção dos tempos de trabalhos da família e assalariados	<b>63,7%</b> dos imóveis rurais	<b>33,8%</b> da área	39,8% (dias-homem)
Bergamasco (1995)	PNAD de 1989	Trabalhadores por conta própria, parceiros conta própria e membros não remunerados das famílias	n.d.	n.d.	n.d.	58,3% das pessoas ocupadas na agricultura
FAO/INCRA (1996)	Censo Agropecuário de 1985-Brasil	Direção produtor, sem serviços de empreitada com ou sem empregados permanentes e com números limitados de temporários	Estratificação pela renda monetária bruta	<b>74,8%</b> dos estabelecimentos	<b>22,2%</b> da área	60,0% do pessoal ocupado
Veiga (1995)	Censo Agropecuário de 1985- Brasil	Sem empregados permanentes e máximo cinco temporários	Estratificação pela renda monetária bruta	<b>68%</b> dos estabelecimentos	<b>21%</b> da área	54% do pessoal ocupado
Guanziroli (2009)	Censo Agropecuário de 1995-96 Brasil	Direção do produtos e trabalho famílias superior ao contratado (UTF>UTC) e área menor que a máxima regional	Estratificação pela relação entre renda total e custo de oportunidade da mão-de-obra familiar	<b>85,2 %</b> dos estabelecimentos	<b>30,5%</b> da área	76,9% do pessoal ocupado
Kageyama et al (2013)	Censo agropecuário de 2006 Brasil	Tipo de estabelecimento (incluindo assentamentos sem documentação) e mão de obra contratada	Estratificação pela área do imóvel, renda e participação do trabalho familiar	<b>93,3%</b> dos estabelecimentos	<b>60%</b> da área	81,6% do pessoal ocupado

FONTE: Elaborado com base em Kageyama et al (2009, p. 21) e Kageyama et al (2013)

### 1.3 CONCLUSÕES PARA O CAPÍTULO 1

Postas as questões de pesquisa que guiaram a presente investigação, bem como a problematização feita na introdução, o Capítulo 1 da tese edificou algumas intenções: descortinar mudanças na estrutura fundiária de Mauriti, através da análise de dados secundários do censo, tendo como marco o ano de 1940, quando o município já estava emancipado politicamente em definitivo; descobrir, por meio de análise histórica e documental, quando e quais os fatores que levaram Mauriti a constituir um mercado de terras e o surgimento das oportunidades das terras de trabalho (MARTINS, 1980); as razões que levaram o latifúndio ao declínio e sua conseqüente desestruturação; apresentar o processo histórico de institucionalização da categoria agricultura familiar e como foram as tentativas de superação da invisibilidade, tanto pela falta de reconhecimento da relevância da categoria, como dos problemas metodológicos que foram superados para que pudessem ser feitos mapeamentos próximos da real dimensão quanti e qualitativa da agricultura de base familiar no Brasil.

A análise dos dados dos grupos de estabelecimentos da estrutura fundiária de Mauriti, nos censos agrícolas de 1940, 1950 e 1960 e dos censos agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006, aponta para a desestruturação da grande propriedade, ou dos grupos de estabelecimentos acima de 1000ha, no censo de 1995. Por outro lado, os grupos de estabelecimentos de tamanho menor que 100ha somam 65,2% da área recenseada no censo agropecuário de 2006, sendo que o percentual desses mesmos grupos era de 23,94% no censo agrícola de 1940 (ver Quadro 17).

Os dados mais atualizados do INCRA (2010 e 2014), embora utilizem metodologia e categorização diferente daquela adotada pelo IBGE, apontam também a mesma tendência de desestruturação da grande propriedade. Em 2010, 78,43% da área dos imóveis rurais mauritiense são classificados como minifúndios ou pequenas propriedades. Em 2014 o percentual de área desses dois grupos é de 78,18% (ver Quadro 18).

O estudo da legislação que classifica os estabelecimentos ou imóveis rurais dentro da condição fundiária de tamanho menor que quatro módulos fiscais, exigência estabelecida pela Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006) para que sejam considerados como agricultura familiar, oportunizou a apresentação de uma lacuna metodológica para o estudo do real tamanho dessa categoria, pela condição de propriedade fundiária. A discrepância se dá em razão do tamanho do módulo fiscal em Mauriti (45ha), cuja contabilidade inviabiliza saber, pelos dados secundários divulgados pelo IBGE, quantos imóveis, dentro do grupo daqueles entre 100 e

200ha, são menores que 180ha, o cálculo de quatro módulos de 45ha. Uma diferença que impede a contabilização precisa dos estabelecimentos rurais que possam se enquadrar como agricultura familiar.

Apesar de muitos hiatos documentais que deixam de retratar os aspectos históricos sobre a constituição de Mauriti como município, a restauração de fatos políticos e econômicos em um espectro mais abrangente, na região do Vale do Cariri, especialmente da primeira metade do século XX, aponta que o foco e prioridade política aos municípios do Crato e Juazeiro do Norte, envolvendo políticos influentes como o Coronel Antônio Luiz Pequeno e o Padre Cícero, resultaram em consequências alarmantes para Mauriti. A estada do cangaço e as suas lutas armadas, decorrentes dessas disputas políticas, emaranhadas em trânsito belicoso, o qual encontrou na dificuldade de acesso à Mauriti, uma rota ideal para fuga e esconderijos dos cangaceiros, foram fatos que acrescentaram à conjuntura as condições determinantes para a reduzida relevância política de Mauriti, em nível regional e estadual, e a consequente desvalorização das suas terras, conforme retratada nos Quadros 9, 10, 11 e 13.

O acesso aos índices de documentos de escrituras públicas de compra e venda de terras em Mauriti, preservados pelo Arquivo Público do Ceará, revelou a existência de um mercado de terras, mesmo que subestimando a realidade, mas a ocorrência de registros de um comércio de terras já na primeira metade do século XX. No intervalo de 1892 a 1935, o acervo disponibiliza 390 escrituras de compra e venda de terras. Há lacunas dos registros que não se conseguiu preservar, bem como o comércio informal de terras, sem a devida documentação, realizada entre latifundiários e rendeiros, posseiros e agregados. O período entre 1920 e 1940 tem algumas dificuldades metodológicas que auxiliem um devido esclarecimento sobre o universo existente de agricultores de base familiar. Uma delas é que o censo de 1930 não foi realizado, obscurecendo um intervalo de 20 anos de mudanças até 1940. A outra condição é que a emancipação política de Mauriti definitiva só ocorreu em 1938. Então alguns dados podem super ou subestimar a dimensão da questão fundiária municipal mauritiense e o que, efetivamente, tratava-se de Milagres, município que lhe dá origem.

Ao adquirir a terra, é possível refletir sobre a construção política, econômica e social do agricultor familiar mauritiense, o que nos coloca Zambrano (2001), de que o pertencimento gera o sentido de domínio sobre o lugar. Sentido este que estimula a aparição de formas de autoridades sobre o espaço, configurando a real perspectiva territorial. A percepção desses atores, os agricultores familiares, os quais passam a atuar nos contornos territoriais que traduzem as suas visões, resultantes das lutas pela hegemonia, traduzem um modo particular de

exercer legitimamente o domínio sobre seu espaço de vida e trabalho, o qual, de forma processual, foi se constituindo ou se ajustando às pautas mediadoras de dominação. É tanto que o acesso à terra em Mauriti se dá por herança, compra, conforme exemplificado pelo caso da família de Sebastião Pereira do Nascimento (FIGURA 6).

O Capítulo I da presente tese também oportunizou a revisão do levantamento feito por diversos autores (QUEIROZ, 1963; QUEIROZ, 1973; SILVA JR et al, 1985; KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989; BERGAMASCO, 1993; ABRAMOVAY, 1995; BERGAMASCO, 1995; FAO/INCRA, 1996); VEIGA, 1995; GUANZIROLI, 2001 e KAGEYAMA et al, 2013) sobre a invisibilidade da agricultura familiar ocasionada pelas falhas metodológicas dos censos e outros levantamentos sobre esta categoria. Os ajustes metodológicos propostos e as análises realizadas sobre outras perspectivas tem revelado um universo não apenas maior, em termos quantitativos, mas de representatividade em relação à força de trabalho e percentual da área ocupada da agricultura familiar no Brasil.

A recapitulação de movimentos e lutas históricas para o reconhecimento da categoria agricultura familiar perpassou, dentre suas pautas, a superação da diminuta relevância aferida à expressão pequeno produtor. Agências como o PCB – Partido Comunista Brasileiro, os sindicatos rurais, as Ligas Camponesas e Contag desempenharam relevantes papéis para o processo político de legitimação da agricultura familiar e importantes desdobramentos, como a institucionalização do Pronaf em 1996, programa que viabilizou o acesso ao crédito e a Lei 11.326/2006, que institucionalizou definitivamente a categoria.

Mesmo considerando uma conjuntura histórica de dificuldades políticas, econômicas e sociais, apesar da invisibilidade promovida pelos registros oficiais lacunosos, dos levantamentos secundários infecundos dos censos agrícolas e agropecuários, a persistência na constituição dos espaços ocupados pela agricultura familiar em Mauriti vai se revelando pelo acesso à terra e na mudança estrutural da grande propriedade, desestruturada na inépcia de manutenção do latifúndio, oportunizando o espaço para o protagonismo da agricultura familiar mauritiense. É o que será visto no próximo capítulo.

## 2 CAPÍTULO 2 - JANELAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROGRAMAS E INICIATIVAS

O processo de redemocratização, a emergência de espaços de participação e de concertação social, a afirmação pública de categorias sociais, a proeminência de temas e questões políticas e a própria criação de políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, dentre outros fatores, possibilitaram a manifestação, a visibilidade, a (re)criação e a participação de novos atores sociais nos espaços públicos e na construção das políticas públicas (GRISA, 2012, p. 248).

Neste capítulo, serão tratadas as Políticas Públicas, Programas e Iniciativas nas três esferas governamentais – Federal, Estadual e Municipal - que compuseram conjuntamente a possibilidade do fortalecimento da agricultura familiar no Brasil e, em particular, em Mauriti-Ceará, um caso que reputamos com positividade, colocando como tese o protagonismo da agricultura familiar nessa localidade.

No presente capítulo serão apresentados levantamentos documentais das iniciativas governamentais, as quais consideramos com maior robustez, as que constituíram pilares institucionais que sustentam a base para o protagonismo da agricultura familiar. Os documentos históricos e informações oriundas das iniciativas em nível federal são mais facilmente acessados em bases de dados disponíveis na Internet. Quando não disponíveis, podem ser solicitados via sistema de Informação ao Cidadão.

As dificuldades, porém, são crescentes para obtenção de informações em nível estadual e municipal. A rotatividade de governos, a institucionalização de iniciativas dos projetos relacionados ao modelo de gestão estratégica adotada por governadores e prefeitos, e, principalmente, a falta ou precariedade de registros de dados sobre o emprego dos recursos públicos e ações desencadeadas para o uso destes repercutem desde mudanças de nomenclaturas e estruturas de secretarias de governo até a ausência de informações sobre o alcance das ações governamentais nos estados e municípios.

### 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EM NÍVEL FEDERAL

Nesta subseção, serão apresentadas as principais políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar. Foram selecionadas aquelas que consideradas como mais relevantes: Pronaf, primeira política pública a institucionalizar a AF, o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o Garantia

Safra. Para a composição das análises sobre o quesito capital, na equação marxista<sup>56</sup>, dois programas do Ministério do Desenvolvimento Social: o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

### 2.1.1. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

É importante ressaltar que a agricultura familiar no Brasil não começa a existir a partir do PRONAF. O programa institucionaliza com uma categoria operacional. O agricultor familiar já existia, enquanto sujeito histórico, produzindo em pequenas áreas de terras, com sua família, na condição de parceiro, meeiro, ocupante ou proprietário. A partir do PRONAF este agricultor familiar passa a existir oficialmente para o Estado e para as instituições financeiras.

No final da década de 1990, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO e o INCRA – organizaram um trabalho de pesquisa objetivando delinear a proporção real do universo da Agricultura Familiar – AF brasileira. Para alcançar o objetivo traçado, os pesquisadores buscaram quantificar a participação da AF no setor agropecuário, bem como averiguaram e apreciaram contribuição econômica e social da AF para o desenvolvimento do Brasil. A metodologia empregada não adotou, para delimitação, o critério do tamanho da área do estabelecimento rural, mas a condição dos produtores que utilizavam mais trabalho familiar do que assalariado ou contratado. Outra premissa metodologicamente adotada foi a não imposição de limites para as receitas desses produtores, considerando que a categoria deveria crescer e prosperar com base na estrutura de produção agrícola familiar.

Os resultados da pesquisa FAO/INCRA foram publicados em Novo Retrato da Agricultura Familiar Brasileira (MDA/FAO, 2000) e Agricultura Familiar e Reforma agrária no Século XXI (GUANZIROLI, 2001; GUANZIROLI et al, 2009), os quais ratificaram a relevância da AF para o emprego de mão de obra no campo e a produção de alimentos. O estudo também revelou a participação destacada em áreas aparentemente dominadas pela agricultura patronal. A pesquisa ainda evidenciou um considerável nível de integração aos mercados, abalando o paradigma de agricultura de subsistência. Todavia, também averiguou a gigantesca diferenciação entre os agricultores familiares, as discrepâncias regionais, o atraso tecnológico e a relação ponderada de minifúndios e pobreza na região Nordeste.

---

<sup>56</sup> Na presente pesquisa imputamos como hipótese que a equação terra+capital+trabalho é a conjuntura que possibilita o protagonismo da agricultura familiar.

Segundo informações do FAO/INCRA (2000, p 4), as análises quantitativas do setor agropecuário no Brasil, realizadas pelo censo do IBGE, não propiciam uma adequada separação entre “agricultura familiar e patronal na forma básica como os dados são disponibilizados pelo IBGE, restringindo-se a estratificação segundo a condição do produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários”.

Apesar de uma nova proposta metodológica, a concepção básica que norteou o estudo do IBGE foi mantida pelo FAO/INCRA. Os agricultores familiares foram caracterizados a partir de suas relações sociais de produção, refletidas sobre a gestão da unidade produtiva e se os investimentos realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; a condição de que a maior parte do trabalho empregado na unidade produtiva é fornecida por membros da família; a exigência de que a propriedade dos meios de produção, o que não significa necessariamente ser apenas das terras, pertença à família.

No seio dessa unidade familiar, é realizada a transmissão dos meios de produção entre os herdeiros, em caso de morte ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. Esta perspectiva propiciou uma reflexão deveras importante de análise sobre o tema da AF, a associação equivocada da pequena produção ou pequeno produtor ao limite máximo estabelecido de área do estabelecimento rural ou de valor de produção à unidade familiar. Este amadurecimento analítico possibilitou a reflexão de que “identificar automaticamente pequenas áreas à agricultura familiar supõe uma visão estática desta forma social, como se ela fosse incapaz de superar os limites estatísticos assim estipulados” (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

As reivindicações dos trabalhadores rurais, as quais começaram a ter um reconhecimento institucionalizado na Constituição de 1988, se destacaram nas Jornadas Nacionais da Luta, no período de 1990 a 1995. A partir de 1995 passaram a se chamar Grito da Terra Brasil, movimento cujo saldo imediato foi a criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 1,5 milhão para a agricultura familiar (CONTAG, 1998).

A luta histórica de sindicatos e suas representações em nível nacional e estadual teve, enfim, o encaminhamento positivo com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – em 1996. Todavia, Costa (2005, p. 60) defende que é primordial ressaltar a relevância do apoio de duas entidades organizacionais para a implantação institucionalizada de apoio à categoria AF: a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) –

“Essas pressões foram mais importantes para o desfecho que o acúmulo de sucessivas experiências frustradas por parte dos trabalhadores”.

Cronologicamente, a Lei nº 8.427/1992, posteriormente alterada pelas leis 9.848/1999 e pela Lei nº 12.058/2009, a qual dispõe sobre a concessão, via Poder Executivo, de subvenção econômica a produtores rurais nas operações de crédito rural sob a forma de: equalização de preços de produtos agropecuários ou vegetais de origem extrativa e também a equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural, foi um princípio de resultados das reivindicações por políticas públicas voltadas para as populações do campo. A inevitável efervescência da necessidade de reconhecimento institucionalizado da categoria agricultura familiar, a fim de minorar o aumento do êxodo rural e a contínua desvalorização das atividades agrícolas.

As reivindicações dos movimentos sociais começaram a surtir efeito mais efetivo. Em 1994, o então presidente Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAPE (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1994), que se configurava em uma linha de crédito voltada para a pequena propriedade, expressão ainda utilizada àquela época, concedendo condições especiais de crédito rural, as quais deveriam ser aplicadas no financiamento de custeio da safra de verão 1994/1995.

Contudo essa iniciativa não obteve êxito. Segundo informações da Câmara dos Deputados (2016, p. 23), “devido às rigorosas exigências impostas ao público-alvo”, as cláusulas de enquadramento para os beneficiários eram:

- a) pertencer a cooperativa, associação, grupo ou condomínio de produtores rurais;
- b) deter área não superior a 4 módulos fiscais;
- c) ter, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual proveniente da agricultura;
- d) não ter empregado permanente;
- e) não ser beneficiário de financiamento concedido com recursos dos Fundos Constitucionais ou do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), para a mesma finalidade;

Então em 1995, no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como presidente, o PROVAPE foi revisado. Apesar do programa não ter surtido efeitos relevantes para a agricultura familiar em relação aos recursos destinados a esta categoria, tornou-se a semente inicial do PRONAF. Então, o Decreto nº 1.946/1996 institucionalizou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. “Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores

familiares”. Neste ano, apesar das reformulações do PROVAPE, apenas as ações de crédito na modalidade custeio foram efetivadas. (CAZELLA et al, 2004, p.3). De fato, segundo dados do Banco Central do Brasil (2017), em 1996 foram realizadas 18 operações de custeio agrícola em Mauriti, em um total de R\$ 41.781,18, uma média de R\$ 2.321,17 por projeto (BACEN, 2017).

O PRONAF foi concebido para viabilizar o desenvolvimento rural, fundamentado no fortalecimento da agricultura familiar. Em seu artigo 1º, explicita a finalidade de “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda”. Este esforço, visando melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (BRASIL, 1996, não paginado). É assim concebido, um programa voltado para uma categoria “há décadas relegada ao segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado”, sustentado por um modelo de gestão social, que Carneiro (1997, p. 70), pondera como “um considerável avanço em relação às políticas anteriores”.

Para orientar os propósitos do PRONAF, quatro objetivos específicos foram definidos: ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; e estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (MDA, 2013, sem paginação).

As noções de produtividade e rentabilidade crescentes sustentam implicitamente o padrão de organização da produção idealizada pelo PRONAF. A intenção primeira foi buscar a competitividade do setor em nível nacional. E, embora alguns autores enalteçam o Pronaf como um princípio de reconhecimento da categoria da AF e avanço nas políticas públicas para o setor, Carneiro (1997) recorda que o momento do seu lançamento, em meio a um contexto de diminuição efetiva responsabilidade do Estado em relação aos processos de desenvolvimento econômico e social, poderia tornar duvidoso o êxito do celebrado programa.

Assunção e Chein (2007, p. 368), embora versem academicamente no campo da economia, também alertam que o mau funcionamento do mercado de crédito pode se transformar em uma armadilha para a pobreza. “A falta de recursos ao financiamento do investimento limita a capacidade das famílias de escapar da pobreza”. A incapacidade ocasiona uma ineficiência, pois a classe pobre não consegue sair de sua condição econômica porque

imperfeições de mercado frustram a realização plena de suas potencialidades e não por serem menos produtivos ou destituídos de qualificação técnica. As políticas públicas precisam e devem fazer os seus ajustes.

Ainda alerta Carneiro (1997, p. 76) que as condições colocadas inicialmente pelo Pronaf (MDA, 1996), na conjuntura política econômica e social do país em meados da década de 1990, suscita um condicionamento entre a adoção de um modelo de intervenção na AF, baseado no aumento da capacidade produtiva, e o direcionamento para a lógica dos mercados e o atingimento das metas na melhoria de qualidade de vida dos agricultores.

Torna-se, portanto, indispensável a implementação de medidas que organizem o mercado e garantam preço para a agricultura familiar; caso contrário, ela permanecerá à margem do processo de desenvolvimento econômico, em situação extremamente desfavorável devido à incapacidade de competir em espaços sociais sob a hegemonia de grande empresa e dos grandes negócios agroindustriais.

As primeiras modificações do PRONAF aconteceram já em 1997. Foram incorporados ao programa novos beneficiários: pescadores artesanais, seringueiros extrativistas e aquicultores. Foram instituídas novas linhas de financiamento, com o intuito de melhorias na infraestrutura e serviços comunitários rurais. Também foi implementada uma redução nas taxas de juros para 6,5% ao ano. No ano seguinte, as taxas de juros foram ainda mais diminuídas e passaram a ser de 5,75%. Ainda no ano de 1998, o PRONAF incorporou uma linha de crédito para investimento intitulada Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf-Agregar), que, em 2003, foi renomeada para PRONAF-Agroindústria.

Com o PRONAF, ainda sobre a gestão do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2629, de 10 de agosto de 1999, estabelece a segmentação do PRONAF em quatro grupos. Os assentados também passam a ser considerados como beneficiários do programa após a extinção do PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. O Pronaf passa a diferenciar então o atendimento aos agricultores familiares em quatro grupos:

- Grupo A - formado por assentados da Reforma Agrária e também pelos beneficiários do Crédito Fundiário;
- Grupo B - constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da Linha de Pobreza estabelecida em 1999/2000, no valor de R\$1.500;
- Grupo C - composto por agricultores familiares em transição, com baixo nível de capitalização e renda bruta familiar entre R\$1.500,00 e R\$8.000;

- Grupo D - compreendido por agricultores familiares mais capitalizados ou em início de capitalização, com renda bruta familiar entre R\$8.000 e R\$27.500.

Bianchini (2015, p. 33, grifo do autor) também recorda que

a partir de novembro de 1999, com a criação o Ministério de Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, que a partir de janeiro de 2000 dá lugar a Ministério do Desenvolvimento Agrário, a política de apoio à agricultura familiar e o PRONAF são transferidos do MAPA para este Ministério. Nessa nova estrutura, aderindo à concepção do **Novo Mundo Rural**, o PRONAF consolida seu apoio à pluriatividade no financiamento das atividades não agrícolas, como o turismo rural e o artesanato, além de uma linha especial para a agricultura orgânica.

Grisa (2017, p. 294) chama atenção para os marcos institucionais da criação do PRONAF, balizando o reconhecimento tanto social como econômico da categoria AF e o chamado PRONAFINHO, cuja modalidade e condições de oferta simbolizam o assentimento de políticas diferenciadas no âmbito do desenvolvimento rural, não apenas reconhecendo, mas acatando institucionalmente a existência de “diversidade da categoria e para o imperativo de construir instrumentos diferenciados que a contemplassem”.

O PRONAF Especial, também conhecido como “Pronafinho”, na safra 1998-1999, passa a atender aos créditos de custeio e investimento, com um rebate de R\$200,00 por contratos de custeio e R\$700,00 para os investimentos. A partir dessa safra, o Pronaf Especial se solidifica e viria a se tornar a maior linha de crédito do PRONAF em relação ao universo dos agricultores atendidos, na categoria da agricultura familiar em transição, até sua extinção no Plano Safra 2008-2009. Como o rebate era fixo, quanto menor o empréstimo, maior a taxa de subsídios em percentual, embutida na operação. Esse modelo dará origem em 1999 ao PRONAF B. As mudanças na política pública também oportunizaram a regulamentação do custeio na forma de crédito rotativo, conhecido como Rural Rápido, operado exclusivamente pelo Banco do Brasil, dando início a um processo de renovação automática do custeio com uma abrangência sistêmica da unidade produtiva.

Para exemplificar argumentos que justificaram as alterações no Pronaf ao longo de 20 anos da política, a Portaria nº 121 do MDA, em 2001, alertava para os graves problemas da feminização da pobreza nos países com economia em transição, como é o caso do Brasil, a qual está diretamente relacionada com a carência de oportunidades de acesso ao crédito, o restritivo direito à propriedade da terra, à garantia do direito à herança, à educação, aos serviços de apoio, impeditivos, em sua conjuntura, de sua mínima participação no processo de tomada de decisões. A Portaria também acautelava que no contexto brasileiro, apenas 12% dos títulos da terra

tinham sido concedidos para as mulheres no meio rural. O acesso aos créditos do público feminino não ultrapassa aos índices de 10% do total concedido historicamente. Nestas condições, no texto da Portaria sentenciava:

Art. 1º Determinar que, no exercício de 2001, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos relativos às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, nos termos do Plano de Safra da Agricultura Familiar - 2001, e dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra sejam destinados, preferencialmente, para as mulheres agricultoras rurais.

Art. 2º Determinar que, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para capacitação, assistência técnica e extensão rural, sejam destinados, preferencialmente, para as tomadoras, em potencial, dos créditos rurais (MDA, 2001, sem paginação).

Em 2002, foi encaminhada ao Conselho Monetário Nacional a recomendação de criação de uma linha de crédito destinada às agricultoras nacionais, respeitando as suas devidas especificidades. Em 2003, com o lançamento do plano agrícola para a agricultura familiar, o Plano Safra, foi implantado o Pronaf Mulher.

No Plano Safra para a AF 2004/2005, foi criado o grupo E do Pronaf, o qual contemplou agricultores familiares mais capitalizados, situados em Patamar de Reprodução Aplicada (BIANCHINI, 20015, p. 42), cuja renda bruta estivesse no intervalo entre R\$ 40.000,00 e R\$ 60.000,00, em 2003. Os agricultores do Grupo E poderiam realizar financiamentos de custeio e investimento, respectivamente, até os limites de R\$ 26.000,00 e R\$ 56.000,00, com juros de 7,25% ao ano. Schneider et al (2004) alertam que a criação do grupo E no Pronaf propiciou um aumento da participação do sindicato patronal. Entretanto, defendemos que a inclusão de um grupo com situação financeira não necessariamente exclui o ingresso do outro extremo de condição social e econômica. Agentes executores das políticas públicas devem agir de forma a ampliar o alcance da política em todos os setores.

Os créditos de custeio se destinam a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento. Os créditos de investimento se destinam a financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos (MDA, 2016).

No Plano Safra 2008-2009, os grupos C, D e E são extintos e o PRONAF passa a atender três extratos de agricultores familiares: o grupo A – agricultores assentados da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário; o grupo B – agricultores familiares abaixo da Linha de Pobreza; e o Grupo V, para os demais agricultores.

Na presente subseção analisaremos dados do PRONAF relacionados ao município de Mauriti, no período de 1996 a 2016. As sínteses, por vezes, incluirão a composição conjunta de informações como a produção agrícola e pecuária municipal, o valor acumulado anual de precipitação pluviométrica e os valores liberados do Pronaf, filtrados por financiamentos específicos de atividades (categoria dos empréstimos). A intenção é, através do conjunto de dados, perceber que fatores podem estar influenciando os resultados da produção agropecuária municipal.

De forma geral, o Quadro 25 mostra que, no decorrer de 20 anos, houve um aumento progressivo no número de contratos Pronaf realizados no município de Mauriti. O quantitativo máximo acontece em 2014, com 3.152 contratos, sendo 12 contratos custeio e 3.140 contratos de investimento<sup>57</sup>. Recordando que desde 2012 a precipitação pluviométrica anual estava em índices muito baixos (Gráfico 26). O quantitativo tão incipiente no número de contratos para custeio pode refletir a reação do agricultor ao temor de investir na safra.

O Quadro 21 também oportuniza analisar o quanto a gestão dos prefeitos municipais do Partido dos Trabalhadores foi um momento em que se ampliou consideravelmente o acesso ao crédito pelo agricultor familiar. No período de oito anos da gestão de Márcio Martins – PSDB (1997-2004), foram contratados, ao todo, R\$ 5,3 milhões; no governo de Isaac Júnior – PT (2005-2012), R\$ 31,7 milhões; e, no governo de Evanildo Simão – PT (2013-2016), 34,7 milhões.

---

<sup>57</sup> O crédito de custeio se destina a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento. O crédito de financiamento se destina a investir na implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. São financiados investimentos destinados à construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações na propriedade rural, aquisição de máquinas e equipamentos, aquisição de matrizes, entre outras melhorias

QUADRO 21: NÚMERO DE CONTRATOS, VALOR TOTAL E VALOR MÉDIO DO PRONAF LIBERADO EM MAURITI DE 1996 A 2016

ANO	Nº CONTR.	VALOR CONTR.	MÉDIA
1996	18	41.781,18	2.321,18
1997	168	358.034,32	2.131,16
1998	363	521.429,40	1.436,44
1999	509	829.662,48	1.629,99
2000	82	123.068,28	1.500,83
2001	168	361.293,38	2.150,56
2002	208	209.135,00	1.005,46
2003	346	374.047,24	1.081,06
2004	726	2.588.988,31	3.566,10
2005	1.286	1.353.824,76	1.052,74
2006	4.690	5.731.509,01	1.222,07
2007	2.749	4.185.759,30	1.522,65
2008	1.782	2.913.702,68	1.635,07
2009	2.053	4.193.020,49	2.042,39
2010	2.111	4.651.969,09	2.203,68
2011	1.847	3.462.449,04	1.874,63
2012	1.900	5.243.424,58	2.759,70
2013	2.976	7.701.498,93	2.587,87
2014	3.152	10.565.615,07	3.352,04
2015	2.881	7.922.956,06	2.750,07
2016	2.822	8.582.375,85	3.041,24

FONTE: elaborado pela autora base nos dados enviados pelo BACEN, através da resposta à solicitação no Serviço de Informação ao Cidadão da E-sic (2017)

Os dados do Quadro 25 mostram que até o ano de 2003, os valores contratados do Pronaf em Mauriti eram acanhados. De 1996 a 2003, excetuando o ano de 1999, não há contratações significativas do programa. Analisando a realidade em Mauriti, o ano de 2004 marca um ponto de comportamento ascendente no que diz respeito aos valores liberados de contratos Pronaf. De 2004 a 2016, ano que colocamos como marco final para as análises secundárias da presente pesquisa, os valores anuais contratados chegam ao montante de mais de dez milhões de reais em 2014, uma quantia doze vezes maior que em 1999, anos de maior liberação do recurso antes da gestão do Partido dos Trabalhadores em nível federal.

O reconhecimento da importância, especificidades e demandas da Agricultura Familiar como agenda de prioridades políticas do Governo Federal, que fora iniciada com a institucionalização do PRONAF, ganha legalidade com a promulgação da Lei 11.326/2006. A Lei da Agricultura Familiar se tornou, segundo Aquino e Schneider (2010, p. 312), “o programa de referência para um conjunto mais amplo de questões relacionadas ao próprio desenvolvimento rural”. No ano de 2006, ainda foi incluída no programa a linha Pronaf Comercialização. Também foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

Em 2007, foi criada uma linha de crédito para investimento em energias renováveis e com foco na sustentabilidade, essa denominada Pronaf ECO. No lançamento do Plano Safra de 2007, houve a novidade do financiamento de atividades não-agropecuárias pelo PRONAF. O artigo 36 da Medida Provisória 432/08 alterou os artigos 48 e 49 da Lei no 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

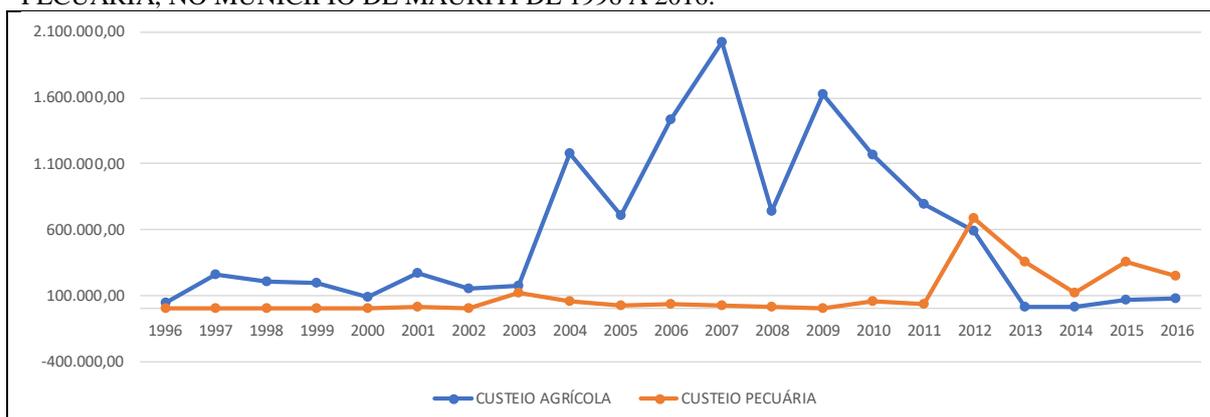
Parágrafo único. Quando destinado ao agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3o da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, o crédito rural terá por objetivo estimular a geração de renda e o melhor uso da mão-de-obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais, agropecuários e não agropecuários, desde que desenvolvidos em estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas, inclusive o turismo rural, a produção de artesanato e assemelhados” (BRASIL, 2008, sem paginação).

As mudanças ocorridas no PRONAF significaram uma melhor sintonia do Programa com a diversidade da AF. Carneiro (1997) tinha razão em fazer um alerta. No Plano Safra 2016/2017, reformulações como a redução progressiva de encargos financeiros sinalizam que as mudanças ainda são necessárias. As taxas de juros estão variando de 0,5% a/a (Pronaf investimento para Reforma Agrária) a 5,5% a/a (MDA, 2016). No decorrer de 20 anos, os prazos de carência foram dilatados e ampliadas as vantagens de bônus de adimplência.

Os valores máximos de renda bruta anual para categorização dos grupos beneficiários também foram sendo elevados sucessivamente. Se a proposta do programa era de melhoria da qualidade de vida do agricultor e geração de emprego e renda, essa era uma condição compulsória. Carneiro (1997) também estava alerta quanto a estas preocupações sobre o Programa beneficiar agricultores mais capitalizados. Segundo Cazella et al (2007), a inclusão de grupos periféricos fez com que o programa diversificasse, sem apoiar apenas a AF integrada às cadeias produtivas.

A fim de analisar o impacto do Programa na agricultura familiar em Mauriti, os Gráficos 10 a 17 representam e organizam dados sobre a produção agrícola e pecuária, o número de contratos e o montante total de financiamento por categoria, bem como o índice médio de precipitação pluviométrica, no período de 1996-2016.

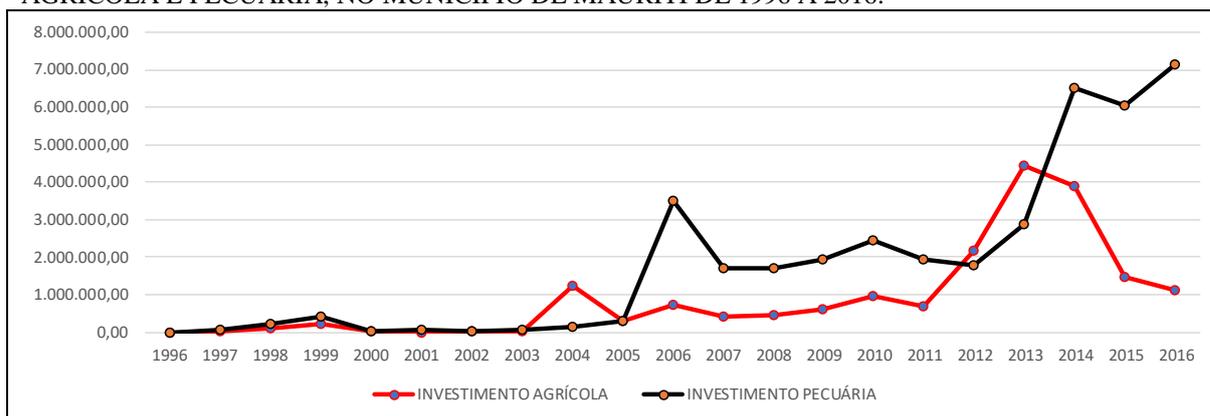
GRÁFICO 10: VALORES CONTRATADOS NO PRONAF CUSTEIO, MODALIDADES AGRÍCOLA E PECUÁRIA, NO MUNICÍPIO DE MAURITI DE 1996 A 2016:



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados enviados pelo BACEN, através da resposta à solicitação no Serviço de Informação ao Cidadão E-sic (2017)

No decorrer desses 20 anos (1996 a 2016), observamos um declínio de contratos de custeio. A modalidade agrícola decresce a ponto de alcançar os menores níveis desde o início do programa. A partir do ano de 2012, o decréscimo coincide com um grave período de seca em Mauriti, com índices de precipitação pluviométricas de 2012 a 2016 (ver Gráfico 25) mais baixos do que o período de seca do final da década de 1970 ao início da década de 1980, ciclo de estiagem prolongada muito citado na literatura sobre desenvolvimento rural do Ceará.

GRÁFICO 11: VALORES CONTRATADOS NO PRONAF INVESTIMENTO, MODALIDADES AGRÍCOLA E PECUÁRIA, NO MUNICÍPIO DE MAURITI DE 1996 A 2016:



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados enviados pelo BACEN, através da resposta à solicitação no Serviço de Informação ao Cidadão do E-sic (2017)

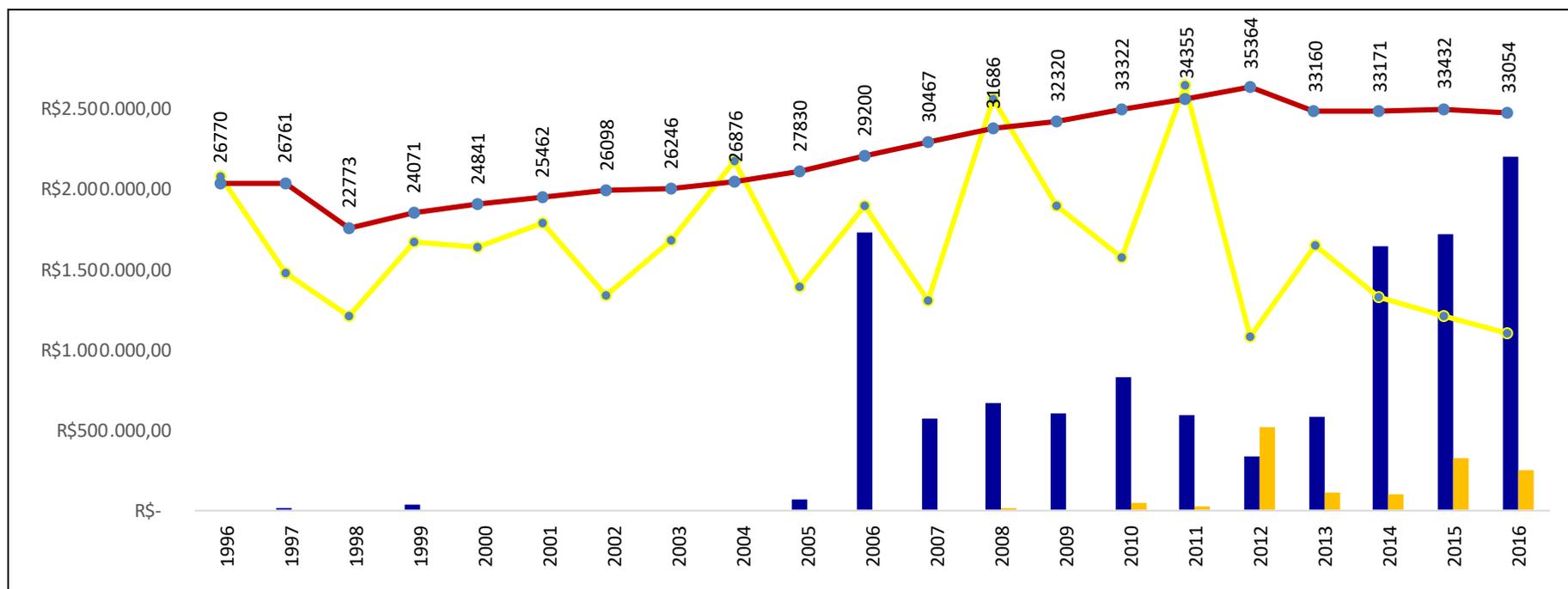
Diferentemente da modalidade custeio, os valores do PRONAF investimento cresceram em Mauriti, especialmente o Investimento pecuária. Apesar do crescimento a partir de 2010, o investimento agrícola também decai a partir de 2012, confirmando o mesmo comportamento do PRONAF custeio, o que pode ser explicado também pela escassez de chuva nesse período.

A modalidade PRONAF investimento pecuária inicia uma curva de crescimento a partir do ano de 2006, com um destaque diferenciado para o ano de 2012, onde inicia um comportamento ascendente, com pequena queda em 2015 e um retorno no ao de 2016. Ao que

aparenta, o modelo de gestão municipal adotada pelo Partido dos Trabalhadores propiciou a atuação dos agentes que deliberaram, após aprendizado de uso do recurso financeiro, que a pecuária é uma atividade menos arriscada na agricultura familiar, a ponto de, mesmo em anos de seca (2012-2016), o volume de crédito de investimento na pecuária aumentar.

Os gráficos 12, 13, 14, 15, 16 e 17 apresentam os dados desagregados do destino do financiamento PRONAF para a produção pecuária e agrícola, separadas as condições de rebanhos bovino, suíno e galináceo e as produções agrícolas de feijão, mandioca e milho, a fim de observar de forma detalhada os principais tipos de produção da agricultura familiar. O uso para ponderações dessa formatação visual dos dados sobre o PRONAF e a produção agropecuária municipal visa buscar respostas para os objetivos específicos da tese, particularmente verificar a relevância da variável capital nos resultados da produção da agricultura familiar. O uso do intervalo de tempo entre 1996-2016, além de buscar reflexões sobre a maior política pública para a AF, desde sua publicação, coincide com o mesmo período em que, segundo dados da estrutura fundiária de Mauriti, não há mais grandes propriedades. Então, mesmo existindo médias propriedades, o percentual majoritário de estabelecimentos enquadrados como familiares justifica e procede o uso das informações para avaliações.

GRÁFICO 12: COMPARATIVO ENTRE A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ANUAL, O EFETIVO REBANHO BOVINO E O MONTANTE ANUAL DE VALORES DE PRONAF LIBERADOS EM MAURITI (1996-2016)



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados enviados pelo BACEN, através da resposta à solicitação no Serviço de Informação ao Cidadão E-sic, dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017) e dados extraídos do portal da Funceme (2017)

#### LEGENDA:

- Efetivo rebanho bovino (cabeça)
- Precipitação pluviométrica média (na)
- Valor Pronaf investido liberado para pecuária bovina (R\$)
- Valor Pronaf custeio liberado para pecuária bovina (R\$)

Verificou-se, então, o comportamento do efetivo do rebanho bovino no período de 1996 a 2016. O que aparenta é que a irregularidade da precipitação pluviométrica (linha amarela) não afeta significativamente à produção pecuária desse grupo. Apesar de um considerável volume de recursos financeiros do Pronaf a partir de 2006 (barras azuis), mas o quantitativo do rebanho não tem grandes alterações. Uma das explicações é a melhoria qualitativa do rebanho. Um número menor de matrizes produzindo mais leite, conforme nos comunicou o agente de crédito da unidade do Banco do Brasil do município em entrevista.

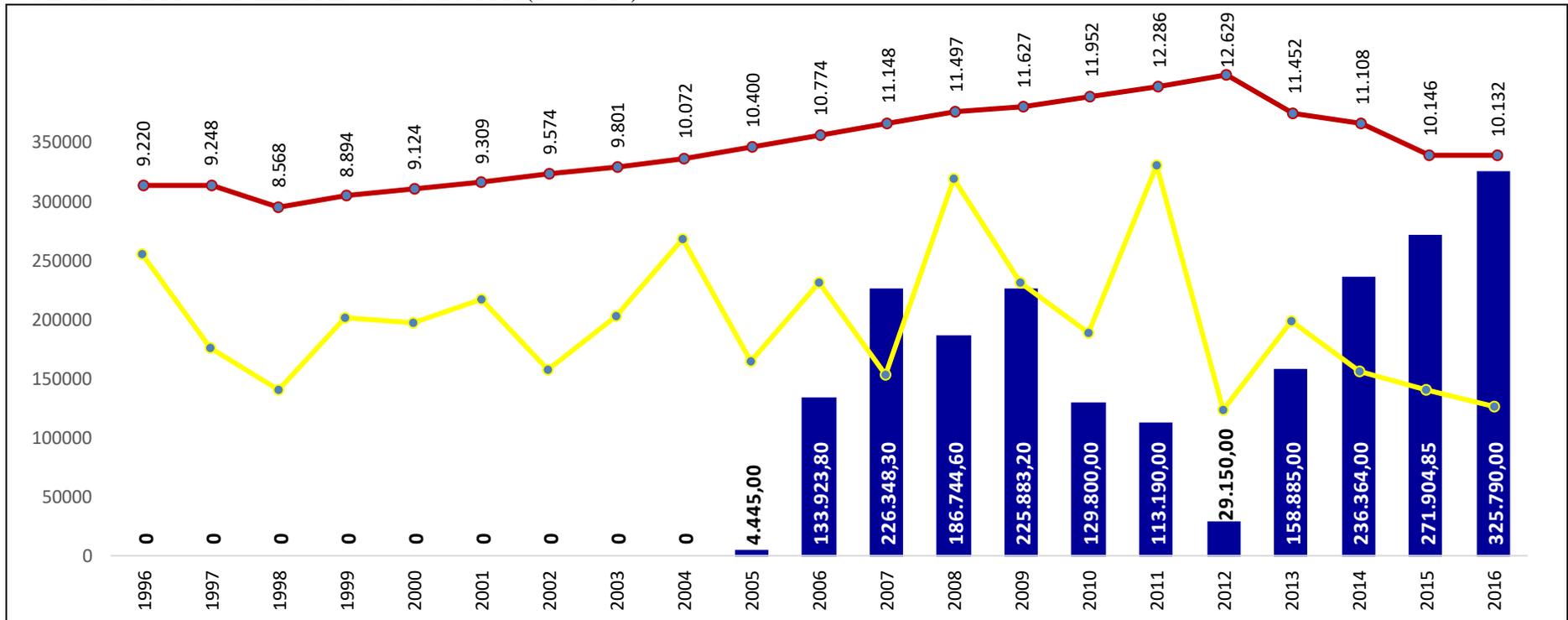
No ano de 2012, apesar da ocorrência do pior índice de precipitação pluviométrica em Mauriti no período de 1996 a 2016, mas contabiliza o maior quantitativo de efetivo bovino, com mais de 35 mil cabeças. A partir de 2006 há um desempenho crescente no rebanho, mas não parece ser um comportamento relacionado de maneira dependente ao crédito, uma vez que de 1998 a 2005 a curva do gráfico mantém-se na proporção de crescimento após o ano de 2006.

No capítulo 1, da tese os documentos analisados e as narrativas coletadas comprovam que já havia um mercado de terras em Mauriti desde o século XIX, onde o agricultor de base familiar tinha acesso à terra e desenvolvia suas atividades de produção. Embora seja um dado que esteja fora do intervalo de tempo utilizado para as análises secundárias do impacto do Pronaf, política pública de crédito, na produção pecuária, mas os dados dos censos agropecuários de 1980, 1985 e 1996 mostram, respectivamente 23.381, 22.421 e 26.770 o tamanho do efetivo bovino.

A crise do binômio algodão/pecuária em meados da década de 1980 aparenta pequeno abalo no rebanho bovino em 1985, mas a queda retoma o crescimento em 1996, aumento na ordem de 14,5% em relação a 1980, o que nos aparenta confirmar que o agricultor familiar sempre esteve presente nos números da produção registrados pelo censo, resistindo às crises e impactos na produção.

Se analisarmos os dados sobre a produção anual de leite, Mauriti aparenta sofrer abalo na produção causado pela baixa precipitação pluviométrica em dois períodos. De 1996 a 1998 e de 2013 a 2016, onde a produção média anual de leite, derivado de origem bovina, apresenta queda. De 1998 a 2012, a produção de leite sobre de 3.780l para 6.374l, 68,62%. No período da crise do binômio algodão/pecuária, a produção de leite sofre queda de 1984 a 1988, na ordem de 19,03%

GRÁFICO 13: COMPARATIVO ENTRE A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ANUAL, O EFETIVO REBANHO SUÍNO E O MONTANTE ANUAL DE VALORES DE PRONAF LIBERADOS EM MAURITI (1996-2016)



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017)

LEGENDA:

- Efetivo rebanho suíno (cabeça)
- Precipitação pluviométrica média (na)
- Valor Pronaf investimento liberado para pecuária suína (R\$)

O efetivo de rebanho suíno tem se mantido ao longo do tempo em Mauriti. As barras em azul representam o montante de crédito PRONAF liberado por ano financeiro. Em 2012, apesar de o crédito ter caído consideravelmente, o número de animais se mantém com pequena oscilação, em condição de comportamento semelhante ao rebanho bovino. Percebamos que no período de 2010 a 2012, quando o valor do crédito liberado cai até alcançar o seu volume mínimo, o rebanho suíno alcança o seu quantitativo máximo.

O Gráfico 13 mostra que a liberação de recursos, mesmo com a queda em 2012, mas retomada de crescimento em 2013, nos colocou questionamentos desse comportamento em relação à pecuária suína e o acesso ao crédito como uma variável de incentivo à produção. Grisa e Schneider (2008), Terhorst e Schmitz (2007) e Wagner et al (2007) apresentaram alguns trabalhos de pesquisa que detectaram mudanças da produção de suínos para o autoconsumo, pelos agricultores familiares na região Sul do Brasil. A pesquisa desses autores mostrou que razões como o consumo deste tipo de carne ser passível de comprometimento da saúde, pelo teor de gordura que apresenta, bem como a adoção de outros procedimentos de conservação de alimentos, substituindo a antiga técnica do uso da banha de porco, artifício mais rudimentar, são fatores que tem reverberado no abandono ou redução da produção de suínos por parte dos agricultores familiares daquela região.

O Gráfico 13 apresenta uma informação relevante e adversa em Mauriti em relação às pesquisas realizadas no Sul. Apesar da redução no plantel de 2012 a 2016, cuja causa pode estar associada à baixa precipitação pluviométrica no período ou diminuição quantitativa e aumento qualitativo do rebanho, o volume de financiamento através do Pronaf aumentou consideravelmente. Se compararmos o volume de crédito liberado para o rebanho suíno de 2012 a 2016, o aumento foi de onze vezes. Para esclarecermos sobre esta questão, retomamos uma visita à casa do senhor Dozinho Fernandes, morador do distrito do São Félix. Na primeira entrevista, como ele havia informado que já havia contratado Pronaf e fazia apenas criação de animais de pequeno porte, decidimos complementar sua entrevista com as informações sobre a produção de suínos. As razões apresentadas:

Olhe, professora, criar um porco é fácil do caba vender e receber logo o dinheiro. Um bacurim<sup>58</sup> ruim dá 100 reais, 150, 180, dependendo da raça. Ai a leitoa dá cria de oito, dez, o caba vende pra um vizinho, um amigo, quer dizer então que a pessoa já faz oitocentos, mil reais ligeiro. Se for vender uma vaca, se for vender uma vaca boa de leite, ai o preço é dois mil, três, dependendo da vaca. Vaca meia ruim, que se for vaca boa é mais, então é mais difícil do caba vender, pra achar que dê quatro mil reais num bicho. Até acha, mas a pessoa que compra sempre pede um prazo porque o dinheiro é um pouco alto. E tem outra, até a mulher cria uns bacurim, é um trato pouco. A mulher

---

<sup>58</sup> Filhote de porco ou leitão

bota a lavagem até dos resto de comida de casa... Se for preciso a pessoa passa uma raçãozinha e dá uma melhorada pros bichos engordar...Na hora de matar e vender a carne...como o porco é menor, a pessoa retalha e vende ligeiro... se matar um boi, não, que nem esse vizinho meu aqui...tem que sair vendendo em outros sítios pra poder vender tudo. E agora é que ficou difícil com esse negócio de que tem que levar no matadouro. O porco, não, nós retalha ele aqui no sítio mesmo e entrega até de bicicleta. Pra ir pro matadouro tem que pagar frete, aí pra nós agricultor não dá (Entrevista com Dozinho Fernandes, São Félix, realizada em 2017).

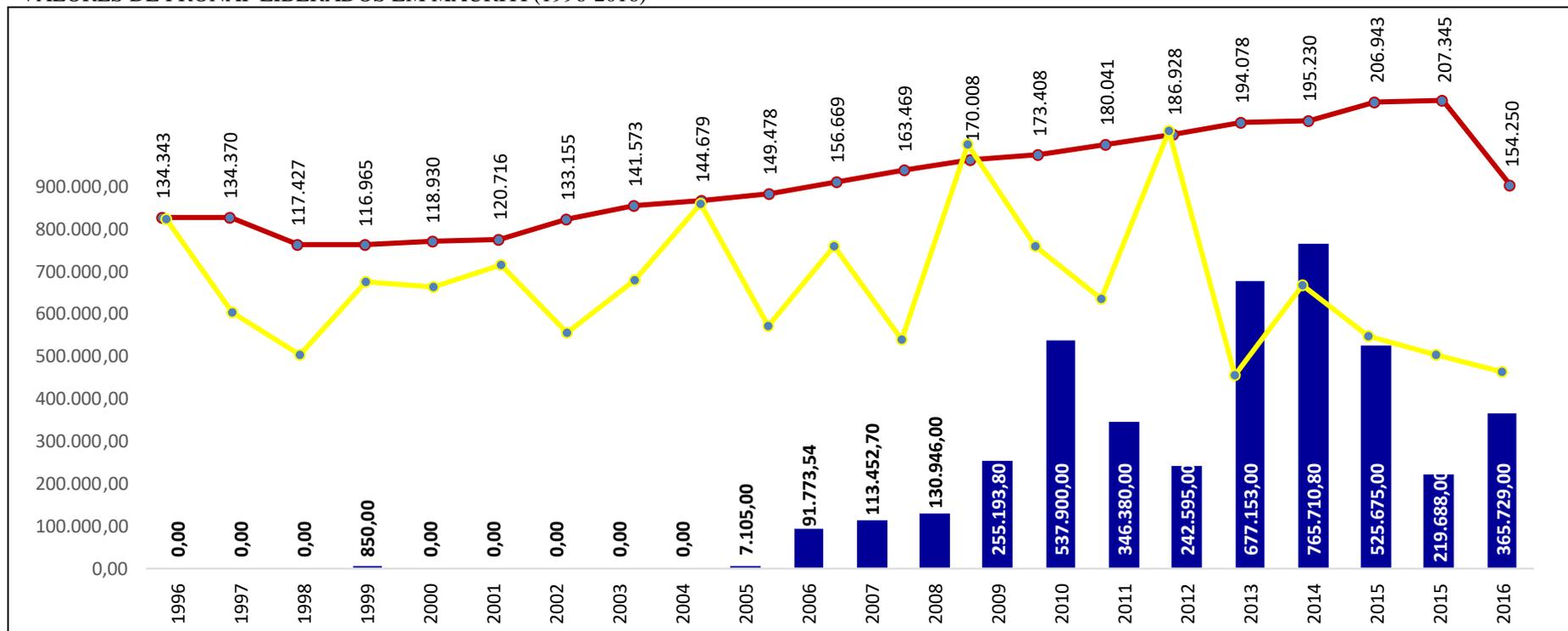
Quando indagado sobre a razão da contratação do PRONAF para a criação de suínos, senhor Dozinho responde:

É porque sendo um tanto menor, o caba até tem coragem de pegar dinheiro no banco. Mas ai se for maior o caba já fica com medo... nós tamo há seis anos com a seca. Se não fosse minha aposentadoria, a coisa tava difícil. Então a pessoa fica com medo de pegar dinheiro no banco para comprar gado...pra porco dá certo, pois até com a aposentadoria a pessoa paga uma parte, se o negócio apertar pro lado do caba... mas ai pro gado é outra história. Além de pagar o banco, com a seca a gente tem que pagar o pasto. Eu não tenho irrigação, não vou arriscar (Entrevista com Dozinho Fernandes, São Félix, realizada em 2017).

O cálculo da média geral dos contratos para o rebanho suíno é de R\$ 1.351,88, de 2005 a 2016. Para o rebanho bovino, no período de 1997 a 2016 o valor médio do contrato é de R\$4.455,36, uma média 3,5 vezes maior em relação ao rebanho suíno. Ao que aparenta, pelo relato, matrizes suínas tornam-se uma forma rápida de capitalização por parte do agricultor familiar e uma pecuária com manejo mais simples e necessidade de menos recursos no trato. Cazella et al (2004) também assinalam que em 2002, através da resolução nº 3.001, do Banco Central, foi criada uma linha de crédito de investimentos para silvicultura.

Quando Grisa e Schineider (2008, p. 483) atentam que o “autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades”, em Mauriti é possível que a criação do rebanho suíno, além de servir para o autoconsumo, também é uma produção que reforça o giro de capital e manutenção financeira do trabalho e compromissos financeiros do agricultor contratante, na conservação da atividade da agricultura familiar. Na perspectiva de análise do paradigma do capitalismo agrário, Fernandes (2015, p. 390) é assertivo quando destaca a tendência da agricultura familiar que “acredita na integração ao capital”.

GRÁFICO 14: COMPARATIVO ENTRE A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ANUAL, O EFETIVO REBANHO GALINÁCEO E O MONTANTE ANUAL DE VALORES DE PRONAF LIBERADOS EM MAURITI (1996-2016)



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017)

#### LEGENDA

- Efetivo rebanho galináceo (cabeça)
- Precipitação pluviométrica média (ano)
- Valor Pronaf investimento liberado para galináceos (R\$)

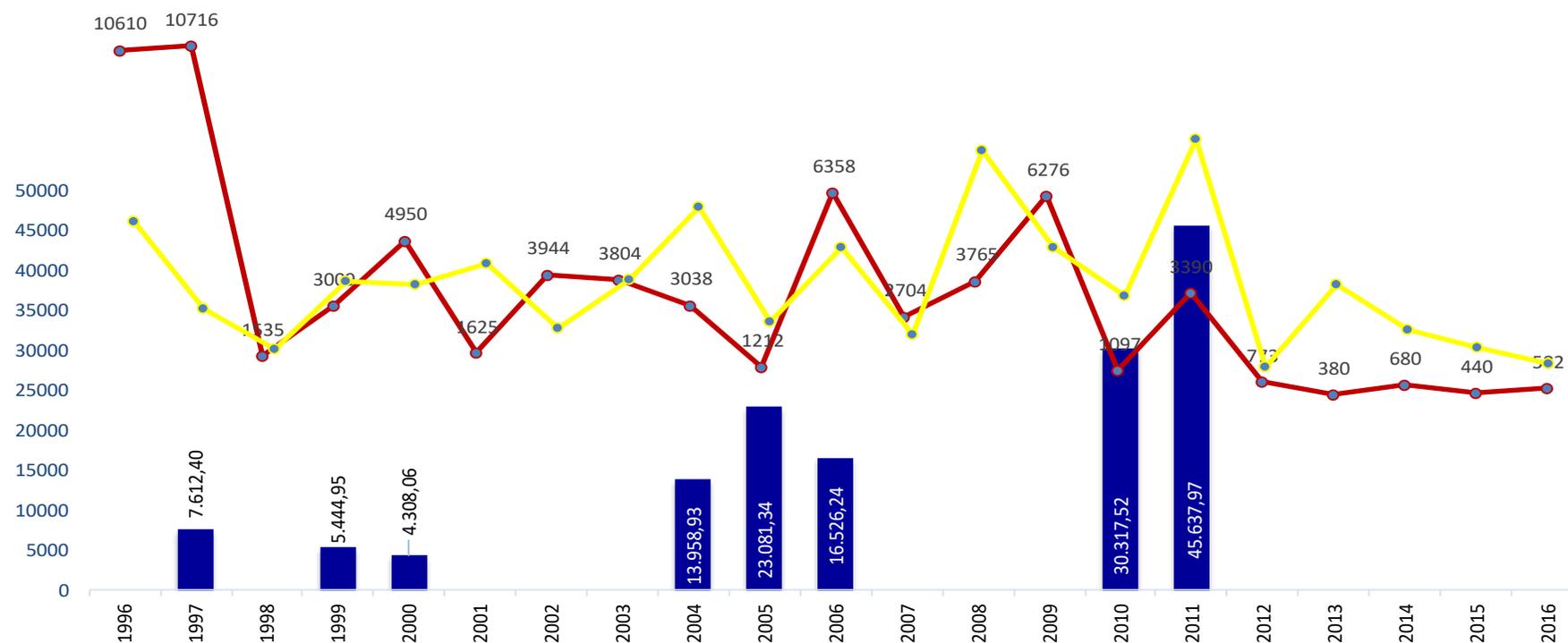
Em Mauriti, os contratos liberados para o objetivo do rebanho galináceo principiam maior participação na dinâmica econômica da agricultura familiar em 2006. Em 1999 apenas quatro projetos foram liberados, contribuição irrisória. Nas análises por período de governo, intentando compreender os sistemas políticos que mais aproximaram os agricultores familiares dessa cultura, o montante no período da gestão de Márcio Martins foi R\$850,00; Isaac Júnior, R\$ 1.725 mil e Evanildo Simão 2.553 mil.

Os dados, por esta perspectiva, evidenciam que as gestões do Partido dos Trabalhadores estão associadas ao maior uso dos recursos creditícios do Programa para o rebanho galináceo, com destaque para o montante acessado durante o governo de Evanildo Simão (PT) que, em quatro anos, foi 1,4 vezes maior que o somatório do recurso nos oito anos do governo de Isaac Júnior (PT). O acesso ao crédito para a finalidade de uso no rebanho galináceo, no governo de Márcio Martins (PSDB), em oito anos, foi irrelevante.

As visitas *in loco* revelaram que o rebanho galináceo é uma cultura de fácil trato, cujo manejo pode ser realizado pela esposa ou filhos, com utensílios alternativos para alimentação e local de ninhos para postura. Utilizando restos de construção como madeiras, telhas, tijolos ou utensílios plásticos de descarte como baldes ou vasilhames diversos, facilmente o agricultor estrutura o local de manejo e reprodução das aves.

O preço final para venda de uma ave, dependendo do seu peso e da quantidade comprada, está entre 30 até 70 reais. Então facilmente o agricultor se capitaliza com a comercialização, bem como utiliza para o autoconsumo. É uma carne saudável, com baixo teor de gordura, consumida por todos os públicos. Então o agricultor familiar tem, no rebanho galináceo, uma fonte célere de obtenção de renda, bem como para o consumo familiar. A carne de galinha é amplamente aceita para o consumo. A média geral dos contratos para esta finalidade, desde o ano de 2006, é de R\$1.238,67 por agricultor, com destaque para o ano de 2014, com a celebração de 596 projetos, totalizando uma liberação de R\$ 765 mil de crédito.

GRÁFICO 15: COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO DE FEIJÃO, A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ANUAL E O MONTANTE DE PRONAF LIBERADO EM MAURITI (1996-2016)



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017)

**LEGENDA:**

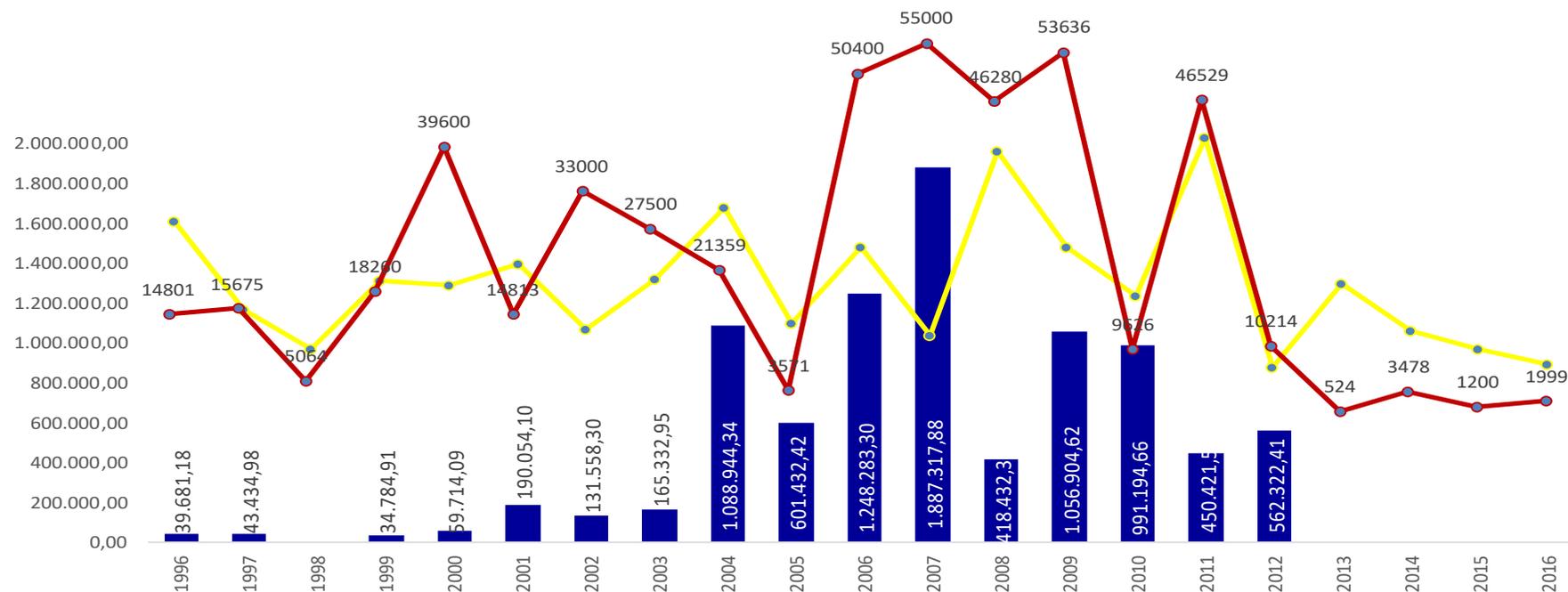
- Quantidade anual de feijão produzida (toneladas)
- Precipitação pluviométrica média (ano)
- Valor Pronaf custeio liberado para produção de feijão (R\$)

A produção de feijão no município de Mauriti aparenta fortemente representar a agricultura menos tecnificada, no sentido de que aparenta depender essa produção exclusivamente das boas condições de chuva, acompanhando o mesmo comportamento do gráfico representativo da precipitação pluviométrica anual (linha em verde). A partir de 2012 não há, nos dados cedidos pelo Banco Central, liberação de Pronaf para esta cultura.

Na análise realizada por período de governos, na gestão de Márcio Martins, foram liberados R\$ 31 mil para o custeio de feijão. Na gestão de Isaac Júnior um total de R\$ 115 mil, um volume 3,7 vezes maior que na gestão de Márcio Martins. Na gestão de Evanildo Simão não foi acessado o crédito Pronaf para a produção de feijão, o que pode ser justificado pelo período de seca (2012-2016) e o cultivo deste cereal.

O baixo acesso ao crédito para o custeio da plantação de feijão pode também ser explicado por uma condição percebida nas entrevistas. Este tipo de cultura, facilmente disseminada na agricultura familiar, realizada por proprietários de estabelecimentos ou outro tipo de acesso a terra como parcerias ou rendas, é altamente dependente dos ciclos climáticos e períodos de chuva. Seja com altos ou baixos índices de precipitação pluviométrica, a safra ocorre na mesma época, aumentando a oferta no mercado, o que faz o preço de venda não ser atrativo para o agricultor familiar. Tal desvantagem ajuda a esclarecer a pouca atratividade para o acesso ao crédito.

GRÁFICO 16: COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO DE MILHO, A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ANUAL E O MONTANTE DE PRONAF LIBERADO EM MAURITI (1996-2016)



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017)

LEGENDA:

- Quantidade anual de milho produzida (toneladas)
- Precipitação pluviométrica média (ano)
- Valor Pronaf custeado liberado para produção de milho (R\$)

A produção de milho também aparenta ser afetada severamente pela condição climática, onde o total produzido de grãos acompanha o gráfico da precipitação anual (linha verde). As barras azuis representando o montante de contratos liberados por ano financeiro, aparentam, entre 2004 e 2012, ter influenciado na produção mais destacada de milho, descaindo consideravelmente a partir de 2011.

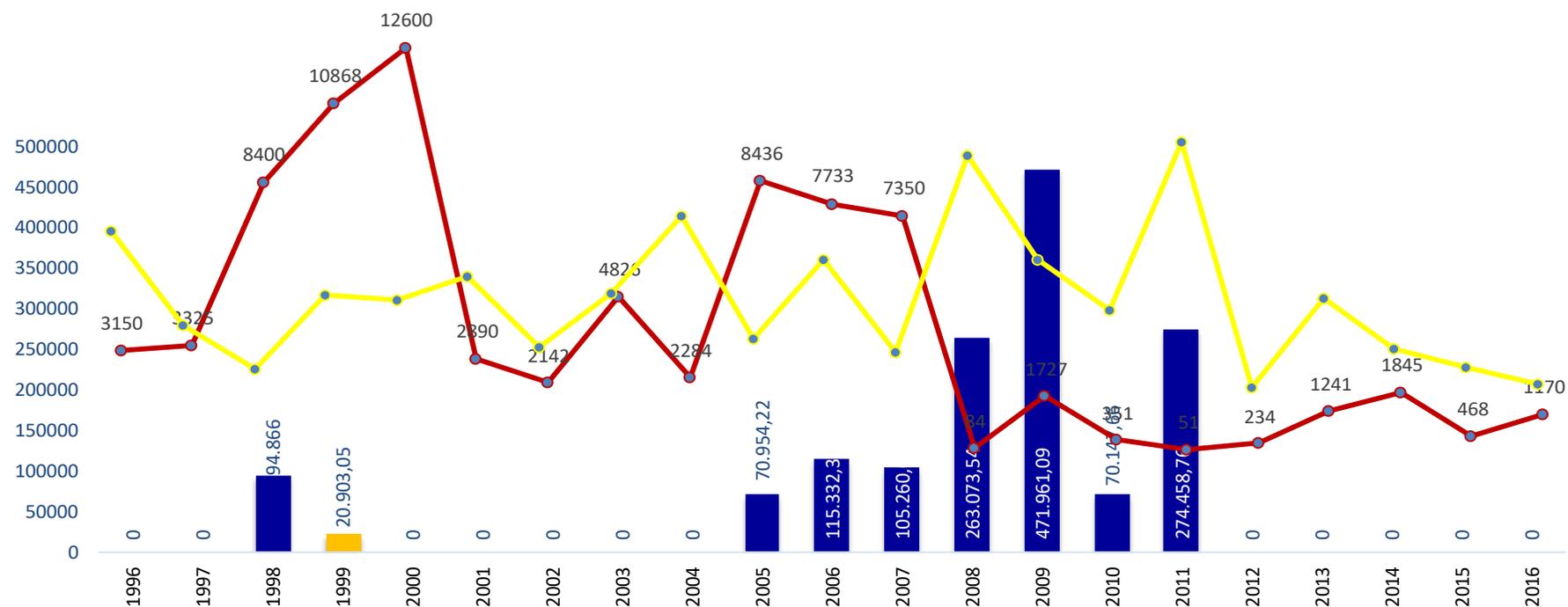
Analisando os dados por período de governos, na gestão de Márcio Martins, foram liberados R\$ 1.753 mil para o custeio de milho. Na gestão de Isaac Júnior um volume 4,11 vezes maior, totalizando R\$ 7.216 mil. Na gestão de Evanildo Simão, não foi acessado o crédito Pronaf para a produção de milho, fato que, assim como a análise sobre a produção de feijão, também pode ser justificado pelo período de seca (2012-2016) e o cultivo deste cereal.

Em função dos severos anos de seca, que iniciaram uma sequência em 2009, com melhoria na média de precipitação pluviométrica em 2011, mas uma sequência de poucas chuvas de 2012 a 2016, a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, como medida emergencial, incentiva a campanha de venda de balcão para oferecer a venda de milho aos agricultores familiares. Na base de dados do Portal da Transparência de Gestão dos Estoques Públicos<sup>59</sup> é possível extrair informações desde o ano de 2011. Até o ano de 2016 é possível contabilizar a venda de 3.111 mil quilos, comercializados pelo total de R\$ 1.088 mil, no que é possível calcular uma média de R\$ 0,35 centavos/kg. Esta condição, aliada aos baixos índices de precipitação pluviométrica podem ter influenciado a decisão do agricultor familiar de não acessar o crédito para o plantio de milho. Ao invés disso, acessar a compra de milho via escritório da Conab.

---

<sup>59</sup> Acesso via endereço eletrônico [http://sisdep.conab.gov.br/transparencia\\_internet/relatorio/vendaBalcão?ln=8](http://sisdep.conab.gov.br/transparencia_internet/relatorio/vendaBalcão?ln=8)

GRÁFICO 17: COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO DE MANDIOCA, A PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ANUAL E O MONTANTE DE PRONAF LIBERADO EM MAURITI (1996-2016)



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017)

LEGENDA:

- Quantidade anual de mandioca produzida (toneladas)
- Precipitação pluviométrica média (ano)
- Valor Pronaf custeio liberado para produção de mandioca (R\$)
- Valor Pronaf investimento liberado para produção de mandioca (R\$)

A produção de mandioca no município de Mauriti, assim como a de feijão e milho, aparenta fortemente representar a agricultura dependente da condição de precipitação pluviométrica, acompanhando o mesmo comportamento do gráfico representativo da precipitação pluviométrica anual (linha em verde). Desde 2012 não há mais contratos Pronaf liberado para esta produção.

Para efeito desta tese, consideramos o PRONAF como principal Política Pública de apoio à AF; percebe-se, por exemplo, o aumento sistemático no número de beneficiários e montante de recursos financeiros disponibilizados em Mauriti, totalizando 32.837 contratos já financiados em 20 anos. Como exemplo, a entrevista com o agente de crédito em Mauriti confirma a lógica produtivista como sendo uma diretriz para a política pública.

Embora não seja uma exigência, mas orientamos o agricultor para adquirir vacas que possam produzir mais de oito litros de leite. Desta forma o agricultor terá como lucrar e honrar com o financiamento. Nós fizemos até cursos de capacitação para melhor orientar o agricultor” (BEZERRA, 2017, informação verbal<sup>60</sup>).

Além de outras políticas como o PAA, Pronaf mais alimentos e merenda escolar, iniciativas locais como melhorias do ambiente de comercialização do produto, a aproximação do escritório da Conab do agricultor, a capacitação do agricultor para participar do pregão da merenda são ações que podem ter contribuído para criar uma correlação de forças que se integram (capital+produção+comercialização), contribuindo para o avanço da agricultura familiar em Mauriti.

Para enfatizar a importância de viabilizar o acesso às políticas públicas e quanto à promoção dessa aproximação fertiliza a base sustentável do protagonismo da agricultura familiar, a fala do ex-prefeito, Isaac Júnior, retrata a relevância das parcerias governamentais e o resultado positivo dessa afinidade:

Eu tive uma felicidade de ter uns parceiros que eram muito bons: o governo Federal. O Lula valorizou muito quando ele fortaleceu os programas da agricultura familiar. O Pronaf, por exemplo, não destinava nem um bilhão de reais aqui para o Nordeste. Hoje, pelo menos até o final de 2016, eram 30 bilhões incluídos no orçamento para o financiamento da agricultura familiar. Hoje não tem sentido um agricultor viver sem o crédito, à mercê sem ele poder ir ao banco buscar financiamento. Nós tivemos a sorte de ter nesse período de estiagem os programas de transferência de renda, que foi o Garantia Safra. Nós também tivemos a sorte de termos a condição de venda de grãos pelo preço mínimo do Governo federal. No período da estiagem, um saco de milho, o preço dele vai lá pra cima. 60, 70 reais. E o agricultor fica impossibilitado de comprar, pra manter os bichos. Pra dar de comer ao rebanho, galinha, porco, gado, enfim. E pelo preço mínimo esse valor caía pela metade. Nós disponibilizamos o transporte para pegar esses grãos lá em Juazeiro. Nós fizemos uma campanha de uma grande

---

<sup>60</sup> BEZERRA, Francisco Júnior. O agente de crédito do Banco do Brasil em Mauriti e o Pronaf. Entrevista, 2017.

aquisição desses grãos para distribuição, de forma que foi possível reduzir muito os efeitos da estiagem. Aqui toda semana tinha uma carreta. Ou seja, dezesseis mil quilos de grãos chegando aqui no município só para distribuir com os produtores da agricultura familiar (Entrevista com Isaac Júnior, sede municipal, realizada em janeiro de 2018).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a atuação entre os entes federativos União, Estados, Municípios e Distrito Federal deve ser conjunta, na busca pelo bem-estar da população, cada um mantendo, por exemplo, obrigações distintas sobre determinado nível educacional. No pacto federativo, da forma como o sistema educacional funciona, mesmo que exista uma possível autonomia dos municípios para a execução de ações que visem uma melhora da qualidade de ensino, sua atuação depende de diretrizes em nível federal.

Destacamos aqui o Pacto Federativo, para promover o raciocínio da abrangência e relações macros de políticas que possam impactar sobre o mundo rural e a agricultura de base familiar. No âmbito dessa autogestão municipal em relação à educação e sua parcela de responsabilidade no pacto federativo, destacam-se dois importantes programas, o PAA, destinado a contribuir com o crescimento da comercialização de produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar; e o PNAE, que se volta para definir a forma como a alimentação escolar é realizada.

### 2.1.2. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Não é recente a legislação que intervém sobre a Educação, especificamente a tratativa de garantias sobre a merenda escolar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar foi desenvolvido em 1954, com o estabelecimento da chamada CME - Campanha da Merenda Escolar, a qual atendia algumas escolas do Nordeste do Brasil. Todavia, a campanha só foi instituída em 1955, através do Decreto nº 37.106, de 31 de março de 1955, na Divisão de Educação Extraescolar do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

O PNAE já passou, desde a sua criação, por diversas mudanças de um processo de aprimoramento, diferenciando as formas de gestão e suas denominações. No ano de 1956, o programa passa a ter abrangência em nível nacional, com a denominação de CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar (BRASIL, 1956). Em 1965 é novamente alterado, passando a se chamar CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar, cujo decreto acrescentou às finalidades da CNAE a faculdade de estender seus programas de assistência e educação alimentar às instituições gratuitas de educação pré-primária, supletiva e de grau médio

(BRASIL, 1965). E, no ano de 1979, passou a denominar-se PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Todavia, aqui nos interessa mais especificamente a mudança ocorrida com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, na qual o seu artigo 14º deliberava que

do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009, sem paginação).

A medida visava estimular o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades rurais. O Gráfico 18 apresenta dados extraídos do Portal do FNDE com os recursos anuais destinados ao município de Mauriti para a compra da merenda escolar. É possível perceber um aumento gradual em toda a extensão do período em que é possível obter os dados (2000 a 2016).

GRÁFICO 18: DADOS DOS RECURSOS DO PNAE PARA COMPRA DE MERENDA ESCOLAR DE MAURITI, ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, DE 2000 A 2016 (em R\$ reais)



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do Portal do FNDE (2017)

A queda do repasse no ano de 2012 pode ser explicada pela redução no número de matrículas na rede municipal. Como o repasse do PNAE é calculado per capita, o montante pode ter diminuído em função de que em 2012 o número de matrículas na rede municipal era de 14.325 alunos e em 2015 de 12.707, período que o sistema Educasenso disponibiliza informações. A redução foi de 1.618 alunos.

Se a Lei que obrigou que o mínimo de 30% desses alimentos fosse adquirido da agricultura familiar foi sancionada em 2009, os dados nos dão indícios que esta Política Pública

foi consideravelmente aproveitada no município, haja vista o salto positivo nos valores empregados para essa modalidade de compra, conforme relata o ex-prefeito, Evanildo Simão:

Desde a primeira gestão do PT, no governo de Isaac Júnior, na época eu era secretário de educação, nossa prioridade foi oportunizar o máximo possível que o agricultor familiar mauritiense tivesse acesso a todos os tipos de políticas públicas, especialmente aquelas em que sua produção pudesse ser valorizada. Desde a época em que minha família vivia do trabalho no distrito do DNOCS, subjugada à gestão do perímetro, nós tínhamos a visão de que o comércio justo do produto era um ponto crucial para propiciar uma melhoria na atividade de produção agropecuária. Desde o perímetro nós víamos que meu pai trabalhava demais, mas o retorno era pouco, porque o lucro da venda quem administrava era o gestor do perímetro... Então o nosso entendimento era usar o espaço político e as oportunidades existentes para aproximar o agricultor familiar de novos espaços de conquistas na sua profissão e na sua vida.

O Gráfico 19 mostra que, o último ano do primeiro mandato do prefeito Márcio Martins (1997-2000) e no seu segundo mandato (2001-2004), a média de valores destinados ao PNAE foi de 333 mil reais. No período da gestão municipal petista, especialmente no governo de Isaac Júnior (2005-2012), os valores destinados aos agricultores familiares fornecedores do PNAE, em tendência crescente, passam de 449 mil em 2005 para 1,06 milhão em 2012. Um aumento de 2,36 vezes. No primeiro mandato de Evanildo Simão (2013-2016) o valor médio anual de fornecimento é de 1,08 milhão, tendo chegado em 2013 o montante de 1,23 milhão.

Somados os valores que cada um dos governantes municipais geriu, para fim da política pública do PNAE, Márcio Martins utilizou 1,67 milhão em cinco anos, Isaac Júnior 4,8 milhões em oito anos e Evanildo Simão 4,35 milhões em quatro anos, o que remete à reflexão de que possa se tratar de um indício de que as políticas públicas que assessoram a vitalidade da agricultura familiar foram priorizadas com ênfase nas gestões do Partido dos Trabalhadores.

### 2.1.3. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA tem sua origem regulamentada ainda no Programa Fome Zero, cuja finalidade, no texto da Lei 10.696, em seu artigo 19, era incentivar a agricultura familiar, compreendendo, para isso, ações ligadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e também para a formação de estoques estratégicos. O Decreto 7.775, de 4 de julho de 2012, regulamentou o artigo 19 da Lei 10.696/2003, integrando-o ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, reforçando que a finalidade do PAA era:

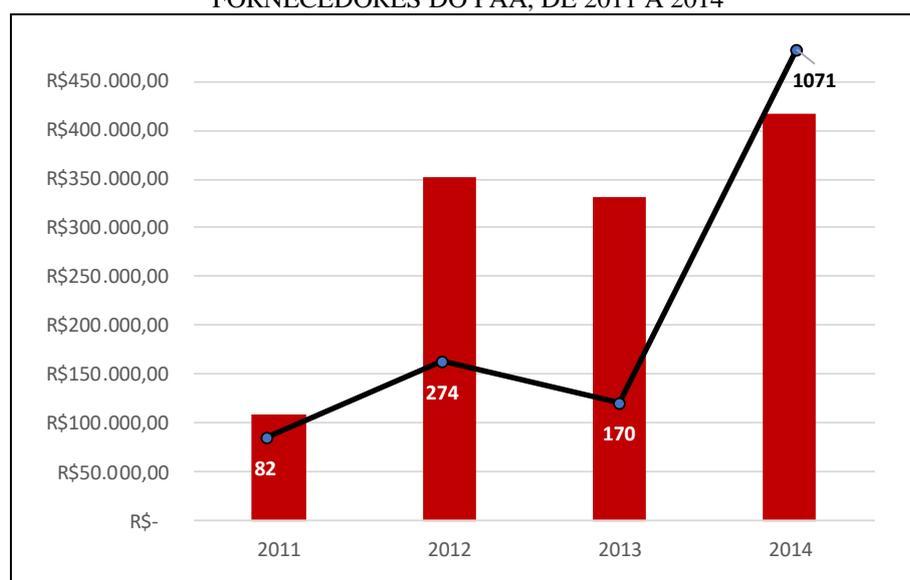
I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar (BRASIL, 2012);

A Lei 11.947/2009 determinou que a aquisição de gêneros da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar se fizesse no percentual mínimo de 30%. Em 2011, o artigo 17 da Lei nº 12.512 legitimava que os alimentos poderiam ser adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou das associações ou cooperativas a que estavam vinculados, sendo dispensados de licitação, desde que os preços estivessem compatíveis com os vigentes no mercado, considerando uma média em âmbito local e regional. Estas mudanças no PAA e os aprimoramentos do seu modo de operação, bem como o estabelecimento de sistemáticas de adesão e pagamento direto aos fornecedores, tornaram-se um componente importante da estratégia de inclusão produtiva rural.

O Gráfico 19 ilustra a evolução dos dados do PAA em Mauriti, tanto no quantitativo de agricultores familiares participando do programa, quanto ao volume de recursos liberados para esta finalidade. No portal de dados do MDA só há disponibilidade de dados a partir do ano de 2011 e, os anos de 2015 e 2016 não constam na base de dados o município de Mauriti, o que pode ser uma inconsistência de informações.

GRÁFICO 19: TOTAL DE RECURSOS DO PAA DESTINADOS À COMPRA DA AF (em R\$ reais) E QUANTIDADE DE AGRICULTORES FORNECEDORES DO PAA, DE 2011 A 2014



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do MDS (2017b)

LEGENDA:

- Total de recursos do PAA destinados à compra da AF
- Número de agricultores fornecedores do PAA

O Gráfico 20 apresenta uma reflexão importante acerca de uma melhor distribuição do recurso da política pública do PAA, para a categoria da agricultura familiar em Mauriti. No ano

de 2011 a média destinada por agricultor foi de R\$1.332,90. Em 2014 esse valor médio cai para R\$389,67, mas em compensação está distribuído entre 1071 agricultores familiares, um aumento de 13 vezes o número de famílias fornecedoras do PAA.

Grisa e Schineider (2015) recordam que, após romper com importantes barreiras institucionais, como exemplo a Lei de Licitações, o PAA instaurou um novo curso para os mercados institucionais para a agricultura familiar. Foi estabelecida mais uma modalidade do PAA em 2012, a qual ampliou as possibilidades de mercados para a comercialização. Essa forma é chamada de Compra Institucional, a qual permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta obter alimentos oriundos da agricultura familiar através de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, dispensando licitação. Os autores atentam que essa modalidade permitiu que outros mercados alimentares de “hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas”, medida que possibilitou aos governos estaduais a criar seus procedimentos de compras públicas, abrindo novos mercados de comercialização para a agricultura familiar.

#### 2.1.4. Garantia Safra

Conforme será detalhado na seção 2.2, as irregularidades de chuvas sempre foram apontadas como um fator impeditivo para atividades agropecuárias e no desenvolvimento rural no estado do Ceará. No semiárido nordestino, especialmente à categoria agricultura familiar, a falta de chuvas é um quesito que impacta diretamente no sistema de produção do agricultor e em alguns dos seus resultados. O Gráfico 16, que mostra um comparativo do histórico da produção de feijão em Mauriti com a média anual de precipitação pluviométrica, pode exemplificar bem o quanto parte da agricultura familiar depende diretamente do fator climático. Visando minorar os efeitos sentidos, a Lei 10.420, de 10 de abril de 2002, criou o Fundo Garantia-Safra e instituiu o Benefício Garantia-Safra – GS, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especificava.

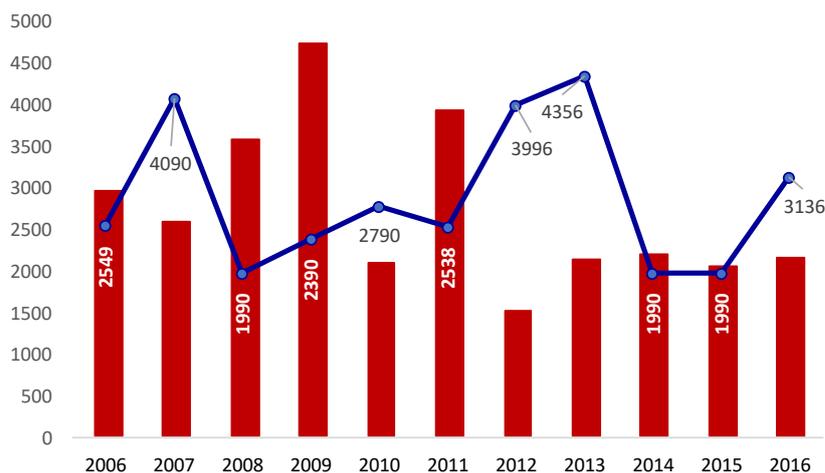
Uma das diretrizes do Garantia-Safra era servir como um seguro de renda vinculado à produção agrícola, a fim de acobertar a perda da produção de determinadas culturas. Basicamente, algodão, arroz, mandioca, feijão e milho, de forma a abranger os cultivos mais tradicionais característicos da agricultura de subsistência. Todavia, também há outras razões estratégicas deliberadas para o GS:

Como componente de uma estratégia de reestruturação produtiva, seu objetivo é garantir segurança financeira para o agricultor familiar, nas culturas que

tradicionalmente produz e, paralelamente, levar a um processo de adesão a atividades viáveis, como, por exemplo, a adoção de culturas resistentes a déficits hídricos. À medida que a inserção das novas culturas vier a se consolidar, o Garantia Safra paulatinamente perde sua utilidade, podendo se adequar às novas culturas, o que demandaria outras modalidades de cobertura. Em suma, uma estratégia para propiciar ao agricultor familiar do Nordeste a substituição das culturas tradicionais, altamente vulneráveis às estiagens, por outras resistentes à seca e que tenham viabilidade econômica (IPEA, 2009, p. 286).

O Gráfico 20 apresenta o quantitativo de agricultores familiares beneficiados com o Garantia Safra comparando o recebimento do auxílio com o acumulado anual de precipitação pluviométrica em Mauriti. É possível perceber que nos anos de estiagem, o quantitativo de agricultores beneficiados aumenta. E se a intenção da Política no médio e longo prazos é produzir um aprendizado de convivência com a seca, em Mauriti o objetivo parece estar sendo alcançado. Em 2014 o número de agricultores cai para menos da metade da quantidade beneficiada em 2013, mantendo-se em 2015, voltando a subir em 2016, mas percentualmente 28% menor que os 4.356 beneficiários do programa Garantia Safra em 2013, uma redução de 1.220 agricultores.

GRÁFICO 20: NÚMERO DE AGRICULTORES BENEFICIADOS PELO GARANTIA SAFRA NO MUNICÍPIO DE MAURITI E O COMPARATIVO COM O ACUMULADO ANUAL DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA (ml), DE 2006-2016



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do MDA (2017)

LEGENDA:

- Precipitação pluviométrica do ano (ml)
- Número de agricultores beneficiados com o Garantia Safra

O chamado aporte ou contribuição financeira dos agricultores ao FGS - Fundo Garantia-Safra – é fixado a cada ano pelo Comitê Gestor do GS. O valor do aporte é igual a R\$17,00 para os agricultores, o que equivale a 2% do valor do Benefício Garantia-Safra, que em 2017 equivaleu a R\$ 850,00. O pagamento é feito mediante boleto bancário emitido pelas

prefeituras. Quando os agricultores realizam a adesão ao Garantia Safra, os valores das contribuições financeiras ao FGS deverão ser feitos pelos estados e municípios que participam do Programa (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

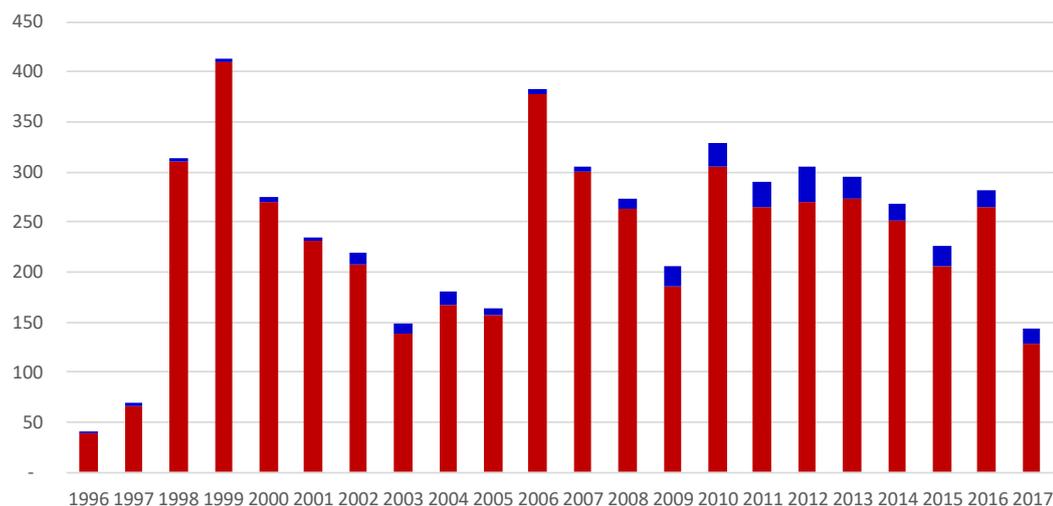
Além do pagamento que é feito pelo agricultor, via boleto bancário, a prefeitura municipal, estado e união também aportam ao FGS um percentual do valor do Benefício Garantia-Safra para cada agricultor aderido ao GS no município. Os percentuais correspondem a 6%, 12% e 40%. A Caixa Econômica Federal, instituição financeira e operador bancário do Garantia-Safra, calcula os valores dos aportes municipais que devem ser feitos ao FGS e envia os boletos para as prefeituras municipais. De acordo com a Resolução nº 03, de 2 de janeiro de 2013, os aportes financeiros municipais ao Fundo Garantia-Safra devem ser efetuados em, no máximo, seis parcelas, proporcionais ao valor do aporte (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017). As parcelas pagas aos agricultores em razão dos prejuízos com a seca ajudam a movimentar a economia municipal e auxiliam, inclusive, na manutenção da pecuária, atividade com mais resistência que a agricultura aos efeitos da seca.

#### 2.1.5. Outras políticas sociais correlatas para o desenvolvimento da agricultura familiar

##### 2.1.5.1. Aposentadoria rural

Carneiro (1997, p. 74) atenta para a implementação de outras políticas sociais cujo objetivo seja minorar os impactos da possibilidade de “desertificação do campo”, na perspectiva de melhorar as condições de vida do agricultor, buscando a igualdade com os indicadores econômicos e sociais dos trabalhadores urbanos. É o caso, por exemplo, da aposentadoria rural. O Gráfico 21 apresenta o quantitativo de aposentadorias rurais concedidas no município de Mauriti. Mesmo marco temporal de implantação e que foi utilizado para analisar o Pronaf, de 1996 a 2016:

GRÁFICO 21: NÚMERO DE APOSENTADORIAS RURAIS CONCEDIDAS POR ANO, POR IDADE E POR INVALIDEZ, NO MUNICÍPIO DE MAURITI, DE 1996 A 2016



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados enviados na resposta de solicitação do Serviço de Atendimento ao Cidadão (E-Sic) pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (2017)

LEGENDA:

- Aposentadoria por Idade
- Aposentadoria por Invalidez Previdenciária

Os dados no Gráfico 22, no período de 1996 a 2016, totalizam 276 benefícios concedidos por invalidez, 5.089 aposentadorias por idade e 5.365 no total. A partir do ano de 1998, há um aumento relevante no número de aposentadorias concedidas, com uma média de 263 benefícios por ano. Se usarmos na conjuntura da análise os números da população rural acima dos 55 anos, idade de aposentadoria das mulheres trabalhadoras rurais, é possível compreender uma das razões de melhoria do IDHM de Mauriti, no quesito de composição – longevidade. Vejamos o que nos apresenta o Quadro 26, na estratificação da longevidade dos mauritienses:

QUADRO 22: POPULAÇÃO RURAL DE MAURITI ACIMA DE 55 ANOS, SEGUNDO OS CENSOS POPULACIONAIS DE 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010

Grupo de idade	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
55 a 59 anos	561	597	614	790	751
60 a 64 anos	515	491	458	664	636
65 a 69 anos	267	485	445	417	516
70 a 74 anos	243	324	282	346	294
75 a 79 anos	151	206	203	308	259
80 anos ou mais	116	137	176	...	...
80 a 84 anos	...	...	...	152	216
85 a 89 anos	...	...	...	115	102
90 a 94 anos	...	...	...	31	68
95 a 99 anos	...	...	...	-	10
100 anos ou mais	...	...	...	12	15
Total população rural acima de 55 anos	1.853	2.240	2.178	2.835	2.867
Total População rural	25.665	28.126	22.883	24.320	20.955

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do Sistema SIDRA IBGE (2017)

Conforme mostra o Quadro 22, a partir de 1991, houve um comportamento ascendente no número de pessoas na faixa etária acima de 55 anos residentes à zona rural. De 1970 a 2010, a população rural acima dos 55 anos aumentou percentualmente, em todo o período, 54,72%. Um reflexo contundente da melhoria na qualidade de vida da população, especialmente a partir do ano 2010, quando aparecem nas estatísticas um quantitativo de 411 pessoas acima de 80 anos, residentes à zona rural.

#### 2.1.5.2. Bolsa família

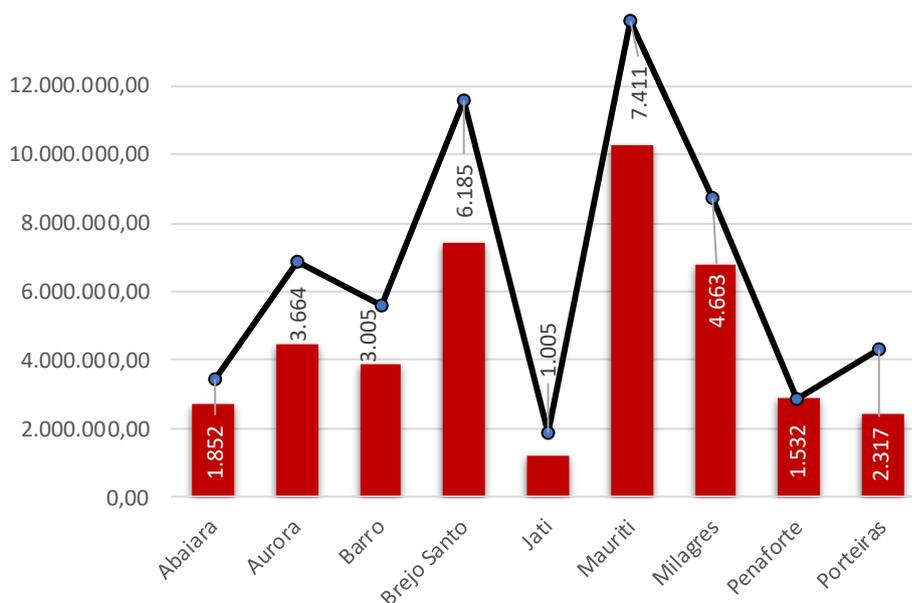
O Programa Bolsa Família – PBF foi criado em 2003, através da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, sua concepção foi consequência de uma trajetória particular em políticas de proteção social direcionadas pelo Brasil, especialmente após a Constituição de 1988. Em municípios no escopo de Mauriti, a renda oriunda de programas dessa natureza pode fazer uma composição importante para a economia municipal, mais especificamente para a zona rural. Desde 2004, o benefício é concedido, em princípio, por um período de dois anos, com uma reavaliação das famílias incluídas (BRASIL, 2004).

Os agentes municipais que conduzem, verificam e avaliam o Programa Bolsa Família são orientados a visitar as famílias beneficiadas ou convoca-las para atualizem seu cadastro. Neste período de dois anos, o sistema avaliador examina se as condições de vida das famílias incluídas no cadastro mudaram ou permanecem as mesmas. Além das visitas periódicas, há também o procedimento de verificação das condições das famílias em outras bases de dados de

fontes de renda formais: as bases do BPC - Benefício da Prestação Continuada e do restante da seguridade e a RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. As duas primeiras indicam se algum membro da família recebe um benefício previdenciário ou assistencial. A segunda se algum membro passou a ser empregado no mercado formal (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Os Gráficos 22 e 23 mostram duas condições importantes para análise. A primeira dela diz respeito ao quantitativo de famílias beneficiadas pelo PBF nos municípios das microrregiões 31 e 33, cujos dados são utilizados como parâmetro comparativo para referenciar avanços ou retrocessos em Mauriti em relação aos indicadores econômicos e sociais utilizados na presente pesquisa. O Gráfico 22 mostra, por exemplo, a previsão de famílias beneficiadas em 2017 nos nove municípios. Mauriti tem um quantitativo de 7.411 famílias. Um número superior aos demais, o que pode sinalizar, a princípio, uma fragilidade. Todavia, consideradas as 8.031 famílias beneficiadas pelo PBF em 2016 (Gráfico 23), temos uma redução de 620 famílias, o que representa uma diminuição de 7,72%, indicador que pode significar a melhoria das condições sociais e de renda em Mauriti, cuja expressão é a saída das famílias do Programa.

GRÁFICO 22: NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA E VALOR ANUAL TOTAL REPASSADO NOS MUNICÍPIOS DAS MICRORREGIÕES 31 E 33 – PREVISÃO PARA 2017



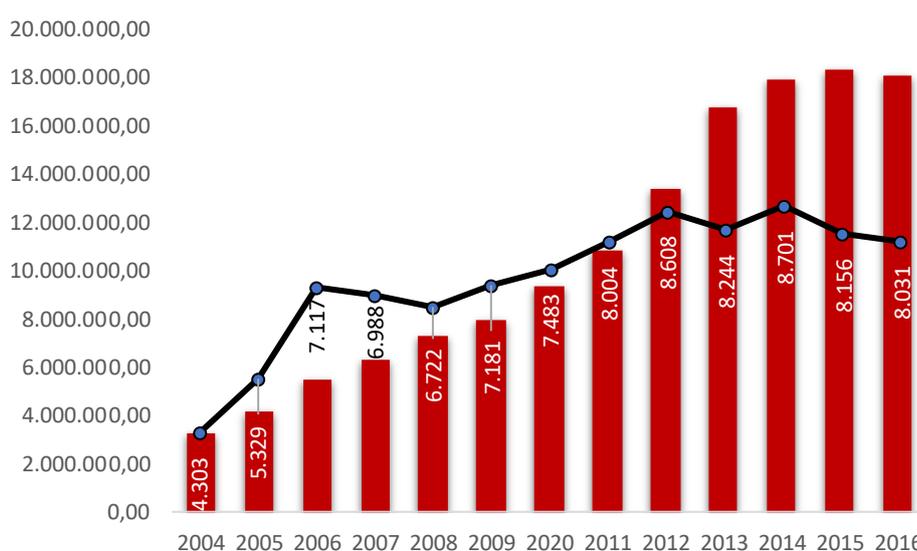
FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos no portal de aplicações do Ministério do Desenvolvimento Social (2017)

LEGENDA:

- Valor repassado anual (R\$)
- Número de famílias beneficiárias

Considerando apenas o escopo municipal, o Gráfico 23 apresenta um comportamento crescente no número de beneficiários do Programa Bolsa Família em Mauriti até o ano de 2012, quando então começa uma tendência de decréscimo discrepante em 2014, mas confirmando a tendência de minoração em 2015 e 2016. Isso pode refletir um processo de melhoria de condição de renda das famílias, o que justifica a saída destas do Programa. Importante ressaltar que o processo de diminuição do número de famílias beneficiadas pelo PBF acontece em um período rígido de seca (Gráfico 25) que inicia em 2012 e permanece, segundo dados da FUNCEME, até o ano de 2016.

GRÁFICO 23: NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA E VALOR ANUAL TOTAL REPASSADO NO MUNICÍPIO DE MAURITI DE 2004 A 2016



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos no portal de aplicações do MDS (2017a)

LEGENDA:

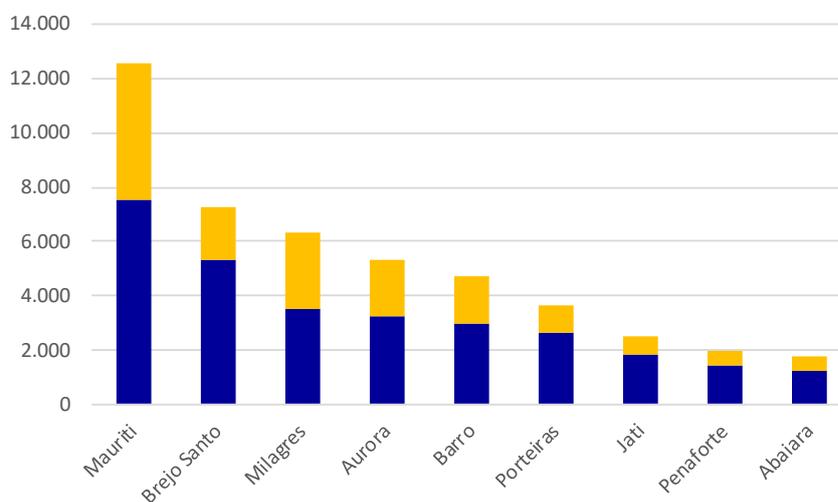
- Valor repassado anual (R\$)
- Número de famílias beneficiárias

Percebidas as informações sobre as Políticas Públicas, coloquemos outros dados sobre Mauriti e que ajudam a aquecer as inquietações sobre o espaço da agricultura de base familiar nesta localidade. São os dados sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. O quantitativo supera qualquer outro indicador. As 7.545 DAPs ativas, somadas às 5.046 inativas, soma 12.591 agricultores, número que representa 60% da população rural mauritiense segundo o IBGE (2010).

Segundo dados disponíveis no Ministério do Desenvolvimento Agrário, existem ao todo, em Mauriti, 7.545 agricultores com Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ativas, 5.046

DAPs inativas, totalizando 12.591<sup>61</sup> agricultores. O Gráfico 24 apresenta o comparativo de DAPs ativas nos municípios das microrregiões 31 e 33, no qual é possível perceber o tamanho do universo de agricultores familiares (com DAPs ativas e inativas) superior aos demais, com um quantitativo de 1,7 vezes mais do que o segundo lugar, o município de Brejo Santo.

GRÁFICO 24: NÚMERO DE AGRICULTORES COM DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF – DAPS, ATIVAS E INATIVAS, NOS MUNICÍPIOS DAS MICRORREGIÕES 31 E 33



FONTE: Elaborados pela autora com base em dados extraídos do MDA (2017)

LEGENDA:

■ DAP(s) Ativas ■ DAP(s) Inativas

Feitas as considerações sobre as principais políticas públicas em nível federal, analisaremos os programas em nível estadual voltados para o interesse do desenvolvimento rural. Elencamos as iniciativas que foram mencionadas nas primeiras entrevistas, as quais podem, para o mundo rural mauritiense, significar as que tiveram maior relevância para a categoria AF.

## 2.2 PROGRAMAS ESTADUAIS VOLTADOS À AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO CEARÁ

No período em que finalizava o governo militar no Brasil, o estado do Ceará enfrentava dificuldades que formavam um cenário difícil, juntamente com o quadro político em nível federal. O período de seca entre 1979-1983 afetou severamente não apenas o estado, mas no geral os trabalhadores rurais do Nordeste. Um contingente de aproximadamente três milhões de pessoas. Esta situação ratificou que os problemas relacionados à pobreza no semiárido

<sup>61</sup> Ao final da pesquisa, recebemos, via Sistema de Informação ao Cidadão, o impressionante número atualizado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário de 37.546 DAPs emitidas para os agricultores familiares em Mauriti, do ano de 2003 a 2017.

nordestino continuavam se agravando. Politicamente, a extinção do Ato Institucional nº5<sup>62</sup> possibilitou a abertura de espaço para os discursos progressistas de apoio aos pequenos, expressão utilizada àquela época. Para isso era necessário rever as estratégias governamentais para a região Nordeste (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Para se ter uma real dimensão do problema da pobreza da região Nordeste na década de 1980, o relatório da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (1984, p.3) destacava que em março de 1984, as frentes de trabalho já haviam alistado, na Região Nordeste:

2,7 milhões de trabalhadores, entre os quais, 400.000 mulheres. [...] Considerando que a família nordestina se compõe, em média, de 6 pessoas, não há como fugir ao fato de que a renda per capita de, pelo menos, 45% dos nordestinos, era então de Cr\$ 2.550,00 por mês, o que equivalia a 25 dólares anuais, mais baixa que a renda per capita de qualquer país do planeta e inferior ao nível de pobreza absoluta.

Com isso, a apresentação de novas propostas de desenvolvimento para o Nordeste eram a justificativa para que o Governo Federal, articulado com os governos estaduais, procedessem, com uma avaliação dos Programas Estaduais para combater a pobreza que vigoravam<sup>63</sup> àquela época, a fim de progredir em novas perspectivas de desenvolvimento para aquela região, proposta subsidiada pelo Desenvolvimento rural integrado. Esta iniciativa culminou com a elaboração do Projeto Nordeste (BRASIL, 1985a).

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP – aprovado em abril de 1985 (BRASIL, 1985b), foi considerado o principal programa dentro do Projeto Nordeste, juntamente com o Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE (BRASIL, 1986), cabendo à SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste exercer a coordenação regional dos programas. A perspectiva era que cada programa tivesse um horizonte de 15 anos. Ambos, inclusive, ampliavam as ações de outras iniciativas executadas por órgãos como o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. O esforço dessas iniciativas de providências para o semiárido, orientadas para o fortalecimento da economia, foi considerado um marco para

---

<sup>62</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, foi um decreto emitido pelo governo militar brasileiro, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante a gestão do general Costa e Silva. O Ato vigorou até dezembro de 1978. Foi considerada a mais dura expressão do golpe militar, produzindo um elenco de ações arbitrárias, dando poder de execução aos governantes para punir arbitrariamente aos que fossem considerados como inimigos do regime político imposto. IN: D'ARAUJO, Maria Celina. O AI-5. Fatos & Imagens. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro, 2017.

<sup>63</sup> Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste-Polonordeste; Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida; Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste-Procanor; Programa de Irrigação; Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste-PDAN; Programa de Pesquisa do Trópico Semi Árido; e Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste-Prohidro (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

a orientação e o desenvolvimento de políticas públicas reivindicadas para o Nordeste (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Todavia, uma série de avaliações do Projeto Nordeste, realizadas através de pesquisas encomendadas pela Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – SEPLAN/PR – e publicadas pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB –, detectou que a política de desenvolvimento regional vigente não estava conseguindo reverter o quadro de pobreza rural no Nordeste. Uma das questões percebidas era de que a ação do Governo não combatia o que Costa (1990, p. 79) denominou de “raiz do problema do pequeno produtor – a terra e a água”.

Desta forma, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural atendeu, então, como uma concepção em primeira fase, à reformulação das propostas de desenvolvimento regional, centrado no apoio ao pequeno produtor rural, partindo da condição de viabilidade de maior acesso à água e à terra. O Decreto nº 91.179/1985, em sua idealização, criava o PAPP e definia linhas de estratégias que possibilitassem as famílias e os pequenos produtores que pudessem se tornar uma unidade autossustentável economicamente, desde que lhes fosse assegurado acesso às condições apropriadas de saneamento, saúde e educação (BRASIL, 1985b).

Em seu artigo 8º, o Decreto nº 91.179 esclarecia que o PAPP:

[...] será executado através de ação de desenvolvimento rural integrado que possibilite, a cada família de pequeno produtor, o acesso aos meios de produção, a tecnologia apropriada ao mercado e às formas de associativismo, compreendendo os seguintes segmentos:

- I - Ação Fundiária;
- II - Recursos Hídricos;
- III - Crédito Rural;
- IV - Pesquisa Adaptada;
- V - Assistência Técnica e Extensão Rural;
- VI - Comercialização;
- VII - Apoio às Pequenas Comunidades Rurais.

Para se ter uma ideia da importância das propostas, no período de 1970 a 1980, a população urbana do estado do Ceará aumentou percentualmente 57,79% e a população rural decresceu 3,97%. Isso configurou em 1980 um contingente de 2,8 milhões de pessoas, residentes na zona urbana, que dependiam da produção de alimentos da zona rural. Em Mauriti, no mesmo período, também se confirmou a mesma tendência de êxodo rural, todavia em menor proporção. Houve um crescimento 30,43% da população urbana, enquanto a taxa de crescimento da população rural foi de 9,59%. No censo populacional de 1980, 78,68% da população mauritiense, percentual majoritário, residia nas áreas rurais (IBGE, 1980), conforme

apresentado nos Quadros 23 e 24, que mostram a comportamento das taxas de evolução da população em nível estadual e municipal de 1970 a 2010.

Quadro 23: POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM MAURITI (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) SEGUNDO OS CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010

	Urbana	% de aumento em rel. ano anterir.	% do total	Rural	% de aumento em rel. ano anterir.	% do total	Total
1970	5.843	-	18,54%	25.665	-	81,46%	31.508
1980	7.621	30,43%	21,32%	28.126	9,59%	78,68%	35.747
1991	14.270	87,25%	38,41%	22.883	-18,64%	61,59%	37.153
2000	18.079	26,69%	42,64%	24.320	6,28%	57,36%	42.399
2010	23.285	28,80%	52,63%	20.955	-13,84%	47,37%	44.240

FONTE: Elaborado pela autora com dados extraídos do sistema DataSus e IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Quadro 24: POPULAÇÃO URBANA E RURAL NO CEARÁ (EM NÚMEROS ABSOLUTOS E PERCENTUAIS) SEGUNDO OS CENSOS DE 1970, 1980, 1991, 2000 E 2010

	Urbana	% de aumento em rel. ano anterir.	% do total	Rural	% de aumento em rel. ano anterir.	% do total	Total
1970	1.781.068	-	40,84%	2.580.535	-	59,16%	4.361.603
1980	2.810.373	57,79%	53,14%	2.478.056	-3,97%	46,86%	5.288.429
1991	4.162.007	48,09%	65,37%	2.204.640	-11,03%	34,63%	6.366.647
2000	5.314.397	27,69%	71,51%	2.117.200	-3,97%	28,49%	7.431.597
2010	6.346.034	19,41%	75,08%	2.106.347	-0,51%	24,92%	8.452.381

FONTE: Elaborado pela autora com dados extraídos do sistema DataSus e IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

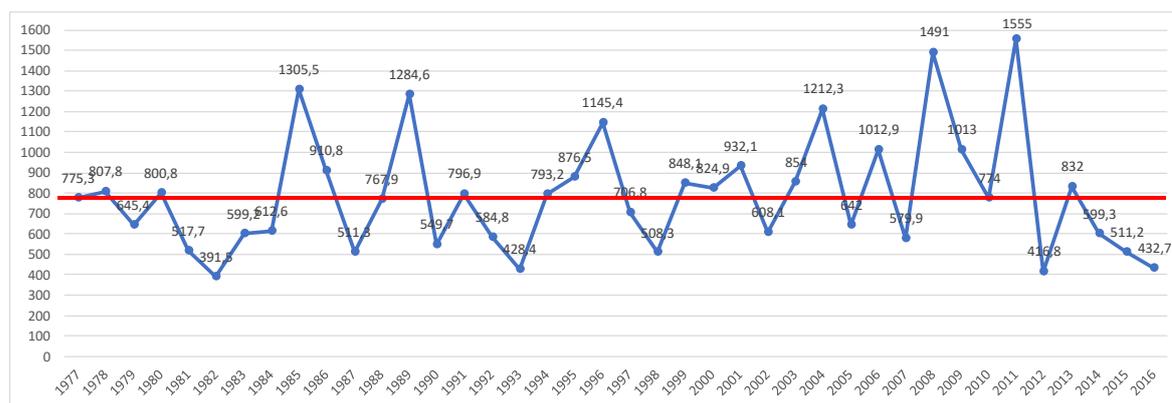
Em ambas as escalas houve um processo de maior crescimento da população urbana. Este comportamento evidencia a necessidade de serviços sociais (saúde, educação, saneamento, segurança, transporte, estradas etc). Com 92% do seu território localizado na zona semiárida, o Ceará encontra-se em situação edafoclimática com baixa umidade e pouco e irregular volume pluviométrico. Segundo Araújo (2003), a tradição histórica de práticas agropecuárias incompatíveis com os recursos naturais existentes, realizadas de forma predatória com presença de queimadas, desmatamento e cultivo em solos rasos e em declive, levavam o Estado a uma situação extrema de vulnerabilidade, com visível enfraquecimento da economia rural do Ceará.

Em relação à estrutura hídrica do Ceará, a Literatura aponta que problemas decorrem da irregularidade na distribuição das precipitações pluviométricas ao logo do tempo e do espaço.

Acrescente-se a alta insolação e evapotranspiração. Assim, Araújo (2003) também defende que a proposta de um programa de irrigação é extremamente necessária para criar bases para reforçar as ações de reforma agrária no Ceará. Uma vez que os objetivos eram de melhoria dos indicadores socioeconômicos, priorizando o consumo e abastecimento humano e animal, as atividades do Programa de Irrigação deveriam ser destinadas prioritariamente à produção de alimentos básicos para a população (CEARÁ, 1987).

Como a literatura e pesquisas sobre o desenvolvimento rural do estado do Ceará, especialmente àqueles que tratam do período do final dos anos 1970 até o final da década de 1980 sempre enfatizaram a irregularidade pluviométrica como um fator impeditivo do êxito das atividades agropecuárias, procuramos averiguar esta condição. Os Gráficos 25 e 26 mostram o índice anual médio de precipitação pluviométrica no estado do Ceará e no município de Mauriti entre os anos de 1977 e 2016, respectivamente. É possível observar, além da irregularidade das precipitações, que de 1977 a 1985 e de 2012 a 2016, tanto o estado como o município de Mauriti foram acometidos severamente por anos seguidos de seca, com precipitações bem abaixo do nível médio e com piores índices comparados ao período entre o final da década de 1970 até meados de 1980.

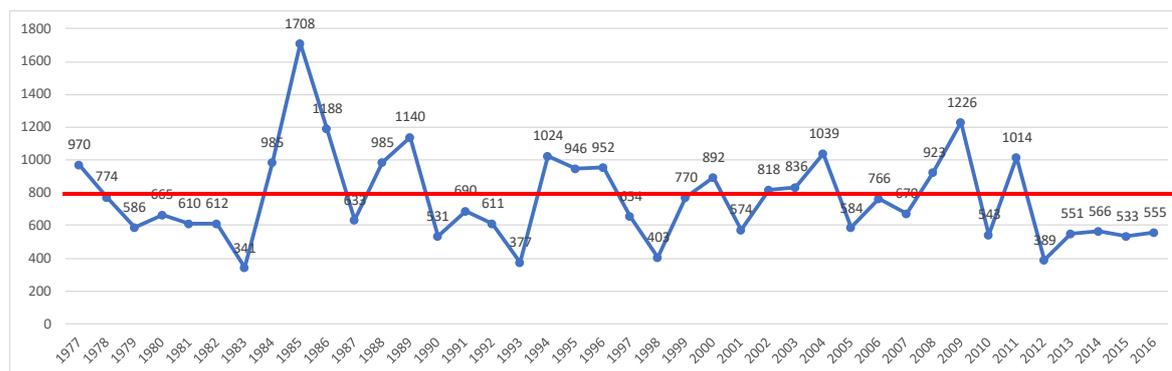
GRÁFICO 25: MÉDIA DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA (mm) NO MUNICÍPIO DE MAURITI DE 1977 A 2016



FONTE: elaborado pela autora, com base nos dados da FUNCEME

OBS: A LINHA VERMELHA REPRESENTA A MÉDIA HISTÓRICA DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA

GRÁFICO 26: MÉDIA DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA (mm) NO ESTADO DO CEARÁ DE 1977 A 2016

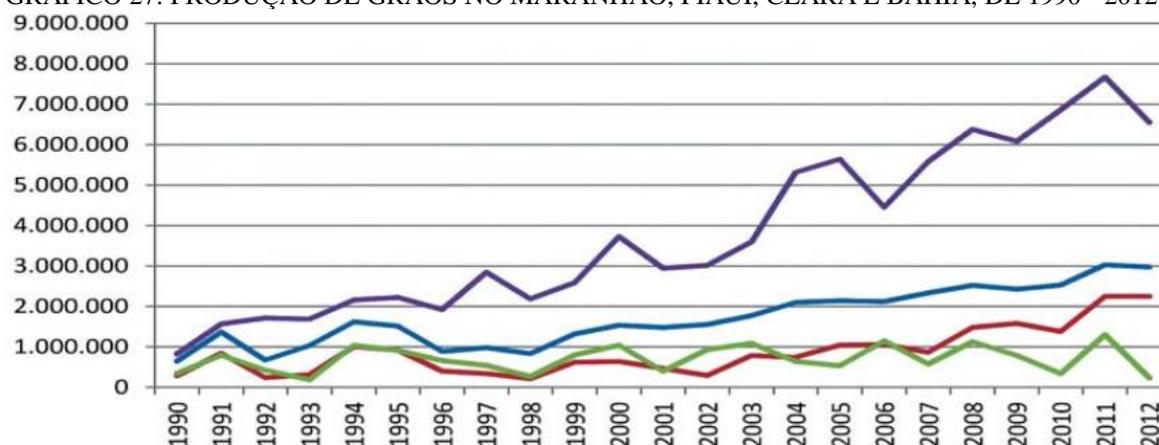


FONTE: elaborado pela autora, com base nos dados da FUNCEME

OBS: A LINHA VERMELHA REPRESENTA A MÉDIA HISTÓRICA DE PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA

A conjuntura de condições desfavoráveis ao desenvolvimento rural no Ceará pode ter repercutido em sérias consequências. Uma delas é a baixa produtividade agropecuária, se comparado aos outros estados da região Nordeste. Em estudo realizado por Barreto e Bezerra de Menezes (2014), apesar de uma tendência de desenvolvimento das atividades agropecuárias na região Nordeste brasileira, o estado do Ceará encontra-se, no ano de 2012, aquém, em relação aos índices de produtividade, de estados como Bahia, Maranhão e Piauí, conforme apresentado no Gráfico 27:

GRÁFICO 27: PRODUÇÃO DE GRÃOS NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ E BAHIA, DE 1990 - 2012

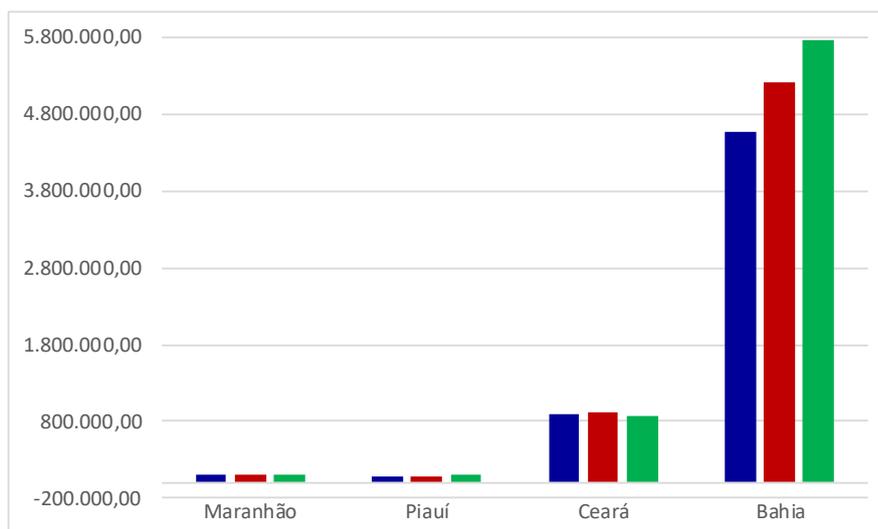


FONTE: BARRETO E BEZERRA DE MENEZES (2014, p. 60)

LEGENDA: Maranhão Piauí Ceará Bahia

A partir do ano de 2013, analisando dados do IBGE sobre a produção agrícola municipal, é possível verificar a melhoria nos números da produção agrícola do Ceará. Embora ainda muito aquém dos números no estado da Bahia, mas a produção ultrapassou os valores dos estados do Maranhão e Piauí, conforme Gráfico 28:

GRÁFICO 28: PRODUÇÃO AGRÍCOLA DOS ESTADOS DO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ E BAHIA (MIL REAIS) DE 2013-2015



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do sistema Sidra do IBGE (2017)

LEGENDA: ■ 2013 ■ 2014 ■ 2015

Araújo (2003, grifo nosso) ainda acrescenta ao cenário da década de 1980 o alto índice de concentração fundiária no Ceará, conforme mostra o Quadro 25, situação que, segundo o autor, impedia a formação de excedentes econômicos, especialmente o que tange ao “pequeno produtor”, processo que contribuía para sua marginalização, distanciando-o da adoção e uso de tecnologias, dificuldades de assistência creditícia e outros serviços agrícola. A superação das dificuldades era uma questão premente.

QUADRO 25: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ EM 1980, EM GRUPOS DE QUARTIS

Grupos de área total	Número de estabel. Agropec. (Unidades)	%	Área dos estabel. Agropec. (Hectares)	%
Menos de 10 ha	117.683		461.818	
10 a menos de 100 ha	104.445		3.409.241	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>222.128</b>	<b>90,34%</b>	<b>3.871.059</b>	<b>32,96%</b>
100 a menos de 1000 ha	22.471		5.461.191	
1000 ha e mais	1.091		2.411.013	
<b>SUBTOTAL</b>	<b>23.562</b>	<b>9,58%</b>	<b>7.872.204</b>	<b>67,04%</b>
Total	<b>245.878</b>	<b>100%</b>	<b>11.743.268</b>	<b>100%</b>

FONTE: elaborado pela autora com base no IBGE (1980)

A concentração da estrutura fundiária em nível estadual também era um fato que dificultava o desenvolvimento rural cearense. No censo agropecuário de 1980, apenas 9,58% do número de estabelecimentos rurais ocupavam 67,04% da área recenseada no estado cearense.

Enquanto 90,34% do número de estabelecimentos rurais recenseados ocupam menos de um terço da área total mapeada. A situação da estrutura fundiária em Mauriti em 1980 era que 91,37% dos estabelecimentos rurais menores que 100ha ocupavam 36,60% da área total recenseada (IBGE, 1980).

Em 1995, ano que principia a política do Pronaf, no Ceará, 94,78% dos estabelecimentos rurais recenseados menores que 100ha ocupavam 34,76% da área. Em Mauriti a situação percentual da quantidade e área dos estabelecimentos era, respectivamente, 97,81% e 65,46% para o mesmo grupo. A estrutura fundiária municipal já se encontrava em condições de desconcentração fundiária com uma dinâmica diferenciada em relação aos percentuais em nível estadual.

Em virtude de problemas com os recursos financeiros alocados para o PAPP, os quais procediam do Banco Mundial, a Sudene realizou estudos e avaliações sobre o programa. Ao final de cinco, dos oito anos de duração dos acordos de empréstimo, apenas 30% dos recursos destinados ao PAPP tinham sido efetivamente liberados (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005).

Segundo o MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2005), o crédito só chegava aos grandes produtores, configurando uma forma inadequada de aplicação dos recursos de crédito rural. A Sudene admitiu a necessidade de realizar ajustes no curso de implementação no PAPP. Mesmo considerando o programa como bem concebido, os problemas de ordem operacional precisavam ser resolvidos. Algumas das dificuldades era racionalizar o uso da máquina administrativa na gestão do programa e mobilizar as comunidades para o acesso ao crédito.

Utilizando um discurso combativo para com a condição de ineficiência administrativa da gestão militar, o atual senador Tasso Jereissati (PSDB), com apoio de um grupo de empresários, venceu as eleições municipais para o governo do estado do Ceará em 1986, para o mandato de 1987 a 1991. Com um eloquente discurso de encerramento da indústria da seca e mudança na terra dos coronéis, o então governador comprometia-se com uma gestão moderna, eficiente e empenhado com a justiça social (CEARÁ, 1997; ARAÚJO, 2003).

Ao assumir o governo do Ceará em 1987, Tasso Jereissati (PSDB) propõe o Plano de Mudanças 1987-1991. O projeto governamental era constituído de um diagnóstico detalhado da situação socioeconômica do estado e proposituras de desenvolvimento. Os principais desafios para o mundo rural eram minorar as desigualdades sociais e econômicas, melhorando

os indicadores, bem como o empenho para erradicação da pobreza. No diagnóstico contido no documento, a realidade rural era apresentada com elevada concentração de renda e dos meios de produção, sobretudo no quesito concentração de terra (Quadro 22), congestionamento da capital, Fortaleza e outros centros urbanos de médio porte pelo grande fluxo migratório, o que favorecia o processo de favelização e agravamento dos problemas urbanos, adensados pelo alcance limitado das políticas públicas (CEARÁ, 1987).

Em 1990 Ciro Gomes era eleito para o governo do estado do Ceará, para o mandato 1991-1994. Em 1993, o PAPP foi revisado. Segundo Soares (1997, p. 134), alterado em sua estratégia. A avaliação da reformulação foi elaborada por técnicos da *Food and Agriculture Organizations of the United Nations* – FAO e Banco Mundial. O relatório resultante dos estudos sobre a execução do programa concluiu que o PAPP é uma “experiência positiva”.

Até o início da década de 1990 o Ceará continuava com baixos indicadores sociais e ocupando posicionamentos insignificantes na escala de desenvolvimento, dos quais destacamos o IDHM<sup>64</sup> – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, utilizado para análises relacionadas às questões sociais. As promessas planejadas na primeira gestão de Tasso Jereissati (1987-1990), o “governo das mudanças”, não foram suficientes para promover mudanças no quadro social, conforme dão uma ideia os dados dispostos no Quadro 26 abaixo:

QUADRO 26: IDHM – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DO BRASIL, CEARÁ E DE MAURITI EM 1991, 2000 E 2010

	1970	1980	% cresc.	1991	% cresc.	2000	% cresc.	2010	% cresc.
Mauriti	0,244	0,337	<b>38,11%</b>	0,278	<b>-17,51%</b>	0,446	<b>60,43%</b>	0,605	<b>35,65%</b>
Ceará	0,293	0,440	<b>50,17%</b>	0,405	<b>-7,95%</b>	0,541	<b>33,58%</b>	0,682	<b>26,06%</b>
Brasil	0,462	0,685	<b>48,27%</b>	0,493	<b>-28,03%</b>	0,612	<b>24,14%</b>	0,727	<b>18,79%</b>

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do IPEADATA (2017)

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - de Mauriti em 2010 era de 0,605, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município, conforme Quadro

<sup>64</sup> O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento sugere a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, uma medida combinada de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. A composição do índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. No Brasil segue as mesmas três dimensões do IDH Global, mas vai além: faz uma adequação da metodologia global ao contexto brasileiro e, principalmente, à disponibilidade de indicadores nacionais. Ainda que meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. Assim, o IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – podem contar um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano no decorrer das décadas da história brasileira.

27, foi Longevidade, com índice de 0,772, seguida de Renda, com índice de 0,544, e de Educação, com índice de 0,526.

QUADRO 27: COMPONENTES DO IDHM DE MAURITI NOS ANOS 1991, 2000 E 2010

	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,089	0,245	0,526
% de 5 a 6 anos na escola	26,45	78,80	94,31
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	9,31	17,03	36,40
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou fundamental completo	5,02	23,67	87,79
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,40	9,25	48,58
% de 18 a 20 anos com médio completo	1,06	5,81	22,29
<b>IDHM Longevidade</b>	0,629	0,727	0,772
Esperança de vida ao nascer	62,73	68,6	71,32
<b>IDHM Renda</b>	0,383	0,495	0,544
Renda per capita	86,68	173,73	236,11

FONTE: elaborado pela autora com base no PNUD e IPEA (2017)

Os valores da renda média per capita apresentados no Quadro 30 estão relacionados em valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000. Considerando o valor do salário mínimo do ano 2000 (R\$ 151,00), Mauriti apresentava 0,44; 1,1 e 1,53 salário mínimo de renda per capita nos três períodos, respectivamente. De 1991 a 2010, a renda média subiu 3,45 vezes.

O IDHM passou de 0,278 para 0,445 entre 1991 e 2000. Uma taxa de crescimento de 60,07%. O hiato de desenvolvimento humano, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 76,87%. Entre 2000 e 2010, o IDHM de Mauriti passou de 0,445 para 0,605, compondo uma taxa de crescimento de 35,96%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 71,17% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,281), seguida por Renda e por Longevidade.

Analisando o período compreendido entre 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,278, em 1991, para 0,605, em 2010, enquanto o IDHM do estado passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 117,63% para o município e 47% para o Ceará; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 54,71% para o município e 53,85% para o estado.

Quanto aos indicadores de Educação, em Mauriti, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,31% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 87,79%; a proporção de jovens de 15 a

17 anos com ensino fundamental completo é de 48,58%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 22,29%. O indicador que teve maior aumento entre o período de 1991 a 2010 foi o percentual de pessoas entre 15 e 17 anos com fundamental completo. A proporção de melhoria do indicador no período foi de 1924% em Mauriti.

QUADRO 28: LONGEVIDADE, MORTALIDADE, FECUNDIDADE EM MAURITI NOS ANOS 1991, 2000 E 2010

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	62,7	68,6	71,3
Mortalidade infantil	57,2	37,9	22,7
Mortalidade até 5 anos de idade	75,2	49,0	24,4
Taxa de fecundidade total	5,7	3,8	2,3

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados do PNUD E IPEA (2017)

A mortalidade infantil em Mauriti, em crianças com menos de um ano de idade, passou de 57,2 em 1991, para uma taxa de 37,9 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, e, sequencialmente, para 22,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Quanto à esperança de vida ao nascer, indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, em Mauriti este indicador social cresceu 2,7 anos entre as décadas de 2000 e 2010, passando de 68,6 para 71,3 anos. Em 1991, era de 62,7 anos.

QUADRO 29: RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE NO MUNICÍPIO DE MAURITI EM 1991, 2000 E 2010

	1991	2000	2010
Renda per capita	86,7	173,7	236,1
% de extremamente pobres	65,3	40,5	29,8
% de pobres	86,2	65,7	48,8
Índice de Gini de renda	0,560	0,620	0,560

FONTE: elaborado pela autora com base no PNUD e IPEA (2017)

Nas últimas duas décadas, a renda per capita média de Mauriti cresceu 172,39%, passando de R\$ 86,68, em 1991, para R\$ 173,73, em 2000, e para R\$ 236,11, em 2010, o que equivale a uma taxa média anual de crescimento no período analisado de 5,42%. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (com base em valores de agosto de 2010), passou de 86,22%, em 1991, para 65,73%, em 2000, e para 48,76%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser analisada por outro parâmetro, o Índice de Gini, que passou de 0,560, em 1991, para 0,620, em 2000, e para 0,560, em 2010.

Contudo, para Gondim (2000, grifo da autora, não paginado), no período compreendido entre a alternância no governo do estado entre Tasso Jereissati (PSDB) e Ciro Gomes (à época PMDB) (1987 a 1993), **os governos das mudanças** no Ceará podem ter promovido o crescimento, mas não redistribuíram a renda. Podem também ter ajudado a acabar com o coronelismo, mas não foram capazes de implantar um sistema político com características modernas”.

O terceiro plano de governo de Tasso Jereissati (PSDB), por exemplo, de 1999 a 2002, fundamentou-se na proposição da insuficiência do crescimento econômico para melhoria dos indicadores sociais. A proposta também apresentava planos de convivência com o semiárido, tendo como sugestão a transição das atividades agrícolas tradicionais para a pequena lavoura irrigada. Na visão de Araújo (2003), para conseguir reduzir as desigualdades e a pobreza no estado do Ceará, era necessário implantar políticas públicas mais contundentes, principalmente no que se refere ao apoio à interiorização do desenvolvimento e uma maior participação das comunidades rurais.

#### 2.2.1. O Projeto São José

Em 1995 o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor foi novamente alterado. O principal foco passou a ser a atuação em âmbito municipal. Este redirecionamento, no estado do Ceará, alterou o nome do PAPP para Projeto São José – PSJ (ALMEIDA, 2003; ARAÚJO, 2003; KHAN e SILVA, 2005). O principal objetivo da proposição era a implementação de ações de desenvolvimento sustentável, com ampla participação das comunidades, cuja finalidade era aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, bem como o provisionamento de infraestrutura e serviços sociais basilares como meios para a atenuação da pobreza rural.

O Projeto São José, em sua implantação, foi subdividido em três propósitos: 1) subprojetos comunitários, divididos em categorias de infraestrutura, produtivos e sociais; 2) desenvolvimento institucional, financiando assistência técnica e capacitações; 3) administração do projeto, monitoramento e avaliação, com recursos destinados para coordenação, monitoramento e avaliação (BANCO MUNDIAL, 1995).

O Projeto São José foi estruturado em três fases de execução. A primeira foi realizada de 1996 a 2001. Aproveitamos o momento para registrar a dificuldade de obter dados em nível estadual. Como o PSJ já ultrapassou a fronteira de quatro governos estaduais, as mudanças de

quadro funcional, equipamentos e filosofia de trabalho parecem dificultar o acesso às informações contínuas. Fomos duas vezes à Fortaleza, na sede onde funciona a estrutura física da Coordenação do Projeto São José III, a fim de obtermos dados sobre que tipo de projeto, em que ano, quantas famílias foram beneficiadas e qual o valor liberado por projeto, como também os contatos por e-mail, uso protocolado de solicitação de informações do Serviço de Atendimento ao Cidadão, sem sucesso em muitas das vezes. Eram comuns os retornos de mensagens justificando transferência da solicitação para outros setores, para que pudessem ajudar no levantamento dos dados requisitados.

Encontramos relatórios sobre a execução dos projetos em sites de domínios desativados, sem atualizações ou continuidade de disponibilidade de documentos. Também requisitamos dados diretamente às entidades financiadoras internacionais, como o Banco Mundial, mas o retorno, com *links* para páginas com síntese dos resultados dos financiamentos, não detalhava informações específicas sobre Mauriti. Das três fases do PSJ, encontramos de forma mais especificadas as ações em Mauriti em documentos sobre PSJ II, as quais detalhamos adiante nos Quadros 32 e 33 e no Gráfico 30.

A segunda fase do PSJ aconteceu de 2002 a 2009. Atualmente o projeto encontra-se na sua terceira fase. Na execução do PSJ II, iniciada em 29/01/2002, a proposta foi objeto do Acordo de Empréstimo nº 4626-BR, com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, tendo vigorado de 29/01/2002 a 30/06/2006, operacionalizando no total, nesta fase, o valor de US\$ 37.500.000. Suas ações foram direcionadas para o desenvolvimento de infraestrutura socioeconômicas básica e de infraestrutura de apoio a produção. Neste período foram atendidos 177 dos 184 municípios cearenses (SDLR, 2005).

O PSJ II foi dividido em duas etapas para sua execução. No primeiro período, o programa foi operacionalizado através de três linhas gerais de atuação (Fundo Municipal de Apoio Comunitário - FUMAC, Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto - FUMAC-P e Programa de Apoio Comunitário - PAC), baseadas no nível de organização das Entidades Representativas, as associações ou comunidades municipais. Na segunda etapa do PSJ II, apenas a linha FUMAC operou, em decorrência de dificuldades relacionadas à administração descentralizada (FUMAC – P) e, por outro lado, pela consolidação dos Conselhos Municipais

de Desenvolvimento Social – CMDS<sup>65</sup> em todos os municípios, não havendo mais necessidade da utilização do PAC (SDA, 2009).

O PSJ II, na primeira etapa de execução, financiou 1.423 subprojetos, sendo 1.203 subprojetos de infraestrutura, 218 produtivos e 2 subprojetos sociais, beneficiando no total 1.170 comunidades e 90.146 famílias, em 165 dos 184 municípios cearenses. O Projeto São José II, desde sua preparação pela antiga SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural, passou por duas alterações institucionais que tiveram reflexos sobre a sua operacionalidade, principalmente em função da visão de desenvolvimento e estrutura elaborada em cada secretaria, o que refletiu diretamente na execução do projeto no segundo momento (SDA, 2009).

A Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR<sup>66</sup> tinha como objetivo principal o desenvolvimento regional, via fortalecimento de atividades não agrícolas na área rural, especialmente no entorno das cidades-pólo. Esta estratégia de mudança para a SDLR distanciou o PSJ II da Ematerce, dificultando severamente o desenvolvimento de subprojetos produtivos que não eram prioritários durante aquele período, quando os esforços foram direcionados para a infraestrutura, visando principalmente a universalização da eletrificação rural no estado, prioridade esta que já estava prevista no acordo de empréstimo (*idem*).

Com a mudança de governo no início de 2007, na então gestão de Cid Gomes (PSB), o Projeto passou a ser gerenciado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Elaborou-se um direcionamento para que fossem priorizadas as iniciativas produtivas, seguindo a estratégia do novo governo e alinhando-se com o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS. Através de acordos com movimentos sociais e ações destinadas a agenciar a proatividade de comunidades menos assistidas, tais como quilombolas e indígenas, situadas em municípios de menor IDHM, menos estruturados, é que foi dada maior prioridade aos projetos produtivos, principalmente através de ações de capacitação tanto para as comunidades, para possíveis

---

<sup>65</sup> Entidades organizacional representativa das Associações Comunitárias Rurais, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, responsáveis por participar e fiscalizar a proposta de projetos de acordo com as necessidades reais das comunidades. In: MARTINS, Lília Aparecida de Toledo Piza. Gestão local, parceria e capital social: Algumas reflexões. Revista ORG & DEMO, v. 7, n. 1/2, p. 109-134, 2006.

<sup>66</sup> Com a nova Reforma Administrativa, implementada pelo Governador Lúcio Alcântara (2003-2006), através da Lei 13.297 de 07 de Março de 2003, a Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA teve sua estrutura remodelada, permanecendo somente com as competências referentes às áreas de Saneamento, Energia, Comunicações, e Transportes e Obras. As atribuições de Habitação e Políticas Urbanas, que anteriormente eram de responsabilidade da SEINFRA, passaram a integrar o quadro de competências da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR, criada especificamente para fomentar o "Desenvolvimento Local e Regional". In: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA. Histórico. Governo do Estado do Ceará, 2017.

elaboradores de projetos, bem como para a sociedade civil. A decisão tinha o objetivo de ampliar a base social dos Conselhos. A expectativa era que, pelas capacitações promovidas, inclusive pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, fosse possível sanar necessidades específicas, dando maior celeridade à viabilização dos subprojetos produtivos.

A segunda fase - PSJ II fase II, iniciada em junho de 2006, foi operacionalizada com apenas uma linha de atuação, o FUMAC. Nesta fase, foram financiados 1.192 subprojetos, sendo 1.036 de infraestrutura, 155 produtivos e 1 subprojeto social em 159 municípios do Estado. No geral foram beneficiadas 73.960 famílias em 989 comunidades.

A fase II do referido projeto foi conduzida pelas cláusulas constantes no Acordo de Empréstimo 7387-BR, contrato mútuo no valor de US\$ 37.500.000, com período de vigência entre 30/06/2006 a 30/06/2009. Assim como na fase I, foi elaborado para ser executado a partir da participação direta das comunidades rurais na identificação, preparação, implementação e operacionalização de pequenos projetos – denominados Projetos Comunitários (PC) – de investimentos produtivos (apoio a produção), de infraestrutura e sociais, porém no que diz respeito à linha de ação, apenas através do Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC.

Entretanto, pode-se dizer que a segunda fase do PSJ II foi dividida em três estágios, que influíram significativamente nos impactos tanto quantitativos como qualitativos do Projeto, em decorrência da mudança de governo neste período<sup>67</sup> e, conseqüentemente, nas políticas públicas e organização institucional implementadas, especialmente no que se refere à área rural.

Nesta segunda fase, o PSJ II também contou com recursos financeiros adicionais do tesouro estadual que viabilizaram o financiamento de mais 317 subprojetos, sendo 152 de infraestrutura, 158 produtivos e 7 sociais, beneficiando 295 comunidades e 21.355 famílias em 107 municípios cearenses. Assim, na segunda fase do PSJ II, foram beneficiadas 95.315 famílias e 1.197 comunidades em 168 municípios através de 1.509 subprojetos.

Considerando a duas fases, o PSJ II atendeu no total 176 municípios do Estado do Ceará, com o financiamento de 2.932 subprojetos comunitários, beneficiando 185.461 famílias com recursos da ordem de 105 milhões de dólares em seus sete anos de duração. Consideradas ações

---

<sup>67</sup> O período de execução do Projeto São José II atravessa três governos estaduais – um ano de governo Tasso Jereissati, o governo completo de Lúcio Alcântara e três anos do governo Cid Gomes e dois governos municipais. Três anos de gestão municipal de Márcio Martins e cinco anos dos dois mandatos municipais de Isaac Júnior.

de outros projetos, alavancadas pelo Projeto São José, como Luz para Todos, convênio de Cisternas e outras ações da Cagece – Companhia de Águas e Esgotos do Ceará, foram alavancados recursos adicionais equivalentes a 204% acima dos recursos do acordo de empréstimo beneficiando o mesmo público alvo.

Em informações concedidas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, através do serviço de atendimento ao cidadão, a Secretaria esclarece que apenas no tocante ao SAAES- Sistema de Abastecimento de água em infraestrutura, os valores liberados para os municípios das microrregiões 31 e 33 são (Quadro 30):

QUADRO 30: VALORES LIBERADOS PELO PROJETO SÃO JOSÉ PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUA E INFRAESTRUTURA NOS MUNICÍPIOS DAS MICRORREGIÕES 31 E 33 DO CEARÁ

MUNICÍPIO	VALOR LIBERADO
Brejo Santo	R\$ 3.316.954,02
<b>Mauriti</b>	<b>R\$ 2.095.674,07</b>
Penaforte	R\$ 1.714.046,85
Milagres	R\$ 1.229.503,38
Barro	R\$ 1.023.180,38
Abaiara	R\$ 694.974,80
Jati	R\$ 511.513,79
Porteiras	R\$ 138.208,35
Aurora	R\$ 120.324,37

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados enviados pelo Sistema de Informação ao Cidadão do Governo do Estado do Ceará (2017)

Como na resposta enviada pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário não havia especificações detalhadas sobre o período nem a qual projetos o montante de mais de dois milhões de reais havia sido destinado, fomos nos ancorar em dados mais específicos. Encontramos, então, dados mais detalhados sobre o Projeto São José II, dos quais filtramos os números dos investimentos e ações realizadas em Mauriti, conforme apresentamos no Quadro 31:

QUADRO 31: AÇÕES DO PROJETO SÃO JOSÉ II, QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS, VALORES FINANCIADOS DOS PROJETOS, DE 2002 A 2009, EXECUTADAS EM MAURITI

ANO	COMUNIDADE	TIPO PROJETO	QTD. FAM. BENEFIC.	VALOR SUBP.
2002				
	Mandassaia	Abast. de água	41	56.531,17
	Sítio Logradouro	Abast. de água	29	53.940,01
	Sítio Pedro Antônio	Abast. de água	36	43.847,43
2003				
	Carnaubinha	Abast. de água	52	109.686,29
	Caldeirão	Abast. de água	57	114.297,57
	Brejo Grande	Abast. de água	49	61.519,50
	Macambira	Abast. de água	132	114.400,02
	Sítio Anauá	Abast. de água	186	114.719,02
2004				
	Sítio Fortuna	Mecan. Agrícola	41	99.313,44
	Tanquinho	Mecan. Agrícola	53	99.313,44
2005				
	Alto Vermelho	Abast. de água	89	102.342,57
	Nova Santa Cruz	Abast. de água	55	91.286,19
	Sítio Luciano	Abast. de água	47	86.480,00
	Mororó	Abast. de água	68	114.534,30
2006				
	Bananeira	Eletrificação	26	37.440,00
	Catingueira	Eletrificação	49	115.440,00
	Paus Brancos	Eletrificação	29	115.440,00
	Paus Brancos	Eletrificação	30	115.440,00
2007				
	Sítio Várzea Comprida	Abast. de água	36	92.000,00
2008				
	Carnaubinha dos Peus	Mecan. Agrícola	51	87.830,50
2009				
	Sítio Volta	Abast. de água	26	7.679,22
	Macela	Mecan. Agrícola	30	101.209,49
	Sítio Novo	Mecan. Agrícola	63	101.209,49
	<b>TOTAL</b>		<b>1.275</b>	<b>2.035.899,65</b>

FONTE: elaborado pela autora, com base em relatórios de prestação de contas do Projeto São José II (2017)

De todas as ações do Projeto São José II que foram implementadas em Mauriti, entre os anos de 2002 a 2009, elencamos a quantidade de projetos e o total do valor do que foi destinado a abastecimento de água, eletrificação rural das comunidades e mecanização agrícola no Quadro

32. 57% de mais de dois milhões destinados a Mauriti foram alocados em projetos de abastecimento de água, beneficiando um total de 903 famílias.

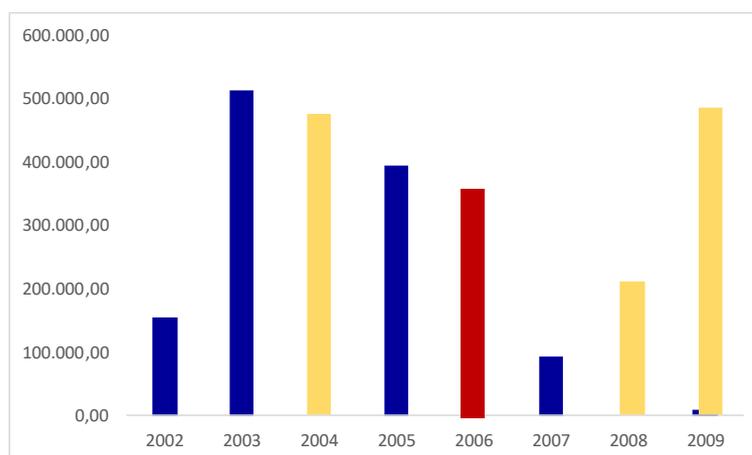
QUADRO 32: QTD. DE PROJETOS E VALOR DAS AÇÕES DO PROJETO SÃO JOSÉ II NO CEARÁ, POR TIPO DE AÇÃO, DE 2002 A 2009

	QTD. PROJ.	TOTAL VALORES	%
Abast. de água	903	1.163.263,29	57%
Eletrificação	134	383.760,00	19%
Mecan. Agrícola	238	488.876,36	24%
<b>TOTAL</b>	<b>1.275</b>	<b>2.035.899,65</b>	<b>100%</b>

FONTE: elaborado pela autora, com base em relatórios de prestação de contas do Projeto São José II (2017)

Os mesmos dados, sintetizados no Gráfico 29, revelam, ano a ano, no período de 2002 a 2009, que nos anos de 2002, 2003, 2005 e 2007 a prioridade alocada para Mauriti foi o abastecimento de água. Eletrificação rural em 2004, 2008 e 2009. Mecanização agrícola em 2006. Lembramos que 2006 é o ano da promulgação da Lei 11.326 da Agricultura Familiar e, quando também coincide com o maior quantitativo de contratos de Pronaf liberados para o município. Um total de 4.690 contratos (BACEN, 2017).

GRÁFICO 29: SUBTOTAIS DE VALORES DESTINADOS A PROJETOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ELETRIFICAÇÃO RURAL E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE MAURITI EM TODA A FASE DO PROJETO SÃO JOSÉ II



FONTE: elaborado pela autora com base em relatórios de prestação de contas do Projeto São José II (2017)

LEGENDA

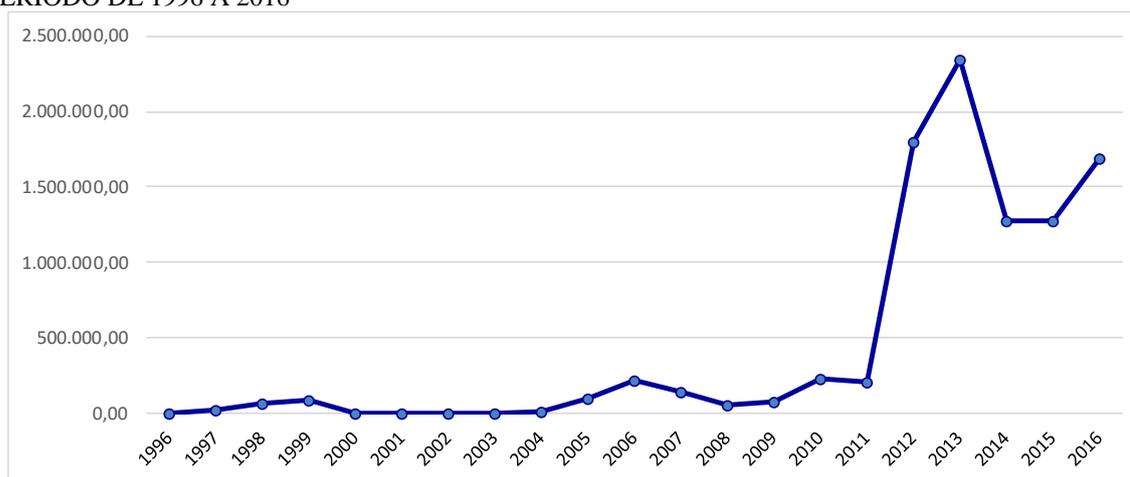
- Abastecimento
- Mecanização
- Eletrificação rural

### 2.3 INICIATIVAS MUNICIPAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

No terceiro plano de governo de Tasso Jereissati (PSDB), ocorrido de 1999 a 2002, a proposta de governo apresentava planos de convivência com o semiárido, sugerindo a transição das atividades agrícolas tradicionais para a pequena lavoura irrigada. Com base na proposta de tecnificação da agricultura, em janeiro de 2000 o Condomínio Rural<sup>68</sup> que levou o nome do então governador, foi inaugurado em Mauriti (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, 2000). Um projeto constituído por uma vila rural composta de 41 residências, cujos moradores eram agricultores (26 mini, 12 pequenos e 3 médios produtores<sup>69</sup>) e área com estrutura de irrigação para o plantio de Manga (GOMES, 2015).

Para confrontar o alinhamento dos projetos em nível estadual com as políticas em nível federal, fomos analisar, então, na política do Pronaf, o que se equiparava à proposta de irrigação, conforme orientação do plano de governo estadual. Filtramos então os valores de contratos, modalidade Investimento, tanto para atividade agrícola e pecuária, em Mauriti, no período de 1996 a 2016, conforme o Gráfico 30:

GRÁFICO 30: VALORES CONTRATADOS PELO PRONAF, EM MAURITI, NA CATEGORIA INVESTIMENTO, DESTINADOS À IRRIGAÇÃO, MODALIDADE AGRÍCOLA E PECUÁRIA, NO PERÍODO DE 1996 A 2016



FONTE: elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2017)

<sup>68</sup> O Condomínio rural ou condomínio produtivo é uma estrutura comunitária destinada à produção agrícola com gestão integrada dos seus participantes. Nas entrevistas que compuseram o trabalho empírico após a qualificação, descobrimos que o nome Tasso Jereissati, dado ao condomínio produtivo Agrovila, foi uma estratégia para homenagear o governador do estado do Ceará e obter do mesmo incentivos e recursos para viabilizar o sistema de irrigação local, o que foi prontamente atendido pelo governador.

<sup>69</sup> A caracterização utilizada por Gomes (2015) para classificar o porte dos fruticultores baseou-se em metodologia do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE do Banco do Nordeste do Brasil, a partir da renda bruta anual dos produtores.

De fato, analisando as informações apresentadas no Gráfico 30, nos anos que seguem a inauguração do Condomínio Rural Tasso Jereissati, em 2000, não foram contratados recursos do Pronaf, em Mauriti, destinados à irrigação. Em 2006 há um volume em destaque, com 71 contratos somando um total de R\$ 220.809,21 de recursos. Contudo, a maior ênfase na liberação de recursos para irrigação se dá no ano de 2013, com 303 projetos no total, somando R\$ 2.348.679,40 de recursos.

### **Programa Agente Rural**

Com uma base de infraestrutura para o desenvolvimento rural em construção desde 1985, com o projeto PAPP e, a partir de 1995, com o Projeto São José, outra proposta em nível estadual que gostaríamos de relatar em destaque estadual e municipal é o programa Agente Rural. Implantado em 2004, no governo estadual de Lúcio Alcântara (PSDB), teve o objetivo de encorpar o trabalho de assistência técnica agropecuária no Ceará. Destacamos aqui que, apesar de um Programa de elaboração e execução em nível estadual, a proposta era executada apenas com a contrapartida do município, o qual também se comprometia em contratar o mesmo contingente de técnicos em agropecuária cedidos pelo estado para assessorar os produtores de base familiar municipais (SEAGRI, 2006). Ou seja, caso o gestor municipal não tivesse interesse em priorizar o desenvolvimento rural, o Governo do Estado não implementava sozinho o trabalho dos agentes.

O Programa Agente Rural – PAR – objetivou melhorar a produção agropecuária do estado do Ceará, via difusão de conhecimentos técnicos e gerenciais para os agricultores de base familiar em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. As prefeituras formalizavam as adesões ao PAR através da assinatura de convênios de cooperação técnica com a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico – FUNCAP (idem).

As diretrizes do PAR, segundo o manual de trabalho dos agentes (SEAGRI, 2006, p. 7) eram:

- a) Busca da inclusão social das famílias rurais beneficiárias do programa.
- b) Expansão e melhor qualificação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER<sup>70</sup>).

---

<sup>70</sup> Lei ATER 12.188, de janeiro de 2010. Programa social do Governo Federal que objetiva melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias do campo via aperfeiçoamento do sistema de produção agrícola, ampliação de mecanismos de acesso a recursos e oferta de serviços e renda de forma sustentável. Para participar do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER -, é necessário que as famílias estejam cadastradas no CadÚnico, cadastro realizado pelo Governo para dar acesso a todos os programas sociais que o Governo e as cidades cadastradas disponibilizam para as famílias carentes.

- c) Focalização em atividades econômicas e ambiental prioritárias, com obediência ao zoneamento agroeconômico e foco no agronegócio.
- d) Fortalecimento da agricultura familiar, com foco no incremento da renda do produtor assistido.
- e) Organização dos produtores como instrumento facilitador da prestação da ATER.
- f) Observação do princípio da contrapartida: para cada Agente Rural alocado pelo Estado a Prefeitura Municipal alocará outro Agente.
- g) Determinação do número de Agentes Rurais fixado em função da parceria Estado/Município e do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR).
- h) Estabelecimento de outras parcerias para fortalecimento do Programa (consultorias, concessão de bolsas, capacitação, etc.).
- i) Estabelecimento de que o PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural será instrumento norteador das ações do Programa.
- j) Estabelecimento de que a coordenação e operacionalização do Programa no Município são responsabilidade da EMATERCE, em parceria com a Prefeitura Municipal.
- k) Estipulado que o processo de seleção, capacitação, coordenação e avaliação será único para todos os Agentes Rurais.
- l) A delimitação da área de trabalho do Agente Rural (Célula) e o número de produtores será em função do produto e do seu enfoque tecnológico, da dispersão territorial dos produtores e de seu nível de organização

Segundo Ferreira e Khan (2010), no início de 2000, o quadro de Assistência Técnica e Extensão Rural não era suficiente para atender a demanda existente no campo. A EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - havia realizado o último concurso público em 1982, mais de duas décadas de *déficit* de contratação de servidores. Sem contratar técnicos especializados, o que, segundo os autores, impossibilitava a prestação de assistência técnica com qualidade. Tal situação comprometia severamente a eficiência e efetividade deste serviço de assistência técnica rural.

O Programa Agente Rural propiciou, de certa forma, um revigoreamento na atuação dos serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública, compensando algumas insuficiências e fortalecendo a EMATERCE. O programa abrangeu quase todos os municípios cearenses, mas não foi suficiente para garantir atendimento a todos os agricultores familiares do Estado (idem).

O Quadro 33 apresenta a estrutura organizacional de funcionamento do Programa Agente Rural. Sob a supervisão do extensionista orientador, cada agente rural poderia ficar responsável por realizar a assistência técnica a uma cédula com até 100 produtores familiares.

QUADRO 33: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REDE DE ATUAÇÃO DO AGENTE RURAL PREVISTA NO PROGRAMA

CATEGORIA	CARACTERIZAÇÃO OU FUNÇÃO
Comitê Gestor Estadual	Estrutura administrativa constituída pela SEAGRI, EMATERCE, MDA e um representante da APRECE, sob a coordenação da SEAGRI, responsável pelas orientações estratégicas, acompanhamento e avaliação do Programa Agente Rural.
Coordenador Estadual	Técnico da EMATERCE responsável pela gestão, coordenação e avaliação do Programa Agente Rural, apresentando relatórios mensais ao Comitê Gestor Estadual.
Assessor Técnico Estadual	Técnico de nível médio, consultor em áreas específicas, em produtos/atividades prioritizadas, promovendo aporte de conhecimentos e práticas tecnológicas inovadoras, pertencentes ao quadro da EMATERCE e /ou dos demais parceiros.
Gerente Regional da EMATERCE	Técnico de nível superior ou médio, lotado na sede do Agropolo, que é responsável por coordenar, acompanhar e supervisionar as ações técnicas dos programas/projetos, desenvolvidos pelos Assessores Técnicos Regionais e pelos Escritórios Locais da EMATERCE, trabalhando em estreita articulação com Prefeituras Municipais e demais parceiros.
Assessor Técnico do Agropolo	Técnico de nível superior, consultor em áreas específicas, em produtos/atividades prioritizados, o qual deve promover o aporte de conhecimentos e práticas tecnológicas inovadoras, que pertencem ao quadro da EMATERCE e/ou dos demais parceiros
Comitê Gestor Municipal	Estrutura administrativa formada pelos Gerentes Regional e Local da EMATERCE e um membro da Secretaria Municipal de Agricultura ou seu representante, sob a coordenação do Gerente Regional, responsável pelas orientações estratégicas, acompanhamento e avaliação do Programa no Município.
Gerente local da EMATERCE	Técnico de nível superior ou médio, responsável por coordenar acompanhar e supervisionar as ações técnicas dos Programas/Projetos desenvolvidos pelo Escritório Local da EMATERCE que trabalha em estreita articulação com as instituições parceiras, especialmente a Prefeitura Municipal.
Extensionista orientador	Técnico de nível superior ou médio, pertencente aos quadros da EMATERCE, responsável pelo apoio técnico na difusão de tecnologias agropecuárias, gerenciais e organizacionais, pelo acompanhamento e pelo monitoramento das ações do Agente Rural.
Base Física Municipal	Escritório local da EMATERCE, ou outra dependência física, na inexistência deste, que é disponibilizada pela Prefeitura Municipal para o apoio técnico e logístico aos trabalhadores desenvolvido pela rede do programa Agente Rural. Em cada base deverá ter um Extensionista orientador.
Agente Rural	Técnico em Agropecuária e/ou Tecnólogo em irrigação responsável pela difusão de conhecimentos tecnológicos, organizadores e gerenciais e práticas agropecuárias, de forte poder transformador, especialmente junto aos produtores de base familiar.
Célula	Unidade de desenvolvimento local, base do planejamento e da ação do Programa, onde são trabalhadas as atividades vocacionadas, de acordo com o zoneamento, priorizando a que tem maior potencial para geração de impacto na transformação da realidade do produtor rural. É o espaço de mobilização e organização, especialmente dos agricultores familiares.
Produtor Rural	Beneficiário do Programa Agente Rural, o qual é assistido quando recebe ATER planejada e sistematizada, focada nos produtos prioritizados ou orientado em suas atividades agropecuárias, quando recebe assistência técnica esporádica, pontual e generalista.

FONTE: elaborado pela autora com base em SEAGRI (2006, p. 9-10)

Os técnicos participantes do PAR recebiam treinamento sobre o trabalho de assistência e eram equipados com motocicletas para o deslocamento. O programa ainda trabalhou sobre a expectativa de efetivação dos técnicos que atuavam até o final da década 2000. Em razão disso, afirmou na entrevista o técnico autônomo, “havia uma grande dedicação dos técnicos do

programa, uma vez que eles esperavam ser efetivados pelo Estado, o que terminou não se concretizando” (entrevista com Carlos, técnico agrícola do município de Mauriti).

Os dois mandatos governamentais em nível estadual, após o mandato de Lúcio Alcântara (2002-2005) foram sequenciados por Cid Ferreira Gomes, o qual, segundo também a fala do técnico entrevistado, “não priorizou tanto o programa”. A gerente da Ematerce de Mauriti confirma esta informação. Afirmou que já chegara a trabalhar ao mesmo tempo com 23 técnicos “prestando assistência aos produtores, ajudando, inclusive, na fiscalização, mas que nos dias atuais a Ematerce de Mauriti contava apenas com 3 técnicos”, o que segundo a gerente, “é um quantitativo insuficiente para dar conta das demandas municipais na agricultura familiar” (entrevista com Maria José, gerente da Ematerce em Mauriti).

Em nível municipal, também destacaremos uma ação, apesar de essa não ter se constituído em uma política. Desde o ano de 2005, quando se estabeleceu o pleito oposicionista do Partido dos Trabalhadores em Mauriti, o prefeito Antônio Isaac Júnior (PT), em seus dois mandatos, e o atual prefeito, Evanildo Simão (PT), estabeleceram um convênio formal com Instituto Federal da Paraíba - IFPB, campus Sousa, onde existe a oferta do curso técnico em agropecuária, para o incentivo e apoio à formação de profissionais desta área. Esta unidade de ensino dista cerca de 200km da sede do município.

A Secretaria de Registro Escolar do Instituto Federal da Paraíba fez um levantamento e divulgou que em dez anos, cerca de 60 técnicos já foram formados e puderam atuar na inovação de técnicas produtivas. A secretaria ainda informou, não em dados quantitativos, mas que o público-alvo da parceria são jovens provenientes das áreas rurais e com baixo poder aquisitivo.

Em setembro de 2014 a Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Padre João Bosco de Lima é inaugurada em Mauriti, ofertando os cursos de Agropecuária, Desenho da construção civil, Finanças e Informática. Segundo informações do Governo do Estado do Ceará (2014), foram investidos em todo estado R\$ 10,2 milhões, recursos oriundos dos Governos Federal e Estadual. A proposta pedagógica é que as Escolas de Educação Profissional trabalhem com modelos inovadores em conteúdo, método e gestão. Além disso, recebem livros didáticos e técnicos, apoio permanente à aprendizagem e à formação. A modalidade de ensino ainda prevê que o aluno tenha acesso ao estágio curricular obrigatório, de forma remunerada, durante o terceiro ano de curso. As Escolas de Educação Profissional começaram a ser implantadas em 2008, no primeiro mandato do governo Cid Gomes no estado do Ceará, o qual informou, em nota oficial da assessoria de imprensa, que em todo o estado, 108 escolas foram inauguradas,

matriculando, ao final de 2014, mais de 40 mil alunos. Em dois anos e meio de funcionamento, já foram matriculados 135 alunos somente no curso técnico em agropecuária em Mauriti (GOVERNO DO ESTADO, 2014).

Ao ser questionado sobre o quantitativo de estudantes que já haviam sido encaminhados para a formação técnica no IFPB, compartilhando com ele a informação obtida pela secretaria acadêmica, o mesmo retorquiu com surpresa. “Foi, mais, muito mais. Houve época em que saía toda semana de Mauriti dois ônibus e um carro pequeno. Só com os estudantes para Sousa. E isso faz pra mais de ano. Quando abriu em Mauriti a Escola Técnica foi que diminuiu a quantidade” (entrevista com Anselmo, informante que nos auxiliava na realização das entrevistas, Coité, novembro de 2017).

Outra iniciativa municipal que destacamos aconteceu no ano de 2006, quando a Prefeitura Municipal de Mauriti realiza concurso público para o provimento de vários cargos. Dentre eles o de técnico agrícola. Foram efetivados dez técnicos, com especialização em diversificadas áreas, a fim de prestar assistência técnica aos agricultores municipais, visando a melhoria dos resultados da produção agropecuária mauritiense (DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, 2006).

Apesar de se tratar de dados relacionados ao Programa Federal PRONAF, mas consideramos pertinente checar a necessidade e a valorização de assessorias técnicas para as atividades de produção agropecuária municipal. O Quadro 36 apresenta a quantidade e os valores contratados pelo Pronaf, em Mauriti, relacionados à atividade de prestação de assessoria técnica e empresarial; consultoria e elaboração de projetos e treinamentos, bem como o valor médio de cada uma dessas atividades e, para uma referência das análises, o valor do salário mínimo vigente a cada ano e o percentual do valor médio de cada assessoria em relação ao salário mínimo. Apesar de um sinalizador sobre a demanda constituída no município por orientação e melhoria dos processos de produção agrícola, os números do Pronaf quanto às assessorias não refletem o quadro real de assistência técnica no nosso campo empírico.

O escritório da EMATERCE em Mauriti, após solicitação via Sistema de Atendimento ao Cidadão, nos informou um total de 60 técnicos atuaram em Mauriti, referente ao projeto estadual Agente Rural, existente desde 2004, em diferentes períodos. Não nos foi esclarecido no referido documentos o quantitativo contratado pelo estado e quantos foram a contrapartida do município. Também destacamos como uma iniciativa municipal a própria atuação dos

técnicos agrícolas efetivos do município, concursados em 2006, na gestão do prefeito Isaac Júnior, e os filhos dos agricultores municipais, incentivados a buscar formação técnica através do Instituto Federal da Paraíba e que, desde o ano 2005, passaram a obter e disseminar conhecimentos substanciais para o desenvolvimento rural local.

QUADRO 34: QUANTIDADE, VALORES CONTRATADOS E VALOR MÉDIO NO PRONAF EM MAURITI, RELACIONADOS À ATIVIDADE DE PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA E EMPRESARIAL; CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS E TREINAMENTOS

ANO	QTD. CONTRATOS	VALOR	VAL. MÉD.	SALÁRIO MINIMO VIGENTE	% ASSES. EM RELAÇÃO SAL. MIN.
2006	574	45.634,58	79,50	350,00	23%
2007	373	26.209,76	70,27	380,00	18%
2008	37	6.676,20	180,44	415,00	43%
2009	88	18.698,82	212,49	465,00	46%
2010	102	32.711,64	320,70	510,00	63%
2011	65	14.124,15	217,29	545,00	40%
2012	234	49.950,81	213,47	622,00	34%
2013	292	67.835,32	232,31	678,00	34%
2014	84	39.084,97	465,30	724,00	64%
2015	103	36.707,24	356,38	788,00	45%
2016	105	55.755,01	531,00	880,00	60%

FONTE: elaborado pela autora com base nos dados cedidos pelo Banco Central do Brasil (2017)

É possível inferir que de 2006 a 2016, houve um processo de valorização do trabalho de assistência técnica. Advertimos que no manual de crédito rural da safra 2015/2016 já há a previsão de pagamento da assistência no próprio projeto orientado e avaliado pela entidade financiadora do Pronaf (MDA, 2016).

Uma ação do governo Municipal, na gestão de Isaac Júnior, inclusive vivenciada por mim em 2006, foi aproximar os agricultores locais do escritório da Conab<sup>71</sup>. Nesse período um atravessador comprava um saco de farinha de 60 Kg do agricultor no valor de R\$ 16,00. Com a instalação do escritório da Conab em Mauriti e o acercamento do agricultor deste, o mesmo saco de farinha era comprado por até R\$ 39,00. Uma valorização da ordem de 144% no preço do produto. Nossa percepção era de que havia outros ganhos além do preço de venda.

<sup>71</sup> A Companhia Nacional de Abastecimento é um órgão federal, cujas operações são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O órgão é executor de políticas públicas para o abastecimento alimentar no país, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), no qual o governo compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários, também tem presença efetiva da Conab na sua execução, em parceria com outros órgãos governamentais.

Agricultores encorajados a produzir para receber valores mais justos do que aqueles pagos pelos atravessadores.

A outra iniciativa, igualmente constituída pela gestão municipal no governo de Isaac Júnior (PT), aconteceu também em 2005. O Sr. Antônio Cartaxo, então secretário de desenvolvimento do município, o qual realizava uma proposta investigativa para melhoria das principais categorias de trabalhadores informais do município: os feirantes, os mototaxistas e motoristas de transportes alternativos que fazem as “linhas”<sup>72</sup> da sede de Mauriti para os sítios e para outras localidades realizou um trabalho de coleta de dados para traçar o perfil socioeconômico daqueles trabalhadores e apresentar ao prefeito do município algumas propostas de melhorias (na época, Isaac Júnior, do Partido dos Trabalhadores - PT).

Daquele levantamento resultou a construção do mercado municipal em 2009. Em local estrategicamente sugerido como sendo muito próximo das principais ruas onde já funcionava a feira-livre. Todavia, sem possibilidades de abrigo com segurança para os feirantes; livres de chuva e protegidos do sol; condições básicas de higiene e descarte do lixo; lugares apropriados para o armazenamento das mercadorias; disponibilidade de banheiros e barracas melhor distribuídas para o devido uso dos feirantes.

Cabe citar aqui em função do apoio municipal obtido no governo de Isaac Júnior, a instalação da ONG – Organização Não Governamental Amigos do Bem, uma iniciativa que, em conjunto com a estrutura do Condomínio Produtivo Tasso Jereissati, tem promovido transformações sociais e econômicas importantes em Mauriti. Durante todo o percurso da pesquisa foram realizadas diversas tentativas de acesso à diretora da ONG, uma empresária de São Paulo, sem sucesso. Nossas intenções eram descobrir as razões da instalação dessa ONG e por quais motivos as iniciativas de ações sociais junto aos agricultores da Agrovila e região circunvizinha. As informações evasivas nos fizeram desistir de aprofundar a ONG como um agente do desenvolvimento territorial em Mauriti, embora sejam reconhecidas o resultado positivo de suas ações de geração de emprego, renda e melhoria de moradia, estradas e perfuração de poços profundos no distrito de São Miguel (ver Mapa 2).

O Quadro 35 apresenta a organização cronológica dos principais fatos narrados no capítulo 2, a fim de seja possível visualizar os acontecimentos concomitantes nas três esferas

---

<sup>72</sup> Linha é como denominam o percurso de trânsito de transportes alternativos (vans e micro-ônibus) entre municípios ou da sede do município para os distritos rurais.

de gestão pública e que influenciaram o desenvolvimento rural e o que defendemos que culminaram com o protagonismo da agricultura familiar mauritiense:

QUADRO 35: TIMELINE DE EVENTOS NAS ESFERAS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DE 1979 A 2016

1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Governor João Figueiredo						Governor José Sarney					Gov. Collor de Melo	Governor Itamar Franco				Governor Fernando Henrique						Governor Lula						Governor Dilma Rousseff											
						- Criado Projeto Nordeste - Instituto o PAPP									PROVAPE		Início PRONAF										Lei de Agricultura Familiar												
Governor Virgílio Távora		Manuel C. Filho	Governor Gonzaga Mota				Governor Tasso Jereissati				Governor Ciro Gomes				Governor Tasso Jereissati						Governor Lúcio Alcântara			Governor Cid Gomes						Governor Camilo Santana									
						Período vigência do PAPP											Vigência PSJ I				Vigência PSJ II						Vigência PSJ III												
								Apresentação do Plano de Mudanças																		Início Programa Agente rural													
Governor José Acílio Dantas de Moraes			Governor Expedito de Oliveira Leite				Governor Francisco Adailton Leite				Governor José Marcondes G. Sampaio				Governor Márcio Martins Sampaio de Moraes						Governor Isaac Gomes da Silva Júnior						Governor Francisco Evanildo Simão												
																		Inauguração do Condomínio Tasso Jereissati									- Instalação ONG Amigos do Bem; - Incentivo à formação técnica no IFPB.			Construção do Mercado municipal						Inauguração da EEEP			

FONTE: elaborado pela autora com base nas datas dos fatos citados nos capítulos da tese (2017)

## 2.4 CONCLUSÕES PARA O CAPÍTULO 2

O Capítulo 2 da tese apresentou uma revisão teórica das principais políticas públicas, programas de iniciativas em nível federal, estadual e municipal, as quais amplificassem as possibilidades do processo de protagonismo da agricultura familiar, políticas de incentivo à atividade de produção agropecuária e políticas sociais que fazem composição no contexto do universo familiar dessa agricultura. Situação, que em nossas hipóteses, e na análise do intervalo de 20 anos (1996-2016), partindo da institucionalização do Pronaf, considerada como maior política pública para a categoria, prognosticam uma atuação da gestão petista em nível municipal (2005-2016) como critério fundamental para fortalecer a constituição dos territórios da AF em Mauriti.

O PRONAF na verdade tem seu princípio em 1994, com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAPE, ainda no governo federal de Itamar Franco. Avaliado com pouco êxito e conciliando as reivindicações sociais que reivindicaram prioridade política à agricultura de base familiar, o Decreto nº 1.946/1996 institucionalizou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

É importante salientar que no decorrer de 20 anos, o texto institucional do Pronaf sofreu alterações, visto que era necessário propiciar acesso ao crédito ao maior contingente possível de agricultores, dada a heterogeneidade da categoria. As linhas de crédito foram alteradas, incluíram-se públicos específicos como mulheres e jovens, atestando o quão relevante continuam sendo os movimentos reivindicatórios para que as políticas públicas possam ser ajustadas às reais demandas sociais.

O Quadro 25 e os Gráficos 11 e 12 apresentam claramente o salto de acesso ao crédito Pronaf em Mauriti a partir do ano de 2005. Destacando o ano de 2014, em que mais de dez milhões foram acessados naquele ano, pela atuação de 3.152 agricultores que buscaram o crédito. A condição de acesso ao crédito aparenta ter sido fundamental para a manutenção do nível de produção, agrícola, mas especialmente pecuária, pois o ano de 2014 acumulava a pesada condição de terceiro ano seguido de seca no município.

Em relação aos efeitos da injeção de crédito na produção pecuária, no Gráfico 13 é possível observar que o efetivo bovino sofre uma queda em 11,03% de 1980 a 1985 e apresenta, em seguida, até 1995, um aumento na ordem de 51,15%, alcançando seu maior quantitativo no período de 1996 a 2016. De 1995 a 2000 sofre nova queda, na ordem de 26,83%, mas, o

comportamento quantitativo da produção que aparenta estar sendo impulsionado pelo Pronaf, volta a crescer o rebanho em 34,58% (ver nota de rodapé nº73).

Analisando a série temporal de 1996 a 2016, o rebanho suíno (GRÁFICO 14) sofre pequena queda em 1998, mas permanece em crescimento até o ano de 2012, onde a liberação de PRONAF para esta finalidade cai drasticamente para menos de 30 mil reais. Mesmo que de 2013 a 2016 o volume de liberação de crédito volte a crescer, atingido seu maior valor desde que o PRONAF foi criado, o quantitativo de rebanho suíno decresce 17,53%. A queda pode ter explicação semelhante à tendência de estabilização do rebanho bovino: o melhoramento genético justificando o aumento quantitativo nas características produtivas do rebanho, não significando uma diminuição depreciativa.

O rebanho galináceo na análise da produção pecuária mauritiense (GRÁFICO 15), assim como o rebanho suíno, sofre queda quantitativa em 1998. No Gráfico 26 é possível observar que a média de precipitação pluviométrica diminui drasticamente neste ano, o que pode explicar esse perecimento na produção. Após isso, entra em ritmo de crescimento até 2015, quando novamente sofre decaída drástica. Todavia, mesmo em cinco anos seguidos de seca (2012-2016), e a diminuição para um rebanho de 154 mil cabeças, refletindo, inclusive, na contratação de PRONAF para esta modalidade. A diminuição no acesso ao crédito foi da ordem de 25,6.

Analisando a produção agrícola, cujas modalidades de acesso ao crédito, tanto custeio, quanto investimento, decresceram. O custeio a partir de 2009 (Gráfico 11) e o investimento agrícola a partir de 2013 (Gráfico 12), é possível perceber que a produção de feijão, no intervalo de tempo entre 1996-2016 (Gráfico 16), além e não acessar mais nenhuma modalidade creditícia desde 2012, aparenta acompanhar a disponibilidade de recursos pluviométricos. Ou seja, nos anos em que chove, há boa produção da safra. Do contrário, os resultados produtivos são desfavoráveis. A produção continua em queda, com maior severidade, a partir de 2012, quando começa uma sequência de cinco anos de escassez de chuva.

A produção de milho aparenta ter sentido o efeito da injeção de custeio agrícola, no período de 2006 a 2011 (Gráfico 17), quando sofre queda, a qual também pode estar relacionada à baixa precipitação pluviométrica no município. Além da escassez de chuva, a ocorrência irregular pode ter afetado a produtividade das roças de milho, déficit que foi amenizado pela

possibilidade de compras no balcão da CONAB, cujo escritório que atende a Mauriti fica localizado no município de Brejo Santo<sup>73</sup>.

O Capítulo 2 também permitiu verificar que tanto os recursos do PNAE como do PAA (Gráficos 19 e 20), relativos à compra da merenda escolar oriunda da agricultura familiar, apontam para uma maior participação desses agricultores, especialmente o intervalo entre os anos de 2009 a 2013, o que aparenta reforçar a hipótese de que a gestão petista municipal realizou a aproximação da categoria agricultura familiar das políticas públicas voltadas para esse público. Do ano de 2013 para 2014, o contingente de agricultores familiares fornecedores do PAA aumenta de 170 para 1071, um aumento de 6,3 vezes.

Nos acostamos a Grisa e Schneider (2014), quando os autores destacam políticas para a agricultura familiar orientadas em políticas sociais e assistenciais, como o Programa Garantia Safra, instituído em 2002, cujo objetivo foi garantir renda aos agricultores familiares, especificamente ao segmento mais vulnerável desta categoria. O Gráfico 21<sup>74</sup> mostra que o recurso tem sido acessado, pelo menos desde o ano de 2006, com maior ênfase no ano de 2013, quando inicia o período de seca.

Tal cenário leva à reflexão que, constatada a fragilidade de dependência das condições edafoclimáticas, tem-se a oportunidade de buscar alternativas para o desenvolvimento da agricultura familiar com tecnologias, manejo e condições de trabalho considerando a seca como um fator existente. Destaca-se também a necessidade de revisão de políticas públicas orientadas pelo social e socioassistencial e o risco dessas iniciativas transformarem-se em janelas para constituição de um capital eleitoral, no sentido em que, principalmente a gestão municipal, mais próxima do agricultor familiar, use o acesso a este tipo de política como uma influência para favorecimento no cenário eleitoral.

Os dados do Capítulo 2 (Gráfico 22, Quadro 26 e Quadro 31) oportunizaram também a percepção de uma correlação positiva entre o número de aposentadorias rurais concedidas em Mauriti, o aumento do número de pessoas idosas (acima de 80 anos, especialmente) e o impacto

---

<sup>73</sup> A partir do ano de 2011, a CONAB disponibilizou vendas de milho a agricultores familiares prejudicados com a estiagem. Através do cadastro e na condição de possuir DAP, o agricultor dirigia-se ao escritório na Conab mais próximo do seu município (no caso de Mauriti, o escritório com balcão de vendas é em Brejo Santo), mediante o pagamento do boleto referente à quantidade de sacas de milho que poderia adquirir, recebia a quantidade correspondente. Segundo dados do Portal da Transparência, disponível em [http://sisdep.conab.gov.br/transparencia\\_internet/relatorio/vendaBalcão?ln=8](http://sisdep.conab.gov.br/transparencia_internet/relatorio/vendaBalcão?ln=8), de 2011 a 2017, os agricultores mauritiense cadastrados compraram 3.126 toneladas de milho, em 4004 operações, perfazendo um total de 1,05 milhão de volume de compra.

<sup>74</sup> O banco de dados oficial só disponibilizou informações a partir de 2006.

conjunto na variável longevidade no IDHM. A renda oriunda da aposentadoria rural, além de garantir qualidade de vida ao agricultor familiar, faz uma composição importante na renda familiar do que é obtido com a venda de excedentes da produção, ajudando, inclusive, ao equilíbrio ou resistência da economia desse grupo.

Em nível estadual, o Capítulo 2 apresentou o Projeto São José e o Programa Agentes Rurais como iniciativas importantes para promover infraestrutura, segurança hídrica e um importante desencadeamento de trabalho de assistência técnica no estado, mas especialmente em Mauriti. Apesar da dificuldade de trabalho do quadro funcional da EMATERCE, as duas propostas entram na composição de forças dos fatores que influenciaram positivamente a agricultura familiar municipal.

Em nível municipal, o trabalho do poder público municipal, especialmente após o ingresso do partido dos trabalhadores como legenda representativa na gestão executiva do município, de aproximar as políticas públicas dos agricultores familiares, buscando meios de formação técnica dos filhos desses agricultores e organizar estrutura para produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Observada uma conjuntura que conjugou forças de impulsionamento da agricultura familiar em nível federal, estadual e municipal, o Capítulo 3 oportunizará respostas sobre a condição de diversidade da agricultura familiar de Mauriti, bem como a importância de considerar seu caráter multifuncional, além do produtivismo. Persistindo sobre as questões relacionadas ao acesso à terra, o capítulo apresentará o acesso às políticas redistributivas de terras, destacando as experiências locais dos condomínios produtivos e da Bacia Leiteira e do caso mais crítico, o acampamento do INCRA, e outros aspectos que podem contribuir na formação de múltiplos projetos da agricultura familiar mauritiense.

### 3. CAPÍTULO 3 – O MOSAICO DE AGRICULTURAS EM MAURITI: HETEROGENEIDADE E MÚLTIPLOS PROJETOS

É absolutamente inequívoco que o desenvolvimento rural do Brasil deve levar em conta a diversidade de sua estrutura social e econômica da agricultura e do meio rural. Certamente, estudos e pesquisas sobre essa diversidade econômica e imensa heterogeneidade social são uma demanda necessária e urgente a ser encaminhada (SCHINEIDER; CASSOL, p. 255-256, 2014).

No capítulo 2 da tese foram apresentados dados secundários sobre a produção agropecuária do município Mauriti, mostrando que o acesso ao crédito, aliado ao alcance do uso e posse da terra, estão produzindo condições favoráveis para o saldo positivo da agricultura familiar. Especialmente e com ênfase no período da gestão do Partido dos Trabalhadores no município (2005-2011/2013-2016). Entretanto, a fim de aprofundar as análises sobre o protagonismo dessa categoria, resguardando condições de empoderamento do agricultor familiar mauritiense, o presente trabalho necessita arraigar a percepção sistêmica pelo olhar dos atores acerca dos aspectos que induziram os projetos de agricultura familiar existentes no município.

Nesse capítulo pretende-se passar descrever o campo empírico, apresentando como as variáveis da equação terra+capital+trabalho estão, de forma institucionalizada, via políticas públicas ou de outras iniciativas, presentes de modo mais ou menos combinado nos diversos projetos da agricultura familiar mauritiense. Saindo da generalidade apresentada nos dados secundários problematizados nos 1º e 2º capítulos da tese, serão apresentadas algumas especificidades dos diferentes grupos que podem fazer parte da mesma categoria genérica – agricultura familiar.

Intenta-se apresentar o mapa de Mauriti no formato de uma cartografia do campo empírico, constituído pelos projetos de agricultura familiar presentes nas diversas e diferenciadas propostas. Também pretende-se avaliar quais políticas e ações sociais possibilitaram o acesso à terra. Almeja-se, ainda, identificar, através de uma tipologia<sup>75</sup> própria, os grupos de agricultores, sendo esses tipos baseados em diferentes proporções nas variáveis

---

<sup>75</sup> Tipologia é o estudo, análise ou classificação baseada em tipos ou categorias. Lamarche (1998, p. 53), trabalhando com tipologias relacionadas à agricultura familiar, alertou que na proposta classificatória, a variabilidade nas relações dos indivíduos e dos grupos aos quais possam pertencer, assim localizados por “estímulos idênticos”, revelam diferenças sociais e culturais. Desta forma, é crucial que as variáveis definidoras dos extratos do modelo proposto não sejam examinadas isoladamente, sendo exploradas dentro e fora dos sistemas para serem devidamente compreendidas.

**terra+capital+trabalho**, detectando nesse processo as agências e atores que têm sustentado os diversos tipos de agricultura familiar no município.

Para estabelecer a equação terra+capital+trabalho, amparou-se na Lei 11.326/2006, a qual reconhece oficialmente a agricultura familiar como categoria social, que nas condições de enquadramento, estabelece quatro requisitos como exigência: 1) a **terra**, aqui entendida como terra de trabalho, “menor que quatro módulos fiscais”; 2) o **trabalho** para o desenvolvimento das atividades econômicas, “predominantemente executadas pela mão-de-obra familiar”; 3) o **capital**, procedente de rendas prevalentemente “oriundas do núcleo do estabelecimento familiar”; e 4) a **gestão**, executada pela “família constituidora” daquele projeto (BRASIL, 2006, sem paginação, grifo nosso).

Persistindo ainda sobre o acesso à terra, serão apresentadas as modalidades de reforma agrária, redistributiva e por negociação (ou de mercado), cujas iniciativas também aconteceram em Mauriti, além de apresentar a experiência local dos condomínios produtivos. Todavia, além de apontar outros meios de obtenção da terra de trabalho, as análises serão alinhavadas com a fala dos agricultores familiares, cujas as narrativas foram levantadas durante a pesquisa empírica, desvendando quais os projetos de agricultura familiar existem e o quanto estão consubstanciados em Mauriti.

Encaminhando-se para fechar o ciclo de descobertas e reflexões que nortearam esse trabalho, propõe-se fazer um esforço de interlocução e confronto das falas que enriqueceram a investigação com a percepção do universo da agricultura familiar, vista pelos olhos dos protagonistas, colocando suas impressões, reivindicações e propostas sobre o tripé já apresentado, como condição para o que temos denominado de “protagonismo” da agricultura familiar: terra+capital+trabalho. Serão apresentadas ainda as narrativas dos ex-prefeitos de Mauriti, Evanildo Simão e Isaac Júnior, ambos do Partido dos Trabalhadores, cujas as histórias de vida e ativismo aparentam ter alinhavado a trajetória dessa agricultura familiar.

Para responder à questão sobre como foi constituída essa agricultura familiar em Mauriti, tomou-se por opção imergir no universo espacial dessa agricultura, que além de numerosa, também não apresentava uma homogeneidade, segundo os dados secundários acessados em diversas bases de dados, alimentadas pelas Políticas Públicas voltadas à agricultura familiar, conforme Quadro 36:

QUADRO 36: ESTIMATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES NAS BASES DE DADOS SECUNDÁRIAS

Fonte	Quant.	Referência	Registro
Estabelecimentos familiares	3.114	IBGE (2006)	Quadro 3
Arrendatários e parceiros	4.118 = 3.185+933	IBGE (2006)	Gráfico 3
Proprietários	2.028	IBGE (2006)	Quadro 14
Fornecedores do PAA	1.071	MDA (2014)	Gráfico 20
Minifúndios e pequenas propriedades	3.756	INCRA (2014)	Quadro 17
Acesso ao PRONAF	2.822	BACEN (2016)	Quadro 22
Nº de DAPs emitidas	12.591 <sup>76</sup>	MDA (2016)	Gráfico 25
Beneficiários do Garantia Safra	3.136	MDA (2016)	Gráfico 21
Beneficiários do Bolsa família	8.031	MDA (2016)	Gráfico 23
Nº de famílias de assentamentos PNCF	80 <sup>77</sup>	AGROPOLOS (2010)	Quadro 2

Fonte: elaborado pela autora (2018)

Subtraindo o número correspondente de Declarações de Aptidão ao PRONAF (12.591 DAPs ativas e inativas), o número mais significativo relacionado ao universo dos agricultores familiares (ver Gráfico 25), e o número oficial de estabelecimentos familiares (3.114, ver QUADRO 3), considerando ainda um intervalo de dez anos de diferença cronológica entre as duas bases de dados das quais retiramos esses números, temos uma diferença de quase dez mil agricultores familiares no município. Embora não possam ser comparados, mas nos deixaram inquietações quanto ao nível de confiança nas metodologias para que pudéssemos inferir sobre a real proporção do universo da agricultura familiar mauritiense.

Não é tarefa metodológica simples selecionar uma amostra representativa de um universo de agricultores familiares tão amplo, distribuído em um espaço geográfico e 1.045km<sup>2</sup>. Para atender ao objetivo de conhecer a distribuição espacial dos protagonistas da agricultura familiar, ou seja, o desenho do que a presente tese vai intitular de mosaico de agriculturas, nos meses de outubro a dezembro, ora com o auxílio do senhor Anselmo Maranhão, ora desenvolvendo sozinha, foram realizadas seis entrevistas nos assentamentos de reforma agrária de mercado, duas entrevistas no acampamento INCRA, quatro entrevistas nos condomínios produtivos, duas entrevistas nos assentamentos implantados por interesse do governo e dois agricultores em dois estabelecimentos adquiridos via compra particular. Um total de dezesseis

<sup>76</sup> Número atualizado para 37.546 DAPs, emitidas de 2003 a 2017, com destaque para o ano de 2010, onde foram emitidas 8.162 declarações de aptidão, representando 21,7% do total. Esse número foi fornecido através do Sistema de Informação ao Cidadão, pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD (2018)

<sup>77</sup> Atualizado para 199 famílias

entrevistas, percorridos aproximadamente 1.560km<sup>78</sup> de deslocamento para as localidades dos assentamentos, condomínios e os demais agricultores.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos agricultores. A conversa era conduzida de forma a abranger respostas que atendessem as questões relacionadas à terra, ao capital e ao trabalho do agricultor familiar, além de outros detalhes como o tamanho do assentamento, da terra e a quantidade de associados. As informações levantadas estão apresentadas no Quadro 37, com a síntese das coletas. Julgou-se procedente, através da apresentação em quadro, oferecer celeridade na leitura e percepção dos pontos importantes para conhecer o perfil mais geral da agricultura familiar no município, auxiliando no procedimento metodológico.

QUADRO 37: PROJETOS DE AGRICULTURA FAMILIAR EM MAURITI ONDE FOI REALIZADA A PESQUISA

PROJETO	Ano do projeto	Nome do Projeto	Qtd de Fam. benefic.	Área aquis. (ha)	Valor contr. (R\$ Mil)	Localização (distrito)	Tecnologia
Assentamentos Crédito Fundiário	2004	Bananeira/Catingueira	10	415,50	137,2	Nova Santa Cruz	Não irrigado
	2004	Cajueiro do Coité	12	177,61	192,0	Coité	Não irrigado
	2005	Pau Branco	12	274,97	168,0	Coité	Irrigado
	2005	Riacho do Mel	10	167,24	170,8	Buritizinho	Não irrigado
	2007	Catingueira II	8	123,70	116,4	Anauá	Irrigado
	2010	Edson Tavares	4	22,84	125,4	Coité	Irrigado
Assent. Ocupação	2010	INCRA	28	630,00	1.300,0	Buritizinho	Não irrigado
Condomínio Produtivo	2000	Tasso Jereissati	14	210,00	n.i.	Coité	Irrigado
	2000	Waldemar Alcântara	23	100,00	n.i.	São Miguel	Irrigado
	2002	Condomínio da Mulher	10	9,00	n.i.	Sede	Irrigado
	2002	Tanquinho	14	112,00	n.i.	Sede	Irrigado
Interesse do Governo	1972	Quixabinha/DNOCS	24	120,00	-	Palestina	Irrigado
	2010	Vila do Descanso	80			Umburanas	Irrigado
Outra modalidade	2000	Bacia Leiteira	-	-	-	São Miguel	Irrigado

Fonte: elaborado pela autora (2018)

O Quadro 37 é uma amostra das condições diversas de agriculturas familiares presentes no espaço rural mauritiense, onde seus representantes transitam em rupturas (WANDERLEY, 2004), ora abraçando o perfil empreendedor e os ajustes necessários ao novo papel, ora caminhando pelas suas continuidades (WANDERLEY, 2004) históricas e culturais.

<sup>78</sup> Dado obtido dos registros feitos em diário de campo da pesquisa empírica

Apoia-se na condição, ao perceber essa variabilidade, no que defende Moreira (2009, p. 61), de que “a agricultura familiar, como categoria de análise, representa um campo social objetivado e subjetivado historicamente em processos de mutação, que nos possibilitará falar de seu lugar no passado, no presente e suas possibilidades futuras”. O autor ainda instiga a reflexão de que “a utilização da categoria geral agricultores familiares obscurece suas diferentes formas sociais, bem como as diferenças regionais e a multiplicidade de processos em curso” (p. 73, grifo do autor). Passemos então à descrição do campo empírico.

### 3.1. INICIANDO PELA DESCRIÇÃO DO CAMPO

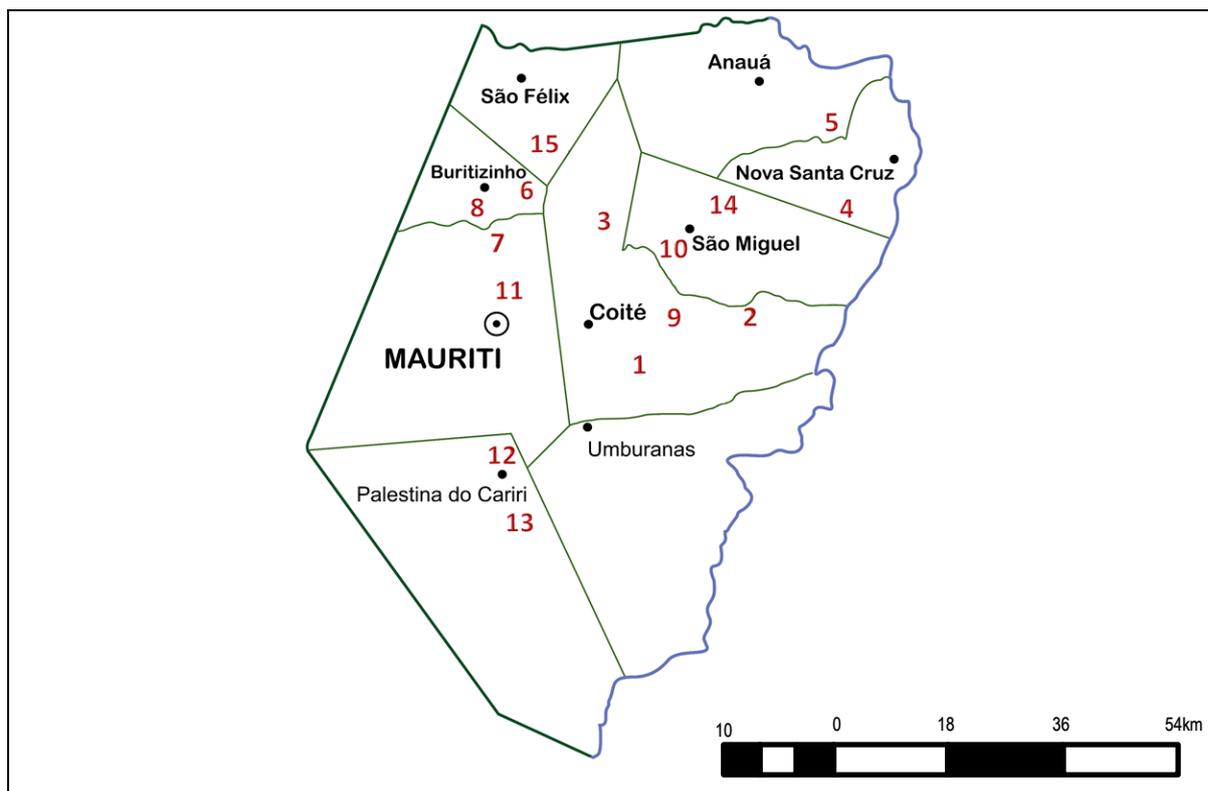
Geograficamente, Mauriti é constituído em divisão territorial por oito distritos rurais e a sede municipal. Além dos estabelecimentos rurais originados por compra ou divisão de herança, os quais constam em 3.401 propriedades no censo agropecuário de 2006, há dez assentamentos implantados via crédito fundiário; um acampamento por ocupação; quatro Condomínios Produtivos e dois assentamentos implantados por interesse do Governo. Além desses grupos, uma área de estabelecimentos de posse individual, reunidos em associação e denominado Bacia Leiteira. Esses grupos diversificados de agricultores familiares, estão como que identificados pelo desejo de construção de um espaço de vida e trabalho em torno da produção agropecuária.

O Mapa 5 pode oferecer uma noção espacial da distribuição dos projetos comunitários de agricultura familiar investigados: o assentamento Catingueira II, localizado no distrito de Anauá, no Buritizinho dois projetos – INCRA e Riacho do Mel. O Coité é o distrito que mais possui projetos: o Condomínio Produtivo Tasso Jereissati e os assentamentos Pau Branco, Edson Tavares e Cajueiro do Coité. O assentamento Bananeira/Catingueira está localizado no distrito Nova Santa Cruz. A Vila do Descanso e o Quixabinha estão situados no distrito de Palestina. No distrito de São Miguel funcionam o Condomínio Produtivo Waldemar Alcântara e o caso especial da Bacia Leiteira de Mauriti. Na área da sede municipal os Condomínios Tanquinho e Condomínio da Mulher<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Dos assentamentos do crédito fundiário existentes em Mauriti, não foi possível realizar entrevistas no Açude de Pedra, Coité Comprido, Oitis e Olho d'água da Mutamba.

MAPA 5: MAURITI, DISTRITOS ADMINISTRATIVOS E A LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E CONDOMÍNIOS PRODUTIVOS



Fonte: Elaborado pela autora com base no georreferenciamento do Google Earth, com a localização das visitas realizadas via GPS (2018)

Legenda: **1** – Paus Brancos; **2** – Cajueiro do Coité; **3** – Edson Tavares; **4** – Bananeira/ Catingueira; **5** – Catingueira 2; **6** – Riacho do Mel; **7** – Tanquinho; **8** – INCRA; **9** – Tasso Jereissati/Agrovila; **10** – Waldemar Alcântara; **11** – Condomínio da Mulher; **12** – Vila do Descanso; **13** – DNOCS/Quixabinha; **14** – Bacia Leiteira; **15** – São Félix

Apesar de não se constituir como uma proposta que tenha propiciado reforma agrária, todavia registra-se a implantação de um projeto comunitário de agricultores familiares, o Perímetro irrigado do distrito da Quixabinha (DNOCS), instaurado em Mauriti ainda no período do governo militar, em 1972, cuja desapropriação de terras para implantação do perímetro teve início dois anos antes. Na década de 1970 havia, em continuidade, o mercado de terras em Mauriti, haja vista que no censo de 1970 existiam 2.497 estabelecimentos menores que 200ha (relembrando que 180ha é o tamanho da área para a agricultura familiar em função do módulo fiscal) (IBGE, 1970). Em 1996, quando é institucionalizado o Pronaf e ano em que adquirem ênfases as propostas de reforma agrária de mercado, Mauriti já possuía 3.742 estabelecimentos rurais. No intervalo de 25 anos tem-se um aumento de 49,86%, ampliando em 1.245 novos estabelecimentos dentro do grupo de proprietários que podem ser caracterizados como agricultores familiares.

Na perspectiva de produção agropecuária, no mesmo intervalo de tempo – 1970-1996, excetuando o rebanho caprino, a produção de Mauriti, nos dados apresentados no capítulo 2, exibem um crescimento na ordem de 59,86% para o rebanho bovino, 47,99% para o rebanho suíno, 282,28% para os galináceos. Na produção agrícola os percentuais de aumento foram 1.430,61% para produção de milho, 1.628,01% para produção de feijão e 102,44% para mandioca (IBGE, 1970; IBGE, 1996).

Até onde foi possível desvelar, a ampliação dos espaços da agricultura familiar, no período entre a implantação do primeiro projeto – O perímetro irrigado e o reconhecimento institucional da agricultura familiar pelo Pronaf e, da implementação de políticas de acesso à terra, antecedidas pela criação de um mercado de terras, pode-se inferir a relevância e a força da agricultura familiar para a produção agropecuária de Mauriti, tendo como resultado as lutas pela ampliação do espaço ocupado por essa agricultura, sendo essa pujança bem mais expressiva na pecuária.

Acrescenta-se a estas análises a observância sobre os baixos índices de precipitação pluviométrica no período 1970-1996, embora os dados disponíveis sejam apenas a partir apenas de 1977 (Gráfico 26), com ocorrência de boa estação chuvosa apenas em 1985 e 1989. Ao que se apresenta, ao analisar o período de 1970-1996, as dificuldades climáticas não conseguiram preponderar, embora certamente possam ter trazido impedimentos para um maior crescimento da agropecuária municipal, sobre a ampliação da participação agricultura familiar no espaço rural mauritiense.

As estatísticas, presentes nos censos agrícolas e agropecuários e nos registros inventariais, as quais apresentam acentuada alteração na estrutura fundiária do município, revelam uma tendência para ampliação do espaço ocupado pela agricultura de base familiar desde o século XIX, através do acesso à terra. Processualmente, os estabelecimentos familiares haviam suplantado a grande propriedade, a qual desaparece dos registros fundiários municipal em 1995. Neste mesmo período, inauguram-se o Pronaf e a modalidade de política de reforma agrária assistida pelo mercado – RAAM. Todavia, outras iniciativas relevantes de mobilização de grupos de agricultores somente serão aquecidas cinco anos depois, em 2000. Dez anos se seguem em que pelo menos dezesseis projetos comunitários de agricultura familiar são inaugurados no campo empírico aqui estudado. As cinco subseções seguintes explicitarão os projetos comunitários de AF presentes em Mauriti.

### 3.1.1. Os assentamentos de crédito fundiário

Mauriti possui, desde 2004, dez assentamentos implantados, cujo acesso à terra se deu através de projetos de crédito fundiário, resultantes da política pública de Reforma Agrária de Mercado, que será tratada na seção 3.2. Seis deles foram visitados durante a pesquisa de campo. Localizados, conforme síntese do Quadro 41, nos distritos de Nova Santa Cruz, Coité, Buritizinho e Anauá.

O primeiro projeto visitado, o assentamento do Pau Branco, é formado por 12 famílias, cada uma com um estabelecimento que mede em torno de 22,9ha. Localizado no distrito do Coité, tem acesso relativamente facilitado, nas imediações da Transposição do Rio São Francisco<sup>80</sup>. Para chegar até o assentamento é possível acompanhar as obras da Transposição e o movimento de operários, caminhões, tratores, carros de grande porte que trabalham nas obras. Parte do acesso se dá por estrada asfaltada e parte por estrada de piçarra. No assentamento há uma vila de moradias de alvenaria, construídas em semicírculo, com uma área de ingresso comum a todas as casas. As famílias são constituídas de pessoas jovens, com filhos ainda em idade escolar. A entrevista foi realizada com o senhor Geraldo Holanda, presidente da associação, que foi fundada para viabilizar as questões legais da compra da terra pelo financiamento da política pública.

No assentamento do Pau Branco, os moradores conseguiram, há uns três anos, conforme informado pelo senhor Geraldo Holanda, cavar um poço profundo com uma excelente vazão de água, cerca de 80 mil litros de água por hora. Apesar das residências possuírem cisternas de placa<sup>81</sup>, que possam garantir uma segurança hídrica para o consumo familiar, os

---

<sup>80</sup> A transposição do rio São Francisco é um projeto de deslocamento de parte das águas do rio São Francisco, intitulado Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A proposta do Governo Federal está sob responsabilidade do MIN - Ministério da Integração Nacional. A obra presume a construção de mais de 700 quilômetros de canais de concreto em dois grandes eixos (norte e leste) ao longo do território de quatro Estados (Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte) para o desvio das águas do rio. No estado do Ceará as obras passam pelo município de Mauriti.

<sup>81</sup> Cisternas de Placa são reservatórios cilíndricos, construídos próximo à casa da família de agricultores, que armazenam a água da chuva. A água é captada por uma estrutura com calhas de zinco e canos de PVC, armazenada no reservatório, proporcionando água de boa qualidade. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), é uma iniciativa financiada pelo MDS desde 2003, tendo sido instituído pela Lei Nº 12.873/2013 e regulamentado pelo Decreto Nº 8.038/2013. O objetivo central é a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Ainda segundo o MDS, o público-alvo do programa são famílias rurais de baixa renda que tenham sido atingidas pela seca ou falta

agricultores familiares daquela localidade decidiram investir em irrigação para aumentar e variar os cultivares. A disponibilidade do recurso hídrico do poço artesiano possibilitou plantio de goiaba, banana, amendoim e palma. Também existem nos quintais das casas pequenas hortas com cultivo de pimentão, jerimum, tomate, coentro e cebolinha. Nos lotes há criação de bovinos, suínos e galináceos.

O comércio resultante da produção das frutas é feito com os atravessadores. A negociação dessa venda se dá em grupo, para que haja melhoria do preço final e, conseqüentemente, melhor lucratividade para os agricultores. O poder de barganha do comércio conjunto dos agricultores com os atravessadores permite o ganho coletivo, por minorar os custos de frete para os agricultores, se comparada esta opção pela alternativa desses agricultores levarem seus produtos para venda em outra localidade. Ao invés disso, negociam conjuntamente com os atravessadores para que comprem a produção do grupo, pagando um mesmo valor para os assentados, por produto.

O outro assentamento localizado no distrito do Coité, o segundo a ser pesquisado, é o Edson Tavares. No início da iniciativa do projeto eram quarenta famílias. Em função das delongas para concretização do financiamento para a compra da terra, segundo informou o senhor Gabriel Silva, um dos assentados do local e entrevistado, atualmente só moram e trabalham quatro agricultores familiares e suas famílias. A localização do Edson Tavares é bem acessível, mas a estrada ainda é de piçarra. As casas de moradia foram construídas dentro do orçamento do projeto do assentamento e possuem cisternas de placa. Os lotes têm 25ha de tamanho. As famílias são constituídas de pessoas jovens e filhos em idade infantil. O senhor Gabriel Silva, informou que a associação a que estão filiados funciona desde a constituição inicial da ideia da compra da terra.

As famílias do Edson Tavares, através de recursos próprios, renda de outras fontes como empregos não agrícolas, cavaram um poço profundo que serve para o consumo familiar e, principalmente, para irrigação das produções de: melancia, maracujá, goiaba e feijão, na expectativa do aumento da produção e de renda da agricultura. As famílias também criam animais de pequeno porte – suínos e galináceos.

---

regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participarem, as famílias devem necessariamente estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Dos assentamentos via crédito fundiário implantados em Mauriti, o Edson Tavares é o mais recente, fundado no ano de 2010. O projeto ainda caminha no processo de estruturação, razão pela qual o senhor Gabriel Silva, entrevistado, relatou dificuldades de comercialização. Segundo o senhor Gabriel, com saldos depreciativos para o agricultor. O processo de estruturação do lote demanda ainda investimentos como cercas, sistema de irrigação, acesso de estrada ou espaços vicinais para toda a área de produção agrícola e distribuição de energia elétrica.

Dentro do mesmo distrito municipal, o Coité, localiza-se o assentamento Cajueiro do Coité e o terceiro que acessamos na pesquisa de campo. É o que fica mais distante da sede e mais próximo da chapada leste que circunscreve o limite municipal de Mauriti com o estado da Paraíba. As estradas que dão acesso ao Cajueiro do Coité são razoavelmente boas, mas já apresentam deterioração. O relevo acidentado facilmente permite o desgaste das estradas com as chuvas, dificultando a manutenção e, obviamente, o acesso àquela comunidade.

O assentamento foi instaurado em 2004. Originalmente eram doze famílias, com uma média de 14,8ha por lote. Mas hoje já existem casas de filhos e netos dos assentados, os quais trabalham juntos com seus pais e avós, os fundadores. As casas estão localizadas paralelamente à estrada que vai para o sítio chamado Coité Comprido. É um pequeno povoado com comércios de mercantis, campo de futebol, armazéns e o prédio da associação dos agricultores que, além dos fundadores do assentamento, possui outros participantes, agricultores que residem na área que circunscreve o assentamento.

O carro chefe da produção do Cajueiro do Coité ainda é o mel, vendido a atravessadores, mas com vantagem para os agricultores. Todavia, em função dos anos de seca, queimadas e desmatamento, a produção caiu consideravelmente. Além do mel, os agricultores plantam milho, feijão, mandioca, caju. Do caju os agricultores vendem a polpa, fazem o doce e comercializam as castanhas. A pecuária se concentra na criação de gado, porco e ovelhas.

O comércio do mel ainda se faz por meio dos atravessadores, os quais possuem melhor estrutura de transporte em baldes metálicos. As demais produções são vendidas no mercado, na sede do município, e na base da parceria com os vizinhos. As residências possuem cisternas de placas, política comum no semiárido. O poço profundo da comunidade serve para o consumo familiar, não é utilizado para grandes irrigações, apenas as hortas existentes nos quintais das casas.

O quarto projeto observado, o assentamento Bananeira/Catingueira, está localizado no distrito Nova Santa Cruz, muito próximo da fronteira municipal com a Paraíba. Foi implantado em 2004, mas parte dos assentados já morava na região desde a década de 1990, trabalhando como rendeiros para os antigos proprietários. As estradas que levam ao assentamento apresentam difícil acesso. Segundo os moradores, há antigüíssimas promessas políticas para construção asfáltica da sede do município até a extrema com a Paraíba, a qual nunca se concretizou. O projeto é constituído por dez famílias e os lotes medem cerca de 40ha. A vila de casas foi construída ao longo da estrada, mas não foram financiadas pelo projeto. A maioria das casas ainda é de pau a pique ou taipa<sup>82</sup> com precária estrutura de banheiro dentro das residências.

Na vila de casas há uma pequena estrutura de casa de farinha, um poço profundo, incluído no projeto do assentamento, e uma caixa d'água comunitária, mas utilizada apenas para o consumo familiar. Todas as residências possuem cisternas de placas. Apesar de estrutura residencial bastante precária, mas a comunidade possui energia elétrica. Os agricultores do Bananeira/Catingueira são totalmente dependentes da quadra invernososa<sup>83</sup>. Plantam feijão, milho e mandioca, a qual é beneficiada na casa de farinha comunitária, onde são produzidas a goma e a farinha. Dos projetos de assentamentos de crédito fundiário visitados foi o que apresentou maior precariedade.

No distrito de Anauá, no alto da chapada, está localizado o quinto projeto examinado *in loco*, o assentamento Catingueira II, muito distante da sede municipal e limítrofe a apenas um quilômetro e meio de Monte Horebe, na Paraíba. Subir até esta localidade, mesmo utilizando veículo tracionado, é uma tarefa obstaculizada pelo difícil acesso ao assentamento. A estrada atravessa o riacho do São Miguel, cujo tráfego só foi possível em razão de que a viagem feita para coleta da entrevista se deu no mês de novembro, no período da seca, e o trecho ultrapassado do riacho encontrava-se sem água.

---

<sup>82</sup> Casa de taipa é uma técnica construtiva antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais, e vigas horizontais. As vigas são amarradas entre si por cipós, dando origem a um grande painel perfurado que, após ter os vãos preenchidos com barro, transformava-se em paredes.

<sup>83</sup> Segundo informações da FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, é comum, no estado do Ceará, denominar a estação chuvosa de “inverno” ou de quadra “invernososa” ou quadra de chuvas. Contudo, esse período não corresponde à estação do ano conhecida como “inverno”, que se refere, no Brasil, aos meses de junho, julho e agosto. A expressão “inverno” tem sido popularmente usada para designar o período da Quadra Chuvosa ou quadra invernososa do Ceará, devido ao aumento da cobertura de nuvens (encobrendo o Sol), maior frequência de chuvas e a diminuição que ocorre nas altas temperaturas, após alguns eventos de chuvas.

O Catingueira II é constituído por dez famílias, assentadas em lotes de 15,5ha. O difícil acesso é um fator que leva a apenas um dos assentados residir na vila de casas que foi construída no projeto. Contudo, todas as dez casas possuem cisterna de placas e há um poço profundo que foi perfurado com financiamento público, servindo para o consumo da única família residente e para irrigar os lotes dos assentados. Na visita realizada percebeu-se que os agricultores usam as cisternas como tecnologia alternativa de irrigação. Como a vazão do poço é pouca, mas como só há uma única família residindo na vila de casas, os agricultores enchem as cisternas e utilizam irrigação por gotejamento e por gravidade, uma vez que o assentamento se localiza em região íngreme. Nos lotes são produzidos goiaba, maracujá, palma, caju, colorau e pimenta. No sistema extensivo, alguns agricultores criam gado.

A produção obtida no Catingueira II, em parte é levada para a sede municipal, em função de que os assentados residem em outras localidades. Então, como há o deslocamento diário do assentamento para o outro local de moradia, é mais vantajoso levar o produto para ser comercializado no mercado da sede ou nas feiras dos distritos. Parte da produção, especialmente as frutas, são comercializadas com os atravessadores paraibanos, cujo deslocamento se dá com maior fluidez para o município de Monte Horebe.

O sexto projeto visitado, o Riacho do Mel, foi um assentamento de crédito fundiário que também foi averiguado nas coletas empíricas. Fundado em 2005, está localizado no distrito do Buritizinho, sendo composto por dez famílias, cujos lotes possuem 16,7ha. As casas são situadas mais espaçadas umas das outras, se comparado a outras localidades. A estrada de acesso é feita de piçarra e está em boas condições de conservação. Para chegar até o Riacho do Mel, transita-se por outros estabelecimentos e pelo acampamento do INCRA. As famílias dos assentados variam em relação à faixa etária. Há crianças e adolescentes, filhos ou netos dos fundadores. Além das residências e estrutura de produção como curral e pocilga, há o que se conhece na região como pista de vaquejada, uma área para realização de atividade cultura típica da localidade, em que homens, em pares, montados em cavalos, tentam derrubar uma novilha de vaca em uma área delimitada do espaço do chamado parque de vaquejada.

Os agricultores do Riacho do Mel não possuem sistema irrigado, dependendo das chuvas para a sua produção. No passado cultivaram o caju, mas, com os anos de seca, este tipo de produção ficou insustentável. Atualmente plantam milho, feijão e mandioca. Todavia, para os agricultores do Riacho do Mel, a pecuária foi a produção que conseguiu sustentabilidade, mesmo com o impacto da seca. Para o sustento dos animais, senhor José Francisco Bezerra, entrevistado, informou que é comum a prática de compra de pasto. Os agricultores alugam uma

área em que haja oferta de capim e transferem o gado para que possa se alimentar até o encerramento da oferta ou a chegada do novo período de chuvas.

Em função da dependência de precipitação pluviométrica, as vendas do que é produzido no Riacho do Mel se dão especialmente na base da parceria, feita a amigos ou vizinhos, principalmente em relação a animais de pequeno porte, cuja negociação alcançam valores entre 100 e 300 reais. A comercialização da produção também é feita em armazéns no próprio distrito do Buritizinho, onde os agricultores levam sacos de feijão, milho e macaxeira, para a venda direta ou em consignação. Outra alternativa é a comercialização direta com aposentados.

Uma das inquietações surgidas em relação à constituição dos assentamentos via crédito fundiário era saber de quem teria sido a iniciativa, quem havia despertado o interesse e mobilizado os agricultores. Nas entrevistas percebeu-se que alguns nomes foram reiteradamente mencionados, entre os quais a alusão feita à senhora Maria José Lucena (Mazé), que atuou como mediadora, como mobilizadora dos grupos, Mazé conhecia os trâmites burocráticos para viabilizar os projetos comunitários de agricultura familiar junto à instituição financeira.

Ao buscar informações sobre as razões que levaram dona Maria José Lucena a incentivar a implantação de tantos projetos, dos quais, além dos assentamentos do crédito fundiário, ela também fomentou a criação do Condomínio da Mulher; buscou-se informações sobre suas motivações para tal empenho. Maria José Lucena é atualmente professora da rede municipal de educação no município. Concluiu um curso técnico em agropecuária, na década de 1980, e participou de movimentos sindicais em Minas Gerais, onde residia antes de retornar a Mauriti, sua terra natal. Evanildo Simão, ex-prefeito, em entrevista reitera a importante participação de Maria José Lucena como uma liderança envolvida em diversas ações, especialmente aquelas que propiciaram a aproximação dos agricultores familiares das políticas públicas e outras oportunidades de fortalecimento dos espaços que oportunizariam processualmente o protagonismo dessa categoria. Nas políticas públicas redistributivas de terras, o destaque dado a Maria José Lucena, conforme cita Evanildo Simão (2018):

Maria José Lucena, eu conheci Mazé... Quando eu entrei no PT, Mazé já estava. Eu entrei em 1994, ela deve ter entrado em 1990, 1991, logo após as eleições presidenciais de 1989. Ela entrou dentro do partido e aí começou um trabalho de organização de mulheres. Eu lembro que na primeira Escola Sindical que nós fizemos, em 1995, Mazé já estava na linha de frente dessa luta e sempre muito focada com essa questão da agricultura. A família dela toda, uma família grande, de vários irmãos, mas sempre um povo muito estudioso, muito lutador. Teve um período da vida dela que

ela viveu em Minas Gerais, em Betim, e teve muitas experiências, naquela época, Betim era uma cidade automobilística e tinha um sindicato muito forte, então ela teve acesso a muitas dessas pautas de reivindicação e aí veio para Mauriti. Ela é de Mauriti e aí iniciou. Foi um momento que havia uma discussão sobre a estratégia dessa nova reforma agrária colocada por Fernando Henrique Cardoso, que era o Banco da Terra, crédito fundiário. O agricultor, ele mesmo paga a terra, o Governo só empresta o recurso e ele vai pagar. E não naquela modalidade do PRONERA, do INCRA, proposto pelo MST. Uma discussão mais comunitária, associativa. Como esse momento era preciso, era o que tinha, era o que tinha era aquilo ali para você ampliar a reforma agrária, então Mazé liderou esse processo em Mauriti e foi uma das grandes protagonistas para que o município pudesse ter a oportunidade de ter essa quantidade de assentamentos. Foi oriunda dessa luta, dessa organização dela. Partindo desde a mobilização das famílias até a organização do quadro associativo, da capacitação. Então é uma pessoa que merece todo o nosso reconhecimento (Entrevista com Evanildo Simão, realizada na Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

A fala do ex-prefeito sobre a atuação de Maria José Lucena assinala que a formação política de esquerda e a experiência de Mazé com a mobilização sindical foram fatores preponderantes para sua atuação junto aos agricultores, incentivando-os a lutar por projetos de redistribuição de terras em Mauriti. Além do acesso à terra, o trabalho em grupo, através da associação, é um procedimento que fortalece e propicia o fortalecimento da agricultura familiar. Estimular e acompanhar as políticas públicas foram processos incentivados por Maria José e, foi sem dúvida, relevante para dar volume à agricultura familiar. São agentes com esse perfil, sempre de prontidão, que criam um campo de possibilidades para as mudanças sociais, políticas e econômicas.

Também exercendo importância, mas não temos como tecer muitos detalhes, a presença da ONG Amigos do Bem apresentou-se como uma instituição agenciadora de melhorias econômicas e sociais para os agricultores familiares municipais. É citada em sua relevância pelos agricultores familiares do São Miguel e do Coité, onde está localizada as instalações dos Amigos do Bem. Trata-se de uma instituição que é amplamente conhecida em Mauriti, sendo destacada em muitas entrevistas como atuante em projetos de diminuição da pobreza rural e combate as vulnerabilidades sociais. A ONG instalou-se em Mauriti em 2003. É mantida com doações de empresários, artistas e da comercialização do que é produzido nas unidades agrícolas em funcionamento, dentre as quais aquela instalada em Mauriti.

Iniciou suas atividades distribuindo cestas básicas para as famílias carentes do município. Adquiriram uma área no distrito do São Miguel, construíram suas instalações administrativas e uma escola com salas de aula para a educação básica e salas de oficina de música, informática, esportes, além de bibliotecas. Na vila de casas do Condomínio Produtivo Tasso Jereissati, a Agrovila, ajudou a ampliar as 54 casas do projeto inicial. Atualmente somam quase 300 casas. A ONG também construiu uma panificadora, uma mini fábrica de polpa de

frutas, fábrica de beneficiamento de castanhas de caju e uma pequena fábrica de sacolas rústicas de tecido.

Os Amigos do Bem também oferecem aulas para os filhos dos agricultores no contraturno das aulas regulares na rede municipal. Dentre as ações de atuação da ONG para com os agricultores familiares, concedem as terras que adquiriram para os agricultores da Agrovila plantarem. A colheita é partilhada com os trabalhadores. A ONG construiu um aeroporto para pouso de aeronaves de pequeno porte no local, para o deslocamento de sua Diretora e funcionários, e conta com uma extensa rede de colaboradores para o projeto. Empresas brasileiras que doam veículos, ônibus, computadores e dinheiro para auxiliar nas necessidades contingentes.

Outra ação desempenhada pela ONG Amigos do Bem é a perfuração de poços profundos em vilarejos que não dispõem de fonte de água potável para o consumo familiar. A ONG realiza trabalho de assistência social em parceria com o governo municipal, mas não aceita, sob nenhuma hipótese, que os projetos sejam utilizados como *marketing* municipal. Essas observações foram obtidas com os moradores da Agrovila. No decorrer da pesquisa tentou-se, por diversas formas, um contato para entrevista com a Diretora ou outros funcionários, para aprofundar informações sobre as razões da instalação em Mauriti e outras questões, mas sem sucesso. Todavia, apesar da ausência de informações mais aprofundadas, especialmente pela perspectiva dos fundadores e gestores, o trabalho de pesquisa seria empobrecido se não mencionasse o relevante trabalho dos Amigos do Bem em Mauriti.

Em algumas das entrevistas, a exemplo do assentamento Pau Branco, recebemos a informação de que a ONG ofertará cursos superiores na modalidade à distância. O critério de seleção é que o candidato esteja inserido em algum projeto de agricultura familiar. Segundo informações do senhor Geraldo Holanda, na pré-inscrição, os interessados marcam a opção de suas preferências para a oferta de cursos. Ao que se apresenta, os Amigos do Bem ampliarão as condições de formação e educação dos filhos de agricultores familiares de Mauriti.

Além dos 14 lotes originais do Condomínio Produtivo Tasso Jereissati, os Amigos do Bem adquiriram terras e os agricultores residentes na Agrovila trabalham em plantação consorciada com os cajueiros, especialmente o feijão. Os agricultores colhem os cajus, as castanhas, os quais são beneficiados na fábrica de polpa e torração de castanhas, estruturas também implantadas pela ONG, a qual mantém funcionários com capacitação técnica para o processo agroindustrial implantado. O feijão colhido é totalmente distribuído com os

agricultores, para que possam consumir ou vender o excedente. O doce, a polpa e o suco de caju são comercializados pela ONG em embalagens diferenciadas, cujo lucro obtido com o comércio desses produtos é uma das fontes financeiras de sustentabilidade da ONG. O layout dos produtos é mostrado na Figura 8:

FIGURA 8: PRODUTOS AGROINDUSTRIALIZADOS PELA ONG AMIGOS DO BEM, UTILIZANDO O TRABALHO DOS AGRICULTORES FAMILIARES RESIDENTES À AGROVILA, COITÉ



Fonte: Imagem disponível no site da ONG: <https://www.amigosdobem.org/linhas-de-produtos/> (2018)

A iniciativa de agroindustrialização foi implantada pela ONG e não existe, no município, outro empreendimento de igual natureza em Mauriti. Os agricultores trabalham nesse tipo de iniciativa, mas não reproduzem o modelo de transformação e comercialização da produção agrícola da qual participam, nem mesmo os agricultores originais do Condomínio Produtivo Tasso Jereissati, que dentre os múltiplos projetos de agricultura familiar mauritiense, são os que apresentam um dos melhores resultados de produção de suas atividades.

Na próxima subseção será apresentada em mais detalhes a experiência local, denominada Condomínios Produtivos. Apesar das dificuldades de continuidade de mobilizações das associações, constituídas basicamente por exigência legal para compra das terras dos assentamentos do crédito fundiário, o modelo coletivo inspirou outras iniciativas que motivaram a continuidade de opções de acesso à terra e constituição de projetos de agricultura familiar.

### 3.1.2. Os Condomínios Produtivos

Os condomínios produtivos consistem em experiências locais que, no curso do trabalho de pesquisa, se apresentaram quase como uma forma de resistência do latifúndio e, de

certo modo, uma repaginação da grande propriedade, já desestruturada, mas não desarticulada. Uma vez que, através dessa estratégia – os condomínios produtivos –, os grupos sociais dominantes, mas que se mantiveram bem posicionados, puderam se reinventar no modelo institucional da agricultura familiar, acessando políticas públicas.

Os Condomínios produtivos, de forma geral, são áreas consorciadas de moradia e parte destinada ao plantio de culturas irrigadas, em sua maioria espécimes de frutas, cujo comércio pode garantir produção menos dependente de condições climáticas naturais favoráveis. A terra negociada e o sistema de produção são decididos e gerenciados pelo grupo de associados envolvidos, onde está diretamente envolvido o dono da terra que foi negociada para a instalação do projeto e alguns familiares. Os lotes são todos estruturados com sistema de irrigação, tecnologia que permite a produção na entressafra ou de variedades produtivas com maior necessidade hídrica. Estão enquadrados como agricultura familiar em razão do tamanho do lote (<180ha), ser um espaço de vida e trabalho da família, o que inclui as residências no mesmo espaço do lote, e a renda majoritária ser oriunda da produção agropecuária do projeto.

Apesar da estrutura fundiária ter se constituído, em algumas localidades, como é o caso de Mauriti, em um processo de desestruturação ou fragmentação, esta conjunção não impediu, ao que parece, o reposicionamento de grupos tradicionais empoderados do campo. A pesquisa de Maia (2013, p. 188), por exemplo, analisando as transformações vivenciadas nas médias e grandes propriedades do Sertão Paraibano, desenhou o que a autora chamou de “agronegócio sertanejo”, como um mecanismo de resistência e manutenção da grande propriedade na área estudada. Esta relutância encontra diversas estratégias de sobrevivência nos projetos políticos, econômicos e sociais. É o que aparenta acontecer nos condomínios produtivos em Mauriti.

Os condomínios produtivos são estruturas comunitárias de produção agrícola, com algumas diferenças dos assentamentos via crédito fundiário. Em Mauriti há quatro projetos dessa natureza: Tasso Jereissati e Waldemar Alcântara, no distrito de São Miguel, o Tanquinho e o Condomínio da Mulher, na área da sede municipal. Os condomínios foram implantados no início da década de 2000 (QUADRO 41) e sua forma de acesso à terra, estrutura de produção, integração aos mercados, relação com o poder público e gestão são bastante diferentes dos procedimentos experimentados em assentamentos do crédito fundiário.

O Condomínio Tasso Jereissati foi implantado em 2000. Dentre essas iniciativas, foi o primeiro onde os dados foram coletados. O projeto inicial foi constituído por 14 condôminos. Cada lote com uma área média de 15ha. Localizado no distrito do Coité, o acesso é fácil, as

estradas são muito boas. Parte delas são asfaltadas e parte ainda em piçarra, mas em excelentes condições de conservação. O terreno foi cedido por José Martins de Moraes, integrante da família Martins de Moraes, a qual historicamente recebeu doação de sesmarias em Mauriti. A vila de casas inicialmente possuía 54 casas, construídas pelo Governo do Estado, como uma ação de apoio ao projeto. Atualmente são quase 300 residências, ampliadas em boa parte pela ação da ONG Amigos do Bem, cujas instalações ficam localizadas em frente ao acesso à vila de casas. Além das residências, a vila possui pequenos comércios de mercantis, quadra esportiva coberta e praça para o lazer local. As ruas da Agrovila foram calçadas com paralelepípedos na gestão de Evanildo Simão (2013-2016). A Agrovila ainda possui panificadora e uma pequena fábrica de polpa de frutas.

Na área dos lotes há estrutura com poço profundo, caixa d'água e sistema de bombeamento que propicia irrigação com micro aspersores para as plantações frutíferas existentes: manga, caju, goiaba e algumas áreas de banana e feijão. Os condôminos participam de uma associação e realizam a venda comercial das frutas para os atravessadores, em vista da vantagem que apresentam de não pagarem o frete, melhorando o preço de venda. As famílias proprietárias dos lotes são relativamente jovens, com filhos em idade escolar infantil. Do projeto original persistem ainda seis proprietários. Os outros lotes foram comercializados e estão em posse de pessoas que não estavam inicialmente no projeto.

O segundo condomínio observado, o Waldemar Alcântara, está localizado no distrito do São Miguel. Também fundado em 2000, tinha originalmente 25 condôminos, atualmente 23. A área média dos lotes é de 4ha. A terra foi cedida por Manoel Bezerra de Lacerda, representante da família Lacerda, fundadora de Mauriti. As residências são espaçadas umas das outras. Para chegar até o condomínio existe estrada asfaltada até o distrito. Da área central do distrito até os lotes a estrada é de piçarra e estado mediano de conservação. Na área do Condomínio há quatro poços profundos que servem para o consumo das famílias residentes e para a irrigação da produção. As residências são chácaras agradáveis, casas alpendradas, rodeadas de jardins e um aprazível ar bucólico.

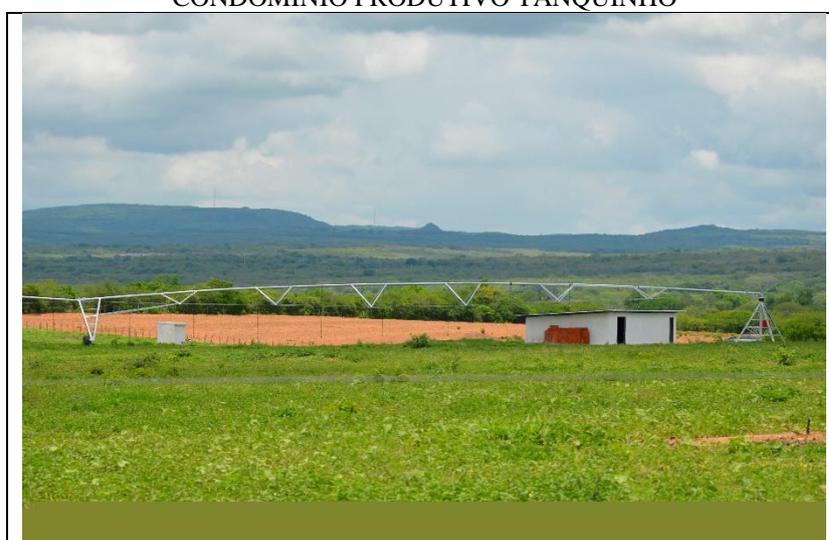
A manga, goiaba e banana produzidas são comercializadas para atravessadores. A produção acumulada de 23 lotes foi uma das justificativas apresentadas por Cícero Cartaxo, técnico agrícola e presidente da associação do Condomínio, para que o custo de frete, e com melhores condições de transporte com acondicionamento refrigerado, seja um dispêndio do atravessador. Há lotes de frutas que já foram vendidos até para o Rio Grande do Sul. Todavia, a via de comércio mais frequente é o estado da Paraíba, com vendas realizadas até para o

município de Patos. As negociações comerciais são feitas em parceria entre os produtores para que, em grupo, possam obter maior lucro.

O terceiro condomínio produtivo visitado, o Tanquinho, está localizado na Sede municipal, extremando o distrito do Buritizinho, ao lado da Fazenda Araticum, de propriedade de Márcio Martins, ex-prefeito municipal, o qual negociou as terras para estes condôminos. O acesso aos 14 lotes, com área de 8ha, é feito parte em estrada asfaltada, parte em estrada de piçarra, mas em excelentes condições de trânsito. Com áreas relativamente grandes, as residências são espaçadas. O acesso aos lotes se dá através de corredores dentro da produção agrícola, onde é possível visualizar, além das residências e encanto glauco da produção, quiosques de alvenaria que abrigam o maquinário de irrigação dos lotes.

O Tanquinho foi implantado em 2002. Alguns condôminos fundadores venderam seus lotes e há pelo menos o caso de um dos lotes que foi dividido em três áreas para outros proprietários diferentes. De todos os projetos comunitários de agricultura familiar visitados, o Tanquinho foi o que apresentou mais diversificada variedade produtiva: coco, maracujá, banana, goiaba, amendoim, jerimum, manga, laranja, tangerina, graviola, mamão, mandioca, feijão, milho. A estrutura de irrigação possui sistema de bombeamento por pressão, automatizado, com mini estações de distribuição na extensão dos lotes. Há, inclusive, a implantação de um pivô de grande porte sendo instalado no local para irrigação de extensa área de terras, conforme Figura 9:

FIGURA 9: PIVÔ DE IRRIGAÇÃO DE GRANDE PORTE NO CONDOMÍNIO PRODUTIVO TANQUINHO



Fonte: registro fotográfico feito pela autora (2018)

O quarto projeto de Condomínio Produtivo instalado em Mauriti é o Condomínio da Mulher. Implantado em 2002, formado por dez lotes de um hectare cada. É o menor,

considerando a área dos lotes, dos projetos coletivos de agricultura familiar. A iniciativa tinha a participação de 52 mulheres, sendo constituído apenas por dez participantes, as quais permanecem até hoje com suas famílias. A via terrestre de acesso vai até a área do Condomínio, que fica muito próximo à sede urbana do município, mas a estrada é de piçarra.

Os lotes são fartamente arborizados, com casas próximas e rodeadas por jardins floridos, sombreados, de agradável impressão. Nos dois lotes desse projetos que foram acessados na pesquisa há diversas frutas e hortas para o consumo familiar. Há um misto de famílias mais jovens, com filhos em idade universitária, e proprietárias mais idosas, já aposentadas e tendo que recorrer a trabalhadores para a manutenção diária do lote. Apesar de produção reduzida nos dias atuais, em função dos anos de estiagem e da concorrência com o maracujá produzido no estado da Bahia, ainda há boa produção e comercialização, conforme informou dona Socorro Rocha, presidente da associação que organiza coletivamente as proprietárias dos lotes. As frutas produzidas são vendidas a atravessadores que buscam nos lotes os caixotes com as frutas e verduras colhidas.

Como anteriormente mencionado, os Condomínios Produtivos são estruturas de produção agropecuária sustentadas pelo arranjo comunitário. Fazem parte de uma associação, usam as vantagens de obter acesso a outras políticas públicas através da condição comunitária e no enquadramento estabelecido para a agricultura familiar. No caso do Waldemar Alcântara, Tasso Jereissati e Tanquinho, os donos das terras, onde estão localizados os Condomínios, venderam seus estabelecimentos em consignação e permaneceram no grupo como um dos associados e proprietários de um dos lotes no condomínio. O acordo feito entre o proprietário da terra e os demais condôminos consistia em que, a partir da primeira safra colhida, os participantes deveriam começar a pagar o valor da terra que foi acertado para implantação do projeto<sup>84</sup>.

O fato do proprietário da terra, onde o projeto condomínio produtivo foi implantado, fazer parte do condomínio como os demais associados, indicou ser uma diferença crucial para o desenvolvimento desse tipo de arranjo. Uma vez que, sendo ex-proprietário da terra e se transformando em um dos condôminos, esse tem total interesse na viabilidade do projeto.

---

<sup>84</sup> Esta condição de implantação dos condomínios produtivos só foi plenamente compreendida quando realizamos a entrevista com o senhor Aldemir Martins, o qual, com a formação de engenheiro agrônomo, esteve presente na época das negociações e responsável pelas orientações de implantação dos sistemas produtivos, sistema de irrigação etc.

Primeiramente, para assegurar retorno financeiro ao seu próprio lote; depois, porque é importante que os demais condôminos obtenham sucesso e consigam quitar a dívida pela compra da terra. Na condição de ex-proprietário, e agora condômino, conhece as condições do solo e sabe avaliar o tempo necessário para colheita da primeira safra, tempo real de início da viabilidade do projeto.

Olhe, hoje, aqui todo mundo é unido. Tem que ser unido, porque para o projeto todo dar certo, todos tem que dar certo, não tem essa história de ficar alguém pra trás. Nós já terminamos de pagar a terra, graças a Deus... quando nós nos reunimos para comprar a terra, não foram anos bons de chuva, então o projeto todo, além de comprar só a terra, já incluiu instalar o sistema de irrigação, porque nós precisávamos garantir que a produção fosse boa...Tinha técnico agrícola envolvido, agrônomo, tudo para dar certo. Até o próprio dono da terra produzia também, quer dizer, se ele é o primeiro a tocar pra frente o projeto, a chance de dar certo é maior. Aqui só abandonou quem não trabalhou no lote... Teve gente que não deu certo. Eu não posso lhe dizer que foi tudo às mil maravilhas, porque se deixar aí por conta não dá certo, porque é como aquela história, quem engorda o gado é o olho do dono...nós temos trabalhadores, porque tem período que precisa de mais gente. Na colheita mesmo, mas se você que é o dono não tiver no pé da coisa, deixar só o trabalhador aí sem controle, não vai ter retorno, porque o trabalhador não tem o mesmo interesse que você em produzir mais, evitar desperdício... Não é todo trabalhador, tem gente de confiança, não é todo trabalhador, mas se deixar sem controle, ele faz do jeito que quer, desperdiça, deixa sem irrigar, aí o condômino quebra. Tem que ficar em cima (Entrevista com Cícero Cartaxo, realizada no Condomínio Waldemar Alcântara, São Miguel, novembro de 2018).

A fala do senhor Cícero Cartaxo, presidente da associação do Waldemar Alcântara, sugere que a base de sustentação do condomínio está na atuação coletiva dos condôminos e na atuação direta do proprietário, para que possam ter resultados positivos. Senhor Cícero Cartaxo ainda chama a atenção para a necessidade de atuação direta do condômino, o que sugere que, mesmo que os condomínios produtivos sejam rearranjos da agricultura patronal, ocupando espaços institucionais que deveriam ser da agricultura familiar, se o proprietário não trabalhar de maneira ativa e direta nas atividades produtivas, não terá resultados, evidência que ele apresenta quando menciona os primeiros proprietário, os quais não acompanharam a produção dos lotes, deixando trabalhadores, condição que não deu certo e os levou a vender o lote para outra pessoa.

Outro aspecto que aparece na fala do senhor Cícero Cartaxo é a importância de incluir o acesso, via boas estradas, ao projeto comunitário de agricultura familiar, como parte dos requisitos para implementação das políticas redistributivas de terra. Tanto no Catingueira II, assentamento de crédito fundiário, como no Waldemar Alcântara, condomínio produtivo, os partícipes revelam em suas entrevistas o quanto a falta ou má conservação das estradas prejudica os agricultores no momento da comercialização. Ou seja, na hora mais esperada de alavancar as atividades com os lucros da produção, os agricultores se deparam com a

dificuldade ocasionadas pela péssima qualidade das estradas, que contribui para desvalorizar os seus produtos.

Outra questão observada nos condomínios produtivos é que, diferentemente do tempo de carência preestabelecido pelo banco, para pagamento da dívida junto ao crédito fundiário, em que o prazo é fixado indistintamente para todos os participantes do projeto, nos Condomínios, após o pagamento do valor acordado pela terra, o ex-proprietário, agora na condição de condômino, permanece interessado em continuar batalhando para que todos os lotes sejam bem-sucedidos. Diversamente do proprietário da terra que é negociada no crédito fundiário, cuja relação se encerra com a compra e o pagamento da terra.

Bem, depois que nós terminamos de pagar a terra, o interesse continuou...de que forma? Melhoramento genético das mudas, melhorar a técnica de irrigação, uso de defensivo que teve mais resultado e tem também o fato da gente estar vendendo a um preço melhor agora...Produzindo fruta de qualidade, você vende por um bom preço. Aqui todo mundo tem interesse de manter o lote, mesmo com as dificuldades, como por exemplo a estrada. O comprador quer diminuir o preço das frutas porque pra chegar até aqui tem que passar por 25 quebra-molas, então ele diz que isso estraga as frutas com o movimento, o balanço, tá me entendendo? Mas, mesmo assim tem vantagem pra nós, do que a gente comprar um carro grande, com câmara de refrigeração, pra poder vender no mercado, na Ceasa ou na Paraíba. Mas já tem comprador de outros estados vindo aqui (Entrevista com Cícero Cartaxo, realizada no Condomínio Waldemar Alcântara, São Miguel, 2018).

O trecho da fala do senhor Cícero Cartaxo dá indícios do interesse coletivo dos associados, quando ele reafirma: “Aqui todo mundo tem interesse”. Na sua interlocução, marca bem o período após quitar o pagamento da terra, no qual se registra que o interesse continua e que a vantagem de gestão do condomínio é a atuação do grupo, inclusive para melhoria do preço de venda da produção junto aos atravessadores, modalidade comercial adotada no Waldemar Alcântara.

No caso do Condomínio da Mulher, cuja a área foi uma doação do ex-prefeito Márcio Martins, o qual concedeu o pedaço de terra que foi destinado ao projeto. De todos os projetos, acabou por ser o Condomínio onde as famílias agricultoras têm lotes de menor tamanho, apenas 0,9ha para cada associada. Buscamos na entrevista com Dona Socorro Rocha explicações mais detalhadas sobre as razões dessa transferência:

Bem, foi o seguinte: doutor Márcio Martins na época era prefeito. Então nós tínhamos vontade de realizar esse projeto e, com o apoio do Governo do Estado, implantar os projetos de fruticultura, com a ajuda de Mazé, como nós recebemos energia e o poço. Mas o principal era a terra...Através dessa amizade com doutor Márcio, nós conseguimos que ele doasse um pedaço de terra que hoje é o Condomínio. E outra parte ele fez loteamento para ele mesmo vender, pois aqui, como você viu, é muito perto da sede do município, então foi bom para os dois lados. Pra nós, que conseguimos o espaço do Condomínio e para ele, que vendeu outros pedaços de terra... ele, o governador, ia dar energia a gente, que era o transmissor que era muito

caro, a primeira presidente da associação daqui ninguém sabe o que fez, houve um desvio muito grande de dinheiro né, ai depois que eu assumi foi que eu comecei a organizar uma coisa e outra, ai foi e tá aqui. Eram 52 mulheres, já na época da divisão elas já tinha caído fora, ai foi dividido só em 10. 52 em época de reuniões. Maria José, explicava como ia ser, a ideia de condomínio foi justamente isso, cada um ter o seu local e se separar, para cada uma lutar pelo espaço todo, mas tendo seu espaço. (Entrevista com Socorro Rocha, realizada no Condomínio da Mulher, Mauriti, novembro, 2017).

Dona Socorro Rocha relata que a doação de terras feita pelo ex-prefeito, Márcio Martins, para a constituição do projeto comunitário do Condomínio Produtivo da Mulher, foi uma condição que oportunizou a implantação de estabelecimentos coletivos de agricultura familiar, e, em contrapartida, possibilitou, via apoio do Governo do Estado, condições de infraestrutura de acesso e de disponibilidade hídrica e elétrica, para uma área particular do citado ex-prefeito. A narrativa de Dona Socorro Rocha também sublinha uma condição e repaginação do latifúndio e de como as antigas grandes propriedades, desestruturadas em seu tamanho, mas não desfeitas em sua condição social e política, encontram caminhos de manutenção e sobrevivência. Aproveitando-se, obviamente, de suporte e projetos que deveriam beneficiar a categoria genuína da agricultura familiar.

O interesse de instalação dos projetos de assentamentos - Condomínios Produtivos - aconteceu pela mobilização de pessoas, cujas famílias e tradições são oriundas dos antigos latifundiários, com exceção do Condomínio da Mulher, no sentido que as codôminas tinham uma condição específica. Articulados politicamente, com certo nível de instrução, conhecedores das políticas públicas para agricultura familiar, das técnicas de produção e tendências de mercado, essas pessoas buscaram, para o estabelecimento dos projetos, selecionar áreas de terras, com base no perfil do proprietário da terra e dos condôminos participantes, conforme esclarece Aldemir Martins, engenheiro agrônomo e organizador dos Condomínios Tasso Jereissati e Waldemar Alcântara:

Eu tenho um primo chamado por Edizio Martins. Ele ligou pra mim e perguntou; - Aldemir, vamos fazer um trabalho para os agricultores de Mauriti? Pois convide uma equipe ai. Arranje uma terra e vamos fazer um condomínio rural. Ai surgiu o primeiro condomínio rural de Mauriti, que é o Tasso Jereissati. Ele, Edizio Martins, muito perspicaz, o que foi que ele disse? Vamos botar o nome de Tasso Ribeiro Jereissati<sup>85</sup> porque mexe no brio dos políticos. E isso aconteceu. Ai eu consegui com um primo meu, ele conseguiu essa terra já de herança, ele cedeu essa terra. Parece que era 100 tarefas de terra dividida entre 14 condôminos e eles não iam receber essa terra. Não era de graça, mas era muito parecido com aquela iniciativa do governo Fernando Henrique. Ai ele cedeu essa terra para pagar com a primeira produção do projeto. Assim, quando eu tirei a minha primeira produção de manga, eu começava a pagar a terra dele. E não me lembro o preço da época, mas foi um preço mais do que justo. O nome do proprietário era José Martins. O filho dele foi que cedeu essa propriedade

---

<sup>85</sup> Governador do Ceará, à época de implantação do condomínio produtivo que levou o seu nome.

pra gente. Chama a propriedade Catolé. É Silvio Martins, o nome dele. Ele é meu primo segundo. O pai dele era meu primo legítimo. E ele cedeu essa terra, e a gente convidou esses 14 condôminos (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, dezembro de 2018).

Ao abordar o processo que originou a ideia dos Condomínios produtivos em Mauriti, o senhor Aldemir Martins pontua a participação de representantes da família Martins de Moraes em todas as etapas, desde a mobilização de autoridades políticas, conhecimento institucional de como acessar recursos financeiros, influência política para alcançar benefícios de infraestrutura, conhecimento técnico para condução das atividades produtivas e a concessão comercial da terra para execução do projeto.

No caso da proposta dos condomínios, o intervalo de tempo para o início de pagamento da terra funciona em uma sistemática diferente dos assentamentos do crédito fundiário. Ao invés de um prazo fixo de carência, o início para o pagamento da terra fica condicionado à colheita da primeira safra. Desta forma, os condôminos estão mais propensos a desenvolver e manter o senso de coletividade por mais tempo. Como o pagamento está relacionado diretamente ao resultado da produção, a implantação da infraestrutura produtiva também permanece na condição do interesse do grupo.

A fala de Aldemir Martins, ao narrar a forma de acesso à terra nos condomínios produtivos, apresenta uma relação de duplo interesse na viabilidade do negócio da terra. Do lado do proprietário, que em confiança, cede a terra para os demais condôminos trabalharem e produzirem, tem pleno empenho para que os devedores honrem com o pagamento da terra. O sucesso do projeto coletivo transforma o proprietário em condômino, levando-o a prospectar que o negócio da produção agropecuária do lote dê certo, para que tenha uma promissora fonte de renda e trabalho.

Você só começava a pagar a partir da primeira produção. Você pagaria a terra em quatro parcelas. Silvio Martins era o dono e, inclusive, ele se tornou condômino. Ele e os parentes dele também. Cedeu para 14 pessoas diferentes, mas alguns eram parentes. Mas, sabe na realidade? Ele confiou na gente, que a gente tinha uma amizade, uma relação de confiança muito grande (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, 2018).

O diálogo e acesso ao poder público é uma das diferenças apresentadas na experiência dos Condomínios Produtivos. Nos assentamentos do crédito fundiário, a infraestrutura do estabelecimento e a moradia estão incluídos no financiamento. A estrutura de irrigação, por exemplo, precisa ser adquirida com recursos próprios, ou através de outro financiamento junto ao banco. Os condomínios em Mauriti apresentam dinâmicas diferenciadas:

Edizio, como ele colocou o nome de Tasso no projeto, ai ele conseguiu o poço, conseguiu energia e conseguiu 54 casas, para formar uma vilazinha, que hoje é a Agrovila. A barganha dos benefícios foi através do nome do governador no projeto. Não teve um centavo de crédito fundiário. No Jereissati, não. Foi uma compra direta. Foi confiança (muita ênfase na fala). Os lotes. O mesmo lote, tudo 100% igual. Receberam energia elétrica, ganharam poço artesiano e ganharam casa... O secretário de agricultura, que hoje é deputado federal, pediu para a gente sair do meio para o Estado encampar. Edilzo Martins, ele é aposentado do Banco do Brasil. Ele foi Diretor do Banco do Brasil, Presidente do banco da Bahia. Esse cara tinha acesso ao pessoal lá em Brasília. O secretário de agricultura pediu a Edilzo... – Edilzo, dá um palmo ai...Nesse intervalo a gente plantou no São Miguel. E Edilzo, muito esperto, colocou o nome do pai do governador, Waldemar de Alcântara<sup>86</sup>. Já usando também da barganha. Conseguiu também a mesma coisa. Conseguiu cisterna, conseguiu poço profundo, conseguiu estrada, só com essa artimanha. Já o Manoel Bezerra de Lacerda foi quem acreditou também, não foi vendido com negócio de banco não. Não foi fundiário não (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, dezembro de 2018).

Dos quatro condomínios, o que aparentemente enfrentou mais dificuldades foi o Condomínio da Mulher. Sua implantação estabeleceu-se de maneira diferente em relação aos demais:

Doutor Marcio doou as terras. Essas irrigações que nós temos aqui, aquele poço foi Lucio Alcântara<sup>87</sup> que deu, juntamente com o contador, aquele transmissor. Ai o empréstimo nós fizemos pra as irrigações, as cercas de lado, que o terreno era solto, foi um senhorzinho ai do lado ele deu a mata, e nós mesmo cortou as madeiras, cercamos (Entrevista com Socorro Rocha, realizada no Condomínio da Mulher, Mauriti, novembro, 2017).

Dona Socorro Rocha, em fala anterior, havia esclarecido que houve uma intenção na doação de terras para o Condomínio da Mulher que terminou por favorecer a estrutura de um loteamento particular. A formação de um projeto coletivo de agricultura familiar, apesar das condições contraditórias de interesses, propiciou, junto com a persistência narrada pela Dona Socorro Rocha, o desencadeamento de um saldo positivo e um passo de constituição coletiva de empoderamento da categoria agricultura familiar em nível local.

Considerando então que a agricultura familiar é um projeto que se estrutura em condições especiais que relacionam espaço de vida, trabalho e família, os Condomínios Produtivos, apesar de sua implantação ter sido um esforço de resistência, especialmente de médios proprietários, aproveitando a oportunidade do momento histórico e político de valorização da agricultura familiar, esses conjugaram fatores que determinam a identidade da agricultura familiar, entre os quais, o trabalho direto realizado pelos membros do grupo.

---

<sup>86</sup> Nome do pai do ex-governador do Ceará, Lúcio Alcântara

<sup>87</sup> Governador do estado do Ceará (2003-2006), após a gestão de Tasso Jereissati

As condições de implantação com apoio do poder público, a estrutura de parceria nos condomínios produtivos, o uso de tecnologias de irrigação e assistência técnica dos interessados envolvidos nos projetos constituem uma explicação para os resultados econômicos tão diferenciados:

Tem deles que enricou. Tem um desses daí que é tão interessante. Quando eu coloquei ele nos 14, uma madame da política, que não tem jeito pra essas coisas, você entrar no jogo da política e tá envolvido. Teve um deles que a mulher do prefeito não aprovava ele. Mas por que não aprovava? Porque ele não votava neles. Mas esse que ela qualificou dessa maneira, se juntar minha riqueza, a sua, anda é longe da riqueza dele. Não é econômica não, é financeira. Se eu disser que ele tem mais de dois milhões em caixa, você não acredita. Agora tem que ser um bom administrador (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, dezembro de 2018).

Os interessados na implantação dos condomínios produtivos mantém, pelas condições econômicas, sociais e políticas que usufruem, estreito diálogo com instituições financeiras e outras entidades:

A área no Waldemar é maior. Esse pessoal foi Manoel Bezerra de Lacerda que acreditou no pessoal. O Edilzo, com a credibilidade junto ao banco, conseguiu no Banco do Nordeste o financiamento da infraestrutura e a implantação da área. Esse aí é dinheiro federal, do Banco do Nordeste. Todos dois, viu? Ai quando a gente terminou de implantar o do São Miguel. Eu não fiquei com nenhum lote, pois já tinha minha área, não queria tomar o lugar de uma pessoa Ai eles encamparam e implantaram o terceiro condomínio que é lá no Tanquinho. O Tanquinho era de Márcio Martins. Quem enfrentou lá foi Carlos Matos, que depois foi deputado federal (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, dezembro de 2018).

Fernandes (2015) pontua que o uso da categoria política pública se refere tanto a um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos, como por organizações da sociedade civil, transformando espaços e territórios. As políticas públicas então são elaboradas pela escrita de instituições públicas e privadas, as quais defendem diferentes dinâmicas, nem sempre condizentes com a realidade e a cultura do público beneficiário. Nos condomínios produtivos, algumas decisões tiveram que ser adaptadas ao curso dos projetos produtivos que seriam adotadas:

Na Agrovila, o município desapropriou a área das casas e fez um convênio com o Estado e o Estado foi quem construiu as casas. O Governo construiu, foi a coisa mais fácil do mundo. Inclusive, quando o governo chegou, eles queriam fazer dentro do lote e eu disse não. Eu não vou jogar um monte de menino aqui pra ficar recebendo agrotóxico na cara. Como nós não deixamos fazer as casas dentro dos lotes, eles foram para o prefeito, ele desapropriou a área das casas, mas fora dos lotes e ficou a Agrovila (Entrevista com Aldemir Martins, realizada no Coité, Mauriti, dezembro de 2018).

Dos grupos coletivos de agricultura familiar, os Condomínios Produtivos, com exceção do Condomínio da Mulher, são os projetos que mais aparentam vigor. Mesmo as falas dos entrevistados pontuando dificuldades, como alguns agricultores que ainda não possuem DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, mas são os discursos que mais enfatizam a

importância e o diferencial para os resultados positivos do trabalho conjunto do grupo de agricultores participantes. Também foi o grupo que mais apresentou proximidade com representantes da esfera política. Como o embrião dos Condomínios Produtivos são as famílias fundadoras de Mauriti, uma parte dos condôminos são originalmente ex-proprietários das terras onde funcionam os Condomínios Produtivos, ou seja, grupos engajados politicamente nas esferas estaduais e federais. Contudo, o ingresso do Partido dos Trabalhadores no circuito político quebra uma lógica de dominação e abre espaço para a construção e valorização de outras ideologias. Em particular aquela que historicamente lutou pela qualidade de vida do camponês, institucionalizado como agricultor familiar a partir da década de 1990.

Em termos de estrutura de trabalho, os Condomínios Produtivos laboram com tecnologia de irrigação. A produção agrícola majoritárias são as frutas – banana, manga, melancia, goiaba. Há também o plantio consorciado de feijão, roças de milho e mandioca, mas não são centralidade na estratégia de produção. Como os condôminos criam gado, há áreas de capim irrigado para usar na ração animal. Os condôminos conhecem o conceito de entressafra e utilizam esta opção para melhoria dos preços de venda de suas culturas.

A pesquisa e o trabalho de campo revelaram diferenciações entre os projetos, diferenças essas relacionadas à produção agropecuária, a adoção de tecnologias e a reprodução social dos agricultores envolvidos. A seguir será descrito o Projeto denominado Bacia Leiteira de Mauriti.

### 3.1.3. Bacia Leiteira de Mauriti

Além dos Condomínios Produtivos, dos Projetos de Assentamento via Crédito Fundiário, a pesquisa deparou-se com um tipo muito peculiar de agricultura familiar que é denominada localmente como a Bacia Leiteira de Mauriti. A Bacia Leiteira é uma organização produtiva estruturada sobre a pecuária bovina leiteira, pastagens e produção agrícola complementar, sendo que a principal produção é o leite. Localizada no distrito de São Miguel, possui boas terras, os lençóis freáticos são rasos e com boa vazão de água, facilitando a irrigação. As estradas e os acessos do projeto até a sede municipal são conservados, permitindo um fluxo de transporte de pessoas e de produtos para comercialização.

As áreas dos 56 agricultores familiares, participantes do projeto da Bacia Leiteira, foram adquiridas de forma particular, através da divisão de heranças ou compra, como foi o caso do senhor Francisco Furtado, um agricultor residente no Projeto e que foi entrevistado. Na

região da Bacia há, em diferentes localidades do corredor pelo qual se estende, três tanques de resfriamento, gerenciados pelas associações comunitárias e onde os agricultores armazenam o leite para venda aos atravessadores. Um dos diferenciais que foi observado na chamada Bacia Leiteira foi a parceria.

Na Bacia Leiteira, um dos fatores que parece ter fortemente desencadeado ou impulsionado o interesse pela bovinocultura de leite foi o retorno de José Soares, filho de um proprietário de terras no distrito de São Miguel. José Soares foi estudar agronomia em Minas Gerais, processo que se estendeu até o seu doutorado. Na ocasião do falecimento do seu pai, em 2014, José Soares retorna a Mauriti para tomar conta da sua família e das terras herdadas. Com sua formação e, por ser filho da terra e convívio com os agricultores daquela localidade, conta com a credibilidade e confiança dos demais agricultores para introduzir novas técnicas, a exemplo do melhoramento genético do rebanho, melhoria da alimentação e manejo geral.

Essas estratégias, ainda que iniciais, foram implantadas no estabelecimento da família de José Soares: a ordenha mecânica e o uso de técnicas de inseminação artificial. Afora o trabalho de produção na propriedade da família e do trabalho de consultoria, o senhor José Soares é coordenador do Curso Técnico em Agropecuária na Escola Técnica Estadual em Mauriti, onde consolida sua credibilidade, inclusive entre os filhos de agricultores.

Além da estrutura de currais, os estabelecimentos que fazem parte da Bacia Leiteira possuem área irrigada de capim e palma para forragem. Os agricultores também plantam, de forma complementar, feijão, milho, mandioca e estão introduzindo outras produções, como a batata doce, por incentivo de demanda de mercado. Segundo informações obtidas com o senhor José Soares, algumas técnicas no manejo bovino, as mais avançadas, ainda possuem muita resistência, como é o caso da inseminação artificial. Mesmo com o custo já tendo diminuído consideravelmente, os agricultores resistem em adotar a técnica da inseminação e o uso da ordenha mecânica, preferindo ainda o manejo da ordenha tradicional.

Ora, a agricultura familiar assumindo a condição empreendedora em sua essência, a reprodução de técnicas ou modelos inovadores para a região também é um aspecto compreendido e explicado nas teorias schumpeterianas. No caso, a influência positiva de José Soares, através dos resultados positivos do seu trabalho na pecuária bovina “também triunfou para os outros, abriu o caminho e criou um modelo para os que podem copiar. Podem e vão segui-lo, primeiramente os indivíduos e depois multidões inteiras” (SCUMPETER, 1982, p. 133).

A adoção de inovações e ajuste às demandas do mercado, ou estratégias que mantenham a pecuária bovina, aparecem claramente na Bacia Leiteira, conforme relata o senhor Francisco Furtado, proprietário de estabelecimento na localização da Bacia. Quando indagado sobre o que e como escolhe o que planta:

milho, feijão, tenho até uma roça de batata também. Já depois que eu cavei o poço, eu tenho uma roça de batata aqui, que tá vendendo bem. O povo come por causa dos regime. Por isso eu cavei o poço aqui, o resto é caatinga, eu montei dois hectares, elas são 4 válvulas, eu peguei uma válvula e plantei de batata e as outras 3 eu plantei de capim. Primeiro eu plantei de feijão uma parte ai tirei o feijão, mas ai pensei: nam agora vou plantar capim (Entrevista com Francisco Furtado de Brito, realizada na Bacia Leiteira, distrito São Miguel, Mauriti, novembro de 2017).

O pleno funcionamento da associação dos agricultores familiares da Bacia Leiteira foi outro exemplo positivo e distinto dos tipos apresentados anteriormente. Como a comercialização realizada coletivamente, através da associação, uma vez que possibilita melhor vantagem no preço final do produto. Além da comercialização do leite, a associação possui um trator para auxiliar nos tratos culturais realizados pelos agricultores associados, agilizando o manejo da terra e estruturação ou reestruturação das estratégias de produção agrícola.

Na próxima seção será apresentado outro tipo de arranjo relacionado ao acesso à terra é o acampamento do INCRA, localizado no distrito de Buritizinho, esse é mais um dos módulos que compõe o mosaico da agricultura familiar de Mauriti.

#### 3.1.4. Acampamento INCRA – a luta por terra continua

Dos tipos identificados na pesquisa é possível afirmar que o acampamento INCRA corresponde a área mais empobrecida, com maior vulnerabilidade, corroborando com o que assinalam Cunha e Nunes (2008), acerca da incerteza do direito de propriedade efetivo. Tal condição atinge diretamente a coesão do grupo e se expressa pela não regulamentação da terra, através do título de emissão de posse. Em decorrência dessa condição, os acampados estão impedidos de obter a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf. Sem a DAP os agricultores não podem acessar políticas (Pronaf, PAA, PNAE, Seguro SAFRA). Ou seja, sem a posse da terra, os acampados não podem ser reconhecidos como agricultores familiares. Portanto, repesados de apresentar qualquer demanda para viabilizar o desenvolvimento das suas atividades. Os acampados iniciaram o processo de ocupação em 2010 e um dos reflexos dessa condição instável, ilegal, vulnerável, etc, é que das 160 famílias acampadas inicialmente, permanecem no local, residindo, resistindo e trabalhando, apenas 28.

O chamado projeto do INCRA, na verdade, ainda se encontra na condição de acampamento, em razão de uma ação movida pelo ex-prefeito Márcio Martins, alegando ter sido arrendatário do terreno, onde o mesmo colocava parte do seu rebanho bovino para pastagem. Com base nesse argumento, o senhor Márcio Martins já articulou quatro ações de despejo dos acampados. Os agricultores/acampados relataram que nas gestões petistas receberam total apoio dos prefeitos, especialmente de Evanildo Simão, a fim de conseguirem viagens à Fortaleza para articularem a regularização da terra. Todavia, em função da recusa da proprietária da terra em receber um milhão e trezentos mil reais de indenização (sendo 1 milhão do governo federal, 200 mil do governo do estado e 100 mil da prefeitura), esse fato trouxe morosidade ao processo de regularização da terra. Essa situação está difícil de ser resolvida, visto que agora a proprietária exige uma indenização de três milhões.

O acampamento foi instaurado em 2010, quando da ocupação da terra que hoje está em disputa judicial. No princípio das investigações para essa tese, uma questão que nos intrigava era a discrepância entre o número de assentamentos de reforma agrária assistida pelo mercado e a existência de apenas uma ocupação do INCRA no município. Nossa hipótese é que tendo a fragmentação da grande propriedade, ocorrido em Mauriti, nas primeiras décadas do século XX, esse fato pode ter desencadeado um arrefecimento dos movimentos de luta pela terra, através de ocupações no município. O ex-prefeito, Evanildo Simão, além de gestor público municipal, resguarda uma história pessoal de participação em movimentos sociais, tendo o mesmo narrado o seguinte episódio:

Eu recordo que em 1996, 1995-96, nós recebemos no sindicato uma equipe do MST nacional, onde o MST fazia vários debates sobre reforma agrária e, pelo tamanho de Mauriti, eles achavam que Mauriti tinha grandes latifúndios. Mas já naquela época você já não visualizava esta configuração pelos dados do censo agropecuário. Então esse fato fez com que o MST não viesse com um núcleo para dentro de Mauriti. Declinaram dessa opção porque achavam que a agricultura familiar já teria uma força muito grade, não tinha muito sentido. Esse foi um debate feito dentro do sindicato. Eu recordo muito bem que a Direção Nacional veio, fizemos uma reunião, eu estava presente e eles passaram uma semana em Mauriti. Inclusive aquela pampinha<sup>88</sup> do Sindicato, a gente colocou eles e fizemos várias visitas, mas nem no banco de dados, nem eles visualizaram nas visitas a possibilidade de instalar um assentamento naquela época (Entrevista com Evanildo Simão, realizada na Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

Medeiros e Dias (2011) assinalam que os atores da agricultura familiar desempenharam um papel fundamental no processo de luta por reconhecimento na sociedade e, principalmente na pauta do Estado. Os autores ainda recordam que, com o avanço da luta

---

<sup>88</sup> Veículo automobilístico utilitário

pelo acesso à terra, no final da década de 1980, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – juntou-se ao movimento sindical na luta pela desapropriação de terras e pela promoção de políticas de apoio aos assentados, como o PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária e políticas especiais na área de educação, já em meados de 1990, como o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, entre outros.

O paradigma neoliberal, em franca expansão no Brasil no início da década de 1990, ao apresentar como proposta de política de ordenamento fundiário a Reforma Agrária Assistida pelo Mercado, defendia que o crédito fundiário poderia substituir os conflitos gerados pela luta por terra, bem como eliminaria a morosidade dos processos jurídicos de desapropriação e aqueceria o mercado de terras. A nova configuração teria, inclusive, um custo bem menor se comparada à reforma agrária por ocupação (GOMES et al, 2015).

As condições de habitação e trabalho dos acampados do INCRA, em Mauriti, estão cercadas de fragilidade. A dificuldade de legalização da terra, a morosidade no processo de conclusão da indenização acaba minando o movimento e enfraquecendo o grupo de agricultores. A condição a que estão submetidos propicia a desagregação social e afeta severamente as famílias. Mesmo assim, é importante registrar que a ocupação em Mauriti ocorreu praticamente no período de arrefecimento das ocupações de terra, lideradas pelos movimentos sociais do campo, especialmente do MST. Contudo, foi justamente nesse momento que o conflito eclode em Mauriti, conforme relata o ex-prefeito, Evanildo Simão:

Mas depois, eu recordo que uma turma do MST que veio aqui para o Cariri, aí ficou por Mauriti, Barro e Crato, viram essa possibilidade de fazer um acampamento em um terreno da Sudene, que supostamente seria da Sudene, que é hoje o assentamento do MST que nós temos lá. E aí vieram pra Mauriti. Fizeram a mobilização, organizaram a mobilização com agricultores. Nos primeiros momentos deles eu era secretário de educação, no governo Júnior<sup>89</sup>, o primeiro mandato. Eu vim porque eles cobraram da gente uma sala de aula. E eu vim. Foi entre 2007 e 2009. Naquele momento eu vim para organizar a sala de aula. Para mobilizar essa sala de aula. E a partir daí eles fincaram essa semente dentro de Mauriti, organizaram e, por diversas vezes a justiça de Mauriti determinou a desocupação. Mas nem o governador Cid, nem o governador Camilo<sup>90</sup> autorizaram o envio de tropas para ocupação. Então a ordem judicial nunca foi cumprida. Eu fui prefeito, de 2013 a 2016 e recebi um ofício, uma determinação da justiça para enviar ônibus, 50 capatazes. Era com essa palavra. Máquinas do PAC, trator de esteira pra derrubar e eu mandei um ofício pra justiça dizendo que os carros não iriam. Depois a ouvidoria da reforma agrária do Governo do Estado veio para Mauriti e anunciou que o governador tinha interesse de comprar a terra. Que o governador ajudara na compra de terra, na aquisição. Depois foi aberto um MAP para aquisição. E o ouvidor agrário é o, não me recordo o nome dele, mas é o filho do ex-prefeito de Barbalha. Veio, passou dois dias em Mauriti. Depois Íris Tavares veio também, ela foi ouvidora também, ela é da ouvidoria agrária, e a gente

---

<sup>89</sup> Prefeito de Mauriti de 2005 a 2012

<sup>90</sup> Atual governador do estado do Ceará

conseguiu segurar a justiça por conta de que o Governo não atendeu, através da Polícia Militar. Por isso que é importante, se houver um governo aliado das políticas sociais, não ia ocorrer o que aconteceu no Pinheirinho, em São Paulo, aquela desocupação terrível, que a Polícia... Então assim, Camilo não aceitou e aí há o entendimento para aquisição. Acho que a família pediu três milhões e a avaliação seria de um milhão do Governo Federal, duzentos mil do estado e cem mil do município. Esse dinheiro do município foi um compromisso meu. A gente assinou um termo dizendo que a Prefeitura ajudaria com cem mil reais para aquisição do terreno. O governador ligou para mim, perguntando se a prefeitura poderia ajudar, para ser uma parceria e eu acredito que é muito mais importante para a prefeitura ajudar com os cem mil reais do que essas famílias serem destronadas de onde elas estão e elas terem ampliação de doenças e outros problemas. Eu não teria onde colocar essas famílias, então seria um caos social muito grande (Entrevista com Evanildo Simão, realizada na Palestina, Mauriti, janeiro de 2018)

Os impasses nas negociações e a morosidade no andamento do processo de posse da terra no acampamento INCRA em Mauriti confirmam as proposições de Fernandes (2015), quando afirma que a reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação, apresentando resultados aquém das proposições do movimento. Esta situação não impede que a reforma agrária possa ser uma política emancipatória, contudo, para realizar o salto da subordinação para emancipação, deverá incrementar a participação das partes envolvidas com autonomia de poder e decisão. Em Mauriti a resistência dos agricultores que permanecem acampados representa a luta para transformar a subordinação em legalização.

As 28 moradias das famílias agricultoras que resistem dentro do acampamento INCRA, conforme Figura 10, são todas de taipa, diminutas, sem nenhuma estrutura sanitária. As casas possuem energia elétrica através de desvios feitos de uma rede particular, pois, sem documentação que lhes garanta o direito à posse da terra, nenhum tipo de serviço institucional pode ser realizado no local. Os moradores também não dispõem de poço profundo, o que dificulta o fornecimento para uso das necessidades domésticas e, obviamente, para o manejo da produção agropecuária dos acampados.

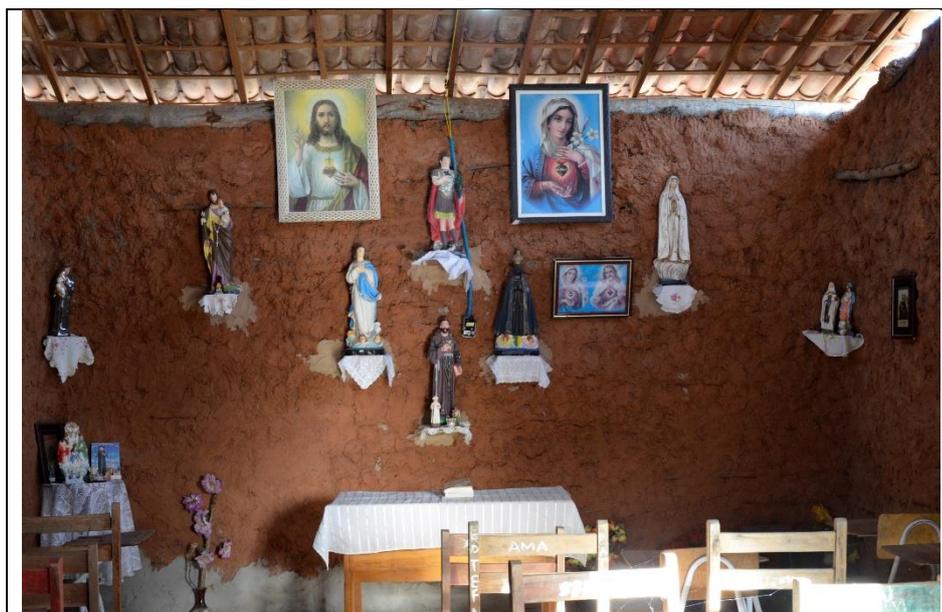
FIGURA 10: REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS RESIDÊNCIAS DOMICILIARES NO ACAMPAMENTO INCRA



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora (2017)

O acampamento do INCRA evidencia que a demanda desse grupo vai além do direito ao acesso à terra para se tornar agricultura familiar de fato, mas é uma luta pelo direito de existir como cidadãos, com direito a serviços básicos e a condições que assegurem qualidade de vida e cidadania as famílias agricultoras, uma vez que eram 160 famílias acampadas, hoje restam apenas 28. Todavia, como símbolo de resistência e perseverança, construíram na vila de casas um prédio para o funcionamento de uma capela católica, nas mesmas condições de construção das residências dos acampados, conforme a Figura 11:

FIGURA 11: REGISTRO FOTOGRÁFICO DE UMA CAPELA CATÓLICA NA VILA DE RESIDÊNCIAS DO ACAMPAMENTO INCRA



Fonte: registro realizado pela autora (2017)

Quando questionado sobre o significado da capela, em meio a um projeto ainda tão vulnerável e aparentemente sem nenhuma segurança quanto à posse da terra, o senhor Francisco Alderir justificou:

A gente fez essa capela no mesmo tempo em que começamos as casas. Quando foi ficando o grupo mesmo que hoje está ainda aqui pelejando... são 27, 28 casas. A capela, o sentido dela é que nós queremos ficar aqui. Mesmo com as dificuldades que a gente ainda enfrenta, é aqui que a gente quer ver os filhos da gente crescer, casar, morar perto, sem ter que ir pro corte de cana, pra São Paulo em um trabalho qualquer, batizar os netos... O padroeiro do Buritizinho é São Francisco, mas aqui nosso padroeiro é Santo Expedito (risos), o santo das causas impossíveis, mas a gente se apegou a ele para interceder e ajudar nós... Mas, eu lhe digo sem cerimônia que também teve o seguinte caso: depois de passar por um despejo, a gente busca meio de não ser expulso, então a capela pode ser um meio do povo temer passar um trator por cima... aqui, professora, nós queremos fazer nossa vida e estamos resistindo. Oito anos já. E a fé é a base de tudo. Aqui a gente trabalha, mas também a gente vive e quer que a família da gente viva. Trabalhe e viva (Entrevista com Francisco Alderir, realizada no acampamento INCRA, Buritizinho, Mauriti, novembro de 2017).

Senhor Francisco Alderir demonstra, em sua fala, um duplo sentido da presença da capela. No sentido religioso, os ritos da crença católica instituem passagens de fases de vida, então, quando afirma que quer ver os filhos crescerem, se casarem, modaliza projetos familiares em médio, longo prazo, inclusive com a expectativa de ter os filhos se reproduzindo próximo aos pais. A expectativa do senhor Francisco Alderir também reside no fato de que a capela possa significar um amparo de resistência para as ações de despejo, com base no temor sobre as forças religiosas.

Para fechar os exemplos das diferentes composições de agricultura familiar em Mauriti, serão ilustrados dois projetos comunitários. Embora não tenham sido constituídos sobre o processo de redistribuição de terras, mas apresentam características relacionadas ao trabalho e capital que precisam ser incluídas nas análises sobre os tipos encontrados.

### 3.1.5. Projetos Implantados pelo interesse do Governo – O Perímetro Irrigado do DNOCS e a Vila produtiva Rural do Descanso

Em Mauriti há dois projetos que, embora não se constituindo como iniciativas de reforma agrária de nenhuma natureza, mas em função da desapropriação dos seus participantes de suas terras originárias para moradia e trabalho em outra localidade, constituem-se em projetos comunitários, pela vivência próxima, bem como outras iniciativas universais e conjuntas como assistência técnica, acompanhamento governamental e estrutura do sistema tecnológico de irrigação em comum aos que, de maneira compulsória, foram transferidos para o projeto de iniciativa do Governo Federal. Trata-se do Perímetro Irrigado da Quixabinha e a Vila Produtiva Rural do Descanso. O primeiro é o pioneiro, implantado na década de 1970 e o segundo é o que tem maior proporção quantitativa de agricultores familiares participantes.

No início dos anos 1970, a iniciativa governamental do DNOCS implantou em Mauriti o perímetro irrigado da Quixabinha, com 24 irrigantes. No censo agropecuário de 1970, dos 2.582 estabelecimentos rurais recenseados em Mauriti, 2.497 eram menores que 200ha (96,70%), representando um percentual de 66,95% da área total. O perímetro irrigado de interesse governamental é instalado em Mauriti em um período onde os grupos de estabelecimentos menores de 200ha já caminhavam na consolidação da desestruturação da grande propriedade. O perímetro irrigado não pode ser caracterizado, assim como a Vila do Descanso, como um processo que tenha promovido reforma agrária. Todavia, constitui-se, atualmente em um projeto de um grupo de agricultores que partilham vida social, recursos e condições de trabalho. Tanto o DNOCS como a Vila do Descanso são absorvidas pela dinâmica de composição de projetos coletivos de agricultura familiar em Mauriti.

O acesso à área do DNOCS se dá por rodovia asfaltada na maior parte do trecho da sede municipal até o perímetro. Os irrigantes, após o fim do regime militar, livres para escolhas produtivas e de comercialização, fundaram uma cooperativa agrícola que realiza a venda das frutas e verduras produzidas: banana, goiaba, mamão, melão, tomate, pimentão. Os irrigantes também fornecem esses produtos para a merenda escolar ou vendem conjuntamente para os

atravessadores que já comercializam em Mauriti. Os irrigantes que implantaram o projeto, alguns desistiram e foram buscar outras oportunidades pela dificuldade do rígido regime de controle no período militar e atualmente já se encontram aposentados, onde os filhos ou netos tocam os projetos.

A Vila Rural do Descanso é um arranjo de agricultura familiar que se constitui na desapropriação das terras dos participantes, em função do desalojamento na área de transposição do Rio São Francisco, onde as obras do canal hídrico perpassaram essas localidades. Embora seja um grupo, cuja formação não tenha acontecido através de reforma agrária, mas, assim como o DNOCS (Quixabinha), passaram por um reordenamento que os levou a uma condição de atuarem conjuntamente. Antes espaçados, com suas terras em outras localizações distanciadas, agora passam a residir em um mesmo loteamento, em condomínio, constituindo-se em associação, recebendo capacitação técnica e disponibilidade de recursos hídricos para irrigação, conforme distribuição apresentada na Figura 12.

FIGURA 12: LOCALIZAÇÃO GEORREFERENCIADA DA VILA RURAL DO DESCANSO, LATITUDE 7°28'24.99"S, LONGITUDE 38°44'41.77"O



Fonte: registro feito pela autora através do serviço de georreferenciamento do Google Earth (2018)

A Vila do Descanso é constituída por 80 famílias, alojadas em 5,5ha, sendo 0,5ha para o lote habitacional e 5ha para o lote produtivo. Do espaço para produção, um hectare é irrigado e quatro de sequeiro. A localização é dificultada pelo distanciamento da área do assentamento da Sede municipal ou dos núcleos mais populosos dos distritos Umburanas e Palestina. Ao

término da obra da transposição do Rio São Francisco, uma estrutura de estrada paralela ao canal, por onde passará a água do rio, agilizará o trânsito, promovendo melhoria na mobilidade.

Os assentados da Vila do Descanso, organizados em associação, são orientados por servidores do Governo Federal a plantar capim na área irrigada, a fim de investirem na criação de bovinos. O presidente da associação informou que também estão recebendo treinamento do Governo Federal para produzirem frutas, verduras e culturas já adotadas anteriormente, em suas antigas áreas de terra, como o milho e feijão. Enquanto não é possível obter resultado das culturas, cada proprietário receberá um salário e meio para o sustento de sua família. Mesmo os projetos agropecuários ainda na fase inicial, as famílias já estão alojadas nas residências construídas na vila. Como os sistemas produtivos encontram-se em implantação, não há comercialização de produtos, embora já existam criações para o consumo nas áreas residenciais de animais de pequeno porte como galináceos e suínos, conforme detectado *in loco*.

Assim sendo, após a descrição dos espaços e dos tipos de projetos de agricultura familiar que compõem o mosaico em Mauriti, a partir das especificidades da origem, da estrutura e das características da produção de cada um desses tipos, será apresentado um quadro relacionado as variáveis da equação terra+capital+trabalho, a partir das percepções dos atores, ponderando sobre a intensidade com que estas variáveis estão articuladas, ou não, em cada um dos projetos.

### **3.2. TERRA**

No Capítulo 1 da tese foram apresentadas evidências sobre a existência de um mercado de compra e venda de terras em Mauriti, entre o final do século XIX e meados do século XX, cuja possibilidade de acesso contribui para o fortalecimento da agricultura familiar. A análise de dados secundários revelou que a minifundização nesse município foi um processo cada vez mais crescente. Assim, privilegiando o acesso à terra como aspecto inicial para visibilizar o que denominou-se, aqui, de protagonismo da agricultura familiar. O uso, mas principalmente a propriedade da terra, é deslocada pela noção de soberania que é a ação do poder sobre o espaço de pertença, o sentido do domínio. Contudo, houve um interesse em visualizar o sentido do acesso à terra como condição para efetividade da agricultura familiar.

Adotou-se como definição para a variável terra, na equação que oportuniza o protagonismo e empoderamento da agricultura familiar, a terra para moradia e trabalho, como a possibilidade de o agricultor familiar obter o acesso, uso e/ou a posse. O direito à terra é a

condição que viabiliza, que dá legitimidade para ascender ou acessar as políticas públicas, o sistema de crédito via Pronaf, a DAP, ou seja, o acesso ao seu reconhecimento e direito ao enquadramento nas políticas públicas. É uma porta que se abre na medida em que a terra está assegurada.

A tese também sugere que o conceito de terra pode ser ampliado, não ficando limitado apenas à área circunscrita como sendo um bem para uso de trabalho e/ou moradia do agricultor familiar, mas o acesso logístico a essa terra de trabalho através do que estamos definindo como terra de deslocamento. Em função de que essa terra de deslocamento, dependendo de sua precariedade ou condição de funcionalidade, será um fator que influenciará a viabilidade financeira do empreendimento familiar e parte do projeto coletivo de agricultura familiar, cuja responsabilidade caberá diretamente ao poder municipal.

A consideração do acesso ao projeto como meio indispensável para a sustentabilidade do assentamento coletivo de agricultura familiar está claramente presente na narrativa do senhor Zeca Tavares:

Aqui, professora, pode anotar, gravar ai, aqui nós compramos essa terra, mas a estrada é ai do jeito que a senhora viu porque chegou até aqui. Essa estrada ai na época de chuva não tem quem chegue aqui... tudo barro liso. A estrada pra chegar aqui passa pelo riacho do São Miguel. Me diga como é que a gente consegue morar aqui? Assim, morar e trabalhar? Aqui, eu sei que é longe, nós sabíamos disso quando compramos a terra, mas a gente vem lutando para fazer essa estrada. Nós compramos isso aqui em 2007, era o começo do governo de Júnior. As casas foram construídas, nós fomos arrumando nossos lotes, organizando nossa vida, mas tem umas dificuldades que ainda não resolveu. Tem processo contra o ex-prefeito, porque o que a gente quer é poder morar, viver e trabalhar. Aqui só eu, que sou meio doido, é que teimo e moro aqui. A mulher acha ruim, porque tudo é longe, mas eu sou teimoso. Os outros, como a senhora está vendo aquele moço ali, vem e voltam todo dia. Eu não. Eu comprei aqui, eu quero é viver aqui (muita ênfase nessa expressão)... Meus filhos não estudam mais, mas se estudassem, como era que fazia? Mesmo com o carro da prefeitura (referindo-se ao transporte público escolar), a gente tem que deixar lá em baixo, porque um ônibus não tem condições de subir até aqui. Esses meus vizinhos ai é um dos problemas que eles não moram aqui. Tem filho pequeno e para chegar até a escola é um problema... Ah! Atendimento do médico aí é que é difícil. Você tem que descer até Mauriti, a sede, e ir no hospital, porque, veja bem, o agente de saúde não consegue chegar aqui, tudo por causa da falta de estrada. Veja quantas coisas são difíceis porque não temos estrada... Sim, quando compramos não tinha estrada, mas nós somos cidadãos, temos direito às coisas, então a gente tem que cobrar do prefeito, é ele que pode fazer por nós, porque o dono antigo da terra não quer mais nem saber de nada... ele já fez foi se livrar da dívida no banco. Ele quer mais é sossego. Agora lutar por essas coisas tocou pra nós, que somos os donos da terra agora. E eu vou fazer isso até o dia que eu me sustentar em pé (Entrevista com Zeca Tavares, realizada na Catingueira II, Mauriti, novembro, 2017).

Senhor Zeca Tavares inicia sua fala fazendo um relato acerca do início da sua vida laboral, que nos leva à época em que ele e seus vizinhos compraram as terras que hoje são fonte do sustento de suas famílias. O trecho acima revela a formação de uma consciência de classe.

Senhor Zeca Tavares afirma que lutará incessantemente por melhorias da estrada. O empoderamento desse agricultor fica evidente quando ele relata que “Eu comprei aqui, eu quero é viver aqui”...” mas nós somos cidadãos, temos direito às coisas”. Então, ele coloca a responsabilidade no poder político quando afirma que " tem que cobrar do prefeito, é ele que pode fazer por nós, porque o dono antigo da terra não quer mais nem saber de nada".

Uma vez que o presente trabalho de pesquisa coloca como hipótese investigativa a relevância da gestão pública municipal, preenchendo os espaços necessários para que possam ser estabelecidos os vínculos do agricultor familiar com as políticas públicas, projetos ou iniciativas que propiciem condições de protagonismo para essa categoria, estima-se que a terra de trabalho do agricultor não possa estar desvinculada ou em dificuldades para que esse agricultor tenha alcance de vias que possam literalmente conectar esse agricultor ao mundo. Ou aos mercados, mais especificamente. Daí reflete-se uma limitação da Reforma Agrária Assistida Pelo Mercado, ao excluir o poder público municipal das negociações que viabilizem a compra de terra pelo grupo de agricultores, demanda que será compreendida com tensões, cobranças e, principalmente, com dificuldades de resolução para agricultores e governo.

A fundamentação empreendedora que dá suporte ao conceito institucional de agricultura familiar circunscreve as condições para tratar, conforme a letra de lei, o estabelecimento como empreendimento. Assim, o acesso aos mercados é uma condição *sine qua non* para que o agricultor assuma uma disposição empreendedora. A agricultura familiar não aquiesce as condições institucionais previstas em lei que a regulamenta, se não assumir o caráter empreendedor.

A este quadro de perspectivas empreendedoras acrescenta-se que, considerando que no Brasil, a agricultura caracteriza-se por um cenário histórico de relações sociais extremamente complexas e diversificadas, resultante de diferentes formas de organização da produção, Silva Jr et al (1982) chamam a atenção para que a própria penetração do capitalismo no campo, alterando e transformando as relações de produção, não se processa de maneira homogênea. Só este fato já seria suficiente para afirmar que é impossível tratar a agricultura familiar com uniformidade.

Encontrando uma agricultura familiar que caminha sobre estratégias de superação de dificuldades, as quais são evidenciadas fortemente em períodos de seca, particularmente entre 2012 e 2016, a presente seção se apoia na fala de Luiz Carlos Guedes Pinto, no editorial do volume 25 da Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, quando este assinala que

para a construção de uma sociedade justa e democrática, no Brasil, é preciso deixar de forma absolutamente clara e categórica que a reforma agrária precisa ser um processo amplo, imediato e massivo da propriedade da terra.

O acesso à terra por parte do agricultor familiar, pelos diversos meios que se apresentaram historicamente em Mauriti, foi duplamente importante. Primeiramente como recurso de trabalho, a constatação mais óbvia. Segundo que, tal conquista, no enfrentamento com a agricultura patronal, mesmo que aplacado por relações de parentesco ou de trabalho, vai determinando o domínio dos seus espaços através de constantes lutas até que se alcance um protagonismo. A questão vai além de acessar a terra e legitimar sua posse, através de documentos. No caso da constituição de projetos diversificados de agricultura familiar, a jurisdição tem uma demarcação difusa e que não é física. Quer dizer, as fronteiras geográficas são desmontadas, política e socialmente falando, razão pela qual o sentido de domínio de espaço dessa categoria se translada com os atores que **deixam suas pegadas em suas localidades, construindo suas trajetórias.**

Além do acesso por meio da compra, acesso e herança das terras em Mauriti, principalmente pela ponderação de oportunidades de melhorias contínuas para o mundo rural, é necessário persistir sobre a democratização da terra e a inserção do agricultor familiar em esferas políticas, econômicas e sociais de maior dinamicidade. Na ocasião do lançamento do II Plano Nacional de Reforma agrária, o INCRA (2003, p. 8) alertava sobre a retomada de um projeto de redemocratização para o Brasil, o qual:

Expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade.

Desconcentrar a propriedade da terra é uma condição necessária, porém não suficiente para a correção das mazelas decorrentes da atual estrutura agrária. A determinação de realizar uma Reforma Agrária “ampla” e sustentável coloca a necessidade de atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva. É preciso combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Para avaliar o tripé de intervenções políticas, mais especificamente a questão do acesso à terra, Wanderley (2009) nos empresta uma reflexão sobre o sistema de propriedade da terra no Brasil: de que é impossível dissociar o baixo nível da produtividade agrícola do Brasil do

sistema de propriedade, posse e uso da terra. Ao manter a terra inativa ou mal aproveitada, a pauperização do uso impede o acesso à terra por parte dos trabalhadores que dela precisam viver e produzir. Sem promover o acesso ao principal recurso do agricultor familiar, o contingente de trabalhadores rurais sem terra mantém-se deduzido dos benefícios do progresso. A vacuidade, neste caso, além das terras sem uso e capacidade produtiva, reverbera um vazio socioeconômico, substancialmente mais grave.

Em Mauriti, após histórico processo de acesso à terra, conforme apresentado no Capítulo 1, cuja desfragmentação das grandes propriedades ocorreu pela divisão inventarial de herança, amplificado seu fracionamento das terras pelos casamentos consanguíneos, sem agregação de novas propriedades; e por compra propiciada pela presença de um mercado de terras já existente no final do século XIX e início do século XX, motivado, ao que aparenta, pela vantagem comercial de terras mais baratas que nos outros municípios do Cariri cearense; integraliza-se, no município, uma conjuntura que levou, na década de 1990, finais do século XX, a um processo mais intenso de desestruturação da grande propriedade, condição que abriu espaço para viabilizar o acesso por outros grupos.

Além das modalidades de compra e obtenção por herança, o acesso à terra em Mauriti abraçou oportunidades das Políticas Públicas redistributivas de terra e outras iniciativas como os condomínios produtivos. Os pressupostos sobre o protagonismo e empoderamento da agricultura familiar em Mauriti nos levam a uma reflexão sobre o fortalecimento desta categoria social e o quanto esta condição é dependente de sopesar sobre o acesso à terra como condição primeira e irrestrita.

As políticas redistributivas de terra, especialmente a Reforma Agrária Assistida pelo Mercado, foi assimilada com um recurso importante para que de modo coletivo os agricultores familiares pudessem acessar à terra. Não se trata de uma compra individual ou uma estrutura familiar apenas, mas de um coletivo que deve se constituir, desde a decisão pela compra da terra, a negociação e a relação com os agentes de crédito para, institucionalmente acessar à política pública. A seção seguinte traz uma abordagem teórica, a percepção dos agricultores familiares e análises sobre a eficiência da implantação dos assentamentos via crédito fundiário em Mauriti.

A importância da terra como a base do sentido da identidade do agricultor familiar e como as constituições coletivas, além das modalidades de compra ou ganho por herança, foram um componente que garante sobremaneira o fortalecimento da agricultura familiar em

Mauriti. Senhor Geraldo Holanda nos oportuniza um trecho de sua narrativa, no qual explicita a importância da terra para o agricultor familiar e o quanto essa condição de acesso transfigura-se em uma porta para acessar o seu fortalecimento:

Ah, o agricultor precisa da terra para seu sustento. Quem não tem terra tem que, ou ficar trabalhando fora, para sustentar a família, ganhando uma coisinha, não vê os filhos crescendo, a mulher sozinha, enfrentando as lutas, ou ficar dependendo de dia de serviço na terra dos outros.... às vezes a gente até tem um pedaço de terra de herança, mas ou é pouca ou fica em um canto ruim, só as pedreiras. Essa minha mulher mesmo recebeu um pedaço de terra de herança do pai dela, mas nem acesso tem o pedaço que tocou pra ela (referindo-se ao acesso por estradas). Então como de uns 15 anos pra cá ficou mais fácil comprar terra, então a gente foi lutando, lutando até conseguir. Você até pode comprar seu pedaço sozinho, como eu já tentei, mas o povo cobra caro, quer dizer, mais caro pra você comprar sozinho... Então acabou que eu certo a gente comprar dessa modalidade e graças a Deus já estamos quitando tudo. Então quer dizer que hoje a gente trabalha na terra que é da gente, sem dever aos outros ou ficar pedindo um dia de serviço pra quem tem terra...aqui a gente já tem no que viver, você está vendo essa minha casinha ai, tem do que trabalhar, você também viu minhas roças e tem o que deixar pros filhos, então quer dizer que o ideal é isso para o agricultor (Entrevista com Geraldo Holanda, realizada no Pau Branco, Mauriti, novembro, 2017).

No trecho de fala o senhor Geraldo Holanda reafirma a importância da terra para o agricultor familiar, cuja atividade conjuga trabalho e vida. Ele reitera o quanto a ausência desse quesito fragiliza a condição do agricultor familiar, cujo trabalho estará dependente e dedicado a outro proprietário, sujeito às condições impostas para o rendimento daquela modalidade de dependência laboral. Senhor Geraldo recorda, obviamente pela sua condição de racionalidade como arrimo familiar ou chefe de família, uma vez que ele tem filhos jovens, que desde o início dos anos 2000 (“há uns 15 anos”), ficou mais fácil comprar terra. É nesse período, pelos registros sintetizados no Quadro 41, que eclodem os projetos comunitários constituídos por agricultores familiares.

Na memória do senhor Geraldo Holanda está mais claro este íterim, uma vez que ele é partícipe de um desses projetos. Ele também revela uma questão importante para a qual chama-se atenção na presente tese. A reforma agrária mediada pelo mercado estabelece a relação comercial de compra da terra, mas as condições de infraestrutura de trabalho – estrada de acesso aos lotes, eletrificação; e condições de vida, como acesso à escola, serviços médicos – estão ausentes da negociação entre o proprietário anterior do estabelecimento e a instituição financeira, porém reverberam ao poder público municipal, o qual ingressa no processo quando a condição do acesso à terra já foi concretizada.

No estado do Ceará, desde a década de 1970 já existiam programas de intervenções fundiárias, baseados em relações de compra e venda de terra como política pública. De Alencar

(2006) destaca que antes dos programas implementados em nível nacional, na esfera estadual cearense funcionaram três programas, inseridos nas linhas de programas federais mais abrangentes, quais sejam:

1. O PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, que vigorou de 1973 a 1984. Sua principal linha de ação utilizada para compra e venda de terra foi o FUNTERRA - Fundo de Redistribuição de Terras;
2. O PDRI - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Ceará, que entrou em vigor de 1980 a 1985. Esse programa ficou conhecido como Projeto Ceará ou POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste. Na sua principal linha de ação, o subprograma “Organização Fundiária” do Projeto Ceará, foram comprados 23 imóveis, cuja área de cerca de 35 mil hectares foi distribuída para 654 famílias;
3. O PAPP - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural ou Projeto Nordeste, no período de 1987 a 1994. Dentro do PAPP, havia a linha de ação fundiária PDSFN - Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional, cuja operacionalização utilizou a desapropriação por interesse social, a desapropriação negociada, compra e venda de terra e cadastro/regularização fundiária como instrumentos de atuação.

Essas três iniciativas, oriundas de celebração de acordos entre Governo Federal, Governo Estadual e o Banco Mundial, cujos projetos foram executados por meio de parcerias. Entre os seus principais objetivos vislumbrava-se desconcentrar a posse da terra, reduzir a pobreza no campo e melhorar a distribuição de renda (DE ALENCAR, 2006). A partir de 1995, o governo federal e estadual, em parceria com o Banco Mundial revigoraram os programas de intervenção fundiária sob a denominação de política complementar de reforma agrária ou Reforma Agrária Assistida Pelo Mercado – RAAM (AGR, 1995). Historicamente, os primeiros anos da década de 1990 apresentavam, em nível mundial, uma reestruturação capitalista e a economia global experimentava as expansões financeiras, típicas do movimento neoliberal (PEREIRA, 2012).

O processo crescente de redução do espaço ocupado pela grande propriedade, oportunizou a implantação de outras políticas de reordenamento fundiário, resultantes da ação de diferentes instituições, sinalizando a existência de oportunidades para o desenvolvimento e

fortalecimento da agricultura familiar em Mauriti. Haja vista a motivação para a formação de 10 assentamentos pelo crédito fundiário, quatro condomínios produtivos e um assentamento por ocupação, estruturados dentro do arcabouço da estrutura fundiária municipal. Os dados do relatório Territórios da Cidadania, publicizados através do Instituto Agropolos<sup>91</sup> do Ceará, foram atualizados na pesquisa, em 2018<sup>92</sup>, confirmando uma tendência de adesão a esse tipo de reforma agrária apoiada pelo mercado.

Martins (2003, p. 144) recorda que antes da eleição de Fernando Henrique Cardoso, havia uma pretensa suposição de que o Brasil já não era um país agrícola, “que o número de trabalhadores rurais era proporcionalmente pequeno e caminhava para maior redução ainda, seguindo a tendência moderna dos países desenvolvidos”. As demandas políticas realizadas em nome dos trabalhadores rurais eram avaliadas como arcaicas e “em descompasso com o Brasil moderno dos projetos nacionais de desenvolvimento”. Havia também a ideia de que a pequena agricultura, ou a chamada agricultura familiar, “estava necessariamente presa a técnicas agrícolas atrasadas, de baixa produtividade, e representava uma modalidade de economia destituída de empreendedorismo e de futuro. Algo a não ser estimulado nem apoiado”. A avaliação desse cenário desfavorecia consideravelmente os agricultores familiares, ampliando o abismo entre suas demandas e um posicionamento governamental que priorizasse esses agricultores.

Silva (2013, p. 96, grifo da autora) destaca que essa foi a estratégia política do governo de Fernando Henrique Cardoso para justificar a chamada Reforma Agrária dita “pela via de mercado”, como uma alternativa para o combate à pobreza rural e para a reforma agrária de ocupação, a qual estaria assegurada pela Constituição de 1988 e a Lei 8.629, cujo texto dispõe

---

<sup>91</sup> O Instituto Agropolos do Ceará foi criado em 2002, como uma organização civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituído sob a forma de associação de interesse público, detentor de autonomia administrativa, qualificado como OS – Organização Social, atendendo os requisitos de Lei Estadual No 12.781, de dezembro de 1997, junto ao Governo de Estado do Ceará, por meio do Decreto Estadual No 26.528 e Decreto Estadual No 29.320, de 12 de junho de 2008. Seus objetivos, como entidade executora de propostas e projetos do governo do estado do Ceará incluem apoiar o desenvolvimento sustentável das principais cadeias produtivas rurais com ações de assistência técnica adequada e direcionada, com maior atuação, junto aos agricultores familiares e desenvolver ações e projetos estratégicos ou estruturantes que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável do estado. In: AGROPOLOS. Conheça o Instituto Agropolos do Ceará. – Fortaleza, 2018.

<sup>92</sup> Foi obtida uma resposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário com os dados atualizados sobre o número de assentamentos instalados via crédito fundiário no município de Mauriti, cuja apresentação está disponibilizada no Quadro 2 da tese.

sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, os quais estavam previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição de 1988.

Ainda segundo Silva (2013), a tomada de consciência por parte de instituições como o Banco Mundial, no tocante à relevância da reforma agrária de mercado como uma estratégia de combate à pobreza nos países subdesenvolvidos, juntamente com problemas de alto custo dos processos de desapropriação e lentidão nos processos de regularização de posse, no modelo de reforma agrária baseada na desapropriação, eram aspectos que tencionavam positivamente a reforma agrária de mercado em detrimento do que aparentava ser uma grave falha institucional das políticas fundiárias executadas pelo Estado.

As vantagens da RAAM, apontadas pelo Banco Mundial, acostavam-se ao que Schejtman e Berdegú (2004) definem como Desenvolvimento Territorial Rural, como um processo de transformação produtiva e institucional em uma área rural específica, cujo objetivo é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tinha como objetivo articular de forma competitiva e sustentável a economia do território em mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tinha como objetivo estimular e facilitar a interação e a coordenação dos atores locais entre eles e entre eles e os agentes externos relevantes, e aumentar as oportunidades para a população pobre participar do processo e seus benefícios.

Na vigência presidencial de Fernando Henrique Cardoso, a ideia central da concepção da RAAM foi enfrentar, de forma alternativa, as dificuldades e a avaliada como “pouco eficiente” Reforma Agrária de Ocupação, conduzida pelo Estado (BUAINAIM et al, 2000, grifo nosso). Na nova modalidade de reforma agrária, defendem Deininger e Binswanger (1995), é possível executar a compra e venda de terras a baixo custo, viabilizando novos projetos de produção agrícola, oportunizando eficiência econômica, promovendo as possibilidades de equidade social como uma forma eficaz de combate à exclusão e pobreza.

Ramos Filho (2004) é taxativo, quando considera que a Reforma Agrária de Mercado corporificou o processo de despolitização de luta camponesa, desestruturando a força-motriz do camponês, revestido em suas diversas formas (assentados, posseiros, rendeiros, pescadores etc.). A luta política desse camponês contra o capital, cuja possibilidade de acesso à terra se dá via ocupação, agora, sob a proposta de RAAM – Reforma Agrária Assistida pelo Mercado (AGR, 1995), passa a ser realizada via, o que Martins (1980, p. 55) chamou de terra de negócio.

De Alencar (2006, p. 207), sem rodeios, faz sua crítica à RAAM, denunciando que:

Este instrumento, desde o início da sua implantação, foi objeto de algumas pesquisas, em virtude de competir com a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Portanto, foi criado um cenário de disputa política e econômica entre dois mecanismos de intervenções fundiárias que não se complementam, e até se opõem

Pereira e Sauer (2011) concordam quanto à natureza socialmente regressiva da RAAM, cuja matriz política que sustentou sua defesa e implantação foi a reestruturação política neoliberal. Contudo, há autores como Silva (2013), que se posicionam de forma favorável à reforma agrária assistida pelo mercado, argumentam suas justificativas, em comparação com a reforma agrária de ocupação, em que os assentados são consolidados através da ação do Estado pela desapropriação, seleção das famílias contempladas, liberação dos recursos financeiros para financiamento da infraestrutura e assessoria técnica de acompanhamento como sendo um processo burocrático, demasiadamente lento e de alto custo. Em Mauriti, por exemplo, os dez assentamentos criados através do crédito fundiário, já estavam implantados quando se deu a iniciativa do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de ocupar parte da Fazenda Araticum.

Entretanto, apesar de Silva (2013) tender para a avaliação positiva das propostas da RAAM, a autora constata, em seu trabalho de pesquisa que existem pontos negativos nos projetos de assentamento de “Reforma Agrária Negociada” (DEININGER, 2000, p. 25): a dificuldade dos assentados em saldar a dívida da compra da terra; a dificuldade de atuação das associações, as quais não conseguem mobilizar o poder público para resolução conjunta de suas dificuldades com a implantação dos projetos no assentamento; e o agravamento do conjunto de adversidades do assentamento em função da heterogeneidade do grupo de agricultores que, apesar do interesse real de acesso à terra, tinham pouca ou nenhuma mobilização política.

Uma das linhas defendida de vantagens da RAAM tratava sobre a livre negociação da terra. Como a transação de compra e venda da terra se dá por ação voluntária entre os interessados, em tese não haveria necessidade de conflitos nem disputas judiciais. Outra vantagem apontada pelos princípios da RAAM é que a negociação entre vendedores e compradores é mediada por uma demanda real de terras. No caso, famílias que necessitem negociar com compradores com interesse de venda, sem a imposição feita pelo Estado, no caso da reforma agrária por ocupação (PEREIRA; SAUER, 2011).

Nas narrativas dos agricultores entrevistados em Mauriti, ressalta-se que a política pública de crédito fundiário apenas propiciou uma relação comercial com proprietários falidos, cujos o patrimônio estaria hipotecado. Tal contexto beneficiaria duplamente os proprietários vendedores, pela venda da terra, se livrando de um problema, com a possibilidade de limpar

seu nome junto à instituição financeira e, ainda, com o benefício de uma indenização em dinheiro resultante da venda da terra que abrigaria o projeto de assentamento:

O antigo dono daqui estava com um problema no Banco. A terra tava hipotecada. A gente assumiu a conta, o Banco assumiu a conta passou o troco, algum trocado pra ele, e a gente ficou com a terra, pra a gente ficar pagando, ai a gente pagou tudo mais o juro... (Entrevista com Ivalto Pereira, assentamento Catingueira/Bananeira, realizada em novembro de 2017).

Antes de comprar aqui, a gente foi olhar muita terra. Nós olhamos um bocadão de terra, mas não dava, até que quando a gente projetamos esse projeto... Você ia, quando chegava pra comprar aquele terreno, se tivesse hipotecado o caba não comprava, que o dono não queria perder o dinheiro, né? Que quando dizia assim, nam eu vou pagar, ia pra conta do banco, o caba não recebia e achava ruim. Chico Rolim tava hipotecado nessa época. Num sei hoje, que não sei de vida dele, mas nessa época eu sei que tava hipotecado no Banco. Ai nós partimos pra ela, dizendo: Chico Lima é bom... Aí ele disse, vendo! Aí quando a gente foi pra cima do negócio mesmo, ai ele ligou para o gerente que ia vender o terreno. Aí o gerente disse: venda, porque o seguinte é esse seu Chico, você venda o terreno, mas quando você vender o terreno, o dinheiro vai cair na conta sua, mas no banco pra você pagar uma conta do banco. Ave maria, eu vi Chico Lima dar um pulo. Ele tava com o telefone no ouvido, ele tava com o telefone nos ouvidos, rapaz ele danou esse telefone em cima da mesa velha e ele saiu de cabeça (Entrevista com José Francisco Bezerra, assentamento Riacho do Mel, Mauriti, realizada em novembro de 2017).

Além desse meio de compra de terras de proprietários falidos, os assentados entrevistados relataram dificuldades em quitar o negócio da compra, pelas condições de pagamento negociadas com o banco. Porém, nas conversas realizadas com os assentados beneficiários do PNCF, estes informaram que foram agraciados, conforme citam, com a anistia da chamada Lei Eunício Oliveira<sup>93</sup>. As dívidas adquiridas tiveram 95% de rebate, possibilitando aos agricultores solver suas dívidas junto às instituições financeiras.

Agora um cara que eu tiro o chapéu pra ele, os projetos dele é muito bom voltado para a pobreza, Eunício Oliveira. Mas ele foi bom por causa desses rebates de dívida ai, mas é PMDB, ali tão na máfia lá (referindo-se aos fatos que levaram ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016) (Entrevista com Geraldo Holanda, realizada no Pau Branco, Mauriti, novembro, 2017).

Nossa terra, ela tá quitada, tá dividida, tá toda retalhadinha ai, do jeito que o camarada chegar é passar a escritura e ficar com ela... Quando foi esse ano deu um alívio pra nós, que nós tava devendo um resto... ai graças a Deus veio um, veio aquele bonuzinho né? E teve aquele desconto, daquele programa que entra nos Bancos pra quem quisesse pagar suas dívidas pagava com desconto de tanto, ai nós se encaixamos nisso daí pagamos, resolvemos. Era pra pagar com 5% do valor do débito, que tem 95% de bônus (Entrevista com José Francisco Bezerra, assentamento Riacho do Mel, Mauriti, realizada em novembro de 2017).

---

<sup>93</sup> A Lei 12.599/2012, proposta conhecida como Lei Eunício Oliveira, propiciou aos agricultores a renegociação de suas dívidas com base no valor original do empréstimo, sem incidência de juros. O texto da referida legislação também suspendeu as execuções na justiça e os prazos processuais. Também ficou previsto que os agricultores que contrataram operações de crédito coletivas poderiam renegociar e quitar a dívida individualmente. Foi atualizada pela Lei nº 13.340/2016, ano em que os assentados registram nas entrevistas o benefício da anistia recebido.

Nós atrasamos a parcela, não sei quanto foi o mês de julho desse ano. Aí veio a aquele rebate de 95%, então a conta veio mais de oitenta... quase noventa mil, aí nós pagamos com cinco mil e um bocado (Entrevista com Ivalto Pereira, assentamento Catingueira/Bananeira, realizada em novembro de 2017).

No ano de 2015 foi aprovada a Medida Provisória nº 733/2015, a qual autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural, alterando a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, posteriormente transformada na Lei Ordinária nº 13.340/2016, também chamada Lei Eunício Oliveira, senador pemedebista autor e relator da referida. O manual de orientação do Ministério da Integração Nacional (2016), destaca que o objetivo da Lei 13.340 foi permitir aos agricultores familiares e aos demais produtores rurais que pudessem dar continuidade às suas atividades econômicas, através da supressão das restrições cadastrais, o que viabilizaria a contratação de novos financiamentos.

A proposta do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), segundo nota de sua assessoria de comunicação, era que tais medidas deveriam aliviar os agricultores que se encontravam em dificuldades para saldar seus compromissos financeiros, alguns casos em função das dificuldades impostas pelas intempéries climáticas (no caso do Nordeste a seca), ou pela crise econômica. Desta forma, seria possível recuperar créditos, retornar o crescimento dos financiamentos, que em alguns casos já se avaliava como prejuízo ao Fundo Constitucional, contribuindo para a retomada do crescimento econômico (MIN, 2016).

Nos projetos de Crédito Fundiário também foi preconizado que a base principal da RAAM é o associativismo. É uma exigência legal que os interessados na compra formem associações comunitárias para procederem conjuntamente com a escolha e aquisição do imóvel, proposta que visava garantir a escolha de terras de qualidade e que fossem adequadas para implementação de projetos de produção agrícola eficientes e produtivos (PEREIRA, 2012).

Apesar de Silva (2013, p. 101) considerar vantajosa a reforma agrária assistida pelo mercado, admite, com base em sua pesquisa, que o Programa Cédula da Terra – PCT apresentou mudanças relevantes para o reordenamento fundiário, mas admite que é impossível negar problemas como: alto grau de endividamento dos assentados, limitação ao acesso a financiamentos e pouca participação associativa.

Um ponto frágil nos projetos de RAAM é o funcionamento das associações formadas, a pouca habilidade no processo de negociação das terras e a condução posterior das organizações, condição percebida e apontada por Pereira e Sauer (2011). Percebe-se que os grupos de agricultores não se mantêm motivados a participar das associações. Sendo assim, a

luta coletiva basicamente se encerra com o acesso à terra. Entretanto os desafios após a posse da área são muitos.

A associação nós estamos empurrando com a barriga, que o pessoal não querem não, mas tem a diretoria, tem a documentação, tudo legalzinho, só que assim um sócio se associa, e o que é 2 reais por mês, aí passa 2 anos sem pagar, aí diz eu sou sócio (Entrevista com Cícero Viana, Vila do Descanso, Mauriti, realizada em novembro de 2017).

O coletivo é uma condição de relação social que, nos assentamentos PNCF visitados, só acontece até a compra da terra, visto tratar-se de uma exigência da própria política. Após a compra da área e a divisão dos lotes, cada assentado dedica-se prioritariamente a estruturar o seu lote, a parte de terra que lhe coube, sem se importar muito com o grupo. É necessário cuidar de construir a casa de morada, as cercas, o curral, a preparação do terreno para a lavoura e as outras atividades particulares de cada família.

Qual o impacto, então, da RAAM no município de Mauriti e sua parcela e contribuição para a formação da agricultura familiar nesta localidade? Quantitativamente já havíamos detectado o aumento no número de famílias beneficiadas com terra, apesar de algumas discrepâncias entre o registro oficial do AGROPOLOS (2010) e as informações atualizadas da pesquisa, de 80 para 199 famílias assentadas pelo regime de reforma agrária de mercado.

Essa modalidade de acesso à terra, sem dúvida beneficia o proprietário, aquele que vendeu a terra e, a agência bancária. Para o agricultor familiar resta alguns questionamentos, uma vez que, ficou evidente a dificuldade dos agricultores para pagar o financiamento. Outro aspecto negativo relacionado à reforma agrária de mercado, como defende Martins (2003, p. 148), “é a continuidade de um processo socialmente conservador”, quando o acesso à terra é feito com limitações para o posterior desenvolvimento das atividades da agricultura familiar. Por fim, vale ressaltar a baixa atuação do sindicato e das associações que se formaram para viabilizar a reforma agrária de mercado, mas cuja atuação se encerra praticamente com a compra da terra ou se mantém sem ações inovadoras:

Rapaz, a associação é nós que tem que ajudar ela, se não ela cai, que não tem renda por enquanto né? Ela chegou logo no começo ela tinha renda, quando a gente começou, a gente tirou 2 mil quilos de mel, 2500, ela tinha uma renda bastante, porque o mel era da associação, era ela que mantinha todas as despesas da apropriação e a maioria é do projeto, mas aí foi essa época que não deu mais inverno, não deu mais inverno (entrevista com Paulo Vicente, assentamento Cajueiro do Coité, Mauriti, realizada em novembro de 2017).

Dos projetos visitados de assentamento via crédito fundiário, onde se percebeu maior precariedade foi o Catingueira II. O acesso é extremamente dificultado pelas estradas malconservadas. Geograficamente a área do assentamento está localizada ao pé da chapada,

distante cerca de 30, 40 km da sede municipal. O relevo até chegar ao assentamento é acentuado, íngreme, o que dificulta a ingresso até a vila de casas e os locais de trabalho dos agricultores familiares. O terreno de massapê é propício a encharcamento na ocorrência de chuvas, o que obstaculiza ainda mais o deslocamento até aquela localidade, conforme mostra a Figura 13:

FIGURA 13: FOTOGRAFIA DO LOCAL DE ACESSO AO ASSENTAMENTO  
CATINGUEIRA II



Fonte: registro fotográfico feito pela autora (2017)

O projeto de compra de terras ainda traz, aos assentados, um esforço de reconstrução coletiva de pertencimento àquela nova localidade adquirida pelo grupo. Turatti (1999), estudando a realidade transitória dos acampamentos do MST, marcados pela instabilidade e precariedade, faz um alerta importante no caso dos assentamentos de reforma agrária de mercado, sobre o momento de transição, do ajuste da condição anterior do assentado para a nova identidade, na nova localidade, para seu enraizamento definitivo. Caldar (2001, p. 221), dispondo para análises, a ponderação sobre os processos pedagógicos do MST, relata que uma das condições básicas para a consolidação de uma ocupação é o “enraizamento projetivo, raiz e projeto combinados como estratégia de formação dos sujeitos sociais, e dos seres humanos que os encarnam”.

Tem uns que não tinha terra, aí entraram nessa associação para comprar essa terra, aí formaram um grupo, aí desmembraram (entrevista com Paulo Vicente, assentamento Cajueiro do Coité, Mauriti, realizada em novembro de 2017).

Mas aí surgiu essa maneira, agente montou uma associação, inclusive com o apoio total do antigo dono da terra... ele pagou um bocado das taxas de associação, cartório, porque nós tínhamos interesse na terra, em comprar, mas ele também tinha em vender, se livrar da dívida no banco (Entrevista com Geraldo Holanda, realizada no Pau Branco, Mauriti, novembro, 2017).

Além da baixa atuação da associação após a compra da terra, outro fator que impacta negativamente para a credibilidade da associação e para o enraizamento do grupo são os procedimentos adotados para utilização dos recursos comunitários acessados em nome da própria associação para o coletivo, afastando o propósito social da mesma.

Pela a associação, aí tu sabe a gente tira 56 somas. Quer dizer que toda vez que, todo mês era pra eles marcar uma reunião com nós associados, e ter que a gente debater, conversar, ver como era as coisas, como ia ficar. Realmente o presidente, o da frente que poderia falar, nós quer fazer assim, agora vocês combinem... Por exemplo, o trator vive trabalhando ai pra eles, o presidente é quem... realmente eu fiz um milho, carreguei o esterco pra jogar no meu coisa lá, em meu pastozinho lá, pra plantar um capim, eu paguei até 700 reais a ele (referindo-se ao pagamento pelas horas de uso do trator da associação), E no dia da reunião eles nem falaram que ninguém tinha dado dinheiro nem nada. Eu vou ficar calado, porque melhor do que tá brigando (Entrevista com Francisco Furtado de Brito, Bacia Leiteira de Mauriti, São Miguel, realizada em novembro de 2017).

As três falas mostram diferentes situações em relação às associações. Nos trechos em que o senhor Paulo Vicente e Geraldo Holanda mencionam a forma como a associação é constituída, por ser um requisito necessário para a viabilização da venda da terra, sinalizam que o proprietário agiliza um processo de formação do grupo para dar celeridade à transação comercial, quando a união do grupo deveria ser algo instituído de forma que seus membros possam fazer do coletivo uma condição paralela à todo o processo que irá suceder a fase inicial de compra da terra.

A associação dos agricultores familiares que farão parte do assentamento, constituída dessa forma, pode apresentar fragilidades na sua continuidade, comportamento que pode ser refletido no que colocou o senhor Francisco Furtado de Brito em que se pode perceber que é possível que as decisões tomadas na associação tenham mais interesse individual do que do grupo.

Muitos agricultores familiares ainda veem o sindicato como uma entidade assistencialista, cujo o objetivo maior deve ser ajudar aos associados. Todavia, a parte assistencial dos Sindicatos, na maioria das vezes, está limitada a assessoria no momento da aposentadoria rural, que vale ressaltar tem propiciado, ao longo das últimas décadas, melhoria significativa no IDHM do município de Mauriti.

Quanto às dificuldades de mobilização do sindicato rural e a baixa participação e atuação da associação, antes tecer críticas ou enxergar apenas como um ponto negativo, nos amparamos no que coloca Martins (2003, p. 159, 160), ou seja, que é necessário entender o processo de constituição do agricultor familiar:

Compreender o processo de gestação de um novo sujeito político que nasce também sujeito conceitual e núcleo de definição de um vocábulo explicativo novo. Seus desdobramentos podem ser observados no cenário político modificado pelo advento desse novo sujeito que é um trabalhador rural que carrega consigo uma grande carga de possibilidade de modificação do sistema de orientação da ação histórica. Mas, em nosso caso, em uma situação sociologicamente rica, temos protagonistas politicamente pobres. Com frequência, os agentes de mediação estão aquém das possibilidades históricas nela contidas, presos em uma trama de referências ideológicas relativas a experiências estranhas à sua própria, a valores do passado e a uma prática política autoritária, com severas dificuldades para compreender e realizar a esperança que aí se acumula.

Ainda que as mobilizações sociais e políticas das associações e sindicatos tenham encontrado obstáculos em Mauriti, salientamos a importância de compreender o acesso à terra como condição primeira e crucial para o fortalecimento e protagonismo da agricultura familiar. Picolotto (2011) destaca que, mesmo que a precariedade da agricultura familiar se diferencie nas diversas regiões do Brasil, os agricultores de base familiar para continuarem persistindo precisaram, de uma maneira ou de outra, abrir caminho entre as dificuldades encontradas. Essa situação de fragilidade, na maioria das vezes, limitou a constituição de uma categoria de agricultores centrados no trabalho familiar que pudesse fazer um contrapeso socioeconômico e político aos grandes proprietários e suas organizações. Nesse sentido, além dos agricultores de terem sido desprivilegiados no que concerne ao acesso à terra, ao crédito público e às técnicas modernas, também enfrentaram dificuldades para construir forças políticas autônomas que pudessem desafiar os grandes proprietários e o modelo de agricultura dominante.

O acesso à terra, além de assegurar reconhecimento institucional ao agricultor familiar, possui um significado de lugar no mundo e direito ao exercício do trabalho, intrinsecamente ligado ao lugar de vida desse agricultor familiar, sentimento ilustrado pela fala de senhor Dozinho Fernandes:

Quando foi um dia, eu vendi um mói de gado a um cabra. Eu já casado. Ai o cabra foi e me enganou. Umas 8 ou foi 10 rezes. Muito bicho. Ai eu fui pra lá umas dez vezes. Para ele me pagar a dívida. Ele arrumou um gado de outros negócios que ele tinha. Ai eu corri pros meninos (referindo-se ao donos da propriedade onde ele morava e trabalhava em Mauriti antes de comprar sua própria terra). Quando cheguei pros meninos, nós tinha trazido os animais. Nós tinha uns 30 bicho. Eu pedi pra deixar os bichos no terreno deles aí. Quando chegou, aí disse: - agora, Dó, tá uma época meia ruim de pasto, um tempo quase como esse assim que nós estamos passando sem chuva. Meio difícil. Aí ele disse: - tá ruim de pasto, Dó. Porque, pra trazer esses bichos, e nós já com desse tanto, tem o uso da água também, as águas naquele tempo era umas águas pouca, não tinha poço, não tinha nada era só água de barreiro, nós pelejando pra cavar bebedouro sem ter água. Eu respondi a ele: - é mesmo! Mas fiquei com aquilo na cabeça... Aí eu fiquei com aquilo na cabeça: se a terra fosse minha num tinha acontecido isso daí. Eu tinha botado o negócio da dívida pra frente e tinha trazido logo o gado. Ai passei a semana todinha lutando, trabalhando, mas direto pensando naquilo. Ai, nós tava era numa broca lá, ai eu disse: - pai? Eu vou vender esses bichos meu tudim e vou comprar um taco de terra (Entrevista com Dozinho Fernandes, realizada no São Félix, Mauriti, 2017).

Narrativas como essa reforçam a compreensão da importância de políticas redistributivas de acesso à terra, como estratégia para traduzir projetos da agricultura familiar em Mauriti. Na década de 2000 foram constituídos 17 projetos comunitários de produção agropecuária (ver Quadro 41), instituídos sobre o conceito de agricultura familiar, constituídos por meio de mobilizações e políticas diferenciadas, que juntos vão atender pelo menos 199 famílias. Deste número de assentamentos e condomínios, contabilizados em uma década, não estão incluídos os estabelecimentos negociados e comprados diretamente, prática desenvolvida no município desde antes do século XX, conforme já mencionado no Capítulo 1.

Obtida a terra, permitido o seu acesso, como estão então os agricultores familiares de Mauriti acessando o crédito para gerir seus trabalhos? De que forma e por quais vias comercializam os excedentes de sua produção? É a conversa que será tecida na próxima seção.

### 3.3. CAPITAL

Para efeito dessa tese definimos como **capital** todo e qualquer recurso financeiro envolvido na estrutura do projeto ou chamado “empreendimento familiar”, conforme denominação da própria política pública. Privilegiaremos como principal indicador relativo à variável capital o acesso ao crédito, particularmente ao Pronaf, e as estratégias de comercialização. Segundo as teorias empreendedorísticas, é importante que os atores, empreendedores, nesse caso, os agricultores familiares, considerem condições como oferta, demanda, mercados, lucro etc., conforme assinala Schumpeter (1982, p. 81), em sua teoria empreendedora, “a função do capital consiste em obter para o empresário<sup>94</sup> os meios com que produzir”.

Por se tratar de agricultores familiares, incluem-se na variável capital as informações oriundas das políticas sociais, de transferência de renda como bolsa família, garantia safra, aposentadorias rurais e salários de empregos. Essas rendas fazem um conjunto importante de ganhos que propiciarão maior seguridade financeira ao grupo familiar estruturado no estabelecimento. No Capítulo 2 pontuamos que o aumento de aposentadorias rurais, cuja proporção cresceu consideravelmente após o ano de 1998, evidencia que a renda oriunda da

---

<sup>94</sup> Empresário foi a expressão utilizada na tradução do texto de Schumpeter para designar o agente responsável por disparar a introdução de inovação no ciclo econômico, ou, como ele o intitula, “o portador do mecanismo da mudança” (SCHUMPETER, 1982, p. 72), expressão que será convertida na Literatura para o termo empreendedor.

aposentadoria será um recurso importante na manutenção das estratégias produtivas, especialmente dos rebanhos, conforme será exemplificado no decorrer do Capítulo 3, nas situações narradas pelos agricultores familiares.

O impacto de cinco anos seguidos de severa seca em Mauriti (2012-2016) provocou prejuízos econômicos e sociais, sendo minimizados pelo acesso as rendas extra, as quais auxiliaram nas situações emergenciais de compra de ração animal, suplementos nutricionais para o rebanho e aluguel de áreas de pastagens.

Eu tava com uns bichinhos aqui. Ai veio uma seca no mês de fevereiro, eu tava com 11 garrote macho, eu tinha umas vacas, ai vendi e comprei uns garrote aqui, oxe a seca me matou, eu sem pasto, você sabe que essa areias, nesse tempo acaba tudo, você tem um cercadinho de uma área dessa daqui, um cercadinho até bom, ai o bicho começa a pisar e enterra o pasto na areia e se acaba de uma vez, menino eu sofri com esses garrotes, eu passei 3 meses aqui, ... e fiquei até comprando pasto, comprando cana, capim ali em Andrade, na lagoa ali, comprando o capim e jogando pra esse gado aqui (Entrevista com José Francisco Bezerra, realizada no Riacho do Mel, novembro de 2018).

Senhor Francisco Bezerra, em sua fala, revela uma estratégia de convívio com a seca e manutenção da produção pelo agricultor familiar. Cinco anos seguidos de baixa precipitação pluviométrica é um período extenso e superior aos prazos de carência de qualquer contrato negociado com as instituições financeiras. Senhor Francisco Bezerra apresenta mais uma vez indícios de como as aposentadorias rurais fazem primordial composição das fontes de capital para essa categoria. Escassas as pastagens naturais, a aposentadoria é utilizada como opção de fonte recurso para o pagamento do alugue de pasto<sup>95</sup> no manejo do rebanho do agricultor, condição que permite a manutenção de sua produção pecuária. O comércio dos animais fica inviabilizado financeiramente porque os valores de comércio estão depreciados, então o agricultor familiar, resultante de um processo de empoderamento e protagonismo, reage, distante dos longínquos processos de desistência de outrora, encontrando estratégias alternativas de gestão dos seus recursos e resultados, superando a seca, um dos maiores fatores de impedimento à produtividade agropecuária.

Mattei (2017) faz uma menção ao bloco de políticas de inclusão social, que na década de 2000 passaram a atuar sobre a ampliação de salários, geração de empregos e distribuição de renda, de um modo geral, propiciando criando um campo de oportunidades para que alguns

---

<sup>95</sup> Aluguel de pasto é a locação que o agricultor familiar realiza de uma área de capim ou pastejo extensivo a locatários que possuem terras com áreas de pastagem, seja por irrigação ou locais com fontes de água como açudes, olhos d'água. Ao alugar o pasto, o agricultor familiar transfere seu rebanho bovino para localidade alugada e os animais permanecem nessa área até o esgotamento do pasto ou início da estação chuvosa, quando o locador retorna seu rebanho para suas terras.

segmentos pudessem participar efetivamente da vida da sociedade. O autor lembra o quanto essas políticas foram relevantes para a agricultura familiar. Entretanto, é necessário avançar sobre questões relacionadas à economia, à política e ao empoderamento social dessa categoria.

Na composição da variável capital coloca-se um fator que, na verdade, mescla as condições de capital e trabalho, primordiais para o acesso do agricultor familiar às políticas ou programas de governo, a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf. A DAP é importante, uma vez que, quando da sua criação há 17 anos por meio de uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN, RES 2191, de 24 de agosto de 1995), era uma condição necessária para ter acesso ao crédito rural – Pronaf. Depois passou a ser o documento que habilita o agricultor familiar para participar de outros programas a exemplo, Garantia Safra.

No total, são seis tipos de DAP que classifica por grupos e, que habilita o agricultor familiar para os programas. O primeiro tipo é para os beneficiários da Reforma Agrária, o segundo grupo inclui os agricultores familiares com renda anual de até R\$ 6 mil, o terceiro grupo de DAP é direcionado aos trabalhadores com renda anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil. Os últimos três tipos do documento são destinados aos filhos de agricultores familiares, às mulheres agregadas às unidades familiares e às pessoas jurídicas constituídas por grupos/coletivos de agricultores familiares, como as cooperativas e associações (MDA, 2017).

Apesar de certas dificuldades serem mais recorrentes em alguns grupos de agricultores familiares de Mauriti, todos os assentados do crédito fundiário apresentaram uma dificuldade em comum, a mudança da DAP A para DAP B, ou DAP variável, ou até mesmo de não terem ainda conseguido suas DAPs. Esta questão termina por dificultar o acesso a novos empréstimos. Observemos as falas dos agricultores sobre essa questão:

Nós não temos DAP não, só quem já tinha fora, mas agora é pra gente receber outro, que quem vai dar essa DAP é o INCRA, e ai a gente está esperando a documentação pra poder a DAP vim (Entrevista com Cícero Viana, realizada na Vila do Descanso, Mauriti, novembro de 2017).

Aqui tem um bocado que consegue DAP, mas tem um bocado aí que não consegue, pelejaram e não deu certo não. Com os documentos daqui não faz DAP não, eles fazem com o documento de outras pessoas. Aqui não tem nada, aqui não tem ninguém com o Agroamigo, com o documento daqui não (Entrevista com Airton Silva, realizada no acampamento INCRA, Buritizinho, Mauriti, novembro de 2017).

Apesar das falas do senhor Cícero Viana e Airton Silva apresentarem perspectiva pessimista em relação à Declaração de Aptidão ao Pronaf, quando pedi esclarecimentos ao agente financeiro sobre a dificuldade sinalizada, o agente esclareceu que na verdade trata-se de precária condição técnica para fazer a distinção entre o tipo de DAP que deve ser configurada. Esse documento é emitido pelo Sindicato ou Ematerce. O agente financeiro informou que às

vezes a instituição financeira (o banco) suspeita que a DAP é fraudulenta, mas na verdade foi mal elaborada. Os agentes responsáveis pelo cadastro e expedição da DAP, como são cargos políticos, nem sempre apresentam as competências técnicas para execução correta do processo.

Os agricultores do Waldemar Alcântara (um condomínio produtivo), apesar de estarem inseridos no grande mosaico das agriculturas familiares em Mauriti, estes são mais capitalizados, conhecem os problemas e reclamam:

Aqui resumindo. O problema aqui é a burocracia. Mauriti tá de parabéns, potencial bom, a AF funciona, solo bom, produção boa. Agora tem burocracia, tem, olhe ai. Uns home desse ai sem DAP (referindo-se a outro condôminos). Eu fico revoltado com um negócio desse. E isso aqui não é culpa minha (um dos condôminos que é técnico agrícola). Tá com dois anos que eu vou lá na prefeitura. Antes de você ser secretário (referindo-se ao secretário de agricultura municipal, o qual estava presente à conversa), o outro secretário eu já cobrava. O maior problema de Mauriti hoje é DAP. Porque dá uma DAP ao cidadão da rua e esquece o do campo, que realmente precisa. Eu nunca consegui um cadastro pra semente (referindo-se ao Programa Hora de Plantar). E eu ia para Mauriti e gente da rua conseguia. Agricultor tem que estar incluído nas políticas públicas de governo. E só o que eu sei fazer é trabalhar na roça. Sabe o meu ponto de vista onde tá o erro? O erro tá em nós, que aceita coisa errada. A entrega da semente a pessoa errada, que não planta. Entregar às associações, nem todo mundo planta. A entrega não pode ser ao presidente da associação. A entrega tem que ser individual (Entrevista com Cícero Cartaxo, realizada no Condomínio Waldemar Alcântara, São Miguel, 2018).

A falta ou dificuldade em obter a DAP, embora não possa ser uma dificuldade generalizada, em todo caso deve ser considerado um alerta para a melhoria das políticas públicas destinadas à agricultura familiar. Quanto aos impasses em participar de programas como o PAA e PNAE, as narrativas dos agricultores corroboram para as análises de Cátia Grisa sobre a questão:

Cabe destacar que esses grupos sociais específicos da agricultura familiar ainda encontram dificuldades para participar do Programa, algumas dessas dificuldades estão relacionadas a limitações estruturais a que estão sujeitos estes grupos, como falta de informação, ausência de documentação pessoal, ausência de DAP para ingressar no programa, falta de ou pouca terra (e, conseqüentemente, terras desgastadas), dificuldades organizacionais, limitações de infraestruturas (estradas, acesso à água, ausência de equipamentos e instrumentos de trabalho) etc. (GRISA, 2017, p. 302).

O Capítulo 2 especificou os impactos do acesso ao crédito pelos agricultores familiares de Mauriti via Pronaf. Os Gráficos 13, 14, 15, 16, 17 e 18 demonstram que o crédito Pronaf foi, mais facilmente viabilizado, a partir do momento em que a gestão do Partido dos Trabalhadores chega à prefeitura municipal. No governo de Isaac Júnior (2005-2012), há ênfase no crédito impulsionou à produção de milho e feijão, o que coincide com índices elevados de precipitação pluviométrica desde 1996. Na gestão de Evanildo Simão (2013-2016) a ênfase do crédito recai sobre a produção pecuária, com maior proporção destinada ao rebanho suíno e bovino.

A mesma sequência de gráficos sugere que a cultura agrícola mais afetada positivamente pelo crédito foi a produção de milho, no período entre 2006 e 2011. Porém, assim como o feijão e a mandioca, sofre considerável abalo a partir de 2012, quando tem início mais um período de seca. As entrevistas realizadas com os agricultores revelaram que durante o período da seca, as rendas de outras fontes, como aposentadorias, bolsa família e salários são empregadas com maior seguridade na pecuária, onde o manejo com os animais, apesar de não render muito, ainda garante o autoconsumo (produção de leite e abate para oferta de carne), ou para segurar a manutenção do animal até que o preço para venda possa ser melhor valorado, foi o que narrou o senhor José Francisco Bezerra, assentado do Riacho do Mel, no Buritizinho.

O longo período de seca de 2012 a 2016 foi um dos fatores que influenciou diretamente a busca do Pronaf, na modalidade investimento, para emprego em sistemas de irrigação e infraestrutura hídrica. Os dados cedidos pelo Banco Central do Brasil revelam que no período da gestão de Márcio Martins (1997-2004), o montante total liberado no período foi de R\$196.490,01; no governo de Isaac Júnior (2005-2012) foi de R\$ 2.838.354,89; e no governo de Evanildo Simão foi R\$ 6.588.162,43, - o que implica 33 vezes mais investimentos para irrigação se comparado ao período do governo de Márcio Martins, coincidindo a gestão de Evanildo com o período de seca, tendo sido realizados 773 contratos Pronaf para esta finalidade (BACEN, 2017). Se somados os contratos Pronaf acessados para o investimento em irrigação, no intervalo de 1996 a 2016 são totalizados 1.379 agricultores tendo acessos a diferentes tecnologias de irrigação, portanto investindo nos empreendimentos familiares.

Ilustrando a importância que teve o Pronaf para o agricultor familiar mauritiense, cujos dados secundários organizados no capítulo 2 mostram como e em quais tipos de produção o crédito foi acessado, aludimos à fala do senhor Dozinho Fernandes:

Olhe, esse Pronaf foi a porta que abriu o banco para o agricultor, agricultor mesmo, porque antes só entrava rico. O agricultor pobre não tinha coragem de chegar nem perto de um banco? Falar com gerente? Quem disse que existia isso? Mas depois de Lula. Lula é um pai para o agricultor... Eu mesmo já fiz uns quatro ou foi cinco Pronaf. Mas pra bicho pouco, bicho pequeno, que nem esses bacorinhos que a senhora viu lá no chiqueiro (referindo-se aos suínos que cria). Como eu já tinha lhe dito, com esses bichos o trabalho é pouco e até a mulher, as meninas (filhas) dão conta de lidar se a gente não estiver por perto. Com os bichos pequenos é mais fácil, muito mais fácil pagar o dinheiro no banco. Você vende um bicho aqui, uma porca dá cria ali, você vende os bacorinhos, vai dando certo... Ah, o governo de Júnior (ex-prefeito) foi bom demais. Ele mais Lula abriram as portas do banco pra nós. Nós, aqui, agricultor, antes deles não era nem gente. Vivia era trabalhando pra os patrões. Se conseguisse juntar renda era que podia negociar com um gadinho. Depois de Lula e Júnior as coisas mudaram pra nós (Entrevista com Dozinho Fernandes, realizada no São Félix, Mauriti, 2017).

A fala do senhor Dozinho Fernandes traz uma marcação forte sobre a importância de institucionalização da agricultura familiar pelo Pronaf. Ao mencionar a política de crédito como um divisor de águas, sua fala retrata bem o espaço e empoderamento constituído sobre e pelo agricultor familiar, quando afirma que o Pronaf “abriu o banco para o agricultor” e que antes disso “só entrava rico”. Senhor Dozinho Fernandes ainda credita a Lula, presidente eleito em 2003 pelo Partido dos Trabalhadores, e ao ex-prefeito Isaac Júnior, as benesses para a agricultura familiar.

Senhor Dozinho Fernandes, em suas palavras, corrobora os dados quantitativos do capítulo 2, no Gráfico 14, por exemplo, em que a pecuária de bichos de pequeno porte tem sido uma estratégia adotada para uso e gerência do crédito Pronaf com maior seguridade, situação que teve aumentado o seu risco pelos anos de seca, minorada pela seguridade dos benefícios sociais. A pecuária de animais de pequeno porte tem seu manejo extensivo à família, conforme demonstra senhor Dozinho Fernandes, quando diz “até a mulher, as meninas dão conta de lidar se a gente não estiver por perto”.

Senhor Dozinho Fernandes acentua a relevância e o marco temporal dos governos de Lula e Júnior e as diferenças do alinhamento dessas gestões para o agricultor familiar em Mauriti. Ao narrar que o agricultor antes (referindo-se ao período dos dois governos) “não era nem gente”, delimita a identidade institucional e o notório reconhecimento que teve a agricultura familiar nestes governos, cuja situação anterior era dependente de parcas condições de trabalho “pra os patrões”.

Além do acesso ao crédito institucional, é necessário analisar a variável capital do ponto de vista do circuito comercial envolvendo os excedentes de produção além do consumo familiar, no qual muito se pauta a resultância do processo conjugado de vida e trabalho da agricultura familiar, observado pela ótica dos seus atores e nas diversas modalidades na seção seguinte.

### 3.3.1. A COMERCIALIZAÇÃO NO EMPREENDIMENTO FAMILIAR

Em relação ao uso do capital pelo agricultor familiar, há um espectro muito vasto de possibilidades para analisar desde o acesso a política de crédito ou que viabilizem o comércio dos excedentes, aos mercados para venda dos produtos, até as condições de infraestrutura

(estradas e transporte) para assegurar o escoamento da produção. A diversidade dos projetos de agricultura familiar em Mauriti pode ser reconhecida também pelas variadas formas e circunstâncias que acontecem as vendas. Com mais ou menos vantagens para o agricultor familiar, de acordo com as estratégias adotadas para a realização dessas transações comerciais, as entrevistas revelaram que há variadas formas em que o agricultor familiar mauritiense encontra para destinar o saldo de sua produção.

Os produtos excedentes da agricultura familiar, em geral são destinados à venda, tais como milho, feijão, mandioca, goiaba, manga, maracujá, banana e a pecuária bovina, suína e galinácea. O estabelecimento ou empreendimento familiar, ao se constituir como um espaço de vida, mas também de trabalho, é responsável pela manutenção financeira da unidade familiar e pela reprodução social do grupo. As modalidades de comercialização dos produtos da agricultura familiar apontadas nas entrevistas foram: a venda aos atravessadores; o comércio no mercado, localizado na sede municipal; as feiras que acontecem nos distritos rurais; a venda em parceria, realizada entre os agricultores vizinhos ou com alguma relação de amizade; a venda para o escritório regional da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento; a venda para aposentados; a venda para os mercados institucionais<sup>96</sup>, através do PAA ou PNAE.

Uma estratégia de venda percebida no campo foi o comércio direto com os armazéns ou os aposentados, conforme revela o senhor Airton Silva:

Aqui nós vendemos para os armazéns, os daqui mesmo no Buritizinho e para os aposentados. Os aposentados sempre colocam 5 reais a mais no valor de um saco de feijão, então o caba corre nele e é dinheiro certo. Mesmo que fique para pagar de duas vezes, no mês que vem, mas é dinheiro certo se vender para o aposentado (Entrevista com Airton Silva, realizada no INCRA, Buritizinho, Mauriti, outubro, 2017).

Senhor Airton Silva compatibiliza sua fala com os dados secundários apresentados no capítulo 2, mais especificamente no Gráfico 22 e Quadro 26 (página 152), em que o benefício das aposentadorias rurais, além de influenciar a qualidade de vida e longevidade da população

---

<sup>96</sup> Mercados institucionais são “mercados alternativos” que passam a coexistir com os circuitos comerciais já existentes, no caso da agricultura familiar. Pode-se considerar como mercados institucionais de alimentos aqueles que são formados por demandas de produtos e serviços, destinados em seu uso no âmbito das instituições públicas (alimentação escolar, distribuição de alimentos às populações carentes, fornecimento a hospitais, presídios, creches, etc.) e que podem, assim, favorecer os agricultores familiares. In: DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá et al. Agregação de valores a espécies do Cerrado como oportunidade de inserção da agricultura familiar em mercados diferenciados. CONTERATO, MA; NIEDERLE, PA; TRICHES, RM; MARQUES, FC, p. 268-289.

de Mauriti, tornam-se uma fonte financeira que permitem engendrar estratégias de comercialização da produção da agricultura familiar.

Outra modalidade comercial para a produção da agricultura familiar que foi levantada nas coletas de campo trata-se da venda em parceria, entre vizinhos ou amigos, de acordo com o que foi dito pelo senhor Dozinho Fernandes:

Dona, na hora da gente vender os bichos que a gente cria, eu mesmo prefiro vender a um vizinho ou a um amigo. O bicho pequeno, galinha, porco, bode, você vende e fica mais fácil receber e não perde tanto. Se você tiver de ir lá pro mercado, tem que pagar frete...Olhe, mesmo que o motorista de linha cobre uma passagem de dez reais, mas ai eu já tô perdendo. Se eu vender um bicho para meu vizinho ou pode até ser uma troca, assim, eu tenho um porco e troco em um novilhote de cabra. Pra mim sai melhor assim... (risos) ai o caba vai deixar o animal na casa do vizinho até puxando por uma corda. Melhor do que pagar frete a quem não “deu um prego” na criação do bicho (referindo-se a dar lucro a quem não trabalhou no manejo do bicho) (Entrevista com Dozinho Fernandes, realizada no distrito São Félix, Mauriti, agosto, 2017).

O mercado central, construído na gestão de Isaac Júnior para facilitar a venda dos produtos da agricultura familiar, conforme apresentado no capítulo 2, aparece na fala do senhor Zeca Tavares:

Vendo, vendo no mercado. Levo meu mel, a mulher faz doce, o queijo eu também levo. O mercado é bom porque lá tem a barraca, é tudo coberto. Se chover você não fica com aquela preocupação de cobrir ou perder a mercadoria. Porque vender na feira, na rua, você tem que pagar frete, pagar pra guardar suas coisas, suas tralhas, então a gente perde muito dinheiro...No mercado tem mais segurança. A coisa ruim é que não tem mais espaço, já tem tudo os seus donos...assim, as pessoas já tem o lugar certo. Mas aí seu eu disser para meu menino (filho) ir vender no mercado, só se ele pagar pra vender na barraca do outro, então não é mais vantagem... assim, como eu quero lhe dizer é que o espaço lá já está completo. Só se construísse outro mercado ou aumentasse o espaço lá (Entrevista com Zeca Tavares, realizada na Catingueira II, Mauriti, novembro, 2017).

Senhor Zeca Tavares revela as vantagens da venda no mercado central, cuja estrutura propicia seguridade, conforto e menos custos para o agricultor familiar na comercialização. Com o crescimento quantitativo da categoria, o espaço limitado da área disponível para as barracas de vendas no mercado impede a disponibilidade do espaço para outros agricultores. Se essa é uma categoria que numericamente tem avançado não somente em número, mas também em empoderamento e protagonismo, senhor Zeca Tavares, em sua fala, aponta indícios de que é necessário considerar a demanda de ampliação de espaços comerciais para o agricultor familiar mauritiense.

Uma das alternativas de venda dos excedentes, o comércio com os atravessadores ou a venda em mercados e feiras-livre, em Mauriti, particularmente, se dá com grande fluxo na Paraíba (Conceição, Monte Horebe, Cajazeiras, Sousa, Patos). A distância da sede municipal e

as más condições das estradas são motivos que justificam a desvalorização dos produtos, manifestadas nos preços, no momento da compra pelos atravessadores. Os comerciantes, que usam transporte próprio para buscar a produção nas unidades familiares, alegam que as condições ruins das estradas causam avarias nos produtos, diminuindo o lucro sobre a venda destes. Nestes casos, o “prejuízo” é repassado sempre ao agricultor.

O comércio de produtos da agricultura familiar de Mauriti, que é realizado em mercados do estado da Paraíba, conforme relatam os entrevistados da Catingueira II, Bananeira/Catingueira, São Félix e Waldemar Alcântara, podem ser enquadrados dentro do que se denomina circuitos regionais de comércio para os produtos da agricultura familiar, destacado por Maluf (2004, p. 308), como sendo baseado na presença física dos agentes, cujo desenvolvimento é “resultante de processos socioespaciais”. A proximidade e o menor custo para deslocamento dos produtos são critérios considerados pelos agentes econômicos da região fronteira entre o município de Mauriti (CE) com o estado da Paraíba.

A modalidade de venda aos atravessadores apareceu nos projetos de agricultura familiar em condições diferentes de barganha e vantagens na negociação; em casos que beneficiam os agricultores familiares, em outros em que os mesmos alegam demasiadas perdas no lucro da venda, cujo rendimento fica em favor do atravessador. Os seguintes trechos de entrevistas demonstram essas diferenças:

eu vendo ai, eu vendi a um caba lá de Monte Horebe. Ele é atravessador. Ai se você tivesse o transporte você não ia entregar seu produto desse jeito... eu só tô ganhando a metade dessa melancia. Eu vendo uma melancia dessa lá no São Miguel (distrito municipal), se eu fosse eu vendia de 10 reais, e ai o atravessador só quer comprar de 5. Uma melancia que o caba conseguiu produzir desse tamanho, que vende lá em Mauriti de 5 reais, ele só quer comprar de 3 reais, o caba chorando muito. Se você for pro mercado, e tu chegar lá em Mauriti tu queima de 6 conto, 7 conto, 8 conto, 10 conto, mas vem a dificuldade de pagar o frete porque nós não temos transporte, só essa carroça que a senhora está vendo ai, mas só dá para trazer da roça para aqui, a beira da estrada... Nem todo lote tem estrada de acesso, como esse meu, então eu tenho que trazer de carroça pra cá e, infelizmente, perder pro atravessador (Entrevista com José Gabriel, realizada Edson Tavares, Mauriti, outubro, 2017).

No caso apresentado na fala do senhor José Gabriel, é notório o seu descontentamento com os resultados comerciais de venda da sua produção aos atravessadores. Pelo que afirma, esta negociação é realizada de forma isola, desvantagem que é percebida e explorada na transação comercial pelo atravessador. A condição da falta de um veículo adequado para o transporte da produção agropecuária vulnerabiliza o processo de venda para o agricultor, e o atravessador usa esta situação para diminuir o preço pago ao produto.

Isolados, à mercê dos preços desvalorizados praticados pelos comerciantes atravessadores, os agricultores familiares mais vulneráveis, como o caso apresentado pelo senhor Gabriel Silva, utilizam grande parte do que produzem para o autoconsumo. Segundo os agricultores o valor ofertado pelos atravessadores para a compra dos produtos é muito abaixo do preço do mercado. A alternativa seria levar os produtos para as feiras locais, ou para outros locais de venda que não tivesse que pagar o frete<sup>97</sup> pelo transporte, de outro modo o preço do produto encarece também para o consumidor final. Magalhães (2011) justifica essa condição como fator negativo para a eficiência do sistema produtivo familiar a precária inserção da produção familiar em mercados locais, em função de limitações no transporte da produção. No caso de Mauriti, acrescenta-se ainda como fator agravante cinco anos seguidos de seca, perdurados entre 2012 e 2016 (GRÁFICO 26).

Situação diferenciada de comércio com os atravessadores nos é colocada pelo senhor Geraldo Holanda:

Nós aqui vende para o atravessador, porque é mais fácil, ele tem carro já no jeito de pegar as frutas e levar pra Ceasa, os mercados aí... Tem atravessador que é da Paraíba. Como eles já sabem que tem gente que produz fruta aqui, e fruta de qualidade, eles já vem pegar... Como é que eu posso lhe dizer... olhe, um exemplo, aqui tem doze agricultores. O atravessador marca o dia, vem, ai a gente já tem colhido as goiabas, como bem dizer, um exemplo. Nós todos colhemos e o atravessador vem e compra a produção toda, de todo mundo. É melhor que cada um vender separado a sua parte, negociando um preço maior ou menor que o outro vizinho. O atravessador não, paga a todo mundo o mesmo preço, não tem diferença. Além disso, se a gente for vender sozinho tem que pagar o frete, porque eu mesmo não tenho carro que dê pra levar em outro lugar, então o melhor ganho pra nós ainda é o atravessador (Entrevista com Geraldo Holanda, realizada no Pau Branco, Mauriti, novembro, 2017).

Percebe-se, pela fala do senhor Geraldo Holanda, que a condição coletiva dos assentados oportuniza melhores condições de negociação de venda dos produtos com o atravessador e que o mesmo apresenta como uma vantagem. Diferentemente do caso do senhor Gabriel Silva que, isoladamente, encontra-se à mercê da negociação com o atravessador e as condições impositivas de preços depreciados, a força da coletividade reverte esta condição, em que a racionalidade dos envolvidos os leva a agir estrategicamente e deduzir de suas despesas os custos de frete do transporte da produção para centros ou pontos de comércio, logística que

---

<sup>97</sup> Valor cobrado por transportes que fazem o trajeto dos sítios para a sede municipal, os chamados “carros de linha”. Os motoristas ganham dinheiro no trânsito com passageiros ou levando encomendas para algum lugar específico.

exigiria do agricultor familiar outras competências administrativas e, conseqüentemente, nova leva de atividades para armazenamento e transporte de sua produção.

As duas situações contraditórias presentes nas declarações do senhor Gabriel Silva e Senhor Geraldo Holanda, de vantagens ou não de venda da produção para o atravessador, sinalizam que o ganho do valor de venda para a produção do agricultor familiar é uma condição que pode e deve ser definida pelos seus partícipes. Todavia, tal conjuntura só acontece quando a força da coletividade é colocada com um fator preponderante para a negociação com vantagens para o agricultor familiar. A condições de insulamento fragiliza o agricultor em vários sentidos. Os resultados da venda dos excedentes da produção certamente é um deles, como fica claro no contraste das falas do senhor Gabriel Silva e Geraldo Holanda.

É importante esclarecer que no caso da produção de agricultores mais capitalizados, a decisão de venda para o atravessador acontece através de um processo de negociação dominado pelo agricultor, que busca contatos comerciais que lhe sejam mais favoráveis para obter lucro. Inclusive o fato do atravessador vir buscar a produção *in loco* foi percebido como uma estratégia adotada pelo agricultor familiar para minimizar os custos com a logística de transporte. Diferentemente do agricultor familiar do tipo mais vulnerável, cuja articulação de venda com o atravessador se faz por falta de opção mais lucrativa, acrescidas as dificuldades oriundas dos custos de venda em pontos comerciais mais distantes, os quais são financeiramente inviáveis, sujeitando-se a negociações muitas vezes desfavoráveis, cujo o lucro é desproporcional em relação ao atravessador, quando comparado ao esforço produtivo desse agricultor.

A próxima seção refletiremos sobre a variável trabalho e as formas heterogêneas pelas quais esse é vivenciado no contexto dos diferentes projetos que compõem o mosaico da agricultura familiar em Mauriti.

### 3.4. TRABALHO

Com relação a ponta do vértice identificada como trabalho, esta foi definida como sendo os vários aspectos relacionados ao emprego da força de trabalho na produção agropecuária. A relevância do trabalho, defendida por Schumpeter (1982, p. 34) se justifica em função de que “o trabalho... é um bem da ordem mais alta, porque entra no início de toda produção, embora também seja encontrado em todos os outros estágios”. Na presente seção, a

visão desenhada pelos agricultores acerca do trabalho recai sobre a intensidade com que este faz uso de tecnologias e sobre o acesso à assistência técnica.

Em Mauriti, os agricultores familiares mencionaram cerca de oito formas, a partir das quais, esses obtém conhecimentos técnicos: 1) nos estabelecimentos agropecuários locais, onde os vendedores repassam as informações práticas aos agricultores, por ocasião da compra de insumos, defensivos, ferramentas etc.; 2) através dos agentes de crédito dos bancos<sup>98</sup>; 3) dos jovens técnicos, filhos dos agricultores em agropecuária, formados pelo Instituto Federal de Sousa - IFPB e antiga Escola Agrotécnica<sup>99</sup>; 4) da própria EMATERCE; 5) da empresa de extensão rural Flor do Pequi, que presta assistência nos assentamento do crédito fundiário; 6) do Instituto Agropolos<sup>100</sup>, que atualmente realiza um projeto piloto de revitalização das associações comunitárias do estado do Ceará, em Mauriti, particularmente no Cajueiro do Coité e Tanquinho; e 7) dos dez técnicos agrícolas efetivos do município<sup>101</sup>; e dos alunos em processo de formação na Escola Técnica Estadual instalada no município.

A perspectiva de mudanças no trabalho executado pelo agricultor familiar através das orientações de assistência técnica é retratada na fala do senhor Vicente Paulo:

Quando nós compramos aqui, em 2004, na verdade nós começamos em 2003 as reuniões, juntar o povo, o povo se interessando. Ai juntou os documentos, abriu a Associação pra poder comprar a terra. Nós já trabalhava com caju e com o mel. Vendia em garrafa de vidro mesmo, essas garrafas vazias de cachaça. A rolha era de sabugo seco de milho. Ai nós começamos a fazer uns cursos. Nós conseguimos comprar uns baldes, uns vasilhames, não sabe? Pra poder juntar mel sem sujeira e o preço melhorar. Com a seca o negócio foi piorando, piorando. Nós produzia 2500 litros de mel. Isso baixou para 500 litros, olhe a diferença. Aí desde o início desse ano o Agropolos começou a acompanhar nós aqui<sup>102</sup>. São dois técnicos que vem aqui. Eles começaram entrevistando os associados, vieram ver o que nós temos, como cada um estava produzindo. Ai eles marcam, vem aqui e a gente vai se reunindo. Eles já deram dois

<sup>98</sup> Em conversa com o agente do Banco do Brasil, responsável pelo PRONAF, o mesmo informou que o banco oferta uma série de capacitações técnicas para o agente financeiro, para que este consiga orientar ao agricultor no desenvolvimento e acompanhamento dos projetos financiamentos.

<sup>99</sup> Desde o ano de 2005 foi firmada uma parceria com o governo municipal e o IFPB de Sousa. A Secretaria Acadêmica do IFPB só registra oficialmente 60 alunos de Mauriti, em função do seu sistema de controle acadêmico só ter sido implantado em 2012. Entretanto, em conversas com ex-alunos e os agentes que incentivavam a formação dos filhos de agricultores mauritienses, estima-se que cerca de 250 alunos oriundos de Mauriti tenham concluído a formação como técnicos agrícolas, meio ambiente e agroindústria.

<sup>100</sup> Empresa vinculada ao Governo do Estado e que, nos 21 escritórios distribuídos no Ceará, presta assessoria na elaboração de projetos nas áreas rurais do Ceara.

<sup>101</sup> Segundo a Secretaria de Agricultura do Município os técnicos e servidores municipais tem realizado tarefas como visitas aos agricultores, atualização de cadastros, auxílio de levantamento de documentação para inclusão de agricultores em programas do governo etc.

<sup>102</sup> O instituto Agropolos iniciou um projeto de acompanhamento de duas associações de agricultores em cada município do estado do Ceará, em uma proposta piloto de reativação dos trabalhos associativos na agricultura familiar.

cursos pra nós e vão acompanhando o que a gente está fazendo... Sim, o Agropolos também acompanhou a gente atualizar a documentação da associação. Estava tudo meio atrasado, mas agora já está tudo ok de novo (Entrevista com Vicente Paulo, realizada no Cajueiro do Coité, Mauriti, 2017).

A modalidade Pronaf destinada à assessoria técnica é acionada em Mauriti a partir de 2006, tendo sido financiado, via essa modalidade, 2.057 contratos em dez anos. O ex-prefeito, Isaac Júnior, em entrevista, defendeu a necessidade de aperfeiçoamento dos programas e das ações evitando descontinuidades das atividades e visitas aos estabelecimentos familiares que já padecem com as estiagens características do semiárido. Segundo Isaac Júnior, os dados e as estatísticas deveriam ser melhor aproveitadas para qualificar as políticas públicas. Em suas palavras:

Esse desafio de trabalhar com o desenvolvimento ele é, ele não deveria ser dividido em programas, ele deveria ser uma política de governo. Para você manter a competitividade do agricultor familiar no Nordeste...olhe, antigamente nós produzíamos arroz aqui no Nordeste. Era comum encontrar máquinas de pelar arroz. Hoje em dia, como é que você vai produzir arroz, competindo, por exemplo, com a produção do Mato Grosso? Então nós temos que buscar nossa vocação produtiva, ver o que é potencial, mas isso exige muito treinamento, muita capacitação. Porque pra você tirar da cabeça do agricultor essas coisas de tradição, leva tempo. Nós temos hoje um problema sério, que o Governo Federal, não sei se isso hoje está no orçamento, mas aqui não chegam os programas da ATER, programas de desenvolvimento, que seriam os técnicos do município. E isso faz uma falta muito grande, muito grande mesmo, com parceria do Estado. E os municípios tem que bancar, tem que fazer esse esforço. Não pode deixar o agricultor sem essa assistência. Por exemplo, a Escola Técnica de Mauriti, o curso de Agropecuária foi uma demanda. Foi um estudo feito dentro da Secretaria de Educação do Estado, por região (Entrevista com Isaac Júnior, realizada na Sede, Mauriti, janeiro de 2018).

Para que as atividades agrícolas e pecuária se tornem eficientes, além de incentivos e aprimoramento da assistência técnica, os agricultores familiares, especialmente os mais vulneráveis, revelaram necessitar que o Governo realize ajustes nas Políticas Públicas, como, por exemplo, no Programa Hora de Plantar<sup>103</sup>. Quando inicia a quadra invernos, o agricultor precisa já estar de posse das sementes cedidas pelo Governo para realizar os primeiros plantios. Sem as sementes o agricultor terá que comprar sementes no mercado, o que a torna um recurso mais caro, onerando a produção.

Para minimizar a falta de alguns recursos os agricultores familiares fazem parcerias, as quais não são remuneradas entre aqueles que participam do arranjo coletivo. As parcerias consistem em um esforço de colaboração entre vizinhos próximos, ou distantes, com os quais

---

<sup>103</sup> O Hora de Plantar foi criado para atender com sementes e mudas os agricultores de base familiar do estado do Ceará. Foi estruturado a partir do programa denominado Arrancada da Produção, em 1987. Concebido, portanto, há mais de 24 anos, este projeto visa contribuir para o aumento da produção e produtividade e, para a melhoria das condições de vida do homem do campo, proporcionando aumento de renda e segurança alimentar.

mantém relações de amizade. Para ilustrar como funciona o sistema de parceria, citamos o preparo da terra para o plantio, onde acontece a queimada de arbustos ou de alguma vegetação existente na área a ser plantada. Essa atividade é chamada de broca ou fogo na broca. Colocar fogo na broca é a realização da limpeza do terreno para a preparação do plantio das roças. Como geralmente a terra tem muito garrancho e o agricultor familiar nem sempre tem condições financeiras de usar máquinas para limpar o terreno, usa a técnica primitiva de colocar o fogo no mato brocado (roçado). Nessa etapa, o agricultor já derrubou o mato com foice e machado, antes de fazer a brocagem.

A madeira retirada na fase de limpa é utilizada para fazer cercas (estacas e varas) e outra parte é aproveitada para fazer carvão vegetal para cozinhar (estratégia de cocção bastante comum nas áreas rurais). Após essa fase da broca ainda restam muitos garranchos. O plantio com os garranchos é inviável. “A gente não consegue se locomover na roça no meio da garrancheira”. Então é necessário queimar o garrancho que sobra. “a gente sabe que não é certo, mas é o jeito fazer”, relatou senhor José Francisco Bezerra:

O que o fogo faz de graça em 30, 40 minutos, para queimar 5, 6 tarefas de terra, se fosse pagar, seria uns dez homens durante umas duas semanas. Você já pagou para limpar, para brocar e se ainda fosse pagar para tirar o garrancho, fica inviável para nós, agricultor (Entrevista com José Francisco Bezerra, realizada no Riacho do Mel, novembro de 2018).

O fogo da broca é uma etapa realizada por um grupo de pessoas. O proprietário/usuário da terra junto com seus vizinhos e amigos. O responsável marca o dia, faz o convite e combina o horário. Geralmente no meio da tarde, quando a temperatura tende a ficar mais amena. O sentido de trabalho do grupo se faz na vigilância, para que o fogo não se alastre para outras áreas ou cause acidentes. “A roça já está toda acerada”. Significa que as fronteiras do terreno a ser brocado estão limpas de matos ou garranchos para que o fogo só aconteça na área delimitada. “Quanto mais pessoas vigiando o fogo, mais seguro” (Entrevista com José Francisco Bezerra, realizada no Riacho do Mel, novembro de 2018).

Isso acontece no primeiro ano quando é necessário desmatar para plantar a roça. No segundo ano, o agricultor tira a moita<sup>104</sup> que cresceu naquela terra, utilizando-se de instrumentos como foice, enxada ou roçadeira. Quando chove, o agricultor arada e planta novamente. Senhor José Francisco bezerra recorda que “o agricultor trabalha no máximo três anos em um mesmo lugar, porque a terra é pobre. Se for massapê ou baixio o uso é contínuo”.

---

<sup>104</sup> plantas arvorecentes ou rasteiras

Outra atividade em que se busca a parceria é na vacinação do rebanho bovino. Duas vezes por ano, em maio e em novembro, o governo do estado do Ceará realiza a campanha de vacina do gado contra a febre aftosa. As vacinas são compradas em cooperativas ou empresas agropecuárias. O produtor cadastrado tem seus dados registrados na ADAGRI - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará. Vale dizer que nem todo agricultor que tem gado é cadastrado. Nas comunidades rurais são formados pequenos grupos e um dos agricultores fica responsável e com o registro do gado de todos os outros em seu nome.

O agricultor tem a responsabilidade de vacinar o gado e “dar baixa”<sup>105</sup> nos registros na Ematerce, órgão de assistência técnica do Governo Estadual, onde fica comprovado que houve de fato a vacinação. O agricultor também informa se nasceu, se foi vendido, ou se morreu algum animal. A vacina é feita geralmente no curral do agricultor responsável pelo cadastro dos animais. Os demais agricultores trazem o gado até esta localidade e o procedimento de pega do animal e a aplicação da vacina é feito pelo grupo envolvido. Após a vacina, cada um leva seu gado de volta para sua terra. Também não há pagamento financeiro para os que trabalham nessa atividade.

O transporte do “gado” para os locais onde possa haver pasto para alimentá-los é outra atividade que é realizada em cooperação entre vizinhos e laços de amizade entre os agricultores familiares. Dependendo das condições das terras do agricultor, em períodos de estiagem, faz-se necessário alugar áreas para o pastejo dos animais.

Em alguns casos essa localidade de pastoreio alugado pode ficar distante das terras do proprietário do gado. Após o acerto do valor do aluguel, o qual é acordado com o pagamento mensal e por cabeça de animal (são cobrados valores diferenciados por bezerros e animais adultos), é procedido o transporte dos animais para a área alugada. Em certos casos este transporte é realizado coletivamente. Assim, o transporte dos animais é feito por um grupo de “vaqueiros”, denominação dada aos agricultores que lidam ou tratam desses animais.

Hoje meu vizinho me ajuda, amanhã sou eu que ajudo ele, porque ele também vai precisar. Ou nessa ou em outra coisa” (referindo-se a outra atividade da agricultura familiar). “Se for pra pagar todo o serviço o agricultor quebra. É o jeito que ainda dá para levar a lida (Entrevista com Dozinho Fernandes, realizada no São Félix, Mauriti, maio de 2017).

No inverno, o gado se alimenta consumindo o pasto de modo extensivo. Quando aquela localidade esgota o seu consumo, como está no período chuvoso, outra área está em condições

---

<sup>105</sup> Dar baixa significa preencher o cadastro com a informação de que o rebanho daquele agricultor ou da comunidade foi vacinado.

de receber o rebanho para o pastejo. Entretanto, no período de seca, a área de pasto consumida não tem como ser renovada porque não há chuvas. O agricultor então precisa arrumar pasto para o gado. Se ele mesmo não tiver disponível nas terras de seu usufruto/posse, precisa “alugar” o pasto de outro proprietário para colocar os seus animais.

A cooperação auxilia o trabalho também na etapa de venda da produção. Os Condomínios Produtivos do Tanquinho, Waldemar Alcântara e Tasso Jereissati são exemplos onde essa estratégia de venda dos produtos acontece. Os agricultores familiares negociam conjuntamente a venda das frutas o valor a ser pago pelo atravessador. Assim a venda coletiva consegue estabelecer um preço mais elevado aos produtos, assim como negociar o frete da carga para que seja assumido pelo comprador e não pelos agricultores familiares.

Considerando as condições edafoclimáticas do semiárido, o ciclo produtivo e os cuidados com o rebanho, é mister a obtenção de tecnologias para minimizar os obstáculos ao desenvolvimento das atividades. O agricultor familiar, principalmente os que não utilizam sistemas de irrigação, ficam completamente sujeitos à ocorrência de chuvas. E mesmo que as chuvas ocorram, o que em anos de inverno até pode garantir produção suficiente para o autoconsumo, não assegura a inserção do agricultor no mercado.

Para conviver com a escassez de chuvas, a alternativa técnica é o uso da irrigação, para garantir a produção e aumentar a produtividade. Todavia, como o uso de energia elétrica, fonte de alimentação dos sistemas de irrigação, vem aumentando demasiadamente no último ano, encarecendo o sistema produtivo. Entretanto, o atravessador, responsável pela compra desses produtos, não aceita recebê-los se os preços ficarem muito elevados. Essa relação sugere que mesmo havendo aumento nos custos da produção, esses acréscimos ficam na conta do agricultor.

As entrevistas evidenciaram fatores que se apresentam como alternativa estratégica para a viabilidade do projeto de agricultura, ora dificultam, ou inviabilizam as decisões alternativas para o sustento da produção agrícola, especialmente. A instalação de sistemas de irrigação sempre é apresentada como uma alternativa primeira para driblar os problemas da seca e diversificar os sistemas produtivos, conforme relata o senhor Geraldo Holanda, sobre como realizou e as consequências da implantação de poço profundo, uma estrutura de captação e armazenamento de água, com sistema de bombeamento e *kits* de irrigação:

Eu não produzia tudo isso aí desde quando cheguei aqui não. Graças a Deus, eu comecei a produzir agora, de um ano pra cá, que eu não tinha poço. Tava trabalhando fora, pra juntar um dinheirinho pra cavar o poço. Cavamos o poço e ele deu 100 metros. 84 mil litros de água por hora, meu poço é um rio que passa debaixo, aí

debaixo da casa (Entrevista com Geraldo Holanda, Pau Branco, Coité, Mauriti, outubro de 2017).

Senhor Geraldo Holanda sinaliza que, no caso de localidades no semiárido, considerando que Mauriti atravessou cinco anos de baixíssima precipitação pluviométrica, justamente quando a produção agropecuária se comportava de forma ascendente, o uso de tecnologias de irrigação oportuniza variabilidade dos cultivares e garantia de boa produção. No condomínio do Pau Branco, localidade de trabalho e moradia do senhor Geraldo Holanda, há disponibilidade de boa vazão de água nos lençóis freáticos. Entretanto há outras localidades, como no Catingueira II, o qual está localizado no alto da chapada, a vazão de poços profundos é baixa e permite uso limitado de irrigação.

Todavia, alguns agricultores entrevistados apontam dificuldades no uso de tecnologias de irrigação, pois acarretam alto consumo de energia elétrica, cuja tarifa teve aumento exorbitante no ano de 2017, quando as entrevistas foram realizadas. Os dados secundários e documentais foram analisados até o ano de 2016, mas as falas, os dados qualitativos foram coletados em 2017 e 2018, período pós-golpe onde uma série de decisões do governo em exercício acarretaram consequências para a sociedade, o que inclui os agricultores familiares. Os recortes de entrevistas apresentam a dimensão da dificuldade do custo da energia elétrica para o agricultor familiar:

Não se uma energia vem no preço estourado, que isso ai na minha mente, eu acho que o governo devia pensar melhor, porque se tem um assentamento é uma família, quer dizer família agricultora, de agricultor, que todos os assentamentos é de agricultor, o caba que não tem coragem de trabalhar não vai para um assentamento. Porque tá certo que quando ele vai para isso dali pra trabalhar, mas não tem condições de trabalhar, ele não tem uma chance de nada. Uma energia dessa aqui, o que o governo deveria fazer? Pelo menos as energias dos assentamentos, rural, era pra ser mais baixa (Entrevista com José Francisco Bezerra, Riacho do Mel, Buritizinho, Mauriti, novembro de 2017).

Hoje não dá para irrigar. Não dá. Antes como a energia era barata, irrigava pela tarde. Mais ou menos umas duas e pouco de água e a noite. Mas agora não dá mais. É à noite, depois de nove horas até 5 da manhã. E assim mesmo vem cento e tanto pra cada um de conta de energia (Entrevista com Socorro Rocha, realizada no Condomínio da Mulher, Mauriti, novembro, 2017).

Oxe, cara é a energia. Teve um mês aqui que do jeito que tava um disjuntor. Se fosse pra vim, nós tivesse abandonado aqui, nós tinha ido morar lá debaixo de um pé de pau, porque uma energia veio quase 2.500 reais, eu tive que pagar no Banco, num foi nem... foi no caixa lá dentro, que nem na caixa pagava. Ai nós colocamos outro medidor de energia, outro aí deu melhor. Agora é a tarifa verde (Entrevista com Gabriel Silva, Edson Tavares, São Miguel, Mauriti, outubro de 2017).

A irrigação, quando estruturada, favorece a diversificação da produção e a produção na entressafra, como parecer ser o caso da Bacia Leiteira do São Miguel, Waldemar Alcântara e o Tanquinho. Além de investirem na plantação de capim irrigado para o gado, existe também a

produção de batata doce, cuja procura no mercado vem crescendo muito nos últimos anos. A escolha dos produtos, que merecem investimento, nos leva a inferir que existem Mauriti um agricultor antenado, que tenta se adaptar as demandas de mercado, que deseja estar no mercado e auferir lucro.

Contudo, apesar das vantagens, Zimmermann et al (2014) alertam que na região do semiárido, afetado por longas secas, pode existir um processo que contribua para agravar a pobreza da população nos pequenos municípios, como é o caso de Mauriti. A fruticultura irrigada pode ser uma estratégia produtiva seletiva, não facilitando a incorporação das populações mais pobres, pouco dinamizando a economia local. É possível que se a fruticultura não for devidamente acompanhada e apoiada, ela restrinja a integração social das pessoas em maior fragilidade econômica.

Em localidades onde predomina a semiaridez, como é o caso de Mauriti, é necessário que sejam monitoradas iniciativas governamentais, com o suporte da gestão municipal, que propiciem celeridade e ajustes às condições produção-consumo-comercialização, além de ações mais específicas, como é o caso do Garantia-Safra, outras iniciativas de apoio à agricultura de base familiar precisam emergir e avançar.

Na época da seca meu gado tava emagrecendo. Eu disse: vai morrer! Quando eu vi que ia morrer, ai chegou uma aqui. Eu tinha comprado esses garrotes aqui à 730 reais, ai o caba chegou aqui. Ei, seu Chicola, não quer vender os garrotes não? Eu vendo agora! Quanto é os garrotes? Eu vou lhe vender à 700. O caba disse: ave Maria, quem é que quer gado nesse preço homem? E quanto é que tu dá? Eu dou 500! Ixi, tem jeito não, o pobre só vai pra trás que nem caranguejo, aí eu não tinha o que fazer não (Entrevista com José Francisco Bezerra, Riacho do Mel, Buritizinho, Mauriti, novembro de 2017).

Senhor José Francisco Bezerra aponta indícios das consequências da seca para o agricultor, especialmente em Mauriti, em que desde o ano de 2012 os índices médios de precipitação pluviométrica foram baixos. Para quem comercializa, depreciação do produto, minorando seu preço é uma forma de ganho apenas para o atravessador ou quem quer que esteja comprando o animal, no caso da análise do agricultor e o manejo do rebanho. A manutenção do rebanho fica mais cara, uma vez que é necessário comprar ração ou áreas de pasto, pois a pouca quantidade de chuva não favoreceu as pastagens naturais. Se o agricultor não tiver sistema de irrigação para produção de capim ou área com água, o manejo traz severas dificuldades ao agricultor, que precisa racionalizar estratégias diferenciadas de manutenção de sua produção.

O campo empírico manifestou de diversas formas o interesse, identidade e persistência pela agricultura familiar em Mauriti, ilustrada pelo trecho da fala do senhor Francisco Furtado de Brito:

Eu trabalho aqui e meus dois meninos também vão trabalhar. O meu mais velho já terminou, estudando na escola profissionalizante. O estudo lá é muito bom. Zé Soares trabalha lá também. Meu menino estagiou com ele e eu digo a ele: meu filho, aprenda tudo. Veja aí o exemplo de Zé Soares. Eu já tenho terra, as coisas funcionando, então você estudando pode continuar aqui comigo. Mas aqui pra nós é Zé que ajuda a gente. Tem o meu menino também que ele tava lá na João Bosco (escola técnica do Governo do Estado), estudava mais Zé também ai Zé passou um bocado de coisa pra ele, que ele fez o ensino médio né? Terminou o ano passado, ai ele passou um monte de coisa pra ele. Tem unas coisas que já é meu menino que ele mesmo diz, mas tem outras que eu pergunto a Zé (Entrevista com Francisco Furtado de Brito, na Bacia Leiteira, Mauriti, 2017).

Senhor Francisco Furtado sinaliza vários pontos de positividade da agricultura familiar: a reprodução da atividade para os filhos, como oportunidade promissora de trabalho e de vida, o modelo no qual se espelham, na figura de José Soares e, especialmente, a crença de que pelos estudos, pela formação e desenvolvimento de habilidades, a atividade da agricultura familiar será melhor desempenhada. Há um adágio popular, comum no semiárido e que permeou por muito tempo o imaginário do mundo rural sobre a agricultura: “meu filho estude, porque a caneta é mais leve que a enxada”. Esta percepção apresenta fortes indícios de mudança em Mauriti. A narrativa do senhor Francisco Furtado evidencia que as crenças são centradas no consórcio de estudos com agricultura como uma associação assertiva. O que se orienta agora é: “meu filho, aprenda tudo... Eu já tenho terra, as coisas funcionando, então você estudando pode continuar aqui comigo”.

As experiências locais, relatadas pelos agricultores familiares que participam dos projetos coletivos ou mesmo que empreendem considerando o núcleo familiar, agregaram em diferentes proporções e com racionalidades também diferentes a equação terra+capital+trabalho, resultando em uma enorme heterogeneidade dentro do mesmo segmento – agricultura familiar. Demandam, então, diferentes necessidades e ações para resolver os problemas apresentados, o que vai determinar variadas estratégias nas esferas governamentais. A seção subsequente apresenta um esforço de organizar uma tipologia, a fim de que esta possa responder as questões de pesquisa que nortearam o trabalho de tese, subsidiando, inclusive, futuras pesquisas e/ou ações governamentais para os diferentes grupos.

### 3.5. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES PARA O EMPODERAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MAURITI

No município de Mauriti, a transição política dos governos municipais do partido PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira para um partido de esquerda PT – Partido dos Trabalhadores e outros fatos paralelos, por vezes até fortuitos, mas que vão atuar no espaço social, como a instalação da ONG Amigos do Bem e a chegada de mediadores, como a citada Maria José de Lucena, que incentivou a implantação dos assentamentos de crédito fundiário. Esses aspectos parecem ter impulsionado o desenvolvimento de condições favoráveis para o protagonismo da agricultura familiar, em um constante jogo de forças políticas.

Nessa tese pontuamos que entre os fatos que impulsionam a constituição de múltiplos projetos da agricultura familiar, destaca-se o poder público municipal, no sentido de que em Mauriti, as gestões municipais de prefeitos do Partido dos Trabalhadores perdurou 2005 a 2016, preenchendo microcapilaridades para viabilizar a execução de políticas públicas, aspecto que também foi analisado por Grisa (2017, p. 306), acerca do desempenho do PRONAF e do PAA: “ambos programas necessitam de mudanças institucionais para aproximá-los da diversidade da categoria social, mas, ao mesmo tempo, necessitam que outras políticas públicas somem-se neste esforço e potencializem mutuamente suas ações”. Grisa (2017) sugere diretamente a importância da assistência técnica. Nós complementamos com a imprescindibilidade da atuação do poder público municipal. Imputamos a ele a responsabilidade de criar os laços que seguram as tensões, proposições e ações do mundo rural.

Além do incentivo, cabe as instâncias de poder local propiciar o acesso as informações sobre as exigências institucionais para que os agricultores familiares se enquadrem nos requisitos das políticas públicas. Em Mauriti fica evidente que a gestão do Partido dos Trabalhadores teve um posicionamento fulcral para o protagonismo dos agricultores familiares que já guarneciam suas lutas sociais. Para melhor elucidar esse processo, entrevistamos os ex-prefeitos, Evanildo Simão (PT) e Isaac Júnior (PT). Ao analisar as narrativas, percebemos os laços entre as histórias de vida pessoal e os projetos que ambos vão levar a cabo, como estratégias para impulsionar o empoderamento e o protagonismo dos agricultores familiares mauritienses.

Sobre sua própria origem e trajetória de vida, Evanildo Simão destaca:

Eu venho de um perímetro irrigado. Meu pai era assentado e antes foi morador de um dos grandes latifundiários daquela região, da família dos Martins e me avô também. E quando começou o alistamento do Perímetro Irrigado Quixabinha, por uma provocação da minha mãe, ele se alistou, ele nem queria, pois arrumou um emprego na Bahia. Quando eles foram para o assentamento, só tinham meus quatro irmãos mais

velhos. Eu já nasci quando eles já estavam no perímetro. Eu nasci em 1978, já no final do Governo Militar. Na minha adolescência nós já... havia terminado a Ditadura Militar e já comecei a perceber o grau de injustiça dentro do perímetro, que a estrutura colonial que foi reproduzida dentro do perímetro ela não favorecia o colono. O colono produzia muito, mas tudo era gerenciado pelo próprio DNOCS, pela gerência executiva local e aquilo ali me indignou muito e me ajudou muito, no sentido de começar a pensar uma nova forma de ajudar minha família, de ajudar meus pais (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

Após o fim do regime militar, além de reestabelecer a ordem democrática, o Brasil passa pelo enfrentamento de um modelo de gestão federal e iniciativas que ampliaram as desigualdades entre as classes sociais, agravando ainda mais as condições de vida dos grupos mais vulneráveis. A década de 1990 foi marcada pela onda neoliberal, especialmente na promoção de políticas públicas, encontrando plena resplandecência no governo federal de Fernando Henrique Cardoso. Evanildo contextualiza o cenário em Mauriti, abordando o processo situação dos irrigantes após o fim do governo militar:

Ai depois que inicia o processo de discussão de emancipação dos perímetros irrigados. Já era começo dos anos 90, a onda neoliberal já começa no período de Collor. Então era preciso o Estado sair, do viés mais paternalista, que era estar mais presente nesses perímetros irrigados. Era preciso que o DNOCS saísse e os colonos assumissem a suposta auto-gestão do perímetro. E foi aí que houve um boom de fundação de cooperativas. O Fundo Constitucional do Nordeste tinha sido implantado, veio na Constituição até os anos 1990, 94 houve uma ampliação do FNE aqui na região e grande parte dessas cooperativas se capitalizaram tanto através do FNDE, do FAT, como do FNDE e do PROGER, na época. E aí a gente assume a cooperativa. Eu inicialmente não era sócio nem diretor, mas trabalhava na cooperativa. Mas depois, anos depois, eu militando dentro do cooperativismo, dessa discussão, me tornei presidente lá da Cooperativa dos Irrigantes de Quixabinha e começamos a fazer um trabalho de reconstrução dessa questão do endividamento, porque quando eu peguei, já praticamente em 2004, 2003, já nesse período dos anos 2000, havia um processo de endividamento muito grande desses colonos. Os projetos não deram certo, não houve um acompanhamento, uma série de situações. Eles já estavam inadimplentes nos bancos e a gente começou a trabalhar discutindo essas questões...A gente tinha uma turma de amigos, que cresceram dentro do perímetro que começaram a se engajar mais nesse processo de reivindicações. Agora havia uma dificuldade, porque nossas propostas... eu estava na cooperativa e já estava no sindicato também (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

A abrangência da participação política de Evanildo Simão, relatada na narrativa seguinte, em muito se aproxima da observação de Haesbaert (2007), quando afirma que a origem do território pode ter uma dúplici conotação, qual seja material e simbólica, relacionada à dominação jurídico-política, especialmente no impedimento ao acesso, bem como a apropriação pela identificação positiva, conforme relata o ex-prefeito acerca do seu engajamento no sindicato e a importância da conquista do espaço político com representatividade de cargos eletivos:

Eu comecei a militar no sindicato dos trabalhadores rurais. A gente percebia que tudo o que a gente reivindicava a gente não conseguia: a luta do PRONAF, as conquistas do PRONAF ainda não haviam avançado no começo dos anos 2000. Ainda eram muito restritas. O financiamento para os pequenos agricultores, os agricultores

familiares então a gente percebe que nós precisávamos ocupar alguns espaços importantes que estavam sempre cristalizados com as famílias mais abastardas, o caminho era a área da política. A área da política não era... na nossa cabeça a gente foi criado de que política era coisa de rico, pobre não devia se meter e que a política não era o lugar da gente, que a gente tinha que reconhecer o nosso lugar. Nosso lugar não era política. Mas a gente percebeu que se a gente queria lutar para reduzir os juros bancários, isso passava pela política. Se a gente quisesse a expansão do crédito, isso passava pela política. Se a gente queria terras, porque havia e há..., um déficit muito grande com relação a questão da reforma agrária no Brasil e muitos dos pequenos agricultores ainda não tinha a possibilidade de ter um pequeno pedaço de terra para plantar e para criar. Então a gente via muitos agricultores sem nada e poucos grandes agricultores com fatias de terras gigantescas. Então a luta da reforma agrária, a luta por mais crédito e mais barato, a possibilidade de melhorar tecnicamente esses agricultores, ela não estava desassociada da política e que a gente precisava adentrar (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

A convicção de que o enfrentamento das dificuldades passa necessariamente pelo engajamento político, bem como pela conquista de espaços de representação política comprometidos com a garantia de direitos para os agricultores familiares em Mauriti, na fala do ex-prefeito Evanildo, filho de irrigante, conhecedor da vida no campo faz do prefeito um representante legítimo do projeto dos agricultores familiares, que é também o seu. Como analisa Tonneau e Cunha (2005), quando explicitam que a conquista do território é uma dimensão permeada pela lógica de interesses conflitantes, amalhada por iniciativas coletivas, mas que também possuem o mérito das diligências individuais:

Foi aí que em 2000 a gente dentro de uma discussão dentro do sindicato dos trabalhadores rurais, nós tivemos a oportunidade de ser indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sair como candidato a vereador. Naquela época a gente ainda vivenciava uma hegemonia muito grande do PSDB, das correntes neoliberais e nós fizemos um enfrentamento muito grande. Nessa época a gente foi derrotado, a gente perdeu por poucos votos, nosso partido não conseguiu o coeficiente, mas, mesmo assim, eu tinha sido um dos vereadores mais bem votados. Mas isso não nos desestimulou. Pelo contrário, a gente viu que a Câmara continuava reacionária, conservadora e tudo o que a gente reivindicava não conseguia ver implementado. Não havia nenhum vereador que representasse a categoria do agricultor familiar, até porque tinha alguns vereadores que eram grandes produtores, mas que não faziam o debate da agricultura familiar. Da agricultura familiar, da reforma agrária, outras políticas como economia solidária, como desenvolvimento sustentável, algumas posições que são extremamente importantes, não havia esse debate, não havia esse recorte dentro da câmara dos vereadores, tampouco no executivo, que estava na mão de uma elite que nas últimas seis, sete décadas de criação do município só foi se revezando no poder, de maneira até... em acordo, vários acordos políticos na cidade para manter as elites no poder, sem precisar ter muito trabalho. E a gente começou a bater nessa situação, de que era preciso os trabalhadores, as mulheres, os negros, os lutadores ocuparem os espaços políticos. Porque só no sindicato não se resolvia o problema. Porque quem votava as leis, não eram os sindicalistas. No executivo, quem executava as leis não eram os sindicalistas. Era preciso ocupar o espaço da política. E a política como essa estratégia de que a gente precisa reconhecer de onde a gente vem, das dificuldades que nós tivemos e de que o processo, é um processo de luta de classe. É um processo que a gente precisa fazer com que haja uma ampliação dessa distribuição de renda. E aí em 2004, eu, nós, nessa época eu era presidente do Partido dos Trabalhadores. Muito jovem, mas já tinha sido escolhido presidente do partido. E a gente conseguiu montar uma frente de oposição naquele momento na cidade de Mauriti que pudesse reunir, evidentemente que tinha setores conservadores, setores ainda reacionários que estavam próximos da gente, mas que a diretriz tava sendo dada

pelo Partido dos Trabalhadores, por lideranças juvenis (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

Evanildo Simão destaca na sua fala que o êxito na agenda da agricultura familiar, em Mauriti, deve-se também a uma conjuntura política, social e econômica, marcada localmente pela ruptura que ocorreu com a eleição de Isaac Júnior (2005-2012), ex-prefeito de Mauriti pelo Partido dos Trabalhadores:

Nos anos 2000 a gente tinha como exemplo a liderança de Isaac Júnior. Era um jovem, que havia militado no sindicato dos bancários, que tinha uma visão bem de vanguarda. E que eu saí como candidato a vereador. Fui o segundo mais votado em Mauriti nesse ano e Júnior foi eleito prefeito, o PT só fez um vereador e daí a gente começou a fazer um trabalho de organização, de militância. O presidente Lula já tinha sido eleito dois anos antes, né? Então já havia o debate sobre o combate à fome, que era uma chaga, que vários historiadores já haviam demonstrado a tragédia que era a falta de políticas de segurança alimentar no Brasil. Bastava ter uma pequena seca que você não tinha condições de alimentar as famílias. A metropolização das cidades, a ampliação da violência, a dificuldade de se ter uma creche, tudo era ocasionado muitas vezes pelo desabastecimento logístico, financeiro, humano e até espiritual da zona rural. Quer dizer, a zona rural começa a ter um esvaziamento muito grande e aí era preciso ter uma política mais consistente, que colocasse em voga a questão da fome. E aí veio o Fome Zero, as políticas importantes. Nós, em Mauriti, já estávamos na prefeitura. Já em 2005 foi nosso primeiro ano. Foi um ano muito difícil, pois começamos a querer romper com a lógica clientelista, uma lógica muito consolidada dentro da cidade e nós começamos a introduzir novas políticas, em parceria com os sindicatos dos trabalhadores rurais, uma parceria com o Governo Federal, com as instituições bancárias. Eu recorro que nós conseguimos trazer os agentes de crédito dos bancos pra dentro do sindicato e uma estrutura, inclusive, um Centro Cultural do Banco do Nordeste dentro de Mauriti, que trabalhava linhas de microcrédito, de crédito fundiário, crédito rural dentro da cidade de Mauriti. Conseguimos trazer instituições bancárias importantes como o Banco do Brasil, que nossa cidade não tinha, a Caixa Econômica, que nossa cidade não tinha. Instituições importantes foram visibilizadas, como a Ematerce. Fizemos concurso público para agentes rurais, que não tinha. E começamos a fazer uma política séria de nossos jovens para participar, para estudar em escolas profissionalizantes, sejam as antigas escolas agrotécnicas ou as denominadas hoje de Ifetes, os Institutos Federais que tinham cursos na área agropecuária e aí foi-se ampliando o acesso às políticas, foi se rediscutindo e após oito anos nós conseguimos ter um debate interno no partido de que meu nome iria suceder a disputa eleitoral do antigo prefeito Isaac Júnior. Aí dentro dessa conjuntura eu me coloquei à disposição, já tinha sido presidente da Câmara e aí nós tivemos um embate muito forte. Era muito nítido, porque eu, filho de um pequeno agricultor, disputando uma eleição com o maior agropecuarista de Mauriti. Um trabalhador rural disputando uma eleição com o maior agropecuarista de Mauriti que foi Márcio Martins. Ele é detentor das maiores glebas de terras no município, que tem uma visão de agronegócio, de uma agricultura voltada para o grande, de mecanização, e conseguimos vencê-lo e, dando sequência, implantamos políticas importantes. Já no fim do nosso mandato nós tivemos um revés muito grande com a saída, o golpe da ex-presidente Dilma, que foi muito ruim para a esquerda como um todo. Já havia uma ressonância muito forte da crise de 2008 nos municípios. Porque o presidente Lula e a presidente Dilma tiveram que desonerar as alíquotas de IPI, isso prejudicou. Lá na ponta os municípios que reduziram o repasse, então a gente teve muitas dificuldades no último ano do governo e aí não conseguimos fazer com que, após 12 anos, esse projeto pudesse ser dado continuidade (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

O ex-prefeito Isaac Júnior, o qual inicia uma ruptura com os governos de direita à frente da prefeitura de Mauriti, no ano de 2005, complementa a narrativa de Evanildo, explicando o cenário que leva a disputa e ao enfrentamento com grupos políticos de direita. Esse enfrentamento concorre para o atual protagonismo da agricultura familiar, mas tem início com um direcionamento estratégico, um modelo de gestão iniciado em seu governo:

O nordestino, a gente que vive em cidades, em municípios que tradicionalmente sobrevivem da agricultura, pecuária, a gente sofre muito quando vê as pessoas sofrendo, principalmente naquele período do passado, quando havia saques nas cidades dos agricultores então aquilo ali influenciou muito a minha concepção de vida. Eu vi as pessoas invadindo a cidade de Mauriti e doía muito e eu ficava me perguntando o porquê? Apesar de que a gente sabia efetivamente do porquê, que era a seca, mas por que o agricultor não se preparava, o que era que estava acontecendo? Então assim... Quando eu assumi a prefeitura, nós fizemos um trabalho muito interessante com o Instituto de Desenvolvimento Herbert de Sousa, o escritório lá de Fortaleza, ele fez uma pesquisa aqui no município, nós fizemos uma parceria com esse instituto e nós constatamos aquilo que... Nós constatamos cientificamente aquilo que nós já sabíamos, que essencialmente a economia do município girava em torno da agricultura. E aí nós fomos buscar os parceiros. Desenvolvemos alguns seminários, com a participação dos agricultores e fomos buscar... Nós vimos que faltava crédito, uma das principais ferramentas de desenvolvimento da agricultura ou de qualquer atividade é o crédito, né? E o agricultor nordestino ele é malvisto pelas instituições porque, exatamente por conta da seca, os bancos não veem com bons olhos emprestar dinheiro para o agricultor porque tem seca e ele sabe que vai ter... a inadimplência é alta. Mas aí, também por outro lado, as instituições... quando o crédito é bem orientado, eles fazem questão de emprestar, né? Então nós fizemos algumas parcerias com a Ematerce, com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. Buscamos vários treinamentos no SENAR<sup>106</sup> para a juventude daqui. Buscamos parceria com a Fetraece. Parceria com o SENAI<sup>107</sup> e todas essas parcerias foram voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura. Por exemplo, tanto o Banco do Nordeste, como Banco do Brasil financiaram projetos a fundo perdido aqui no Mauriti, visando a capacitação. Para você ter uma ideia, a produção de Mauriti era lá embaixo, nós produzíamos em torno de oito mil litros/dia, antes de assumir. Faltava capacitação dos produtores, faltava melhoramento do rebanho, melhoramento genético. A prefeitura fez um projeto para um banco genético para inseminar as matrizes. Fizemos concurso e contratamos técnicos para o quadro efetivo da prefeitura e assim, a Conab foi outra instituição que também tava comprando os produtos da agricultura familiar pelo preço mínimo definido pelo Governo Federal. Porque assim, um dos grandes desafios também do agricultor é que quando chega na época da safra, o seu produto, o preço está lá embaixo... Você a farinha, você tem o mel de abelha, o milho o feijão, você tem o ovo de galinha caipira, enfim, e você tem uma série de produtos que são

---

<sup>106</sup> O SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural é uma entidade vinculada à CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Seu objetivo é organizar, administrar e executar, em todo território nacional, a Formação Profissional Rural e a Promoção Social de jovens e adultos que exerçam atividades no meio rural. A instituição foi criada pela Lei 8.315 de 23 de dezembro de 1991, nos moldes do SENAI e SENAC, e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992.

<sup>107</sup> O SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial é uma instituição privada brasileira de interesse público, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, compondo o chamado Terceiro Setor. Seu principal objetivo é apoiar 28 áreas industriais por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos. Os programas de capacitação profissional são viabilizados por meio das modalidades de aprendizagem, presencial ou à distância, habilitação, qualificação, aperfeiçoamento, técnico, superior e pós-graduação. Também presta serviço tecnológico – assessoria, consultoria, pesquisa aplicada, design, serviço laboratorial, informação tecnológica.

oriundos da agricultura familiar, bolo, biscoito, tapioca, esses produtos a gente fez uma parceria com a Conab pra vender diretamente para Conab alguns deles e a Conab distribuía, retornava diretamente para a Associação dos Produtores. Nós também fizemos um trabalho junto à Associação de Produtores visando a implantação de alguns projetos que nós sabíamos que existiam, o Projeto São José, por exemplo, aqui em Mauriti como é um município produtor de grãos, tem uma grande demanda de tratores para aração de terras. Então nós fizemos parceria com as associações de produtores e conseguimos 16 tratores para o preparo da terra (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

O Quadro 35 e o Gráfico 30 (PAGINAS 172 e 173) mostram visualmente as informações contidas na fala do ex-prefeito Isaac Júnior. Dos recursos destinados à mecanização agrícola na II fase do Projeto São José, 60,94% foi efetivado no governo do prefeito petista, um montante de quase 300 mil reais que beneficiaram diretamente 170 famílias agricultoras de Mauriti. Nesta perspectiva, acentuadas as outras ações declaradas pelo ex-prefeito, relacionamos com o que escreveram Tonneau e Cunha (2005, p. 49). Estes asseguram que o planejamento, enquanto desafio, necessita ser a manifestação das necessidades da população, detectadas no presente e prospectadas para o futuro. Este processo, no qual os tomadores de decisão se aproximam das realidades sociais, será um fator direto para o sucesso dos territórios, subsidiado pela qualidade da relação entre “recursos, atividades econômicas, necessidade da população, distribuição de riquezas, ações de grupos sociais, governança e apoio do Estado e das suas instituições”.

O ex-prefeito, Evanildo Simão, encerra sua entrevista com uma sinopse da conjuntura que levou a uma mudança dos atores protagonistas em Mauriti:

...Minha trajetória de vida, de luta se constrói sobre a possibilidade de que o mundo rural possa ser representado. Você ser pobre e da zona rural você é muito mais vilipendiado. Você acumula duplos preconceitos. A fala que o pai sempre coloca pra gente é assim: - menino, se tu não estudar, tu vai pra roça. Então a roça sempre foi o purgatório, foi o lugar ruim. E a gente quis mostrar que, com políticas simples, participativas, que pudessem inverter a lógica, que pudessem mobilizar, com respeito ao meio ambiente, com respeito à equidade de gênero, com respeito às novas gerações, a gente pudesse fazer com que a população, que ao longo desse tempo foi a que menos se beneficiou das políticas públicas. Porque você não tem políticas públicas para os pobres nos últimos 100 anos no Brasil. Se você for colocar, você não tem ações afirmativas pra nenhuma categoria. O pobre nunca esteve no orçamento. Nem municipal, nem estadual, nem federal. Ele veio ter com o presidente Lula e a partir daí houve um empoderamento. Mas pobre, no máximo, o que poderia ter era a seguridade social, quando não conseguia se aposentar, ou a aposentadoria rural, que hoje tá sendo ameaçada. Mas é preciso admitir, dar a mão à palmatória, de que as forças progressistas que se instalaram no Brasil conseguiram ampliar o orçamento para as populações mais pobres, mas concomitantemente nós não promovemos um debate ideológico, um recorte de consciência histórica. Então somente agora depois do golpe, depois das percas salariais... a gente vê o quanto, se a gente tivesse ampliado mais o debate de consciência de classe. Não é aquela luta maniqueísta entre ricos e pobres, não é isso, nós não defendemos isso. O que a gente defende, o que eu defendo, como uma pessoa que sonha com um Brasil melhor, com uma cidade de Mauriti melhor, é que a gente possa introduzir a população mais pobre dentro da escola, dentro

das universidades (Entrevista com Evanildo Simão, Palestina, Mauriti, janeiro de 2018).

A dinâmica de representatividades e disputas ideológicas em Mauriti foi, sem dúvidas, um aspecto decisivo para possibilitar a convivência em um mesmo espaço, de múltiplos projetos de agricultura familiar. No curso da pesquisa não conseguimos obter evidências das disputas entre os mesmos atores, ou seja, entre os diferentes tipos de agricultores familiares. Em todo caso, é muito aparente a existência de diferentes níveis de protagonismo. Para entender as razões dessa assimetria, é necessário recorrer a uma perspectiva histórica, que presumimos ser crucial para a definição dos diferentes projetos, para a atribuição de significados e pertencimentos as respectivas coletividades.

Persistindo ainda no entendimento das ações locais que alinhavaram a caminhada de valoração e protagonismo da agricultura familiar, o ex-prefeito Isaac Júnior recordou que, dentre as ações propostas na sua gestão, merece destaque o componente da preservação ambiental.

Sem esquecer também o componente ecológico. Nós fizemos uma parceria com o sindicato local, o sindicato dos trabalhadores rurais para que nós diminuíssemos um pouco o uso de venenos, produtos químicos. E existem vários produtos que podem substituir e nós chegamos a produzir cinco mil litros de produtos alternativos, distribuimos com os agricultores. Nós comprávamos os produtos, mas alguns a gente fabricava. Por exemplo, você pega folha de nim indiano<sup>108</sup>, você pega folha de cansação, você pega o esterco, transforma em adubo e você completa com alguns produtos que são certificados como orgânicos. Compramos os vasilhames, o agricultor trazia a garrafa pet e a gente distribuía. Então foi um trabalho que envolveu várias frentes (Entrevista com Isaac Júnior, sede municipal, Mauriti, janeiro de 2018).

Em relação ao comércio dos produtos da agricultura familiar, o ex-prefeito também recordou a proposta de construção do mercado municipal e outras iniciativas, como a venda de produtos para a merenda escolar:

Nós decidimos fazer a construção do mercado porque, com o advento do governo Lula, as famílias que não tinham acesso ao consumo, passaram a consumir mais, né? E depois, já no segundo mandato do governo Lula, no segundo mandato, nos dois últimos anos teve aquele programa da alimentação escolar. Tanto através do governo do estado, quanto do Governo Federal. Implantaram a compra pra merenda escolar. E nós fizemos capacitação com os agricultores para a compra desses produtos e isso alavancou, sem dúvida, de certa forma o desenvolvimento local (Entrevista com Isaac Júnior, sede municipal, Mauriti, janeiro de 2018).

---

<sup>108</sup> O Nim, ou Amargosa, *Melia azadirachta* L., é uma árvore frondosa que pertence à família Meliaceae, de origem asiática. É utilizado para controle de insetos pragas (mosca-branca, minadora, brasileirinho, carrapato, lagartas e pragas de grãos armazenados) nematóides, alguns fungos, bactérias e vírus. In: NEVES, B. P. das; OLIVEIRA, I. P. de; NOGUEIRA, J. C. M. Cultivo e utilização do nim indiano. Circular técnica nº 62, 2003.

A fala de Isaac Júnior retifica, no que foi assinalado pelo professor Maluf (2004, p. 310), que os bens típicos dos circuitos regionais de produção da agricultura familiar, tais como as carnes diferenciadas de galinha caipira, as carnes frescas, sem processo de resfriamento ou congelamento – as chamadas carnes verdes, a farinha de mandioca, a goma, os queijos, as frutas frescas ou transformadas em polpa, hortaliças, pescados frescos, conservas e doces em geral, condimentos, “esses produtos são, na maioria das vezes, expressões da diversidade do cultivo tradicional de uma região, refletem hábitos de consumo peculiares, guardam relação com uma dada base de recursos naturais, preservam as características da produção artesanal”.

Isaac Júnior enalteceu a importância das parcerias. O que no empreendedorismo denominam de rede de relacionamentos, condição absorvida pela gestão pública municipal, que sugere ter sido um fator preponderante no preenchimento das microcapilaridades existentes entre as políticas públicas e os sujeitos que devem ser atendidos por estas:

Mas sozinho você não consegue ir para lugar nenhum. Se você não descobrir onde estão os parceiros, onde está o dinheiro, onde está o treinamento. E você incentivar o agricultor a se modernizar. E, por exemplo, uma coisa que nós éramos muito cobrados pelos agentes financeiros. Que a gente tentasse conscientizar o agricultor que aquele dinheiro que ele toma, ele deve pagar, para que no ano seguinte ele possa renovar o crédito. Então foi feito esse trabalho aqui. Onde a gente sabia algum financiamento ou algum projeto voltado para o desenvolvimento agrícola a gente ia atrás.

O governo estadual lançou, em parceria com o Governo Federal os Quintais Produtivos<sup>109</sup>. E nós fomos atrás dos quintais produtivos, que desde a distribuição de pequenos kits de irrigação, até os projetos Mandalas, a gente ia atrás.

Também tivemos o Programa agente rural, do Governo do Estado, que ajudou muito aqui em Mauriti. Nós fizemos a contrapartida para a contratação dos técnicos pelo município, pois era uma condição de Mauriti ser agraciado pelo programa agente rural (Entrevista com Isaac Júnior, sede municipal, Mauriti, janeiro de 2018).

A entrevista com Isaac Júnior pontuou também a ênfase na educação e, especificamente, a educação voltada para valorizar o mundo rural. O ex-prefeito declara a relevância da assistência técnica para o incremento da produção e o equilíbrio de sistemas que possam trazer resultados efetivos para o agricultor familiar. O apoio à formação técnica dos filhos dos agricultores familiares de Mauriti foi lembrado:

Outra iniciativa foi o apoio aos filhos de agricultores que estudavam em Sousa, na escola Agrotécnica, no IFPB. Houve época que havia oitenta alunos matriculados em várias turmas, em um único ano. Um grupo de alunos foi na prefeitura me pedir apoio. Apoio para transporte, pois na época eles tinham que levar a mudança para Sousa, aí nós descobrimos que tinha um grupo de alunos estudando. Por intermédio desse grupo

---

<sup>109</sup> Projeto celebrado através do convênio para execução do Projeto de Construção de Quintais Produtivos para Produção de Alimentos para o Auto-Consumo Mantidos com Cisternas de Enxurrada e com Barragens Subterrâneas como forma de Convivência Sustentável com o Semiárido, com recursos oriundos do Convênio nº 09/2012, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e recurso do FECOP/Tesouro.

de alunos que estava com Anselmo, do Coité. Por intermédio dele foi que nós conhecemos e começamos a fazer essa parceria. Não foi uma coisa planejada, mas acabou rendendo muitos frutos. Muitos desses alunos trabalharam aqui no município, aqui na região. Muitos deles estão hoje trabalhando na agricultura. E mesmo que eles não venham a exercer a profissão, e que trabalhem em outra coisa, podem orientar o pai, um irmão, um tio, um vizinho. Muitos estão fazendo agronomia e outros cursos dessa natureza. O que começou com uma ajuda, um carro para fazer a mudança terminou sendo uma parceria importantíssima para a agricultura de Mauriti (Entrevista com Isaac Júnior, sede municipal, Mauriti, janeiro de 2018).

No que se refere ao reconhecimento do papel desempenhado pelos governos municipais do Partido dos Trabalhadores e as linhas que cerziram a aproximação dos agricultores familiares das políticas públicas que lhes couberam como oportunidade, temos, por exemplo, a entrevista do senhor José Airton:

eu só voto pra prefeito Júnior, e pra presidente em Lula. Em outro eu não voto não. Eu comecei a acompanhar a política tá com 40 anos, até hoje, ache bom quem achar, ache ruim quem achar, os homens que acordaram Mauriti foi doutor Marcio, Júnior e Evanildo...Para a agricultura Doutor Marcio cortou a sapata<sup>110</sup>, Júnior construiu o prédio. Porquê quando doutor Marcio conseguiu tomar a prefeitura de Manim<sup>111</sup>, Mauriti era afundado nega, nem entrada tinha. Ai Júnior deixou um paraíso em flor, Evanildo entrou, Evanildo foi quem deu a mão a nós aqui. Olhe, minha senhora, quando Júnior se candidatou a prefeito, a boina<sup>112</sup> do PT nós comprava, a camisa nós comprava pra ajudar o partido. Porque a gente via que precisava mudar. E mudou. Na época de Júnior foi que o agricultor passou a ter vez. O agricultor... Quando era que alguém tinha ouvido falar em um agricultor vender a produção de sua roça para a merenda escolar? Há 30, 40 anos atrás aqui se passava fome, ou então comia baião de dois feito no fogão de lenha e o tempero era toucinho de porco, os pedacinhos pequenos e a graxa por cima, porque aquilo ali era o tempero que se tinha...Depois que Júnior ganhou, tudo mudou. Nós, aqui do acampamento, ainda passamos dificuldade por conta do documento da terra que nós ainda peleja. Mas tem agricultor aqui que comprou carro<sup>113</sup>. Onde foi que a senhora nem ninguém ouviu falar disso? Um agricultor comprando seu carro para poder pagar com produção da roça. Por isso que a gente persiste ainda depois de sete anos pelo documento dessa terra. Porque nós temos a certeza que a agricultura dá certo...Evanildo vacilou, perdeu a eleição. Mas se as coisas melhorarem, agora ninguém sabe com esse Temer, mas nós pode voltar igual a campanha de 2004 e botar Júnior de novo lá na prefeitura. A gente fez uma vez, faz de novo... Mesmo com dificuldade, a gente resiste. Olhe, eu sou pobre, mas o pobre é que nem cururu. Se jogar sal ele não morre não, ele se esperneia, mas fica vivo. É que nem o pobre, come hoje, amanhã não come e depois come e escapa. Mesmo assim estamos nós. A gente espera aqui até conseguir o direito da terra mesmo. Aí será nossa e ninguém vai tirar de nós (Entrevista com Airton Silva, realizada no acampamento INCRA, Buritizinho, Mauriti, novembro de 2017).

É possível perceber o quanto a fala do senhor Airton Silva propicia a associação concomitante dos governos municipais que acompanharam a institucionalização, em nível

<sup>110</sup> Sapata é uma expressão local que significa o alicerce da casa.

<sup>111</sup> Referência feita ao governo municipal de José Marcondes Sampaio (1993-1996), antes do governo de Márcio Martins (1997-2004).

<sup>112</sup> O material de marketing de campanha do Partido dos Trabalhadores na candidatura de Isaac Júnior incluía a confecção de camisas e bonés vermelhos, com o símbolo do PT.

<sup>113</sup> Senhor Airton refere-se à modalidade Pronaf Mais Alimentos, a qual possibilitou a compra de veículos utilitários para o transporte da produção.

federal, da agricultura familiar. Ele reconhece, inclusive, o governo de Marcio Martins (1997-2004) e os governos de Isaac Júnior (2005-2012) e Evanildo Simão (2013-2016) como tendo sido propícios para o agricultor familiar conquistar seu espaço. A narrativa do senhor Airton Silva revela o empoderamento desse agricultor quando se inclui ativamente no processo que levou ao poder a gestão petista, desde a campanha que elegeu Isaac Júnior, participação para ajudar o partido. Sua fala também destaca políticas públicas que propiciaram ao agricultor a compra de veículos através do Pronaf e a venda dos produtos para a merenda escolar. Um processo comparado com períodos anteriores e que, segundo o senhor Airton Silva, o agricultor passava dificuldades até para se alimentar. Senhor Airton reitera a crença no empoderamento político adquirido: “a gente fez uma vez, faz de novo”, o qual dá um lugar de segurança na persistência pela uso e posse da terra do acampamento INCRA, mesmo com as dificuldades de obtenção da legalidade da posse realizada daquela localidade.

Outro exemplo sobre a relevância da gestão do PT é encontrado na fala do senhor Geraldo Holanda:

oh, eu digo isso direto à Evanildo, as políticas do governo estadual e ele trabalhando, eu só vivo lá tirando o juízo dele também. Eu disse: oh Evanildo, quando você voltar de novo para o governo, escute. Eu gosto muito dele, ele é como se fosse um irmão pra mim e menino ainda muito novo. Quando você voltar para o governo, acredite em mim que eu estou analisando isso faz tempo, facilite o acesso do agricultor, porque política tem, mas o agricultor não sabe como acessar, é tanto documento, é tanta burocracia. Você acha que o agricultor perde o direito o dia todinho no banco, na secretaria, deixando a roça dele, os animais dele (Entrevista com Gerado Holanda, Paus Brancos, Mauriti, novembro de 2017).

Além do senhor Geraldo Holanda reconhecer a relação de confiança estabelecida com o ex-prefeito, Evanildo Simão, apresenta a expectativa de que ele retorne para o governo municipal e aponta pontos de fragilidade que devem ser resolvidos para a continuidade do processo de empoderamento do agricultor familiar, quando exemplifica com a burocracia e a necessidade de agilidade nos procedimentos para o acesso às políticas públicas pelos agricultores familiares.

E o senhor Geraldo Holanda igualmente enaltece a gestão de Isaac Júnior, lembrando com ênfase as dificuldades de condições de vida do agricultor familiar no passado, sem transporte. Senhor Geraldo Holanda equipara as benesses do governo de Inácio Lula da Silva – 2003-2010 (PT) às realizações do governo municipal de Isaac Júnior – 2005-2012:

Olhe, nós deve muito disso aqui a Júnior. Nós não tinha estrada. Quando nós chegamos aqui, nós pra ir a cidade, nós tinha um jeguinho aqui... era pra eu ter tirado foto do meu jegue e nem isso eu fiz. Porque era o transporte nosso, o jeguinho.

Colocava a cangalha<sup>114</sup> e ia lá para a estrada de Umburanas. Ou ali na estrada do Coité. Deixava o jeguinho lá e pegava um carro de linha... É porque você não sabe onde é uma capelinha pra mais de 100 anos onde tinha uma cacimba. Chamava cacimba do Tanquinho, onde o povo bebia água. E saía daqui pra buscar água lá de jumento. Era, ai nós levava esse jegue, quando ia pra rua (referindo-se à sede do município) as vezes levava o jegue fazia a feira e botava em cima do caro. Descia de novo na estrada de Umburanas, ai vinha e botava no jegue. Ai depois de Lula, isso tudo mudou. A gente teve um prefeito ai que foi esse Junior, que ele é igual a Lula. Eu acho até que ele se espelhou mesmo em Lula. Junior anda de pé, hoje ele num é nada, e é um cara respeitado demais em Mauriti. Júnior anda de pé no meio da rua, chega no bar toma uma dose de cana mais qualquer um, pega você em uma moto vai na garupa mais você, governou oito anos e nunca precisou de segurança, nunca andou com segurança. É um cara que, se Junior se candidatar, ai num sei, eu acho que Junior não tem adversário, eu penso (Entrevista com Gerado Holanda, Paus Brancos, Mauriti, novembro de 2017).

Percebe-se, na fala do senhor Geraldo Holanda, que sua percepção sobre a atuação de Isaac Júnior à frente da gestão municipal é retratada quando senhor Geraldo Holanda equipara as atitudes do ex-prefeito à convivência cotidiana de pessoas comuns. Sua fala sinaliza que ao entender o agricultor familiar, Isaac Júnior propiciou estratégias de gestão que deram lugar para o homem do campo. E novamente ratifica a possibilidade de retorno ao poder público municipal da gestão do Partido dos Trabalhadores.

No projeto comunitário de agricultura familiar que apresentou maior vulnerabilidade, o acampamento INCRA, a fala do senhor Francisco Alderir igualmente retrata a significância da gestão de Evanildo Simão no processo e tentativas de regularização da terra e regularização da situação indefesa dos acampados, especialmente quando se refere ao processo de negociação dos Governos com os proprietários da parte da Fazenda Araticum, que foi ocupada, para a devida indenização:

Essa parte da Fazenda Araticum era hipotecada à SUDENE. A SUDENE arrendou de uma tia de Márcio Martins, num sabe, ele, Márcio, era que tomava de conta. É porque o negócio de justiça não vai não. Os donos aí nem pagavam o Incra, nem pagaram o débito aqui abandonaram tudo, que deixaram tudo abandonado, estavam devendo muito, não pagaram nada. Se fosse um pobre estava na cadeia, ou já tinha tomado né, mas como é rica né? O Incra avaliou em um milhão e duzentos. Não, 900 mil reais, novecentos mil. Ai ela disse: eu não dou não! Ai o governo interessou, ai o governo ainda aumentou em 200 mil contos. Ai Evanildo: eu boto 100, faz um milhão e duzentos. Evanildo era bom. Ele dava cem mil da parte dele. O povo que falar de Evanildo aqui, eu saio de perto pra não brigar, porquê naquela época de Evanildo aqui, nós saíamos daqui pra ir pra Fortaleza, um ônibus pra fretar, era três mil reais naquele tempo, ele dava 30 notinhas de 100 conto pra fretar o ônibus. Qual é o outro que faz isso daqui em Mauriti? Nenhum (Entrevista com Francisco Alderir, realizada no acampamento INCRA, Buritizinho, Mauriti, novembro de 2017).

A fala do senhor Francisco Alderir dá indícios de que houve tentativas de negociação de valores de compra da terra ocupada pelo Movimento dos Sem Terra, com uma parcela,

---

<sup>114</sup> Equipamento que coloca no animal de monta para carregar cargas.

inclusive, de recursos municipais, decisão que o senhor Alderir atribui ao ex-prefeito, Evanildo Simão. Além de uma parte financeira na negociação da compra da terra, o senhor Alderir informa que Evanildo apoiou os trâmites de negociação da legalização das terras, o que envolve conversas dos representantes do acampamento, as lideranças, com o governo do Estado, em Fortaleza. O tempo que se estende da negociação de compra da terra, tem custo emocional e financeiro dos acampados, cujo preço foi, segundo senhor Alderir, custeado pela gestão de Evanildo Simão.

Descritos os projetos de agricultura familiar e a percepção de seus atores sobre as variáveis terra+capital+trabalho e outros aspectos como a gestão municipal do Partido dos Trabalhadores, como essenciais para o empoderamento e protagonismo do agricultor familiar, a seção subsequente apresentará uma proposta tipológica para os múltiplos projetos encontrados.

### 3.6. UM MOSAICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES – TIPOS E HETEROGENEIDADE

As entrevistas realizadas oportunizaram, em suas análises, a percepção de diferentes grupos dentro de uma categoria genérica da agricultura familiar. Mesmo trabalhando com uma amostra dessas agriculturas familiares em Mauriti (ver Quadro 40), foi possível perceber as semelhanças e diferenças em relação às variáveis colocadas na tese central da presente pesquisa:

1. **Terra** - as formas de acesso que tem opções na herança e na sucessão; compra particular entre os negociantes; compra através da renda de trabalho (como foi o caso do senhor Paulo Honório); através da ocupação de terras (acampamento do INCRA); reforma agrária por interesse do Governo (caso Quixabinha e Vila do Descanso); assentamento pelo crédito fundiário PNCF (Pau Branco, Cajueiro do Coité, Edson Tavares, Bananeira/Catingeira, Catingueira 2, Riacho do Mel e Tanquinho); e pelo interesse em estruturas comunitárias de produção agropecuária, os Condomínios Produtivos (Tasso Jereissati, Waldemar de Alcântara, Bacia Leiteira e Condomínio da Mulher). A dinâmica de desfragmentação fundiária apresenta uma continuidade de iniciativas surgidas ainda no século XIX, conforme os dados apresentados no Capítulo 1;
2. **Capital** - relativo às Políticas Públicas de reestruturação fundiária que favoreceu à criação de espaços coletivos de agriculturas familiares, políticas de acesso ao crédito, bem como as políticas assistenciais e de distribuição de rendas (bolsa família, auxílio saúde, aposentadoria

rural), ou ainda políticas que estimularam a geração de emprego e renda da família. Concerne também a essa variável as ações e equipamentos de apoio à produção como os escritórios da CONAB, as agências bancárias que mediam o crédito, etc) e as diversas formas de comercialização que capitalizam a atividade da agricultura familiar.

3. **Trabalho** – implica nos meios de realização do trabalho do agricultor familiar, seja nos moldes considerados tradicionais, que dependem da ocorrência de boa estação chuvosa; seja com a utilização de tecnologias, relacionadas a instalação de sistemas de irrigação e uso de maquinários como tratores e outras; além, claro das modalidades de assistência técnica a que o agricultor familiar têm acesso e que produzem diferenciações.

De que forma, a partir da análise empírica, foi possível observar os pedaços do mosaico, relativos aos modelos de projetos constitutivos dessa agricultura, ou ainda relacionado aos tipos diferenciados de agricultores familiares e de agriculturas que figuram dentro do mosaico. A agricultura familiar que protagoniza no espaço social do município de Mauriti pode ser sucintamente definida pelo que foi assinalado por Moreira (2009, p. 58), que se trata de “uma categoria teórico-analítica, de identidades complexas e abertas a codeterminações”... e que a “sociedade e a agricultura familiar brasileira codeterminam-se mutuamente”. A produção sócio-histórica determinada pelo domínio agrário do latifúndio, mesmo exercendo uma relação assimétrica de poder, não conseguiu impedir uma relevante construção de territórios da agricultura familiar de Mauriti.

O esforço na elaboração de tipologias para descrever a agricultura não é recente. A Comissão de Tipologia da Agricultura da União Geográfica Internacional foi uma organização estabelecida durante o Congresso Geográfico Internacional, realizado em Londres no ano de 1964. As tarefas da Comissão foram determinadas da seguinte forma: estabelecer princípios comuns, regras, critérios, métodos e técnicas da tipologia agrícola; promover e coordenar estudos regionais sobre tipos agrícolas; elaborar a classificação tipológica e regional da agricultura mundial (INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL UNION, 1973).

As premissas teóricas e os esforços que subjazem a abordagem tipológica da agricultura familiar são sustentadas pelo argumento de que esta, como um todo, não deve ser considerada como uma simples soma de seus componentes. Mas como um conjunto de fenômenos e processos interconectados e inter-relacionados, podendo ser tratado como um complexo ou um sistema. Na presente denominação, em um mosaico.

A diligência de construção da tipologia se destina, essencialmente, a sintetizar uma realidade complexa para torná-la mais compreensível. Um tipo é um conceito sistemático ou taxonômico, e sua definição baseia-se essencialmente em semelhanças entre vários indivíduos, e, no caso dos agricultores familiares, as suas práticas, como acessaram as terras e os resultados dos seus trabalhos. Esses sujeitos, encontrados e organizados, são caracterizados por conjuntos de atributos semelhantes, que podem ocorrer repetidamente tanto no tempo quanto no espaço. Suas características podem ser identificadas em vários períodos ou territórios. Os agricultores, portando conjuntos similares de atributos, são frequentemente distribuídos no espaço em um padrão semelhante a um mosaico. A distribuição dos tipos resultantes não necessariamente forma uma área contígua, mas as agriculturas do mesmo tipo geralmente podem estar dispersas e misturadas com outras (KOSTROWICK, 1977).

O propósito da composição tipológica não deve se prestar apenas a obter um melhor conhecimento e compreensão da realidade, mas também a tornar seus resultados instrumentos que tornam visíveis as mudanças possíveis na realidade de um segmento. No presente estudo, da agricultura familiar. Os estudos apoiados em tipologias podem, portanto, ser de importância prática, particularmente para o planejamento de políticas públicas voltados ao desenvolvimento rural e a organização espacial da agricultura familiar com diferentes níveis de demandas. É necessário considerar criticamente o que é mudança social e que esta é um fenômeno dinâmico. Participações individuais ou unidades agregadas não só diferem no espaço, juntamente com suas variadas condições ambientais e outras condições exógenas, mas também mudam no tempo, após a mudança de seus atributos ou condições de funcionamento.

É necessário considerar também que a tipologia feita por um certo período não é, portanto, mais do que uma imagem estática, uma fotografia instantânea da situação. Essa imagem se torna dinâmica, como em um filme quando seus quadros são repetidos várias vezes. Apenas uma imagem tão dinâmica das mudanças nos tipos de agricultura pode ser interpretada em termos de tendências no desenvolvimento da organização espacial da agricultura, que podem ser usadas para previsão ou para o planejamento de uma ação de intervenção.

E por que usar a metáfora do mosaico? Mosaico é uma peça artística milenar. Pode reunir, em sua formação final, um desenho de composição heterogênea de cores, materiais e formas diferenciadas de organização. A beleza desse tipo de recurso artístico está nas formas finais que apresenta, sem que isoladamente as peças que lhe compõem façam sentido ou retratem a beleza da composição do todo artístico.

O mosaico, como todo conceito, ajuda a interpretação e compreensão das relações sociais vinculadas a outras dimensões espaciais, físicas, históricas, econômicas, etc – contudo, nem de longe temos a pretensão de dar conta de todas essas. O mosaico incorpora as práticas sociais e os sentidos simbólicos que os seres humanos desenvolvem na sociedade na sua relação íntima com a natureza, algumas das quais mudam de maneira momentânea, mas outras que se conservam vinculadas ao tempo e ao espaço de uma sociedade (LLANOS-HERNÁNDEZ, 2010). Em especial os agricultores familiares, que fazem de um mesmo espaço seu local de vida e de trabalho. As relações sociais, inconstantes no tempo e no espaço, adquirem um sentido de complexidade que lhes torna incompreensível quando o conceito não é suficientemente flexível para assimilar a realidade social, que se transforma por diversas causas, seja pelos avanços no mundo da economia, da produção, da cultura, da política ou pelo conhecimento e surgimento de novos paradigmas de interpretação.

O procedimento metodológico para se chegar à construção do mosaico para os diferentes níveis de evolução da agricultura familiar mauritiense levou em conta o posicionamento das variáveis **terra+capital+trabalho** e as apresentações de empoderamento político apresentado nos múltiplos projetos existentes e pesquisados. A verificação e ajuste ao modelo mosaicista proposto seguiu uma análise qualitativa de percepção apreendida nas entrevistas realizadas, apreciadas nas narrativas coletadas e nas observações in loco.

A escala de apreensão dos critérios relacionados a cada variável permitiu avaliar os graus de empoderamento, protagonismo e, conseqüentemente, o posicionamento mais ou menos autônomo na propositura de um projeto de agricultura familiar, considerando nessa leitura, as lentes empreendedorísticas, para identificar o uso de inovações, uma vez que esta condição se encontra legitimada pela Lei 11.316/2006.

Comparadas as estimativas das três variáveis em cada projeto, foram agrupados os casos que apresentaram condições similares no grau de empoderamento, protagonismo e proatividade, culminando na diferenciação dos projetos nas partes do mosaico de tipologias proposto. Diferentemente dos trabalhos de Zaroni e Carmo (2006) e Abreu et al (2015), os quais estipularam tipologias com base em estudos quantitativos. Ambos trabalhos sugeriram taxonomias com base na modernização do estabelecimento. A presente pesquisa se ampara em análises qualitativas, impressões registradas nas falas dos partícipes, percepções de cada ambiente o que as narrativas dos representantes de cada projeto trouxeram para a composição, organizadas em mosaico, dos múltiplos e diversos projetos de agricultura familiar existentes em Mauriti.

Os achados no percurso da pesquisa nos permitiram organizar os seguintes tipos que compõem o mosaico de agriculturas de base familiar em Mauriti, no Quadro 38:

QUADRO 38: MOSAICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES EM MAURITI

Agricultura familiar vulnerável		Baixa capacidade de inovação, produção dependente dos ciclos climáticos, maior parte da produção para o auto-consumo, pouco capitalizados e dependentes de transferências de rendas, baixo nível de associativismo e atividades coletivas, a assistência técnica é obtida no comércio local, quando da compra de algum insumo.
Agricultura familiar empreendedora	Mais capitalizada	Nível de inovação mais elevado, dispõem de sistema irrigação, possui certo poder de capitalização, estratégias produtivas integradas ao mercado, disposição para o associativismo.
	Menos capitalizada	Se esforça para inovar, lutam para adotar sistemas irrigados, recebem assistência técnica de maneira intermitente, comercializam por meio de atravessadores, apresentam baixíssimo grau de associativismo.
Agricultura familiar de assentamentos implantados por interesse do Governo Federal		O uso de tecnologias de irrigação fica sujeito às determinações governamentais, modelos prontos, colocados pelo Governo no processo de realocação dos agricultores para a área do projeto. A intenção governamental é a orientação de uma produção eficiente para o comércio dos excedentes. Pelo modelo colocado, o nível de associativismo é uma condição compulsória, bem como a assistência técnica regular que é prestada na perspectiva governamental.
Agricultura familiar - acampados da reforma agrária		Apresenta inúmeras dificuldades, sobretudo, em razão da incerteza quanto ao regime de propriedade efetivo; as técnicas de trabalho são rústicas, em decorrência da incerteza e insegurança quanto ao direito à terra. Produzem basicamente para subsistência; só possuem lavoura temporária - feijão, mandioca e milho; São associados, sindicalizados e, apesar das dificuldades, tem um alto grau de mobilização política em busca dos direitos do grupo.

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados qualitativos da pesquisa (2018)

Dos projetos e estabelecimentos visitados, fazendo uma analogia com a definição das variáveis terra, capital e trabalho, classificamos os agricultores familiares segundo a área e o modelo do projeto de agricultura nos tipos seguintes. Como *agricultura familiar vulnerável* – Bananeira/Catingueira, Cajueiro do Coité, Catingueira II e Condomínio da Mulher. Como *agricultura familiar empreendedora mais capitalizada* – Tasso Jereissati, Waldemar Alcântara, Tanquinho e Bacia Leiteira<sup>115</sup>. De *agricultura familiar empreendedora menos capitalizada* – Edson Tavares, Riacho do Mel e Pau Branco. Constituem-se como *agricultura familiar de assentamentos implantados por interesse do Governo Federal* – Vila Rural do Descanso e Quixabinha. E, finalmente, a *agricultura familiar* o acampamento INCRA - *reforma agrária por desapropriação*.

<sup>115</sup> A Bacia Leiteira de Mauriti foi alvo da pesquisa empírica, através da entrevista realizada com o senhor Francisco Furtado, na ocasião visitamos um estabelecimento familiar e um dos prédios das três associações existentes no distrito de São Miguel.

O desenho do mosaico revelou aspectos que revelam o potencial de crescimento, bem como a ocorrência de fragilidades na dinâmica da agricultura familiar em Mauriti. O encontro de situações diversas explicita o caráter heterogêneo da agricultura familiar, conclusão bem descrita por Haesbaert (2007, p. 21-22) do espaço dessa categoria genérica:

É sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial..., não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidades...Enquanto *contínuum* dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também, e sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos.

Foi possível constatar que, em alguns casos a renda da unidade familiar é complementada por benefícios sociais (bolsa família, auxílio saúde, aposentadoria rural), ou ainda com salários vindos de outras fontes de geração de renda, emprego de algum membro dos membros da família. Essa é uma situação mais frequente no agricultor familiar que chamamos de vulnerável, esse necessitará de outras fontes de renda para o sustento do grupo familiar, pois os resultados do trabalho na terra não são suficientes para manter todas as despesas. Os ciclos de produção e, conseqüentemente, a colheita para o consumo e venda do excedente, não são completamente racionalizadas com uso de tecnologia etc, enquanto as necessidades básicas do grupo necessitam serem satisfeitas cotidianamente.

A importância de reconhecermos a heterogeneidade da agricultura familiar foi corroborada por Grisa (2017), quando assinala que mesmo tendo havido alterações normativas no PRONAF ao longo dos anos, com a finalidade de abranger a diversidade de manifestações da categoria agricultura familiar e evitar segregações dentro da própria política, é possível encontrar, em Mauriti, dada a diversidade desenhada pelo mosaico, um grau variável de dificuldades econômicas nos diversos tipos existentes. Como a autora destaca, as variadas carências não serão plenamente atendidas apenas por mudanças institucionais no PRONAF (p. 299). Todavia, são imprescindíveis mudanças normativas, burocráticas e políticas.

### 3.7. CONCLUSÕES PARA O CAPÍTULO 3

O capítulo 3 da tese oportunizou o acesso a informações qualitativas, orientadas para os vértices do triângulo (terra+capital+trabalho), que nessa tese responde pelo protagonismo da agricultura familiar no semiárido, tendo como situação exemplar o município de Mauriti no

cariri cearense. Os dados sinalizaram que a variedade dos diversos tipos de agricultores familiares em Mauriti, tanto indicam a necessidade das políticas públicas, quanto o papel das políticas no processo de diferenciação dessa agricultura familiar.

O desconhecimento do tamanho real do universo quantitativo da agricultura familiar em Mauriti encontra explicações na ausência da pesquisa sócio-histórica acerca da trajetória do processo de fragmentação da grande propriedade em Mauriti. Buscamos compreender o protagonismo da agricultura familiar em Mauriti, a partir das políticas que possibilitaram o acesso à terra, acionadas pelos atores sociais em Mauriti desde a década de 2000. Tanto por processo de ocupação, quanto pela reforma agrária assistida pelo mercado. No total somam dez projetos de assentamento do crédito fundiário e um acampamento do INCRA, ampliando para 137 famílias envolvidas em ambas iniciativas. Os números oportunizam a reflexão de que o acesso à terra precisa continuar avançando e garantindo a democratização desse recurso ao agricultor familiar no Município.

Fatores fortuitos, como a instalação da ONG Amigos do Bem, em 2003, ajudaram no enfrentamento da pobreza rural, geração de emprego e renda e no fortalecimento da agricultura familiar. A instituição não permitiu o acesso mais detalhado às motivações sobre a escolha por Mauriti como sua sede, tampouco sobre as estratégias de gestão e participação da comunidade. A ONG abre o espaço para a participação nas ações promovidas pela gestão municipal, mas proíbe qualquer tipo de marketing ou uso das informações obtidas com o trabalho realizado junto à Agrovila, local onde a instituição está instalada.

Para compreensão o universo da agricultura familiar em Mauriti a pesquisa sugere o desenho de um mosaico, revelado por distintas condições de uso, acesso e significados das variáveis: terra, capital e trabalho. A estrutura de tipologias proposta preconizou: a agricultura familiar vulnerável, com os projetos Bananeira/Catingueira, Cajueiro do Coité, Catingueira II e Condomínio da Mulher. A agricultura familiar empreendedora mais capitalizada, os Condomínios Tasso Jereissati, Waldemar Alcântara, Tanquinho e o projeto da Bacia Leiteira. A agricultura familiar empreendedora menos capitalizada com os assentamentos Edson Tavares, Riacho do Mel e Pau Branco. Constituem-se como agricultura familiar de assentamentos implantados por interesse do Governo Federal a Vila Rural do Descanso e Quixabinha. E a agricultura familiar de reforma agrária por desapropriação, o acampamento INCRA.

O tipo de agricultura familiar mais carente e frágil é o acampamento do INCRA, que se encontra sem regulamentação fundiária, condição primeira que fragiliza as demais, o acesso ao capital e as limitações ao trabalho. Em função de uma ação promovida pelo ex-prefeito Mário Martins, o processo de regularização das terras não foi concluído, gerando insegurança nos acampados.

A pesquisa revelou experiências locais como os Condomínio Produtivos, estruturados em quatro projetos: Waldemar Alcântara, Tasso Jereissati, Tanquinho e Condomínio da Mulher. O que os difere dos assentamentos é a forma de associação para o acesso à terra, que se faz em sistema de parceria, em que o proprietário que concede e acompanha o desenvolvimento dos projetos, tornando-se um dos condôminos. Contudo, nossa percepção sobre essas áreas é que, embora inseridos em um projeto de agricultura familiar, os condomínios do Waldemar Alcântara, Tasso Jereissati e Tanquinho aparecem com uma espécie de metamorfose dos antigos latifúndios locais.

Outra questão observada é que, quanto mais distante da sede municipal, e isso coincide em Mauriti com o acentuado relevo da chapada na fronteira norte-oeste (assentamentos Catingueira/Bananeira, Catingueira 2 e distrito do Anauá), mais frágeis são as relações políticas dos assentados com o governo e os possíveis diálogos. Há falta de estradas, ou o péssimo estado de conservação, ausência de assistência técnica, de acesso às políticas públicas, etc. A exceção, mas apenas em relação à distância da sede municipal, mas não das dificuldades, foi relatada por dona Socorro Rocha:

só investimento do governo, tanto federal, como estadual e municipal, o que nós precisamos é de investimento, nós não temos, inúmeras dificuldades pra gente chegar no Banco do Nordeste que disse que é o Banco do agricultor, pra gente fazer um Pronaf, pra qualquer coisa pra investir (Entrevista com Socorro Rocha, realizada no Condomínio da Mulher, Mauriti, novembro, 2017).

É possível que a disposição empreendedora do agricultor familiar esteja encaminhando as atividades de trabalho, através de iniciativas como o incremento de tecnologias e as relações com o mercado, em diferentes proporções, nos diferentes tipos de agricultores familiares em Mauriti.

No cenário estudado, historicamente há forças que se digladiam, mas que não foram suficientes para inibir a presença da agricultura familiar em Mauriti. A sua invisibilidade, no sentido da carência de informações oficiais que retratem a realidade e a dimensão tangível dessa agricultura, é uma questão que pode ter sentido pela escolha de metodologias inadequadas de

levantamentos ou o interesse de reproduzir uma narrativa da incapacidade sobre econômica da agricultura familiar.

Os agricultores mais capitalizados, cujas as estratégias produtivas se concentram na fruticultura e bovinocultura, aparentam exercer influência junto aos gestores públicos. Por isso, são mais tecnificados, contando com melhores condições para produzir e comercializar, São os projetos em que fica mais perceptível a vontade dos filhos de darem continuidade as atividades.

Os agricultores que investem em produção irrigada e se mostraram mais capitalizados, os estabelecimentos possuem melhores condições de acesso, as estradas aparentam estar mais conservadas, facilitando o comércio. Os agricultores empreendedores menos capitalizados relatam que estão conseguindo algumas melhorias, como poços profundos para uso na irrigação, com recursos de outras fontes (salários de emprego e aposentadorias) e não através do crédito da política pública.

A pesquisa revelou que o acesso à terra não é condição suficiente para sustentar de forma bem-sucedida o projeto da agricultura familiar. Mesmo após o reconhecimento institucional, através da promoção de políticas públicas, acesso ao crédito e mercados institucionais para comercialização dos produtos, há diversas lacunas a serem ajustadas. Nos encaminharemos agora para as reflexões finais do trabalho investigativo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao persistir sobre o objetivo de investigar a emergência, constituição de um mosaico da agricultura familiar, sustentado pela articulação de processos e relações que tiveram início com as mudanças na estrutura fundiária ocorridas no município de Mauriti-CE, a partir dos dados censo agrícola de 1940, e, reconhecendo as especificidades e diversidade desta, complementando com as análises qualitativas e documentais, a perspectiva sistêmica nos permitiu perceber um cenário onde a agricultura familiar se constituiu como um tipo heterogêneo, diverso e produtivo.

Em Mauriti, a concentração fundiária parece ter sido um obstáculo vencido, no sentido em que a proporção de pequenas propriedades e minifúndios (ou estabelecimentos menores que 15 módulos fiscais) ocupam um percentual majoritário no arcabouço fundiário mauritiense. A alteração da estrutura fundiária municipal aconteceu processualmente. Segundo as evidências documentais de escrituras públicas de compra e venda do final do século XIX e até meados do século XX, permitem inferir que essa situação já vinha acontecendo.

O mercado de compra e venda de terras em Mauriti encontrou oportunidades na falência do latifúndio com a crise do algodão, na metade da década de 1980. Descapitalizado para continuar mantendo o latifúndio, o grande proprietário vende partes de terras, o que oportuniza o acesso à compra de estabelecimentos para os rendeiros, que tocavam a grande propriedade, mais também para trabalhadores, cujos os vínculos com latifúndio eram precários.

O acesso à terra, através da política pública de reordenamento fundiário, em Mauriti favoreceu a implantação de um total de dez assentamentos de crédito fundiário, via reforma agrária assistida pelo mercado – a RAAM. A esse número acrescenta-se uma Ocupação (INCRA) e quatro projetos na modalidade de Condomínios Produtivos, estruturas de produção agropecuárias sustentadas pelo arranjo comunitário. Os condôminos fazem parte de uma associação, usam as vantagens de obter acesso a outras políticas públicas através da condição comunitária e enquadramento na classificação institucional de agricultura familiar. Essas foram as experiências locais encontradas na investigação.

A RAAM, analisada como uma alternativa que buscou responder a demanda por terras, cujas capilaridades tiveram seu uso como política de reordenamento em Mauriti, teve seu espaço e incentivos locais. Em Mauriti, outros fatores e modalidades de acesso à terra já caminhavam, no sentido de oportunizar a consolidação da agricultura familiar. O Governo Federal quando defendeu e implementou a RAAM, pela pretensa eficiência e diminuição de

conflitos e, conseqüentemente, redução de forma velada no papel e responsabilidade do Estado na resolução dos problemas sociais, percebeu-se, analisando o caso de Mauriti, que essa modalidade repassa aos municípios outras responsabilidades que não necessariamente estavam nas pautas locais. Demandas como a construção de novas estradas de acesso e a providência de infraestrutura de energia elétrica. Como a compra de terras de qualidade na RAAM, no sentido mais amplo, ou seja, uma terra que permita a infraestrutura para a produção, logística para acesso e comércio, com o acesso a estradas e a condição de moradia, estudos dos filhos, nem sempre acontece como planejado, o Governo Federal desempenha o papel de “esconder o lixo debaixo do tapete” ou “jogar o lixo na calçada do vizinho”. É importante ressaltar que se trata de uma categoria social que funde trabalho e vida como uma das suas características centrais.

Esse peso que o Governo Federal transfere para os municípios pode ser claramente visto no assentamento Bananeira/Catingueira, um dos casos mais críticos encontrados no mosaico de agriculturas visualizado em Mauriti, no sentido de que a terra adquirida para essa finalidade era de difícil acesso, o que demandou por parte do município um grande investimento em estradas. Essas tensões não ajudaram a resolver a principal questão daquele assentamento e uma agricultura, que poderia ter tido mais resultados, ainda está patinando, conforme modelo organizado na classificação dos módulos do mosaico.

As várias modalidades de acesso à terra corroboraram para legitimar a condição de que a agricultura familiar não é homogênea. Outros autores já constataram tal heterogeneidade como característica da agricultura familiar em outros estudos. As partes que compõem o que se denominou de mosaico caminham em diferentes ritmos, mas orquestram entre si o que terminou por gerar um positivismo dessa agricultura. A agricultura familiar mauritiense tem resistido às mais diversas intempéries, no melhor uso metafórico da expressão, enquanto o latifúndio não suportou as crises. Se desfragmentou, não se modernizou a ponto de transforma-se em uma grande empresa agropecuária. Embora seja visível, em algumas partes do mosaico, o pensamento racional sobre o lucro e a adaptação às demandas de mercado, o que encaminha a pensar na ruptura que possibilitou aproximar esse agricultor familiar do empreendedor rural.

Como atores, os agricultores familiares oriundos da constituição fundiária que se transmutou, tiveram que se sustentar combativos, ao ponto de conseguirem uma efetiva visibilidade. Ainda que marginalizados e desconhecidos de sua potencialidade nas diversas esferas governamentais, a positividade do que representam e do resultado do que fazem foi uma constatação da presente investigação e que penso foi possível demonstrar na exposição dos dados sobre a produção agropecuária em perspectiva comparada.

Tanto os indicadores sociais e econômicos, quanto os indicadores de produtividade agropecuária de Mauriti, revelam uma agricultura de base familiar vigorosa. Os dados coletados indicaram que o protagonismo da agricultura familiar foi possível graças as transformações políticas e econômicas desencadeadas no início dos anos 2000. Os seis anos seguintes serão determinantes para que a agricultura se tornasse protagonista no cenário mauritiense.

Não por acaso, a visibilidade institucional da agricultura familiar ganha a cena em dois importantes momentos. Com o PRONAF, em 1996 e na promulgação da lei 11.326/2006. Todavia, a criação dos Condomínios Produtivos, das associações de agricultores, o credenciamento dos agricultores familiares pela DAP, a criação dos mercados institucionais, o apoio e a difusão de tecnologias sociais, o aumento das aposentadorias rurais todos esses indicadores foram fundamentais para desmistificar à agricultura familiar como um segmento pauperizado e incapaz economicamente.

A partir da chegada do Partido dos Trabalhadores na gestão municipal em 2005, concomitante com as ações de intervenção em nível federal, há um favorecimento para o dinamismo dos espaços rurais em Mauriti. Ações como a construção do mercado municipal, incentivo à formação de técnicos em agropecuária foram esforços que ampliaram a correlação de forças que impulsionaram o crescimento da agricultura de base familiar em Mauriti, fato que pode ser observado pela dinâmica do Pronaf no município, se comparado ao período entre 1996 a 2004, período de análise de dados secundários que antecede a primeira gestão do Partido dos Trabalhadores em Mauriti.

No estado do Ceará, o discurso sobre a agricultura familiar acompanha a narrativa dominante, ou seja, trata-se uma agricultura digna de assistência. Na ocasião em que se buscou acesso aos dados sobre o Projeto São José, implantado no Ceará em 1995, a Secretaria de Desenvolvimento agrário do estado não tinha conhecimento sobre a relevância econômica e o potencial produtivo da agropecuário de Mauriti. Diversos foram os pedidos, mas só conseguiu-se acessar os dados do período de 2002 a 2009, inviabilizando reflexões aprofundadas sobre o impacto dos projetos estaduais em Mauriti, antes e depois desse intervalo.

O desconhecimento ou a não percepção da agricultura familiar mauritiense em nível estadual pode ser casual, dadas as dimensões do estado e as dificuldades de organizar dados comparativos que tornem aparente essa sobrepujança; ou intencionais, no sentido de que as forças assimétricas de poder insistem em minorar o lugar da agricultura familiar.

A invisibilidade não significa uma não existência, mas o fato de que a ausência de políticas públicas que apoiem esse segmento e de metodologias que busque analisar o cenário não retratavam de forma justa a relevância dessa categoria. Invisibilidade é algo dissolvido na sociedade. O reconhecimento do outro produz incômodo. E, apesar dos problemas dissidentes de inadequações das políticas públicas, ou da corrupção de setores ou instituições agenciadoras da política pública, vale a pena continuar apoiando a agricultura familiar.

A história de engajamento político do ex-prefeito, Evanildo Simão, e seu conhecimento sobre a vivência das dificuldades enfrentadas cotidianamente pelo agricultor familiar, na condição de filho de agricultores/irrigantes, parece ter sido um fator preponderante para o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente no momento em que o Partido dos Trabalhadores chega à prefeitura municipal. Acrescenta-se a fala do ex-prefeito, Isaac Júnior, e sua visão enquanto gestor. Ambos os discursos confirmam os pressupostos da pesquisa, no sentido de que esforços articulados seguramente se desdobram em resultados positivos para a agricultura familiar. Na experiência da gestão do PT a frente da prefeitura de Mauriti a estratégia foi promover a aproximação da agricultura familiar com as políticas públicas.

Embora não tenha sido o foco principal de investigação no conjunto de variáveis sobre a produção agropecuária municipal, nenhuma das entrevistas abordou ou apresentou preocupação com práticas agroecológicas ou manejos ambientalmente responsáveis. Não significa que não existam experiências de produção dessa natureza no município, mas especificamente nos assentamentos aparentemente não há iniciativas de produção ambientalmente responsável

Não esteve na pauta do trabalho, mas sinaliza-se como recomendação para futuras investigações, analisar o desenvolvimento municipal sob a perspectiva da sustentabilidade, para além das questões e resultados relacionados à produtividade agropecuária. Embora os dois pontos não estejam dissociados, é possível aprofundar o conhecimento acerca da relação dessa agricultura tão heterogênea, encontrada em Mauriti, e sua relação com o meio ambiente.

Considera-se que a tese em questão poderá lançar luzes sobre a agricultura familiar, atentando para a diversidade como características desse segmento produtivo e toda sua relevância para o desenvolvimento do Município. É imprescindível observar os constantes e necessários ajustes nas políticas públicas e, especialmente, nas ações do governo municipal para o preenchimento das lacunas resultantes das reivindicações dos diversos modelos existentes dentro da mesma categoria, possibilitando atender às demandas políticas, sociais e econômicas

nos mais diversos “módulos” do mosaico. Uma delas é incluir o governo municipal como parceiro nas negociações das terras, para que, no mínimo, seja tomado conhecimento sobre a implantação daquele novo projeto comunitário, tendo condições e tempo hábil para assegurar a infraestrutura de estradas e eletrificação rural que possibilite a construção de um espaço de vida.

Em razão do importante diálogo do poder público em todas as esferas, mas especialmente a municipal, com as políticas e estratégias de continuidade de acesso à terra, é que a presente tese sugere considerar, para a agricultura familiar, o conceito de “terra” não apenas a área de trabalho circunscrita no estabelecimento rural do proprietário ou parceiro em processo de utilização, mas o acesso aos centros de comercialização e/ou sede municipal. Uma vez que o conceito de empreendedorismo permeia as leituras sobre a categoria agricultura familiar, não faz sentido tangenciar o relacionamento desse agricultor isolado do espaço onde se faz a vida no sentido mais pleno.

Em tantos anos de enfrentamento de inúmeros obstáculos, os agricultores familiares resistem bravamente há quase seis anos de seca e não abandonam suas lutas. Organizam estratégias onde vão acomodando as condições de sobreviver, mesmo com tantas demandas. O adjetivo imputado, e que dá ênfase ao protagonismo da agricultura familiar no título dessa tese, remete ao reconhecimento dessa trajetória de lutas em meio aos diferentes projetos econômicos, políticos e ideológicos dispostos no espaço social do município, da microrregião do Cariri cearense e do semiárido Nordeste.

Embora fora do intervalo temporal adotado como limite metodológico para as análises de dados secundários, mas, dados atualizados do INCRA, de 2017, registram um total de 5.355 imóveis rurais em Mauriti, em um total de 114.042,71ha de área recenseada. Comparados aos 4.064 imóveis catalogados em 2014 (QUADRO 18, p. 89), significa um aumento de 1.291 imóveis em três anos. Um aumento percentual de 31,8%. Dos grupos de imóveis menores que 200ha, um total de 5.283, representam 98,66% do todo, ocupando 90.346,53ha, ou seja, 79,22% da área total recenseada em 2017. A agricultura familiar em Mauriti continua avançando suas fronteiras.

A agricultura familiar de Mauriti pôde conjugar, mesmo que deficitária em alguns aspectos ou determinados momentos, a equação terra+capital+trabalho=empoderamento, propiciando converter uma categoria excluída em protagonistas, com resultados políticos e econômicos determinantes para a organização da vida social, conscientes de que o desfecho positivo das lutas é resultante de sua capacidade organizativa e legitimação social.

Os esclarecimentos construídos pela presente tese se propõem a estreitar a fecunda relação da academia com os gestores públicos, especialmente nos seus exercícios de agentes que implementam políticas públicas. A afinidade entre essas duas instituições sociais, mediada por produtos científicos, possibilitam questionar amplamente o pensamento prevalecente e as concepções que fundamentam o agir desses administradores na elaboração ou reformulação das políticas públicas e estratégias de gestão.

O desconhecimento da natureza multidimensional do mundo rural e a equívoca estratégia de enfrentá-la com respostas unívocas, não conseguem responder pela complexidade do fenômeno, suas causas e suas manifestações. Uma grande limitação é o foco nas atividades agrícolas, sem conseguir apreender, muito menos incorporar a natureza multi-ativa das atividades familiares rurais. O presente trabalho não captou, seja por inexistência ou por não ter alcançado um universo tão extenso, a introdução da agroindústria em Mauriti.

Além de ensaiar um levantamento sócio-histórico sobre a constituição da agricultura familiar e compilar os resultados positivos da produção agropecuária, intentou-se contribuir para a produção de uma crença que valorize a agricultura familiar em esferas mais amplas da sociedade brasileira, sobretudo com o desenvolvimento de ações e projetos que possam melhorar ainda mais os indicadores sociais, a distribuição de renda e a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da cidade e do campo. É imperativo e necessário adensar o debate entre teoria e empiria quando se tratar da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- A ORDEM. *O rabellismo de Maurity perturba a ordem do estado*. Jornal ano XII, Sobral, 1917.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. *Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo*. Reforma Agrária, v.25, n.2 e 3, p. 142-166, 1995.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. – São Paulo-Campinas: Editora Hucitec – Unicamp, 1998.
- ADAMS, Cristina. *As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão*. Interciencia, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000.
- ADAMS, Cristina. *Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental*. Albuquerque, UP et al. Atualidades em etnobiologia e etnoecologia. SBEE: Recife. 151p, 2002.
- AGR. Agriculture & Natural Resources Department. Dissemination Notes. *Toward Suistanable Production Systems and Rural Poverty Reduction. Market-Assited Land Reform: a new solution to old problems*. Number 4, august, 1995.
- AGROPOLOS. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania do Cariri – MDA/SDT/AGROPOLOS. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.
- ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. *A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil*. Revista Heera - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 4, n. 7, p. 63-85, 2009.
- ALMEIDA, Antônio Cavalcante de. *O papel da participação na formulação, implementação e avaliação de uma proposta de desenvolvimento rural sustentável: o caso do Projeto São José – Ceará*. Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa. Florianópolis, 2003.
- ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- ALVES, Joaquim. *O Vale do Cariri*. Revista do Instituto do Ceará, p. 94-133, 1945.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *Usos e abusos dos estudos de caso*. Cadernos de pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Porto Alegre, UFRGS/IFCH, dissertação mestrado, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo no Brasil*. – Campinas: Pontes, 1995.
- AQUINO, Joacir R. e SCHNEIDER, Sérgio. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Anais em CD-ROM do VIII Congresso da ALASRU... Porto de Galinhas/PE, v. 1. 20p., 2010.

ARAÚJO, Maria Helena de. *Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José*. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2003.

ASSUNÇÃO, Juliano; CHEIN, Flávia. Condições de crédito no Brasil rural. *Revista de economia e sociologia Rural*, v. 45, n. 2, p. 367-407, 2007.

AZAR, Zayra Sabry. *Questão agrária no Brasil. Aspectos histórico-conceituais*. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2010.

BACEN. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Quantidade e Valor dos Contratos de Investimento por Município e Produto. Matriz de dados do crédito rural*, 2017. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/micrrural/>.

BAIARDI, Amílcar. *Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido*. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 143-156, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de Crédito Rural*. Brasília, 1987-2004. 3 volumes.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 2101*. Crédito Rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) – Safra de Verão 1994/95. De 4 de agosto de 1994.

BANCO MUNDIAL. *Northeast Rural Poverty Alleviation Program – Rural Poverty Alleviation Project Ceará*. Report number 14.395-BR. Jun, 1995.

BARRETO, Flávio Ataliba F. D. e BEZERRA DE MENEZES, Adriano Sarquis. *DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ: Evidências Recentes e Reflexões*. Fortaleza: IPECE, 2014.

BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, p. 5-58, 1971.

BASTIANI, Tânia Mara de. *Rompendo as cercas da educação burguesa: a luta pela construção de uma escola no assentamento Madre Terra, São Gabriel/RS*. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS, 2014.

BELIK, Walter. *PRONAF: avaliação da operacionalização do programa*. O novo rural brasileiro: políticas públicas. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, p. 93-115, 2000.

BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira. *Família e trabalho rural no Brasil e no Estado de São Paulo*. *Revista Informações Econômicas*, São Paulo, v. 23, p. 1-58, 1993.

BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira. *Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNAD*. *Reforma Agrária*, v.25, n.2 e 3, p. 167-177, 1995.

BIANCHINI, Valter. *Pronaf 20 anos. 20 anos do Pronaf – 1995-2015. Avanços e desafios*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2015.

BIANCHINI, Paola Cortez. TAKAGI, Maya. PIRAUX, Marc. TONNEAU, Jean-Philippe. BIANCHINI, Fabrício. FERREIRA, Maria Aldete Justiniano da Fonseca. SILVA, Pedro Carlos

Gama da. *Agricultura familiar, territórios e políticas públicas: diretrizes para uma agenda de pesquisa*. – Petrolina: Embrapa Semiárido, 2016.

BITTENCOURT, Gerson L. *Metamorfoses no sindicalismo rural: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local*. 2000. Dissertação de Mestrado – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 2000.

BITTLES, Alan. H. *A background summary of consanguineous marriage*. Center for Human Genetics, Edith Cowan University, Perth, 2001.

BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; MALUF, Renato S. *Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques*. Estud. Soc. Agric., Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-227, 2008.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. *Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil*. Política & Sociedade, v. 8, n. 14, p. 211-250, 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo – preeliminares epistemológicas*. Editora Vozes. – Petrópolis, 1999.

BRASIL. *Lei Nº 601*, Dispõe sobre as terras devolutas do Império, de 18 de setembro de 1850.

BRASIL. *Decreto nº 979*, de 6 de janeiro de 1903. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Faculta aos profissionais da agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses, 1903.

BRASIL. *Decreto nº 6.532*, de 29 de junho de 1907. Aprova o regulamento para a execução do decreto legislativo n. 979, de 6 de janeiro de 1903. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1907.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3855*, de 21 de novembro de 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1941.

BRASIL. *Decreto-Lei Nº 5.452*, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, 1943.

BRASIL. *Decreto-lei nº 7.038*, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1944.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1946.

BRASIL. *Decreto nº 37.106*, de 31 de Março de 1955. Institui a Companhia da Merenda Escolar. Brasília, 1955.

BRASIL. *Decreto nº 39.007*, de 11 de Abril de 1956. Dá nova redação ao arts. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955. Brasília, 1956.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 4.214*, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 de março de 1963.

BRASIL. *Lei nº 4.320*, de 17 de março 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964.

BRASIL. *Lei no. 4.504* de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências, 1965.

BRASIL. *Decreto nº 56.886*, de 20 de Setembro de 1965. Modifica denominação de Instituição do Departamento Nacional de Educação. Brasília, 1965.

BRASIL. *Decreto-lei nº 1.110*. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências, de 9 de julho de 1970.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *LEI Nº 5.889*, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 de junho de 1973.

BRASIL. *Lei nº 6.746*. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. 10 de dezembro de 1979.

BRASIL. *Decreto nº 84.685*. Regulamento a Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR e dá outras providências, de 6 de maio de 1980.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Instrução Especial/Incrá/nº 20*, de 28 de maio de 1980. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685 de 06 de maio de 1980. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jun. 1980. Seção 1, p. 11606.

BRASIL. *Decreto nº 91.178*. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste – Projeto Nordeste. De 01 de abril de 1985a.

BRASIL. *Decreto nº 91.179*. Dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores, e a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste – Projeto Nordeste. De 01 de abril de 1985b.

BRASIL. *Decreto nº 92.344*. Institui o Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE e dá outras providências. De 29 de janeiro de 1986.

BRASIL. *Decreto Nº 350*. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). De 21 de novembro de 1991.

BRASIL. *Lei nº 8.171*. Dispõe sobre a política agrícola. De 17 de janeiro de 1991.

BRASIL. *Lei nº 8.427*. Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. De 27 de maio de 1992.

BRASIL. *Lei nº 8.629*, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 fev. 1993.

BRASIL. *Lei Nº 8.913*, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Brasília, 1994.

BRASIL. *Decreto Nº 1.946*. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. de 28 de junho de 1996.

BRASIL. *Medida Provisória Nº 1.979-19*, DE 2 DE JUNHO DE 2000.

BRASIL. *Lei Nº 10.420*, de 10 de abril de 2002. Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste, do semiárido do Estado de Minas Gerais (norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha) e da região norte do Estado do Espírito Santo, definidos na Lei no 9.690, de 15 de julho de 1998, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. Brasília, 2002.

BRASIL. *LEI No 10.696*, DE 2 DE JULHO DE 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. *Lei No 10.836*, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. *LEI Nº 12.512*, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. *Lei nº 11.326*, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. *Medida Provisória Nº 432*. Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, e dá outras providências. De 27 DE MAIO DE 2008.

BRASIL. *Lei Nº 11.947*, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. *DECRETO Nº 7.775*, DE 4 DE JULHO DE 2012. Brasília, 2012.

BRASIL. *LEI Nº 12.599*, DE 23 DE MARÇO DE 2012.

BRASIL. Lei Nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado. Brasília, 2012.

BRASIL. LEI Nº 13.340, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016. Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências. 2016.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DA SILVEIRA, José Maria e TEÓFILO, Edson. O Programa Cédula da Terra no Contexto das Novas Políticas de Reforma Agrária, Desenvolvimento e Participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA, NEAD, 2000.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. Revista Em Aberto. v. 5, n. 29, 1986.

CALDAR, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, Dec. 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Legislação sobre agricultura familiar [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados à agricultura familiar* / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CÂMARA, Lourival. *A concentração da propriedade agrária no Brasil*. Boletim Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 7, nº 77, 1949.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CARNEIRO, Maria José. *Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf*. Estudos sociedade e agricultura, 2013. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril, 70-82, 1997.

CARNEIRO, Maria José. *Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas*. Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, p. 323-344, 1999.

CARNEIRO, Maria José. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Mauad Editora Ltda, 2003.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. *Multifuncionalidade da agricultura familiar*. Cadernos do CEAM, p. 43-58, 2005.

CAZELLA, Aldemir Antônio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Crédito da Agricultura Familiar*. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. – Cuiabá-MT, 2004.

CEARÁ. *Ceará avançando nas mudanças: Plano de Desenvolvimento Sustentável 1995-1998*. Governador Tasso Jereissati. SEPLAN. – Fortaleza, 1995.

CEARÁ. *Consolidando o novo Ceará: Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2002*. Governador Tasso Jereissati. SEPLAN. – Fortaleza, 1999.

CEARÁ. *Plano de Mudanças 1987-1991*. Governador Tasso Jereissati. SEPLAN. – Fortaleza, 1987.

CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Nordeste: *Desafio à missão da Igreja no Brasil*. Texto aprovado na 22ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente. – Brasília, 1984.

CONTAG. *4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Anais...Brasília, 1985.

CONTAG. *6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*. Anais...Brasília, 1995.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. *Grito da Terra Brasil*. 1998.

COSTA, Fernando Bastos. *Ambiente Institucional no Crédito Rural: avanços e retrocessos*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Natal-RN, 2005.

COSTA, Floro Bartholomeu da. *Contra-protesto lavrado pelo Padre Cícero Romão Batista, autor da acção de demarcação e divisão da área Coxá, na comarca de Barbalha, ao protesto lavrado no Tribunal da Relação do Estado, pelos ilustríssimos senhores Doutor João Augusto Bezerra e Coronel José Francisco Alves Teixeira*. Jornal O Rebate, Jozeiro, 18 de agosto de 1909.

COSTA, Frederico José Lustosa da. *A persistência da desigualdade: um estudo sobre a Política de Desenvolvimento Rural Integrado para o Nordeste (1974/1986)*. Escola Brasileira de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas. – Rio de Janeiro, 1990.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro*. Editora Garamond, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder. O PTB de 1945-1965*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DE ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará, p. 207. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, João Márcio Mendes (orgs.). CAPTURANDO A TERRA: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. – São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

DE ALMEIDA, Maria Antónia Pires; DE MELO, Maria Cristina Joanaz. *As novas ruralidades: do Lavrador ao Empresário Agrícola, do espaço agrário ao espaço lazer*. 2007.

DE CASTRO, César Nunes; RESENDE, Guilherme Mendes; PIRES, Murilo José de Souza. *Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

DEININGER, Klaus e BINSWANGER, Hans. *The evolution of the World Bank's land policy: principles, experience and future challenges*. The World Bank research observer, v.14, n.2, ago. 1999.

DEININGER, Klaus. *Fazendo a reforma agrária negociada funcionar: experiência inicial da Colômbia, Brasil e África do Sul*. In: Pedro Sisnando Leite (org.) Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília, MDA/NEAD, pp. 213-237, 2000.

DELGADO, Guilherme C. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagres em Joazeiro*. Tradução de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

DNTR/CUT. DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS/CUT. *Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais*, 3., 1995, Brasília. Resoluções. São Paulo, DNTR/CUT, 1995.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. *Portaria nº10/2000*. Inauguração do Condomínio Rural Tasso Jereissati nos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 2000. Secretaria da Agricultura Irrigada. – Fortaleza, 05 de janeiro de 2000.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. *Edital de Concurso Público 01/2006 da Prefeitura Municipal de Mauriti-CE*. Governo do Estado do Ceará, 2006.

ELIAS, Norbert. *Sociologia Fundamental*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

ERZURUMLUOGLU, Mesut. *Consanguineous Marriages Perspectives from Social Taboos, Religion, and Science*. The fountain Magazine. Issue 99, may-jun, 2014.

FAO/INCRA. 1996. *Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico*. Projeto UFT/BRA/036/BRA. Agosto de 1996.

FAVARETO, Arilson S. *Agricultores, trabalhadores: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Dissertação de Mestrado – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2001.

FAVARETO, Arilson. *Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil*. Revista Brasileira da Ciências Sociais, 21: 27-44, 07., 2006.

FAVARETO, Arilson; KLEEB, Suzana; GALVANESE, Carolina; SEIFER, Paulo e MORALEZ, Rafael. *Metamorfoses da dominação nos territórios rurais-qual a extensão das mudanças recentes nas regiões interioranas do Brasil contemporâneo?* Estudos Sociedade e Agricultura, v. 23, n. 2, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil*. In: GRISA, Catia; SCHINEIDER, Sérgio (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FERREIRA, Verônica Sousa; KHAN, Ahmad Saeed e ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião. *O Programa Agente Rural e seu Impacto sobre Nível Tecnológico e Geração de Renda das Famílias Assistidas do Estado do Ceará*. Documentos Técnicos Científicos. Volume 41, Nº 02, Abril – Junho, 2010.

FERREIRA, Verônica Sousa; KHAN, Ahmad Saeed. *A importância do programa agente rural e seus impactos sobre nível tecnológico, geração de emprego, renda e qualidades de vida das famílias assistidas do Estado do Ceará*. Revista de Desenvolvimento do Ceará, Nº01, 2010.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Dados da agricultura familiar, filtro por município*, 2017.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009. 95 p. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/nead-debate/>

FUNCEME. FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Portal Hidrológico do Ceará. *Calendário das chuvas no Estado do Ceará. Período de 1977 a 2016*, 2017. Disponível em: <http://www.hidro.ce.gov.br/municipios/chuvas-diarias>

GAZOLLA, Marcio. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004.

GODELIER, M. Lídéel et le materiel. – Paris: Fayard, 1984. Apud HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GOMES, Carla Morsch Porto; CAZELLA, Ademir Antonio; BÚRIGO, Fábio Luiz e SENCÉBÉ, Yannick. *Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário?* In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GOMES, Otacílio Pereira. *Perfil socioeconômico e tecnológico de produtores de fruticultura irrigada na região do Cariri, Ceará*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará. – Fortaleza, 2015.

GONDIM, Lídia M. P. *Os “Governos das Mudanças (1987-1994)*. In: SOUSA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide. Uma nova história do Ceará. 4ª. Ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

GONDIM, Lídia M. P. *Tese relativiza êxito da gestão Tasso e Ciro*. Folha de São Paulo. Caderno A6, Brasil. Entrevista. – São Paulo, 06 nov. 2000.

GOUVEIA, Flávio. *Jornal O Rebate*, 1910.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *O Ceará é o estado que mais construiu escolas técnicas*. Coordenadoria de Imprensa do Governo do Ceará. Fortaleza, 2014.

GRAZIANO DA SILVA, José F.; KAGEYAMA, Ângela Antoni; SIMON, Elias José; SOUZA, Fernando G. de Andrade; PINHEIRO, Flavio Abranches; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha e PEREIRA, Sonia Maria Pessoa. In: GRAZIANO DA SILVA, José F. (org). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. – São Paulo: Hucitec, 1978.

GRAZIANO DA SILVA, Júnior. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. – São Paulo: Hucitec, 1980.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 2, p. 481-515, 2008.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. *A " produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural*. Agroalimentaria, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job, MATTEI, Lauro Francisco, MALUF, Renato Sergio e LEITE, Sérgio Pereira. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate*. Retratos de assentamentos, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GRISA, Cátia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro (RJ), 2012.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. *Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil*. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 125-146, 2014.

GRISA, Cátia.; SCHNEIDER, Sérgio. *Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil*. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. *Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações*. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, n. 2, p. 323-346, Junho de 2014.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, Cátia. *A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar*. In: Delgado, G. C.; Bergamasco, Sônia Maria P. Pereira. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: SEAD, p. 292-313, 2017.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

GUANZIROLI, Carlos Enrique e CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S (orgs.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, 2000.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Editora Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*. Revista de economia e sociologia rural, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIM, Antônio M.; DI SABATTO, Alberto e BITTENCOURT, Gilson. *Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. – Rio de Janeiro: - Garamond, 2009.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. *Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil:(1996 e 2006)*. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

HAESBAERT, Rogério. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. *Desigualdade da distribuição da posse da terra e o desenvolvimento humano*. Brasília, NEAD, 2000.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos. Censo Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional*. Parte VI – Ceará, Tomo 2, 1940.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agrícola. *Instruções ao agente recenseador*. Recenseamento geral, 1940.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos. Censo Agrícola. Série Regional*. Volume XIV, Estado do Ceará, Tomo 2, 1950.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos. Censo Agrícola de 1960. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional*. Volume II, Ceará-Rio Grande do Norte, Tomo 2, 2ª parte, 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Boletim geográfico nº 210*, 1969.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos. Censo Agropecuário Ceará. VIII Recenseamento Geral - 1970. Série Regional*. Volume III, Ceará-Rio Grande do Norte, Tomo VII. 1970.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos de 1975. Censo Agropecuário Ceará. Série Regional*. Volume I, Ceará-Rio Grande do Norte, Tomo 7. 1975.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos. Censo Agropecuário Ceará. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Série Regional*. Volume 2, Ceará-Rio Grande do Norte, Tomo3, Número 9, 2ª Parte. 1980.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos de 1985. Censo Agropecuário*. Número 11 - Ceará. 1985.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos Econômicos de 1985. Censo Agropecuário*. Número 9 - Ceará. 1995-1996.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006: resultados preliminares*, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. *Censo Agropecuário 2006. Manual do Recenseador CI-1.09 A*. Rio de Janeiro.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IX Recenseamento Geral do Brasil - 2010**. Série regional. Vol.1, tomo1, nº8. – Rio de Janeiro, 2010.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, 1996.

INCRA/MDA. **Novo retrato da agricultura familiar O Brasil redescoberto. Metodologia para caracterização do perfil da agricultura familiar e de seus principais sistemas de produção**. In: MDA/SAF/SADE Banco de dados da agricultura familiar. Disponível em <http://200.252.80.30/sade/>, 1999.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. – Brasília, 2003.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Sistema Nacional De Cadastro Rural – SNCR. **Município de Mauriti**, 2010.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Estrutura fundiária municipal. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR**. Cadastro de Imóveis Rurais: Mauriti, 2014.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Sistema Nacional De Cadastro Rural – SNCR. **Município de Mauriti**, 2014.

INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL UNION. **Commission for Agricultural Typology**; REEDS, L. G. Agricultural typology and land use. McMaster University, 1973.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasil em desenvolvimento: **Estado, planejamento e políticas públicas, Vol. 02. Série Brasil: o estado de uma nação**. – Brasília, 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2017.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Ceará em mapas. Perfil básico municipal – Mauriti**, 2015.

IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. ÍNDICE MUNICIPAL DE ALERTA (IMA). **Um instrumento para orientações preventivas sobre as adversidades climáticas estado do Ceará – 2016**. – Fortaleza, 2016.

KAGEYAMA, Angela e BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira. 1989/90. **A estrutura da produção no campo em 1980**. Perspectivas, São Paulo, n.12/13, 55-72, 2009.

KAGEYAMA, Angela e BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira. **Novos dados sobre a produção familiar no campo**. In: XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. p. 369-391, 1989.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira e OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Novas possibilidades de Pesquisa sobre a Agricultura Familiar no Brasil a partir do censo de 2006**. Revista Tecnologia e Inovação agropecuária, p. 16-27, 2008.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira e OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. *Uma tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006*. RESR, Piracicaba-SP, vol. 51, nº 1, jan-mar, 2013.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia MP. A estrutura da produção no campo em 1980. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 2009.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sonia MP. *A estrutura da produção no campo em 1980*. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 1989.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. – São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KHAN, Ahmad Saeed e Lucia Maria Ramos SILVA. *Capital Social das Comunidades Beneficiadas pelo Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará*. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, vol. 43, nº 01, p. 101-117, jan/mar 2005.

KOSTROWICK, Jerzy. *Agricultural typology concept and method*. Chairman, Commission on Agricultural Typology, International Geographical Union, Institute of Geography PAN, Warsaw, Poland, 1977.

LACERDA, José Sampaio de. *História da família do Coité (Mauriti-Ceará) e outros assuntos*. – Brasília: Da Anta Casa Editora, 2004.

LAMARÃO, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Estatuto do Trabalhador Rural*. In: CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LAMARCHE, Hugues. *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LEAL, Victor Neves. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2012.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 50, n. 4, p. 645-666, Dec. 2012.

LEITE, Sérgio. *Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora*. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, nº 1, vol 25, p. 137-151, 1995.

LLANOS-HERNÁNDEZ, Luis. *El Concepto del territorio y la investigación em las Ciencias Sociales*. *Revista Agricultura, sociedad y desarrollo*, septiembre - diciembre, 2010.

LUZZI, Nilza. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese (doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

MACEDO, Joaryvar. *Império do bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense*. UFC, Casa de José de Alencar, Programas Culturais, 1990.

MAGALHÃES, Luiz Eduardo de. *A participação sergipana na colonização cearense*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. – Vol. 1, Nº. 1, 1913.

MAGALHÃES, Marcelo Marques de. Eficiência de produção segundo diferentes mecanismos de acesso à terra na reforma agrária brasileira. 2011. xiv, 155 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Agrônomicas, 2011.

MAIA, Kaliane de Freitas. *O “agronegócio sertanejo”: (re)pecuarização e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha (PB), semiárido Nordeste*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, 2013.

MALUF, Renato S. *O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa*. In LIMA, D. M.; WILKINSON, J. (orgs.). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MALUF, Renato Sergio. *Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais*. Ensaios FEE, v. 25, n. 1, 2004.

MARQUES, Paulo Eduardo Morizzi. *Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF*. In: Anais XVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural. 2004.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. – Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso*. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 2, p. 141-175, Nov. 2003.

MARTINS, Paulo Soderó. *Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos*. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 209-220, 2005.

MARX, Karl. *A estrutura de classes na Alemanha*. In: IANNI, Octavio. Karl Marx: sociologia. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 159.

MATTEI, Lauro. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, v. 4, p. 1-14, 2001.

MATTEI, Lauro. *Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 143-158, 2007.

MATTEI, Lauro. *Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 Anos do Condraf*. Ministério do Desenvolvimento Agrário Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf. 2ª ed. – Brasília, 2010.

MATTEI, Lauro. *O novo desenvolvimentismo no limiar do século XXI e as políticas de desenvolvimento rural com ênfase na abordagem territorial*. In: MIRANDA, Carlos (Org.). O Legado das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioprodutiva no Brasil. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Cariri, Universidade Latino Americana; San Jose, C.R.: IICA, 2017.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; ROLIM NETO, Modesto Leite; e REIS, Alberto Olavo Advincula. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Portaria nº 121*. 22 de maio de 2001.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. *Histórico do Pronaf*, 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Número de DAPs emitidas por pessoa física ou jurídica*. Secretaria Especial de Agricultura Familiar. Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação. Brasília, 2017.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano Safra 2016/2017*. 2017.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Dados Consolidados do Garantia Sagra segmentados por estado e safra*, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/dados-consolidados-do-garantia-safra>.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Declaração de Aptidão do Agricultor Familiar ao Pronaf. Manual do Cadastrador*, 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Matriz de Informação Social. *Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família e Valor Total Repassado*, 2017a. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi\\_social.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php)

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *PAA Municipal*, 2017b.

MEDEIROS, Cleyber Nascimento de. *Mapeamento da concentração da posse da terra na Região Nordeste e no estado do Ceará – 1970-2006*. Textos para discussão, nº 115, INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classe no campo*. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical*. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 11, n. 2, p. 65-72, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos*. In: CHEVITARESE, André. O campesinato na História. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; DIAS, Marcelo Miná. Introdução. In: MIRANDA, Carlos; e TIBURCIO, Breno (orgs). Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Brasília: IICA. Série desenvolvimento rural sustentável; v.14, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Luta por Reforma Agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidade e novas questões. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MEDEIROS, L.; DIAS, M. M. Introdução. Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14. - Brasília: IICA, 2011.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do Sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. – São Paulo: a Girafa Editora, 2004.

MENEZES, Marilda A. AIRES, Lúcia M. Arnaud e SOUZA, Maria R. de. *Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo*. V Reunião de Antropologia do Mercosul. Florianópolis, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO. *Recenseamento do Brasil*. Volume 3, Primeira parte, Agricultura, 1920.

MIN. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido – PEDS**. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Agência de Desenvolvimento do Nordeste. Brasília, 2005.

MIN. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Medidas em apoio aos produtores rurais*. Regiões Norte e Nordeste. Lei nº 13.340/2016, 2016.

MIRANDA, Carlos; e TIBURCIO, Breno (orgs). *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA. Série desenvolvimento rural sustentável; v.14, 2011.

MISSÕES em Milagres. *Jornal do Ceará*, Fortaleza, 26 de novembro e 1904, anno I, nº 122, p. 2-3, 1904.

MONTEIRO, Zenon Fleury. *À margem dos Carirys*. – São Paulo: Helios, 1926.

MOREIRA, Roberto José. *Parceria e os negócios do coronel: trabalho familiar residente e competição no complexo rural*. Revista Universidade Rural, Sér. Ciênc. Hum., Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1/2, jan./dez., 27-42, 1995.

MOREIRA, Roberto José. *Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil*. Novos Cadernos NAEA, v. 12, n. 2, 2009.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas*. Estudos sociedade e agricultura, 2013.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; FREITAS, Minelvina Nascimento. *Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate*. Revista Raízes, Campina Grande, v. 26, n. 1-2, p.128-139, 2007.

MUYLAERT, Camila Junqueira; SARUBBI JR, Vicente; GALLO, Paulo Rogério; NETO, Modesto Leite Rolim e REIS, Alberto Olavo Advincula. *Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 48, n. spe2, p. 184-189, 2014.

NETO, Alfredo Meneghetti. Imposto Territorial Rural (ITR): Algumas Considerações. Indicadores Econômicos FEE, v. 20, n. 3, p. 185-199, 1992.

NETO, Sousa. *José Inácio do Barro e o cangaço*. – Cajazeiras: Editora Real, 2011.

NEVES, Delma Pessanha. *Agricultura familiar: quantos ancoradouros*. Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 211-270, 2007.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. *Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro*. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 47, n. 1, p. 147-181, 2009.

NOVAES, Regina Reyes. *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural*. In: BOITO, Armando. O sindicalismo brasileiro os 80 anos. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

O ARARIPE. Jornal. Anno IV, Número 164. 16 de outubro de 1958.

OLALDE, Alicia Ruiz; PORTUGAL, Cadja Araújo. *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e sua inserção no enfoque territorial no Brasil*. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural “Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional. 2004.

OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. - Florianópolis: Ed. EPAGRI, 1996.

OXFAM. Relatório executivo: Terra, poder e desigualdade na América Latina. Relatório executivo da OXFAM Brasil. Publicado em 30/nov/2016, 2016a.

OXFAM. Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural. Informe da OXFAM Brasil. Publicado em 30/nov/2016, 2016b.

PALMEIRA, Moacir. *A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato*. In: PAIVA, Vanilda. Igreja e Questão Agrária. – São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*. Estudos avançados, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Marcio (org.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Vol. 24, Nos 1 e 2, jan-de, 2005.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão Rural no Brasil – uma Abordagem Histórica da Legislação*. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Textos para discussão, nº 48. Brasília, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). Estud. hist. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 385-404, Dez 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. Soc. estado., Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612, Dec. 2011.

PERICO, Rafael Echeverri; PERAFÉN, Mireya Valencia; PINILLA, Ana Maria Echeverri. *Experiências legislativas de políticas pública em desenvolvimento dos territórios rurais*. In: MIRANDA, Carlos; TIBÚRCIO, Breno. Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico. Série desenvolvimento rural sustentável; v.13). -- Brasília: IICA, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro*. Mundo agrário, v. 9, n. 18, p. 00-00, 2009.

PINHEIRO, José César Vieira (Coord.). Território Vales do Curu e Aracatiaçu. Relatório Analítico. Universidade Federal do Ceará. – Fortaleza, 2011.

SACHS, Ignacy. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. Estud. av., São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, Dec. 2001.

SCHMITZ, Heribert; DA MOTA, Dalva Maria. Agricultura Familiar: categoria teórica e/ou de ação política?. Fragmentos de Cultura, v. 16, n. 1112, p. 907-918, 2006.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, Sindicalismo e política*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil*. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 63-84, 2014.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. – Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1950.

PINHEIRO, Irineu. *O Joazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914*. – Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1938.

PIRAUX, Marc; DE SOUSA MIRANDA, Roberto. *A longa emergência da agricultura familiar: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste paraibano*. Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 30, n. 2, p. 52-67, 2010.

POLI, Jaci. *Caboco: pioneirismo e marginalização*. Revista Cadernos do Ceom, v. 19, n. 23, p. 149-188, 2014.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revistas Estudos Históricos. V. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; GADELHA, Diego; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; RIGOTTO, Raquel Maria e FERREIRA, Marcelo José Monteiro. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. Centro, v. 59, p. 090, 2012.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. *Ranking IDHM Municípios*. 2017.

QUEIROZ, Ivan da Silva. *REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI CEARENSE, A METRÓPOLE FORA DO EIXO*. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 93-104, Dec. 2014.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. – Petrópolis: Vozes, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Uma categoria rural esquecida*. Revista Brasiliense, n. 45, p. 83-97, 1963.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Uma categoria rural esquecida*. In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs.). Leituras e interpretações clássicas. v.1, São Paulo: Editora UNESP; Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Rural, 2009.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder; tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Notas sobre a reforma agrária e o mercado de terras em Sergipe. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, v. 17, 2004.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das Políticas de Reforma Agrária e Reforma Agrária de Mercado (2003 – 2006). Tese de doutorado em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita. Presidente Prudente, 2008.

REIS, José. Uma epistemologia do território. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura. vol. 13, no. 1, 2005.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria; SILVESTRE, Luiz Henrique; CALIXTO, Juliana Sena e DE ASSIS, Thiago Rodrigo. *Agricultura familiar, cultura local e políticas públicas: o caso dos lavradores do Alto Jequitinhonha*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004.

SABOURIN, E. *Multifuncionalidade da agricultura e manejo dos recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido brasileiro*. Revista Tempo da Ciência, n. 29, vol.15, p. 9-27, 2008.

SABOURIN Eric. In : Delgado Guilherme Costa (ed.), Bergamasco Sonia Maria Pessoa Pereira (ed.). *Agricultura familiar brasileira: Desafios e perspectivas de futuro*. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), p. 265-291, 2014.

SABOURIN, Eric. *Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil*. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SACHS, Ignacy. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. Estud. av., São Paulo , v. 15, n. 43, p. 75-82, Dec. 2001.

SANTANA. Manoel Henrique de Melo. *Padre Cícero do Juazeiro: condenação e exclusão eclesial à reabilitação histórica*. - Maceió: EDUFAL, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A questão político-social no campo*. Revista Serviço Social e Sociedade. Temas SocioJurídicos, nº 67, 2001.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio. Desarrollo territorial rural. Debates y temas rurales, v. 1, p. 7-46, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir.. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociedade Rural. Cuiabá-MT, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHUMPETTER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Barcelona: Orbis, 1983.

SDA. Secretaria do Desenvolvimento Agrário. *Projeto São José. Relatório Final de Execução do PSJ II – 2002-2009. Fase I (4626 BR) e Fase II (7387 BR)*. Fortaleza, 2009.

SDLR. Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional. *Projeto São José. Relatório 2003-2005*. – Fortaleza, 2005.

SEAGRI. Secretaria da Agricultura e Pecuária. *Manual do Programa Agente Rural*. EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Fortaleza, 2006.

SDT-MDA. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. Série Documentos SDT, nº01. 2005.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Garantia Safra. – Brasília, 2017.

SILI, Marcelo. La Argentina rural: de la crisis de la modernización agraria a la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo de los territorios rurales. INTA,, 2005.

SILVA JR., Ary, MEYER, Doris R. e MARCIER, Maria Hortense F. C. *Emprego Rural: Uma análise crítica das categorias dos Censos Agropequários e das Estatísticas Cadastrais*. VI Encontro da ANPOCS, G.T. Estado e Agricultura. Friburgo (RJ), 1982.

SILVA, Judson Jorge da. *Caldeirão e Assentamento 10 de abril: passado e presente*. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. – Fortaleza, 2010.

SILVA, Osvaldo Heller da. *Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade*. Revista de Sociologia e Política, nº 12, 161-167, jun 1999.

SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira. O debate em torno da Reforma Agrária no Brasil: uma análise da Literatura Pertinente e a busca de comparação das duas vias de execução. Dissertação – Mestrado em desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual de Campina Grande, 2012.

SILVA, Patrícia Andrade de Oliveira. Programa Cédula da Terra: mudança institucional do rural brasileiro? Revista Economia e Desenvolvimento, nº 25, vol. 1, 2013.

SOARES, Ricardo pereira. *Avaliação do Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)*. Revista Planejamento e Políticas Públicas. Nº 15, jun 1997.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009.

SOBRAL, Lívio. *Padre Cícero Romão. Capítulo III*. Revista do Instituto do Ceará, 1942.

SOBREIRA, Padre Azarias. *O patriarca de Juazeiro*. – Fortaleza: Oficinas Gráficas e Editora Vozes, 1969.

SOBRINHO, Pompeu. *O povoamento do Cariri Cearense*. Revista da Academia Cearense de Letras. Fortaleza, 1956.

SOBRINHO. Théberger Pompeu. *O povoamento do Cariri Cearense*. Revista da Academia Cearense de Letras, p. 195-205, 1956.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes sociais na agricultura brasileira*. – Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.

SOUZA, Luciano Ricardio De Santana. *Modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro*. Cuadernos de Desarrollo Rural= International Journal of Rural Development, v. 8, n. 67, p. 19, 2011.

SOUZA. José Gilberto de e JORGE. Wirley Jerson. O imposto territorial rural no Brasil: o processo de descentralização. Revista Informações Econômicas, SP, v.25, n.9, set. 1995.

SRA. Secretaria de Reordenamento Agrário. Estudos de Reordenamento Agrário. Relatório nº3. Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra. 1ª Edição. IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário. Brasília, 2008.

- STAKE, Robert E. *The art of case study research*. Sage, 1995.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária, 1946-2003*. Bib. Orton IICA/CATIE, 2005.
- STEDILE, João Pedro (org); ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960 / --2*. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- STUDART, Barão de. *Ephefêrides Cearenses*. Revista do Instituto do Ceará, 1912.
- TARTARUGA, Iván G. Peyré; SCHNEIDER, Sergio. O conceito de território: possibilidades para entender e para agir sobre o mundo rural no Brasil. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 2005. p. 1-15.
- TARTARUGA, Iván G. Peyré; SCHNEIDER, Sergio. O conceito de território: possibilidades para entender e para agir sobre o mundo rural no Brasil. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. 2005. p. 1-15.
- TÁVORA, Ademar. *José Lourenço, um pioneiro*. Jornal O Povo, Fortaleza, 24 de abril de 1969.
- TERHORST, Karin Inês Lohmann; SCHMITZ, José Antônio Kroeff. *De porco a suíno: história da suinocultura e dos hábitos alimentares associados aos produtos dela derivados entre agricultores familiares do Vale do Taquari*. A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- THÉBERGE, Dr. Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. – Fortaleza-CE: Editora Henriqueta Galeno, 1973.
- TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Editora FGV: - Rio de Janeiro, 2004.
- VEIGA FILHO, Alceu. *Fatores explicativos da mecanização do corte na lavoura canavieira paulista*. Informações Econômicas, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 7-33, 1998.
- VEIGA, José Eli da. *Delimitando a agricultura familiar*. Reforma Agrária, v.25, n.2 e 3, p. 128-141, 1995.
- VICTOR, Andréa Dias; SAUER, Sérgio (coords.) *Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Projeto Cédula da Terra*. Brasília: CPT/MST/Rede Brasil/FIAN-Brasil, outubro, 2002.
- WAGNER, Saionara Araujo; MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 33-45, 2007.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. In: Cadernos de Difusão tecnológica, vol. 2, nº1, jan/abr, 1985.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno*. XXI Encontro da ANPOCS, Caxambu, MG, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro. Agricultura familiar: realidades e perspectivas*, v. 3, p. 21-55, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. *A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil*. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. nº 2, jul/dez, 2000.

WANDERLEY, Maria Nazaré B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 21, p. 42-61, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro*. In: PETERSEN, Paulo (org.) Revista Agriculturas: experiências em agroecologia. Disponível em <http://www.aspta.org.br>, p. 33 a 46, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade*. Estudos sociedade e agricultura, v. 1, 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O campesinato brasileiro: uma história de resistência*. Rev. Econ. Sociol. Rural [online], vol.52, suppl.1, pp.25-44, 2014.

WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa e WANDERLEY, Maria de Nazareth B (orgs). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1/organização– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WOORTMAN, Klass. Migração, família e campesinato. In: Welch, C., Cavalcanti, J. e Wanderley, Maria Nazaré. (org.). *Camponeses Brasileiros, Leitura e Interpretações Clássicas*. São Paulo, v.1, MDA/ Editora UNESP, 2009.

YIN, Robert K. *Case Study Research. Design and Methods*. – 2ª ed. – Thousand Oaks: Sage, 1994.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorios Plurales. Cambio Sociopolitico y Gobernabilidad Cultural. Boletim Goiano de Geografia. Vol. 21, num 1, pag. 9-49, jan/jul, 2001.

ZANETTI, Lorenzo. *O “novo” no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios*. Dissertação de Mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro, 1993.

ZANGARO, Luciana Cristina Moura. *Agricultura familiar no Brasil: uma revisão teórica*. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 3, n. 2, p. 15-29, 1998.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; GRISA, Catia; TECCHIO, Andréia; PEREIRA LEITE, Sérgio; BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antônio; DELGADO, Nelson Giordano; Renato Jamil MALUF e MATTEI, Lauro. *Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr., 2014.